

Relatório de | 20 Atividades Inea | 13



Instituto Estadual do Ambiente (Inea)

Isaura Maria Ferreira Frega, presidente

Marco Aurélio Damato Porto, vice-presidente

Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilam)

Ana Cristina Henney, diretora

Diretoria de Gestão das Águas e do Território (Digat)

Rosa Maria Formiga Johnsson, diretora

Diretoria de Recuperação Ambiental (Diram)

Fernando Antonio de F. Mascarenhas, diretor

Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (Dibap)

Guido Gelli, diretor

Diretoria de Monitoramento e Fiscalização (Dimfis)

Ciro Mendonça da Conceição, diretor

Diretoria de Administração e Finanças (Diafi)

Daniel Cortez de Souza Pereira, diretor

Relatório de Atividades Inea 2013

Rio de Janeiro

2014



Sumário

1. Institucional.....	12
1.1. Contexto.....	12
1.2. Perfil do Instituto Estadual do Ambiente.....	12
1.3. Estrutura Organizacional.....	12
1.3.1. INEA.....	12
1.3.1.1. Organograma.....	12
1.3.2. PRES.....	12
1.3.3. VPRES.....	13
1.3.3.1. Organograma.....	0
1.3.3.2. Atribuições.....	0
1.3.3.3. Distribuição do quadro de funcionários.....	3
1.3.3.4. Volume de Recursos utilizados.....	3
1.3.4. DILAM.....	4
1.3.4.1. Organograma.....	4
1.3.4.2. Atribuições.....	1
1.3.4.3. Distribuição do quadro de funcionários.....	8
1.3.5. DIGAT.....	8
1.3.5.1. Organograma.....	8
1.3.5.2. Distribuição do quadro de funcionários.....	3
1.3.5.3. Evolução do uso de recursos.....	3
1.3.6. DIBAP.....	6
1.3.6.1. Organograma.....	6
1.3.6.2. Distribuição do quadro de funcionários.....	11
1.3.6.3. Evolução do uso de recursos.....	12
1.3.7. DIMFIS.....	12
1.3.7.1. Organograma.....	12
1.3.7.2. Atribuições.....	13
1.3.7.3. Distribuição do Quadro de Funcionários.....	17

1.3.7.4.	Evolução do uso de Recursos	17
1.3.8.	DIRAM	17
1.3.8.1.	Organograma	0
1.3.8.2.	Atribuições	0
1.3.8.3.	Distribuição do Quadro de Funcionários.....	2
1.3.8.4.	Volume de Recursos utilizados	3
1.3.9.	DIAFI	3
1.3.9.1.	Organograma	3
1.3.9.2.	Atribuições	4
1.3.9.3.	Distribuição do quadro de funcionários	12
1.3.9.4.	Volume de recursos utilizados	12
2.	Esferas de Atuação	13
2.1.	Licenciamento Ambiental	13
2.1.1.	DILAM.....	13
2.1.1.1.	Escopo das atividades envolvidas	13
2.1.1.2.	Documentos do Sistema de Licenciamento Ambiental emitidos	13
2.1.1.3.	Vistorias Realizadas	1
2.1.1.4.	Instrumentos de controle ambiental aplicados	2
2.1.1.5.	Projeção de Resultados para o próximo exercício.....	5
2.1.2.	DIGAT	6
2.1.2.1.	Escopo das atividades envolvidas	6
2.1.2.2.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	10
2.1.2.3.	Projeção de resultados para o próximo exercício	10
2.2.	Fiscalização Ambiental e dos Recursos Hídricos.....	10
2.2.1.	DIBAP.....	10
2.2.1.1.	Escopo das atividades envolvidas	10
2.2.1.2.	Vistorias realizadas	11
2.2.1.3.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	14
2.2.1.4.	Projeção de resultados para o próximo exercício	14

2.2.2.	DIMFIS	14
2.2.2.1.	Escopo das atividades envolvidas	14
2.2.2.2.	Vistorias Realizadas	15
2.2.2.3.	Monitoramento dos Indicadores de Desempenho	16
2.2.2.4.	Projeção de Resultados para o próximo exercício:.....	17
2.3.	Monitoramento Ambiental	17
2.3.1.	DIGAT	17
2.3.1.1.	Escopo das atividades envolvidas	18
2.3.1.2.	Análises de qualidade das águas, dos sedimentos, dos efluentes dos tratamentos de despejos industriais e estações de tratamento de esgoto.	18
2.3.1.3.	Análises laboratoriais	21
2.3.1.4.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	22
2.3.2.	DIMFIS	22
2.3.2.1.	Escopo das atividades desenvolvidas na Análise da Qualidade do Ar.....	23
2.3.2.2.	Análise da Qualidade do Ar	23
2.3.2.3.	Análise da Situação dos Rios	24
2.3.2.4.	Análises laboratoriais	25
2.3.2.5.	Geoprocessamento e Estudos Ambientais.....	25
2.3.2.6.	Emergências Ambientais.....	27
2.3.2.7.	Monitoramento dos Indicadores de desempenho	30
2.4.	Planejamento e Gestão das Águas e do Meio Ambiente.....	31
2.4.1.	DIBAP.....	32
2.4.1.1.	Escopo das atividades envolvidas	32
2.4.1.2.	Planos de Manejo	34
2.4.1.3.	Construções e Manutenção da Infraestrutura Física de Unidades de Conservação	34
2.4.1.4.	Uso Público	39
2.4.1.5.	Comunicação	44
2.4.1.6.	Adequação ambiental de imóveis rurais - GESEF	48
2.4.1.7.	Manejo Florestal Sustentável - GESEF	49

2.4.1.8.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	49
2.4.1.9.	Projeção de Resultados para o próximo exercício.....	50
2.4.2.	DIGAT	50
2.4.2.1.	Escopo das atividades envolvidas	51
2.4.2.2.	Regularização do uso da água no estado do rio de janeiro	51
2.4.2.3.	Cobrança do Uso da Água no Estado do Rio De Janeiro	52
2.4.2.4.	Planejamento de recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro	53
2.4.2.5.	Planejamento territorial no estado do rio de janeiro.....	56
2.4.2.6.	Pagamento por serviços ambientais	61
2.4.2.7.	Execução de recursos*	62
2.4.2.8.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	63
2.5.	Recuperação e Conservação Ambiental, e Preservação da Biodiversidade	63
2.5.1.	DIBAP.....	63
2.5.1.1.	Escopo das atividades envolvidas	63
2.5.1.2.	Criação e ampliação de unidades de conservação	64
2.5.1.3.	Regularização fundiária das unidades de conservação.....	67
2.5.1.4.	Recuperação florestal	85
2.5.1.5.	Combate a incêndios florestais.....	86
2.5.1.6.	Banco Estadual de Sementes e Hortos Florestais.....	88
2.5.1.7.	Projetos de conservação da biodiversidade	93
2.5.1.8.	Apoio à produção científica	93
2.5.1.9.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	94
2.5.1.10.	Projeção de Resultados para o próximo exercício.....	94
2.5.2.	DIGAT	95
2.5.2.1.	Estudos, projetos e obras de engenharia e gestão de risco realizados (COPPEs) 95	
2.5.2.2.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	99
2.5.2.3.	Projeção de resultados para o próximo exercício	100
2.5.3.	DIRAM	100

2.5.3.1.	Escopo das atividades envolvidas	100
2.5.3.2.	Gerenciamento de Contratos	101
2.5.3.3.	Projetos de drenagem, limpeza e/ou desassoreamento e proteção da margem de corpos hídricos e execução/recuperação de estruturas hidráulicas e obras de artes especiais. 109	
2.5.3.4.	Projeto Rios da Serra;.....	110
2.5.3.5.	Projetos de esgotamento sanitário	121
2.5.3.6.	Projetos de reassentamento familiar.....	122
2.6.	Base Legal / Normatização	2
2.6.1.	DILAM.....	2
2.6.2.	DIBAP.....	2
2.6.3.	DIGAT	5
2.6.4.	DIMFIS	6
2.6.4.1.	Trabalhos realizados.....	6
2.6.4.2.	Monitoramento dos Indicadores de Desempenho	7
2.7.	Serviços Administrativos e Suporte	7
2.7.1.	DIMFIS	7
2.7.1.1.	Atuação em Infraestrutura.....	10
2.7.1.2.	Atendimento ao usuário	12
2.7.1.3.	Monitoramento dos Indicadores de Desempenho	15
2.7.1.4.	Projeção de Resultados para o próximo exercício.....	15
2.7.2.	DIAFI	16
2.7.2.1.	Administração de Compras e Material	16
2.8.	Educação Ambiental e Gestão Participativa	17
2.8.1.	DIBAP.....	17
2.8.1.1.	Escopo das atividades envolvidas	17
2.8.1.2.	Projetos de Consciência Ambiental Coletiva	18
2.8.1.3.	Elaboração de Material Educativo	19
2.8.1.4.	Monitoramento dos Indicadores de Desempenho	20
2.8.1.5.	Projeção de Resultados para o próximo exercício.....	20

2.8.2.	DIGAT	20
2.8.2.1.	Escopo das atividades envolvidas	20
2.8.2.2.	Apoio aos colegiados	21
2.8.2.3.	Contratos de gestão com entidades delegatárias e operacionalização do FUNDRHI 21	
2.8.2.4.	Projetos de consciência ambiental coletiva (GEAM).....	27
2.8.2.5.	AGENDA 21	31
2.8.2.6.	Monitoramento dos indicadores de desempenho	36
2.8.2.7.	Projeção de resultados para o próximo exercício	37
2.9.	Comunicação Institucional e Gestão da Informação	37
2.10.	Outras Atividades Desenvolvidas	37
2.10.1.	VPRES	37
2.10.1.1.	Gabinete e Assessoria da Vice Presidência	37
2.10.1.2.	Superintendências.....	37
2.10.1.3.	Contrato de Gestão	39
2.10.1.4.	Projetos Jogos Limpos	40
2.10.1.5.	Gestão da Informação e Acervo Técnico – GEIAT	41
2.10.2.	DIBAP.....	44
2.10.3.	DILAM.....	47
2.10.4.	DIMFIS	53
2.10.4.1.	Oferecimento de treinamentos.....	53
2.10.4.2.	Projetos de Demandas Externas	55
2.10.4.3.	Projetos de Cooperação.....	57
2.10.4.4.	Participação em Congressos.....	58

Índice de Figuras:

Figura 1: Organograma da Vice-Presidência	0
Figura 2: Organograma da DILAM	0
Figura 3: Organograma da DIGAT	0
Figura 4: Organograma da DIBAP.....	7
Figura 5: Organograma DIRAM.....	0
Figura 6: Organograma DIAFI.....	3
Figura 7: Municípios Habilitados para o Licenciamento Ambiental	8
Figura 8: Descentralização do Licenciamento Ambiental Para os Municípios.....	9
Figura 9: Relatórios de Vitorias Realizadas	16
Figura 10: Autos de Infração 2013 em RS*	16
Figura 11: Pagamento de Multas Emitidas.....	16
Figura 12: Nota de Débito.....	17
Figura 13: Evolução no número de ensaios realizados em 2010 a 2013	22
Figura 14: Evolução no número de ensaios realizados em 2010 a 2013.....	25
Figura 15: Quantidade de acidentes atendidos em 2013(%)	28
Figura 16: Número de Alertas Emitidos por Região em 2013	29
Figura 17: Estações Hidrológicas.....	30
Figura 18: Previsão de cobertura do Sistema de Radiocomunicação INEA	30
Figura 19: Projeto Rios da Serra – Friburgo: Etapa Emergencial – Córrego D’antas antes da execução de Colchão Reno	110
Figura 20: Projeto Rios da Serra – Friburgo: Etapa Emergencial – Córrego D’antas após a execução de Colchão Reno	111
Figura 21: Friburgo: Em Andamento – Trecho do Rio Bengalas com execução da cortina atirantada em andamento.....	111
Figura 22: Teresópolis – Etapa Emergencial – Rio Príncipe antes da execução de serviços de proteção de talude e conformação de calha.....	112
Figura 23 : Rio Príncipe após execução de serviços de proteção de talude e conformação de calha	112
Figura 24: Igreja da Posse logo após as chuvas de Janeiro de 2011	113
Figura 25: Igreja da Posse reformada.....	113
Figura 26: Execução de Gambião Manta e grama amada no rio Imbuí	114
Figura 27: Desassoreamento e limpeza das margens no rio Paquequer	114
Figura 28: Rio Piabanha antes da execução dos serviços de proteção de talude e conformação de calha	115

Figura 29: Rio Piabanha após da execução dos serviços de proteção de talude e conformação de calha	115
Figura 30: Rio Cuiabá após execução do enrocamento e implantação da grama armada.....	116
Figura 31:Rio Santo Antônio após execução do enrocamento e implantação da grama armada.....	116
Figura 32: Rio Sarapuí - Antes das intervenções	117
Figura 33: Rio Sarapuí – Construção de polder em execução.....	118
Figura 34: Rio Imboaçú em execução.....	118
Figura 35:Canal Gleba em Cachoeiras de Macacu antes das intervenções.....	119
Figura 36:Canal Gleba em Cachoeiras de Macacu após as intervenções.....	119
Figura 37:Rio Pavuna em Nilópolis antes das intervenções	120
Figura 38: Rio Pavuna em Nilópolis após as intervenções	120
Figura 39: Angra dos Reis – Linha substituída	121
Figura 40: Capa dos livros disponíveis online	28
Tabela 1: Quadro de Servidores da Vice Presidência	3
Tabela 2: Distribuição do quadro de funcionários - DILAM.....	8
Tabela 3: Distribuição de profissionais da DIGAT.....	3
Tabela 4: Investimentos e Custos operacionais do uso dos laboratórios.....	4
Tabela 5: Distribuição do quadro de funcionários	12
Tabela 6: Quadro de funcionários	17
Tabela 7: Evolução do uso de Recursos.....	17
Tabela 8: Indicadores de desempenho por Equipes	6
Tabela 9: Principais Atividades GEGAM.....	7
Tabela 10: Monitoramento dos Indicadores de Desempenho	10
Tabela 11: Indicadores de Desempenho – Quantidade de Vistorias Realizadas	14
Tabela 12: Quantidade de Documentos Gerados – DIMFIS.....	15
Tabela 13: Monitoramento dos Indicadores de Desempenho - DIMFIS	16
Tabela 14: Frequências e nº de estações de amostragem (2014), local de coleta e responsável pela coleta para cada corpo d'água monitorado pelo INEA.....	20
Tabela 15: Amostras recebidas e Ensaios realizados em 2013	22
Tabela 16: Indicadores de Desempenho – 1º relatório anual de balneabilidade de praias e de qualidade das águas continentais.....	22
Tabela 17: Amostras recebidas e Ensaios realizados em 2013	25
Tabela 18: Indicadores de desempenho - GEAR	31
Tabela 19: Indicadores de desempenho - GEOPEA	31
Tabela 20: Indicadores de desempenho - CIEM	31
Tabela 21: Indicadores de desempenho – GESEF	49

Tabela 22: Indicadores de Desempenho - GEIRH	63
Tabela 23: Indicadores de Desempenho - GEGET	63
Tabela 25: Indicadores de desempenho – GEFAU	94
Tabela 26: Projetos Aprovados no FECAM.....	98
Tabela 27: Indicadores de desempenho - COPPES.....	100
Tabela 28: Indicadores de desempenho – GEGET	100
Tabela 29: Acompanhamento e fiscalização dos projetos que serão licitados em 2014	100
Tabela 30: Gerenciamento de Contratos	Error! Bookmark not defined.
Tabela 31: Gerenciamento de Contratos	103
Tabela 32: Gerenciamento de Contratos	104
Tabela 33: Gerenciamento de Contratos	105
Tabela 34 : Gerenciamento de Contratos	106
Tabela 35: Gerenciamento de Contratos	108
Tabela 36: monitoramento dos indicadores de desempenho	53
Gráfico 1: PERHI e o Plano Macaé	4
Gráfico 2: Despesa anual da GELAB	4
Gráfico 3: Recursos Executados	5
Gráfico 4: Bens repassados aos municípios	5
Gráfico 5: Evolução do número de Documentos do SLAM emitidos.....	14
Gráfico 6: Documentos SLAM emitidos por instrumento	0
Gráfico 7: Evolução do número de Vitorias Realizadas.....	1
Gráfico 8: Vitorias Realizadas por equipe.....	2
Gráfico 9: Evolução do número de notificações emitidas.....	3
Gráfico 10: Número de notificações emitidas por equipe	3
Gráfico 11: Evolução do número de Autos de Constatação emitidos	4
Gráfico 12: Número de Autos de Constatação emitidos por equipe	4
Gráfico 13: CNARH: evolução do cadastro de usuários de recursos hídricos no ERJ	52
Gráfico 14: Evolução do cadastro de usuários de recursos hídricos por bacia hidrográfica	53
Gráfico 15: Composição do FUNDRHI.....	53
Gráfico 16: Execução Financeira Fundrhi/CBHs em 2013 - ArrecadaçãoxDesembolso.....	22
Gráfico 17: Execução Financeira Fundrhi/CBHs em 2013 –Composição da Receita do FUNDRHI.....	22
Gráfico 18: Execução Financeira Fundrhi/CBHs em 2013 - ArrecadaçãoxLiquidação	23
Gráfico 19: Regiões Hidrográficas do Rio de Janeiro.....	23
Gráfico 20: Evolução do número de notificações emitidas.....	48

1. Institucional

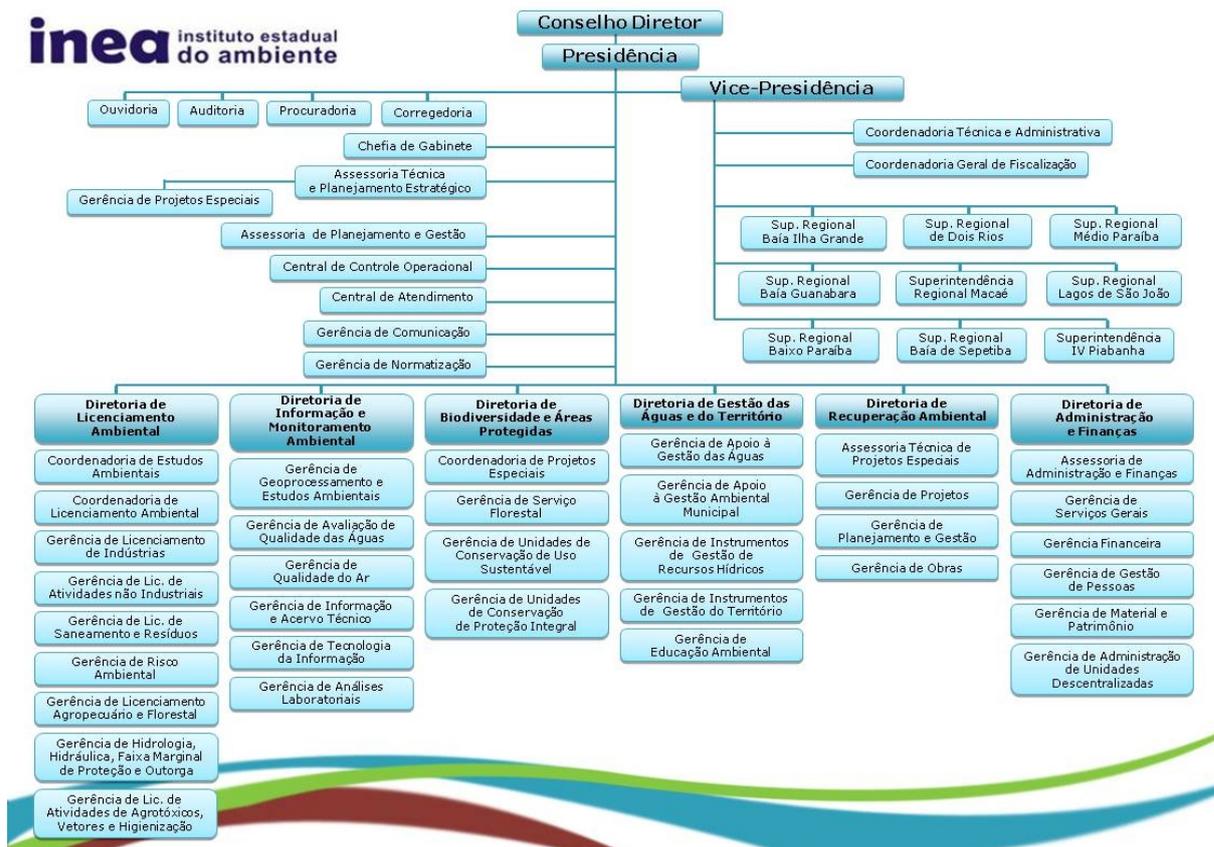
1.1. Contexto

1.2. Perfil do Instituto Estadual do Ambiente

1.3. Estrutura Organizacional

1.3.1. INEA

1.3.1.1. Organograma



1.3.2. PRES

1.3.3. VPRES

1.3.3.1. Organograma

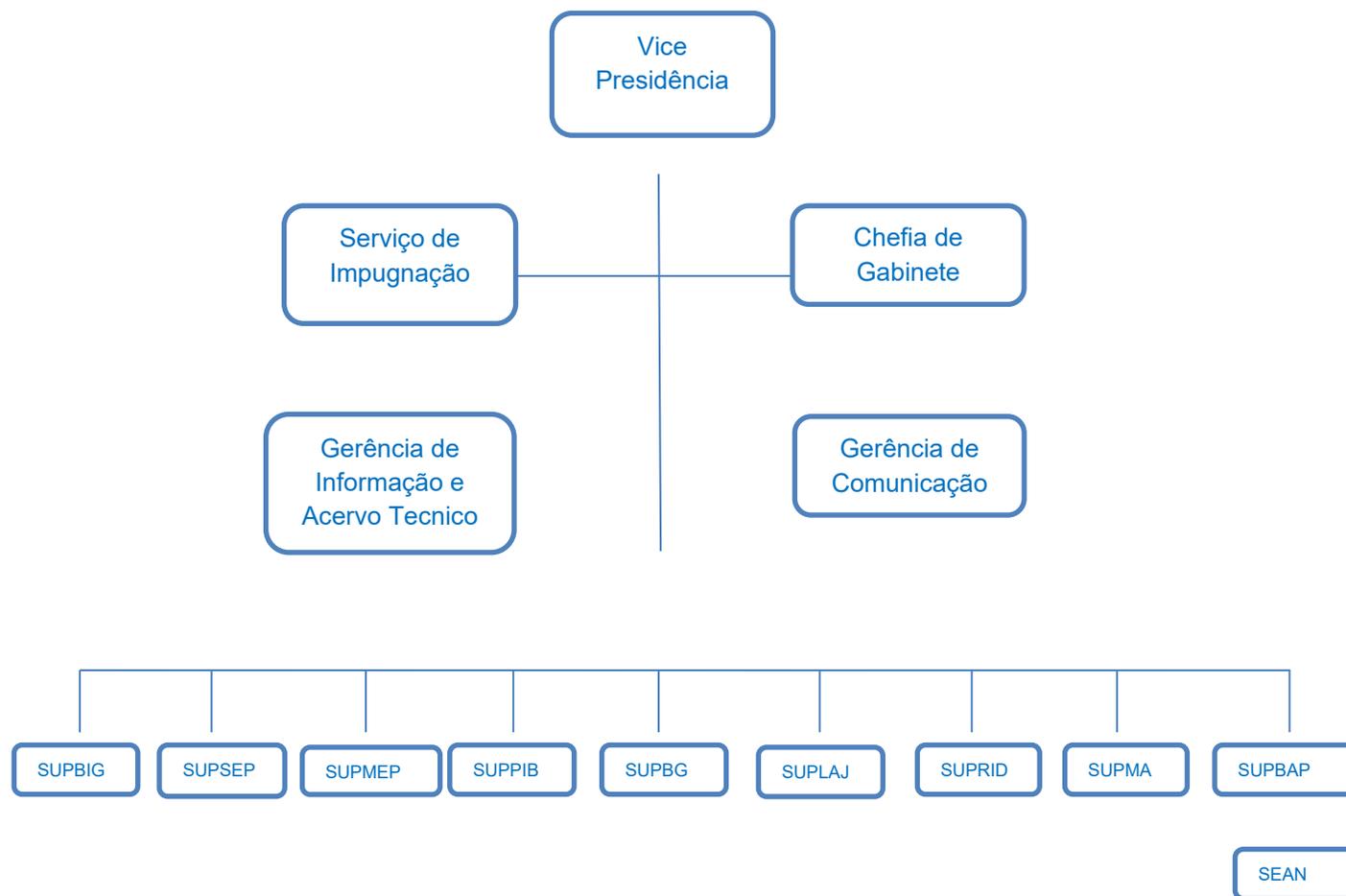


Figura 1: Organograma da Vice-Presidência

1.3.3.2. Atribuições

Vice-Presidência

Compete à Vice-Presidência:

- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CONDIR, praticando todos os atos de sua respectiva competência necessários ao funcionamento regular do INEA;
- Propor ao CONDIR as medidas que se destinem a aprimorar a eficiência do INEA no exercício de suas atribuições;
- Propor à Gerência de Normatização a edição de normas pertinentes às atribuições do INEA;
- Julgar impugnações, exceto as de competência do CONDIR, contra autos de infração lavrados pela Coordenadoria Geral de Fiscalização e pelas Superintendências Regionais, com auxílio do Serviço de Análise de Impugnações a Autos de Infração;
- Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente;
- Dirigir, supervisionar e coordenar os órgãos subordinados à Vice-Presidência, cujas atribuições e funcionamento estão detalhadas neste Regimento;
- Decidir sobre a execução de demolições administrativas, com base em relatórios de vistorias emitidos por técnicos do INEA.

§1º – Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente no cumprimento de suas funções e substituí-lo em eventuais ausências e impedimentos.

§2º – O Vice-Presidente será substituído em eventuais ausências e impedimentos pelo Coordenador Técnico e Administrativo.

Chefia de Gabinete

- Exercer, por delegação do Vice-Presidente, a supervisão e orientação das unidades administrativas vinculadas à Vice-Presidência;
- Propor, dirigir, orientar, coordenar e executar atividades, ações e procedimentos para auxílio do Vice-Presidente do INEA, no desempenho de suas funções;
- Promover contatos com as unidades do INEA e os Órgãos externos, necessários para o desenvolvimento das atividades da Vice-Presidência;
- Atender a demandas externas e estratégicas;
- Emitir, documentos internos, gerenciar sua tramitação e encaminhá-los aos setores competentes;
- Requisitar informações gerenciais e coordenar a consolidação dos relatórios gerenciais de desempenho das unidades administrativas vinculadas à Vice Presidência.

Serviço de Impugnação

- Convocar servidores, quando houver necessidade, para participarem de reunião de análise das impugnações apresentadas contra autos de infração por elas lavrados pelas Superintendências;

- Elaborar os relatórios e pareceres nos processos administrativos relativos às impugnações interpostas, a fim de auxiliar o Vice-Presidente e o Conselho Diretor na apreciação das impugnações;
- Encaminhar os processos administrativos, após a apreciação das impugnações, às Superintendências Regionais para notificar o autuado acerca da decisão final ou para o cumprimento de alguma diligência.

Superintendências Regionais

Compete às Superintendências Regionais do INEA:

- Conduzir os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades situadas no território de sua competência e os demais atos relativos a recursos hídricos e à política florestal, na forma do art. 5º da Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, emitindo as análises e pareceres correspondentes;
- Decidir sobre o licenciamento de atividades de baixo impacto ambiental, consideradas aquelas não sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA ou de Relatório Ambiental Simplificado - RAS, situadas no território de sua competência, compreendidas no processo as autorizações para a intervenção em corpos hídricos, na forma da legislação estadual, e as autorizações para funcionamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que afetem unidade de conservação estadual ou sua zona de amortecimento, na forma da legislação federal;
- Coordenar as ações de fiscalização ambiental, nos limites de sua competência territorial, com a emissão de notificações, medidas cautelares, autos de constatação, de infração e outros, nos casos previstos no art.61, I, do Decreto 41.628, de 12 de janeiro de 2009;
- Proceder à fiscalização ambiental, por meio de emissão de autos de constatação e lavratura de autos de infração, estes restritos à aplicação de advertência, multas até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e apreensão, nos limites de sua competência territorial;
- Proceder, no âmbito de suas competências, à análise técnica prévia e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações propostas e pactuadas em:
 - a. Termos de Ajustamento de Conduta - TAC;
 - b. Termos de conversão de multas em prestação de serviços de melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.
- Emitir licença ambiental e os demais instrumentos previstos no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM) relativos às atividades de baixo impacto ambiental situadas no território de sua competência;
- Conduzir os processos de licenciamento ambiental de atividades que não se enquadrem como de baixo impacto, situadas no território de sua competência, encaminhando-os, ao final, para deliberação do CONDIR;
- Analisar as solicitações de aprovação de reserva legal, nos casos de sua competência;

- Representar o INEA em eventos, por meio de seu Superintendente, quando demandado pela Presidência ou Vice-Presidência, bem como participar das ações desenvolvidas pelas Diretorias do INEA no território de sua competência, garantindo a integração e o fortalecimento institucional;
- Articular-se com as demais entidades da região para realização de trabalhos conjuntos visando à execução de medidas protetoras ao meio ambiente;
- Participar das reuniões dos Comitês de Bacias, dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de conselhos das unidades de conservação da natureza;
- Coordenar as reuniões mensais de avaliação dos seus trabalhos internos de acordo com o planejamento estratégico anual;
- Enviar relatório mensal de suas atividades à Vice-Presidência, que inclua, dentre outras, informações referentes aos relatórios de vistoria, licenças ambientais, autos de constatação e de infração, acompanhamento dos termos de ajustamento de conduta, análises relativas à reserva legal e respostas fornecidas ao Ministério Público Federal e Estadual;
- Encaminhar os processos administrativos referentes às medidas cautelares ao Vice-Presidente, nos termos do artigo 29, §3º da Lei estadual 3.467/2000;
- Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo CONDIR, pelo Presidente ou Pelo Vice-Presidente.

Gerência de Informação e Acervo Técnico - GEIAT

- Disseminar o conhecimento técnico do INEA para o público interno e externo;
- Editar e publicar, em formato impresso e eletrônico, todo o material técnico e informativo produzido pelas diversas áreas do INEA, tais como livros, revistas, manuais, relatórios, cartilhas, apostilas, folders, mapas, cartazes, banners, faixas e adesivos;
- Gerenciar a execução de serviços gráficos por empresas contratadas pelo INEA para esta finalidade;
- Estruturar o Conselho Editorial do INEA;
- Coordenar a participação do INEA no quadro de associados da ABNT, a aquisição e a disponibilização das normas técnicas ao quadro funcional.
- Integram a Gerência de Informação e Acervo Técnico (GEIAT) do INEA:
 - a. Serviço de Biblioteca e Acervo Técnico (SEBIAT), ao qual compete:
 - Adquirir publicações para manter atualizado o acervo da Biblioteca;
 - Disponibilizar para consulta pública, na forma da lei, os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), bem como os Relatórios de Auditorias Ambientais;
 - Participar de redes de informação ambiental;
 - Manter o Arquivo Memória Técnica e Histórica do INEA e das extintas FEEMA, SERLA e IEF;
 - b. Núcleo de Publicações Técnicas, ao qual compete:
 - Orientar os usuários internos em suas necessidades de publicações;
 - Padronizar as publicações de acordo com as normas ortográficas, da ABNT e outras.

Gerência de Comunicação Interna - GECOM

I - Promover a comunicação interna como ferramenta estratégica para estimular o diálogo e a troca de informações entre todos os servidores do INEA;

II - Gerenciar a imagem institucional do INEA e a produção de material impresso, som e imagem;

IV - Manter atualizadas as notícias sobre o INEA no sítio da rede mundial de computadores do INEA e no sistema eletrônico interno do INEA;

V - Elaborar programação anual dos eventos a serem promovidos pelo INEA, bem como divulgar no sistema eletrônico interno do INEA a sua realização;

VI - Planejar, produzir, promover e realizar eventos de responsabilidade do INEA, incluindo seu planejamento, orçamento e acompanhamento da contratação e da realização;

VII - Orientar outros setores em eventos e cerimonial, incluindo organização, convites e protocolo;

VIII - requisitar e formatar dados e informações em subsídios a reuniões, palestras e entrevistas.

1.3.3.3. Distribuição do quadro de funcionários

ÁREAS	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIO	FUNDAMENTAL	TOTAL
CHEFIA DE GABINETE + SIAI	12	5	-	-	17
GEIAT	6	2	3	-	11
GECOM	4	2	1	-	7
SUP. REG. SEPETIBA	6	2	-	3	11
SUP. REG. ILHA GRANDE	8	2	1	-	11
SUP. REG. DOIS RIOS	16	5	2	-	23
SUP. REG. MÉDIO PARAÍBA	14	7	4	3	28
SUP. REG. PIABANHA	12	5	-	-	17
SUP. REG. BAIXO PARAÍBA	18	7	3	2	30
SEAN	2	1	-	2	5
SUP. REG. MACAÉ E OSTRAS	6	2	1	-	9
SUP. REG. GUANABARA	11	8	3	3	25
SUP. REG. LAGOS SÃO JOÃO	7	8	1	2	18
TOTAL	122	56	19	15	212

Tabela 1: Quadro de Servidores da Vice Presidência

1.3.3.4. Volume de Recursos utilizados

Projetos Aprovados no FECAM

Gabinete

1 – Banco de Áreas, valor aprovado R\$ 2.000.000,00.

2 – Fortalecimentos do programa Jogos Limpos – Equipe Técnica, valor aprovado R\$ 1.123.823,54.

GEIAT

1 – Gestão de Acervos Documentais – Adesão de registro de preço aeronáutica, valor contratado R\$ 3.445.000,00.

2 – Contratações de empresa especializada em Serviços Gráficos, valor contratado R\$ 887.900,00.

3 – Contratação de serviços de criação de projeto gráfico, diagramação, tratamento de imagens, elaboração de gráficos, infográficos tabelas, ilustrações e acompanhamento da impressão de material gráfico, valor contratado R\$ 247.232,00.

1.3.4. DILAM

1.3.4.1. Organograma

A Diretoria de Licenciamento Ambiental, composta em 2013 por 7 gerências e 2 coordenadorias, tem como atribuição conduzir os procedimentos de licenciamento ambiental, que contenham ou não autorizações e demais atos relativos a recursos hídricos e à política florestal, na forma do art. 5º da Lei Estadual nº 5.101, emitindo as análises e pareceres correspondentes; decidir sobre o licenciamento de atividades consideradas de baixo impacto ambiental, atribuídos pelo art. 9º, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.101, compreendidas neste as autorizações para a intervenção em corpos hídricos, na forma da legislação estadual, e as autorizações para funcionamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que afetem unidade de conservação estadual ou sua zona de amortecimento, na forma da legislação federal, ouvida, neste último caso, a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas; gerenciar o uso de agrotóxicos em âmbito estadual e expedir os certificados pertinentes; editar atos de outorga e extinção de direito de uso dos recursos hídricos; aprovar Projetos de Alinhamento de Rio (PAR) e Projetos de Alinhamento de Orla de Lagoa ou Laguna (PAOL) e demarcar Faixas Marginais de Proteção (FMP).

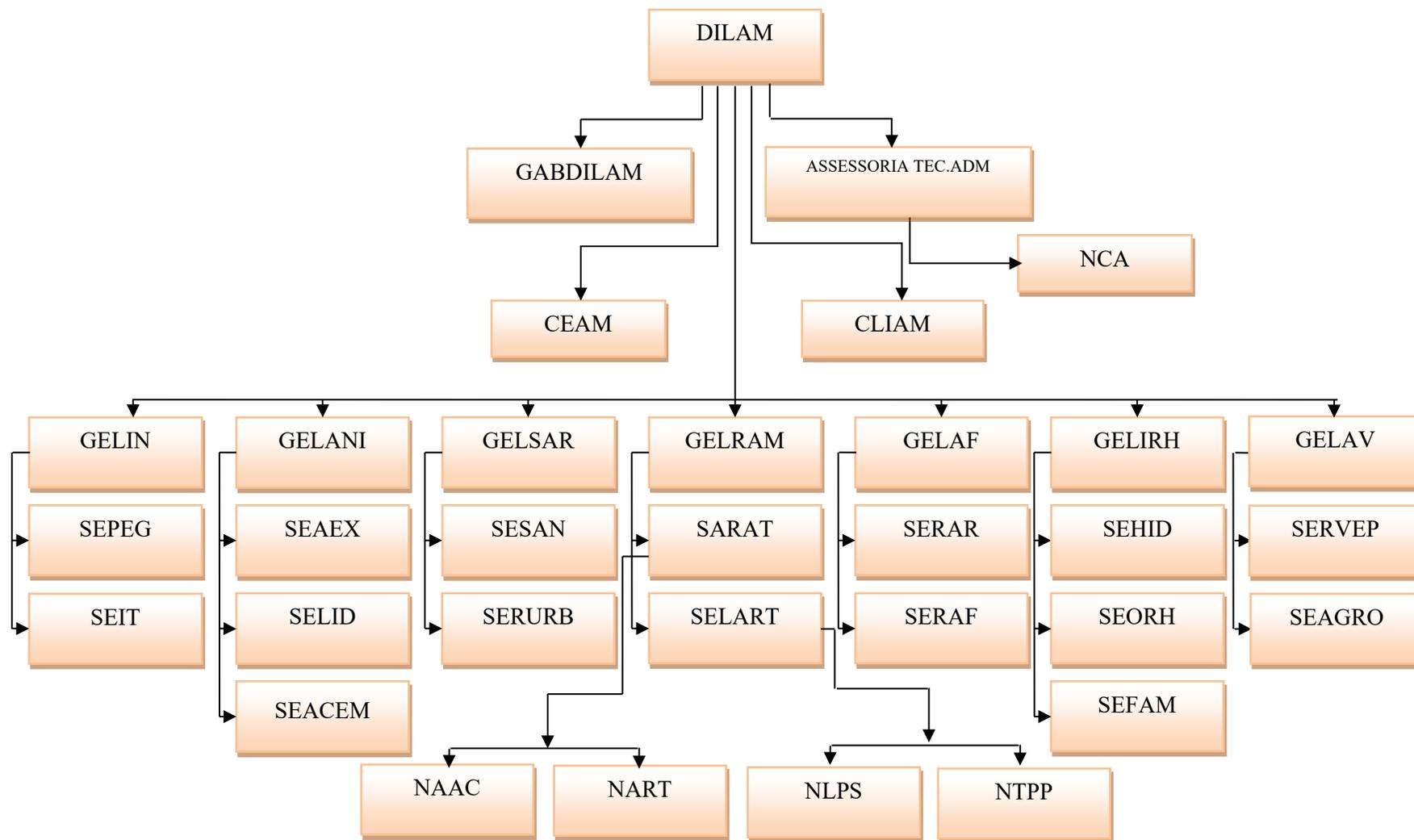


Figura 2: Organograma da DILAM

ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DA DILAM

a- Núcleo de Compensação Ambiental

CEAM – Coordenadoria de Estudos Ambientais

CLIAM – Coordenadoria de Licenciamento Ambiental

a- Núcleo de Programas de Autocontrole

GELIN – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE INDÚSTRIAS

a- SEPEG – Serviço de Análise de Petróleo Gás e Energia

b- SEIT – Serviço de Análise de Outras Indústrias de Transformação

c- NTPS – Núcleo Técnico de Poluição Sonora

GELANI – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES NÃO INDUSTRIAIS

a- SEAEX – Serviço de Análise de Atividades Extrativas

b- SELID – Serviço de Análise de Atividades de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

c- SEACEM – Serviço de Análise de Campos Eletromagnéticos

GELSAR – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS

a- SESAN – Serviço de Análise de Atividades de Saneamento

b- SERURB – Serviço de Análise de Resíduos Industriais e Urbanos

GELRAM – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE RISCO TECNOLÓGICO

a- SARAT – Serviço de Avaliação de Risco Ambiental Tecnológico e Planos de Emergência

i-NAAC – Núcleo de Avaliação de Áreas Contaminadas

ii- NART – Núcleo de Avaliação de Risco Tecnológico

b-SELART – Serviço de Licenciamento de Atividades de Risco Tecnológico

i- NLPS – Núcleo de Licenciamento de Postos de Serviço

ii- NTPP – Núcleo de Transporte de Produtos Perigosos

GELAF – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL

a- SERAR – Serviço de Análise Agropecuário e Assentamentos Rurais

b- SERAF – Serviço de Análise Florestal

GELAV – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE AGROTÓXICOS,
VETORES E HIGIENIZAÇÃO

a- SEAGRO – Serviço de Controle da Comercialização e Uso de Agrotóxico

b- SERVEP – Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas e Higienização

GELIRH – GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

a- SEHID – Serviço de Hidrologia e Hidráulica

b- SEORH – Serviço de Outorga de Recursos Hídricos

c- SEFAM – Serviço de Demarcação de Faixa Marginal de Proteção

1.3.4.2. Atribuições

Atribuições da Diretoria de Licenciamento Ambiental

São atribuições da Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILAM):

- Emitir e assinar licenças ambientais e os demais instrumentos previstos no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM) relativos às atividades de baixo impacto ambiental, amparada em Parecer Técnico elaborado pelas Gerências;
- Conduzir os processos de licenciamento ambiental de atividades sujeitas à Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório Ambiental Simplificado (RAS), encaminhando-os, ao final, para deliberação do CONDIR ou CECA, conforme o caso;
- Conduzir, no âmbito de sua competência, os processos de licenciamento ambiental de atividades que não se enquadrem como de baixo impacto ambiental, nem na descrição do inciso II, encaminhando-os, ao final, para deliberação do CONDIR;
- Gerenciar os processos de comercialização e uso de agrotóxicos em âmbito estadual e expedir as licenças, autorizações, certificados ou certidões ambientais pertinentes;
- Aprovar Projetos de Alinhamento de Orla de Lagoa ou Laguna (PAOL) e Faixas Marginais de Proteção (FMP), bem como decidir sobre os pedidos de autorização para intervenção em área de preservação permanente, amparada em Parecer Técnico elaborado pelas Gerências;
- Decidir sobre a concessão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, de autorização para perfuração e tamponamento de poços tubulares, de certidão de uso insignificante de recurso hídrico superficial e subterrâneo e de reserva hídrica, e demais autorizações ambientais, certidões ambientais, termos de encerramento e documentos de averbações das licenças que são de sua competência, amparada em Parecer Técnico elaborado pelas Gerências;
- Conferir, quando demandada, suporte técnico às demais unidades administrativas do INEA sobre os assuntos relacionados as suas atribuições, especialmente o licenciamento ambiental, contribuindo para a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;
- Supervisionar e manifestar-se acerca da análise técnica prévia e acompanhar o cumprimento das obrigações de sua competência pactuadas em Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, subsidiando a Coordenadoria Técnica e Planejamento Estratégico da Presidência;
- Elaborar e conduzir a celebração de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCAs), controlando o recolhimento dos depósitos bancários provenientes da medida de compensação ambiental, bem como manifestar-se sobre a quitação das parcelas;
- Dar ciência dos TCCAs e Termos Aditivos celebrados, à Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SEA e à AUDIT;
- Promover, no seu âmbito, a gestão de políticas e diretrizes ambientais traçadas, bem como desenvolver o planejamento estratégico conforme a política ambiental estadual;
- Coordenar, estipular e monitorar as metas de suas equipes;
- Consolidar os dados transmitidos pelas unidades com vistas a elaborar o relatório anual de atividades;

- Propor ao CONDIR e/ou ao Presidente a revisão e edição de normas técnicas ambientais e administrativas, bem como as políticas de capacitação profissional específica para o quadro técnico da Diretoria;
- Fomentar os estudos científicos no âmbito de sua competência;
- Promover intercâmbio através de eventos técnico-científicos ambientais, de forma a integrar os diversos segmentos da sociedade público e privada;
- Realizar reuniões do Conselho de Gerências, Coordenadorias e Assessoria Técnica e Administrativa (Conger), com objetivo de incentivar a realização de análise conjunta, a cooperação e a integração entre as equipes da diretoria;
- Exercer outras atividades correlatas às suas atribuições.
- Solicitar apoio técnico às Gerências no que lhes compete, e aos demais setores do INEA.
- Realizar consultas a Órgãos externos sobre aspectos específicos do licenciamento ambiental de competência da DILAM.
- Responder às demandas de instituições e Órgãos diversos.

Atribuições da Assessoria Técnica e Administrativa

São atribuições da Assessoria Técnica e Administrativa da DILAM:

- Assessorar tecnicamente e administrativamente o Diretor em matérias de sua competência;
- Representar a DILAM perante os demais Órgãos ou internamente, por determinação do Diretor;
- Subsidiar as demandas oriundas do Poder Judiciário, de forma a auxiliar a Procuradoria do INEA na defesa em juízo do mesmo;
- Submeter as consultas jurídicas de competência da DILAM à Procuradoria do INEA;
- Solicitar e instruir os pedidos de abertura de sindicância;
- Diligenciar e instruir as requisições ministeriais perante as demais unidades administrativas desta Diretoria;
- Exercer o controle do fluxo de rotina do Gabinete da DILAM;
- Instruir os questionamentos da AUDIT quanto ao cumprimento de diligências do TCE e AGE, no âmbito de sua competência;
- Subsidiar as consultas a Órgãos externos sobre aspectos específicos do licenciamento ambiental de competência da DILAM;
- Representar a DILAM junto às comissões e aos comitês interdisciplinares relativamente aos temas afetos ao licenciamento ambiental;
- Apoiar as Gerências e Coordenadorias da DILAM na instrução de processos licitatórios;
- Supervisionar e aprimorar os serviços administrativos da DILAM;
- Receber, analisar, instruir e controlar a tramitação dos processos administrativos e documentos diversos;
- Emitir notificação, auto de constatação e demais documentos administrativos;
- Subsidiar a Diretoria no atendimento às demandas de instituições e Órgãos diversos;

- Subsidiar, no âmbito da DILAM, a instrução dos Termos de Ajustamento de Conduta, Termos de Cooperação e Convênios e demais instrumentos;
- Coordenar o Núcleo de Compensação Ambiental – NCA;

Atribuições da Coordenadoria de Estudos Ambientais

São atribuições da Coordenadoria de Estudos Ambientais (CEAM):

- Coordenar a elaboração de instruções técnicas para Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório Ambiental Simplificado (RAS);
- Coordenar as análises de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA);
- Supervisionar a elaboração de pareceres técnicos com vistas à emissão de licença prévia, de instalação e operação provenientes de EIA/RIMA e RAS;
- Supervisionar a realização de audiências públicas;
- Manifestar-se acerca de consultas internas e externas;
- Emitir notificação, auto de constatação e demais documentos administrativos.

Atribuições da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental

São atribuições da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental (CLIAM):

- Coordenar a emissão de licenças ambientais e demais instrumentos do SLAM de competência da DILAM;
- Apoiar as gerências da DILAM e demais órgãos do INEA nos assuntos relacionados aos procedimentos do licenciamento ambiental;
- Coordenar o Núcleo de Programas de Autocontrole – NUPAC;
- Participar da elaboração e revisão da legislação ambiental e de normas técnicas estaduais;
- Divulgar e zelar pela observância das normas relativas ao licenciamento ambiental.

Atribuições comuns das gerências de licenciamento:

São atribuições comuns das gerências de licenciamento da Diretoria de Licenciamento Ambiental:

- Analisar requerimentos de licenças, certificados, certidões e autorizações ambientais de competência da DILAM;
- Participar da elaboração e revisão da legislação ambiental e de normas técnicas estaduais;
- Prestar assessoria técnica aos municípios, em conjunto com a GEGAM/DIGAT, bem como às Superintendências, em procedimentos de licenciamento ambiental;
- Coordenar, organizar, controlar e executar as ações de fiscalização para emissão das licenças, certidões, certificados, autorizações e acompanhamento das condições de validade e restrições dos instrumentos emitidos;

- Estabelecer procedimentos para o melhor andamento das ações de fiscalização, controle e licenciamento;
- participar, sob a coordenação da CEAM, da elaboração de instruções técnicas para Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);
- participar, sob a coordenação da CEAM, da análise dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA);
- participar de audiências públicas;
- analisar Relatórios de Auditorias Ambientais (RAA), emitindo respectivo parecer; e notificação de aprovação ou reprovação;
- avaliar e propor a elaboração de Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e, sob a coordenação da CEAM, elaborar instrução técnica específica, analisar e emitir parecer técnico junto ao processo de licenciamento ambiental;
- participar de diligências periciais nas áreas de suas competências, quando requisitadas;
- manifestar-se acerca das demandas oriundas de outras instituições e demais setores do INEA;
- elaborar e emitir instrumentos e documentos, tais como pareceres e relatos técnicos, minutas de ofícios, no âmbito de suas competências;
- analisar os aspectos técnicos das minutas de termos de ajustamento de conduta (TACs) relacionados às suas competências, quando solicitado;
- propor programas de capacitação profissional que visem o aprimoramento técnico da equipe;
- auxiliar as Superintendências Regionais na fiscalização e no licenciamento ambiental, quando solicitada;
- manter atualizado o sistema de informatização do licenciamento, de forma a subsidiar as análises processuais e administrativas, necessárias à emissão de certidões, certificados, autorizações, licenças ambientais e demais atos administrativos;
- participar de grupo de trabalho de câmaras técnicas no âmbito federal e estadual, quando solicitadas;
- sugerir a celebração de convênios com Órgãos da administração federal, estadual e municipal, visando maior eficiência no desenvolvimento das atividades de sua atribuição;
- elaborar relatório de avaliação de desempenho das Gerências;
- interagir com as demais unidades da DILAM e Diretorias quanto à definição de procedimentos relativos ao licenciamento ambiental;
- participar de reuniões internas e externas;
- analisar a concepção dos projetos de controle de poluição ambiental e emitir laudo técnico;
- emitir notificação, auto de constatação e demais documentos administrativos;
- solicitar e instruir os pedidos de abertura de sindicância, encaminhando-os à Assessoria Técnico-Administrativa;
- encaminhar à área responsável, com vista à emissão de autos de infração, os autos de constatação lavrados;

Atribuições da Gerência de Licenciamento de Indústrias

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento de Indústrias (GELIN):

- analisar os requerimentos de licença ambiental e acompanhar as licenças emitidas de atividades industriais que envolvam processos de transformação e as relativas à geração e transmissão de energia;
- analisar solicitações de licenças ambientais quanto aos aspectos de poluição por efluentes líquidos, atmosféricos e resíduos;
- verificar preliminarmente a necessidade de estudos complementares quanto aos aspectos de risco ambiental, contaminação do solo e de águas subterrâneas e de ruído em apoio às demais gerências;
- realizar vistorias técnicas;
- analisar relatórios de monitoramento dos Programas de Autocontrole de efluentes líquidos e gasosos e das campanhas de medição do INEA;
- definir os parâmetros para os relatórios de acompanhamento dos Programas de Autocontrole;
- realizar pesquisas bibliográficas para subsidiar a análise dos processos de licenciamento ambiental.

Atribuições da Gerência de Licenciamento de Atividades Não Industriais

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento de Atividades não Industriais (GELANI):

- analisar os requerimentos de licença ambiental e acompanhar as licenças emitidas de atividades não industriais, tais como aquelas referentes a atividades extrativas, de urbanização e de infraestrutura;
- verificar preliminarmente a necessidade de estudos complementares;
- analisar a concepção dos projetos de controle de poluição ambiental e emitir avaliação técnica;
- realizar vistorias técnicas e produzir os respectivos pareceres ou relatórios técnicos.

Atribuições da Gerência de Licenciamento de Saneamento e Resíduos

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento de Saneamento e Resíduos (GELSAR):

- licenciar e controlar as atividades de saneamento, de destinação de resíduos urbanos, de estabelecimentos de saúde e resíduos industriais;
- elaborar relatórios de vistoria, pareceres e relatórios técnicos sobre empreendimentos, públicos ou privados, de saneamento, de destinação de resíduos urbanos, de estabelecimentos de saúde e de resíduos industriais;
- disponibilizar, com base nas informações constantes em banco de dados, a situação dos sistemas de saneamento básico e disposição de resíduos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, para subsidiar a distribuição da arrecadação do ICMS aos municípios, nos termos da Lei estadual 5.100, de 04 de outubro de 2007;

- avaliar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS, para verificação dos procedimentos de acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos dessa natureza;
- analisar e acompanhar a coleta, armazenamento e transporte de resíduos sólidos urbanos, da construção civil, industrial classes I e II e de sistemas provenientes de esgotamento sanitário.

Atribuições da Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico (GELRAM):

- analisar, controlar e gerenciar as atividades com potencial de risco ao meio ambiente e a população visando a prevenção da ocorrência de grandes acidentes de origem tecnológica, envolvendo substâncias químicas perigosas;
- desenvolver e implementar ações visando a prevenção de acidentes ambientais de origem tecnológica, envolvendo substâncias químicas perigosas;
- coordenar e supervisionar a elaboração e implantação dos Planos de Área do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto Estadual nº 4.871, de 06.11.2003;
- identificar e mapear as áreas contaminadas e degradadas por produtos químicos, para fins de elaboração e gestão do cadastro estadual;
- analisar os estudos de contaminação de solo e águas subterrâneas e os projetos de remediação;
- identificar as fontes ou atividades potenciais de contaminação ambiental;
- manter atualizado o Sistema de Informação de Risco Ambiental – SIRA;
- acompanhar e interagir tecnicamente com o SOPEA/DIMFIS nos casos de acidentes ambientais de origem tecnológica, no Estado do Rio de Janeiro;
- licenciar as atividades de transportes de produtos perigosos, postos de serviços e os projetos de remediação de áreas contaminadas.

Atribuições da Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos (GELIRH):

- analisar os requerimentos e processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de perfuração e tamponamento de poços tubulares, de uso insignificante de recurso hídrico superficial e subterrâneo e de reserva hídrica;
- demarcar as faixas marginais de proteção e planos de alinhamento de orla;
- analisar os pedidos de autorização para intervenção nas faixas marginais de proteção;
- desenvolver estudos que busquem a aprimorar a análise dos recursos hídricos no licenciamento ambiental, contribuindo para a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;
- analisar os requerimentos de licença ambiental e acompanhar as licenças emitidas das atividades que interferem nos recursos hídricos;

- promover o uso de geotecnologias para aquisição e fornecimento de informações relacionadas aos recursos hídricos;
- promover articulação com a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para o aprimoramento e a integração das atividades de competência desta gerência.

Atribuições da Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal (GELAF):

- licenciar e controlar as atividades de silvicultura econômica, supressão de vegetação nativa, reposição florestal, manejo florestal sustentável, assentamentos rurais e atividades agropecuárias;
- implantar e organizar o cadastro estadual, das pessoas físicas e jurídicas, cuja finalidade principal ou subsidiária seja a produção ou consumo de produtos e subprodutos de origem florestal;
- licenciar e controlar as atividades de comercialização e estocagem de produtos agrotóxicos, as Centrais e Postos de Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;
- licenciar e controlar as atividades de levantamento, coleta, colheita, apanha, captura, resgate, transporte e monitoramento de fauna silvestre.

Atribuições da Gerência de Licenciamento de Atividades de Agrotóxicos, Vetores e Higienização

São atribuições específicas da Gerência de Licenciamento de Atividades de Agrotóxicos, Vetores e Higienização (GELAV):

- licenciar e controlar as atividades de comercialização e estocagem de produtos agrotóxicos, as Centrais e Postos de Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;
- administrar o programa de controle do uso e da comercialização de agrotóxicos e afins, coordenar e executar análise dos requerimentos de certificado de credenciamento das instituições de prestação de serviços com produtos agrotóxicos (saneantes desinfestantes);
- cadastrar os produtos saneantes desinfestantes de uso profissional, fitossanitários de uso não agrícola e produtos de uso veterinário;
- licenciar e controlar as atividades de controle de vetores e pragas urbanas, de higienização de reservatórios de água, de jardinagem profissional, de capina química, de tratamentos fitossanitários, com fins quarentenários em pragas de grãos armazenados, embalagens de madeira para exportação e aplicação de agrotóxicos por aeronaves.

1.3.4.3. Distribuição do quadro de funcionários

ÁREAS	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIO	FUNDAMENTAL	FIA	TOTAL
DIRETORIA	1	0	0	0	0	1
ASSESSORIA/ NCA	7	0	0	0	0	7
GABINETE	0	5	1	2	0	8
CEAM	10	1	0	0	0	11
CLIAM	2	10	0	0	1	13
GELIN	23	7	0	0	0	30
GELANI	12	2	1	1	0	16
GELRAM	17	4	1	0	1	23
GELSAR	12	4	2	0	1	19
GELIRH	19	5	3	1	0	28
GELAF	11	5	0	0	0	16
GELAV	6	16	1	5	0	28
TOTAL	120	59	9	9	3	200

Tabela 2: Distribuição do quadro de funcionários - DILAM

1.3.5. DIGAT

1.3.5.1. Organograma

A missão da DIGAT é coordenar o planejamento e a gestão das águas, de modo integrado e participativo, fomentar a inserção da dimensão ambiental no ordenamento do território e estimular a consciência ambiental de setores representativos da sociedade do Estado do Rio de Janeiro. Contando com 187 profissionais, a DIGAT é responsável por assuntos tão variados como: colegiados participativos de recursos hídricos, instrumentos de gestão das águas, monitoramento da qualidade da água e balneabilidade de praias, licenciamento ambiental municipal, análise espacial, prevenção de riscos de inundação, educação ambiental e Agenda 21.

É uma Diretoria do INEA que tem grande interface com atores externos à instituição, sobretudo municípios, colegiados participativos e associações da sociedade civil, cuja atuação depende fortemente da comunicação e ação integrada com outras diretorias e setores do Instituto. A DIGAT é composta por seis Gerências, um Núcleo Especial e uma Coordenadoria, além do gabinete.

A Gerência de Gestão Participativa das Águas (GEAGUA) tem como missão promover a participação da sociedade civil e dos usuários de água na Política e no Sistema Estadual de Recursos Hídricos,

através da coordenação do apoio institucional, técnico e administrativo aos colegiados participativos (comitês de bacia e Conselho Estadual de Recursos Hídricos).

A Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos (GEIRH) tem como missão coordenar a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos nas Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, de forma articulada aos comitês de bacia e demais entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Gerência de Avaliação de Qualidade das Águas (GEAG) tem como meta o controle da qualidade das águas dos rios, baías, lagoas, sistemas lagunares, praias e reservatórios do Estado do Rio de Janeiro, através do monitoramento sistemático da água, sedimentos e biota dos corpos d'água.

A Gerência de Instrumentos de Gestão do Território (GEGET) tem como objetivo desenvolver estudos, projetos e ações que subsidiem o ordenamento territorial e o planejamento ambiental no Estado, almejando a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental.

A Gerência de Apoio à Gestão Ambiental Municipal (GEGAM) tem como missão apoiar os municípios fluminenses na estruturação e fortalecimento institucional de seus órgãos ambientais.

A Gerência de Educação Ambiental (GEAM) tem como missão apoiar o exercício da cidadania na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação dos cidadãos na gestão dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente.

O Núcleo Especial de Agenda 21, que tradicionalmente se concentrava na criação e no fortalecimento de Agendas 21 locais, passou a promover um foco regional de atuação desses fóruns e de seus Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLDS) sob a perspectiva das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

A Coordenadoria de Planejamento e Projetos Estratégicos (COPPES) foi criada com o objetivo de elaborar, coordenar e prestar assessoria técnica à Digat e ao Inea, através da elaboração de estudos, projetos e ações estratégicas voltadas para a gestão integrada das águas e do território.

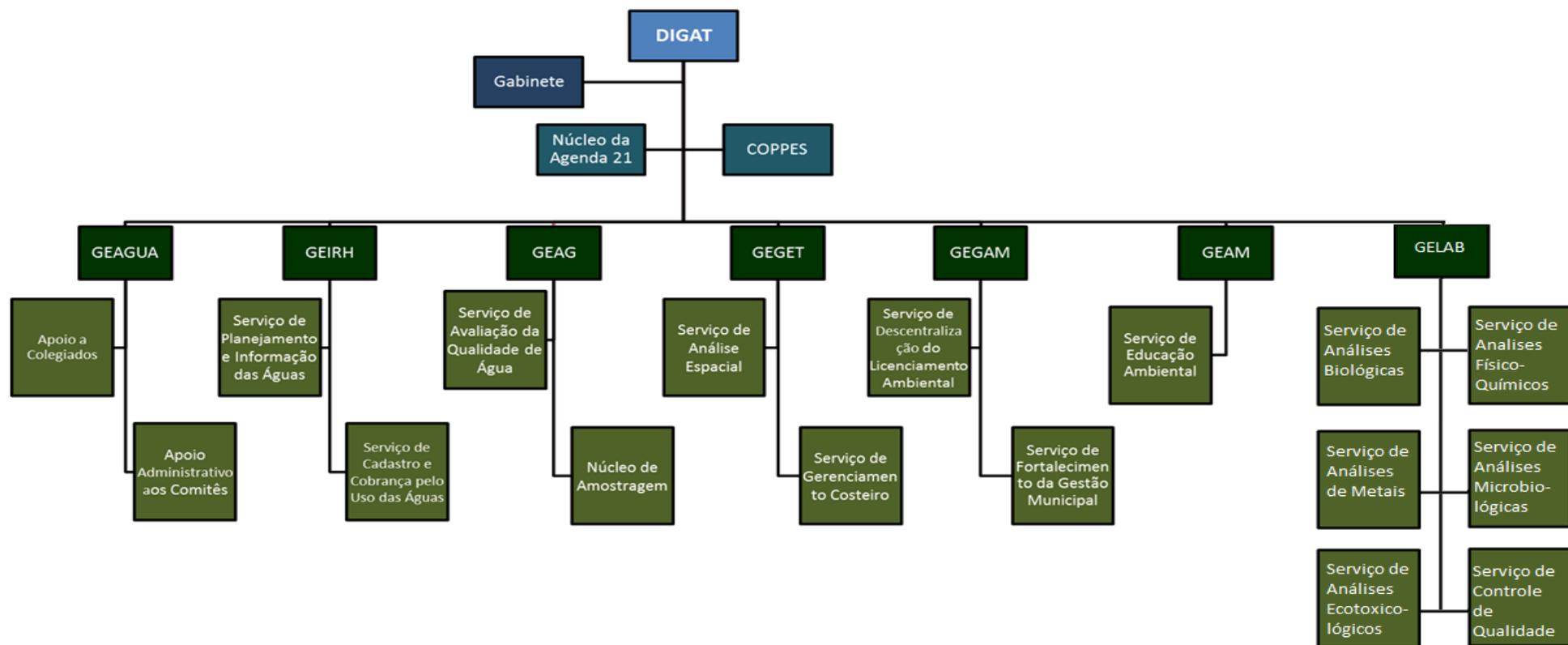


Figura 3: Organograma da DIGAT

Atribuições do Gabinete

O Gabinete da DIGAT, desde a criação do Inea - além de ser uma instância de acompanhamento, assessoramento e facilitação de suas gerências e demais unidades - tem um perfil executivo e vem coordenando projetos e atividades, além do apoio às diferentes unidades da Diretoria. Destacam-se, em 2013:

- Apoio jurídico ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI;
- Apoio ao Contrato de Gestão INEA;
- Apoio à aquisição de dois Sistemas de Radares Meteorológicos, em conjunto com a Dimfis/Inea;
- Acompanhamento do Projeto FLASH - Flood and Landslide Hazard forecasting, warning and response system, Muriaé River Basin, Itaperuna City (cooperação entre o INEA e o Ministério de Meio Ambiente da Itália -IMELS, iniciado em 2012, com vistas ao aperfeiçoamento do Sistema de Alerta de Cheias do Instituto), coordenado pela Dimfis/Inea;
- Apoio ao Projeto “Concepção de modelo institucional e operacional para a Gestão Integrada de Risco de Desastres para o ERJ” (INEA/SEPLAG/BIRD), coordenado pela Dimfis/Inea.

Atribuições da Gerência de Gestão Participativa das Águas

As funções da da Gerência de Gestão Participativa das Águas (GEAGUA) são:

- Serviço de Apoio aos Colegiados
- Serviço de Apoio Administrativo aos Comitês

Suas principais atribuições envolvem:

- Apoio institucional, técnico e administrativo aos colegiados participativos voltados aos recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro;
- Gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) – subconta comitês, inclusive com celebração de termos de cooperação técnica, contratos, convênios e contratos de gestão, além de apoio administrativo aos comitês de bacias hidrográficas para sua utilização;
- Secretaria do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Atribuições da Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

As funções da Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos (GEIRH) são:

- Serviço de Planejamento e Informação das Águas
- Serviço de Cadastro e Cobranças pelo Uso das Águas

Suas principais atribuições envolvem:

- Coordenar e acompanhar ações de planejamento nas Regiões Hidrográficas do Estado, fornecendo apoio técnico às entidades do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no desenvolvimento e aplicação nos instrumentos de gestão;

- Apoiar ao processo de regularização do uso da água em território fluminense, com o suporte ao cadastramento de usuários e a gestão do cadastro em âmbito estadual (CNARH);
- Executar as rotinas operacionais da cobrança pelo uso da água de domínio estadual e acompanhar a arrecadação e destinação das receitas às subcontas do FUNDRHI.

Atribuições da Gerência de Avaliação de Qualidade das Águas

As funções da Gerência de Avaliação de Qualidade das Águas (GEAG) são:

- Serviço de Avaliação da Qualidade dos Corpos D'água
- Núcleo de Amostragem

Suas principais atribuições envolvem:

- Monitorar e avaliar a qualidade das águas dos rios, baías, lagoas, reservatórios e praias do ERJ;
- Produzir relatórios, diagnósticos e boletins sobre a qualidade da água dos corpos hídricos do ERJ;
- Monitorar a qualidade dos efluentes das estações de tratamento de esgotos domésticos e de despejos industriais do ERJ;
- Acompanhar o PROCON ÁGUA através do controle das características qualitativas e quantitativas dos efluentes líquidos baseado nos resultados reportados nos RAEs;
- Cooperar com outras Unidades do Inea no atendimento de emergências/acidentes ambientais; e
- Cooperar tecnicamente com outras instituições, p. ex. Polícia Federal, IBAMA, DPMA, MP e Prefeituras.

Atribuições da Gerência de Análises Laboratoriais

As funções da Gerência de Análises Laboratoriais (GELAB) são:

- Serviço de Análises Físico-Químicas
- Serviço de Análises Biológicas e Microbiológicas
- Serviço de Análises Instrumentais
- Serviço de Análises Ecotoxicológicas
- Serviço de Controle da Qualidade

Suas principais atribuições envolvem:

- Efetuar ensaios laboratoriais em amostras de corpos receptores, efluentes e resíduos industriais, sedimento, solo, ar e material biológico. Os ensaios realizados são: físico-químicos, metais pesados, compostos orgânicos, ecotoxicológicos, biológicos e microbiológicos;
- Atender as demandas do monitoramento ambiental;
- Apoiar o licenciamento ambiental por meio do monitoramento de efluentes líquidos e resíduos das empresas;
- Emitir os laudos técnicos de credenciamento de laboratórios;
- Realizar análises para o público externo;
- Orientar os usuários quanto à interpretação dos resultados das análises solicitadas.

Atribuições da Gerencia de Instrumentos de Gestão do Território

As funções da GEGET são:

- Serviço de Gerenciamento Costeiro
- Serviço de Análise Espacial

Suas principais atribuições envolvem:

- Coordenar e acompanhar a realização de estudos, projetos e ações estratégicas relacionadas ao ordenamento e gestão do território do Estado (ex.: ZEE, ZEEC);
- Promover e apoiar tecnicamente a definição de áreas de interesse ambiental estratégico para proteção e conservação ambiental;
- Conceber e implementar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e seus instrumentos de Gestão;
- Elaborar, em parceria com a DIMFIS, bases cartográficas e mapas temáticos em atendimento às demandas das demais diretorias do INEA;
- Coordenar o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PRO-PSA, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.029/11.

Atribuições da Gerência de Apoio à Gestão Ambiental Municipal

As funções da GEGAM são:

- Serviço de Descentralização do Licenciamento Ambiental
- Serviço de Fortalecimento da Gestão Municipal

Suas principais atribuições envolvem:

- Estimular, orientar, avaliar e habilitar os municípios ao licenciamento ambiental, observando o atendimento à legislação vigente;
- Apoiar e acompanhar a execução do licenciamento ambiental junto aos municípios habilitados através de esclarecimentos técnicos e vistorias em conjunto;
- Realizar cursos de capacitação em licenciamento ambiental e fiscalização, para gestores municipais;
- Elaborar cartilhas de orientação da Série Gestão Ambiental;
- Propor critérios de repasse de recursos da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) aos municípios, visando o fortalecimento da gestão ambiental municipal;
- Criar e implementar um programa de certificação municipal (Ambiente +);
- Apoiar aos diversos setores do INEA nas questões vinculadas ao licenciamento ambiental executado pelos municípios habilitados.

Atribuições da Gerência de Educação Ambiental

A função da GELAB é:

- Serviço de Educação Ambiental

A sua principal atribuição é:

- Desenvolver projetos e ações que subsidiem o aprofundamento de uma consciência ambiental coletiva, além de compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental;

Agenda 21 - Núcleo Especial de Agenda 21

As principais atribuições da AGENDA 21 são:

- Acompanhar, fortalecer e apoiar os Fóruns de Agenda 21 Local do Estado do Rio de Janeiro;
- Implementar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Implantar o Projeto Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM (Núcleo Especial da Agenda 21/Digat/Inea; Ceads/UERJ), financiado pelo FECAM.

Coordenadoria de Planejamento e Projetos Estratégicos

As principais atribuições da COPPES são:

- Desenvolver estudos internos, como: os estudos e projetos de macrodrenagem e obras hidráulicas; estudos e projetos de planejamento territorial e gestão de recursos hídricos; e estudos e projetos para a gestão de riscos e desastres;
- Desenvolver de estudos externos, que são aqueles licitados por outras instituições públicas, atuando tanto no desenvolvimento como na fiscalização e apoio técnico;

1.3.5.2. Distribuição do quadro de funcionários

ÁREAS	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIO	FUNDAMENTAL	TERCEIRIZADO	TOTAL
GABINETE	4	2	3	2		13
GEAM	4	1	1	2	5	13
GEAM	7	2	1		1	11
GEAGUA	6		2		1	9
GEAG	12	4	5	9	5	35
GEIRH	4		1		2	7
GEGET	10	6	4	2	3	25
COPPES	2		1	1	4	8
AGENDA 21	10	3				13
GELAB	20	21	2	12		53
TOTAL	79	39	20	28	21	187

Tabela 3: Distribuição de profissionais da DIGAT

1.3.5.3. Evolução do uso de recursos

GEIRH

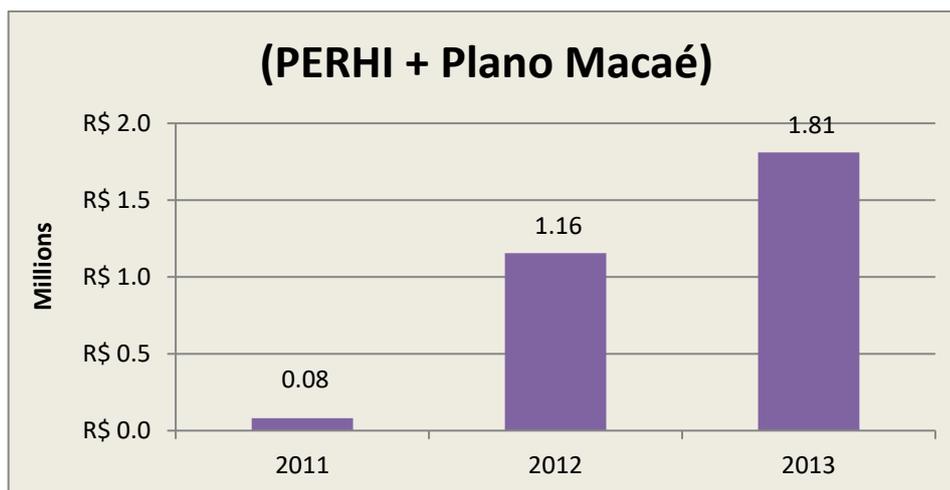


Gráfico 1: PERHI e o Plano Macaé

GELAB

Investimentos e custos operacionais do uso dos laboratórios:

	2010	2011	2012	2013
INVESTIMENTO	770.000,00	930.085,00	990.569,59	295.562,61
CONSUMO	130.000,00	324.051,00	447.631,00	724.039,15
TOTAL	900.000,00	1.254.136,00	1.438.200,59	796.368,76

Tabela 4: Investimentos e Custos operacionais do uso dos laboratórios

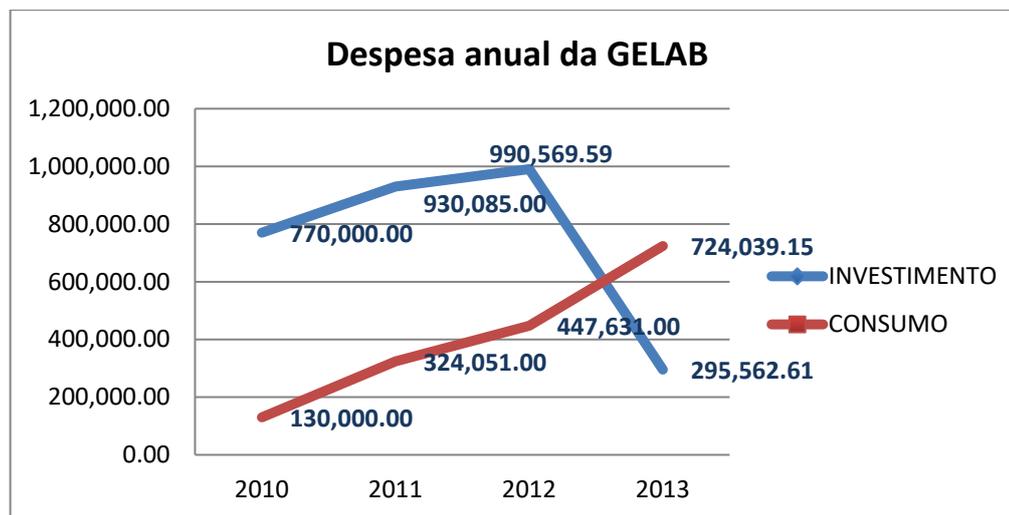


Gráfico 2: Despesa anual da GELAB

GEGET

	2011	2012	2013
GEGET (Projeto BIG)	R\$ 1.242.000,00	R\$ 1.242.000,00	R\$ 1.242.000,00



Gráfico 3: Recursos Executados

GEGAM

Recursos arrecadados através da TAXA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL – TCFA repassados aos 92 Municípios, através de bens utilizados exclusivamente pelas Secretarias de Meio Ambiente, visando o seu fortalecimento.



Gráfico 4: Bens repassados aos municípios

Em 2013, foram adquiridos e doados veículos para os seguintes Municípios: Angra dos Reis, Areal, Bom Jardim, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Carmo, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Eng. Paulo de Frontin, Iguaçu Grande, Japeri, Macuco, Magé, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do

Alferes, Pinheiral, Quatis, Quissamã, Rio das Flores, São Francisco de Itabapoana, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Santa Maria Madalena, Sumidouro, Trajano de Moraes e Valença.

Volume de recursos executados através do contrato CM&O em 04 Cursos de Capacitação de Gestores Municipais

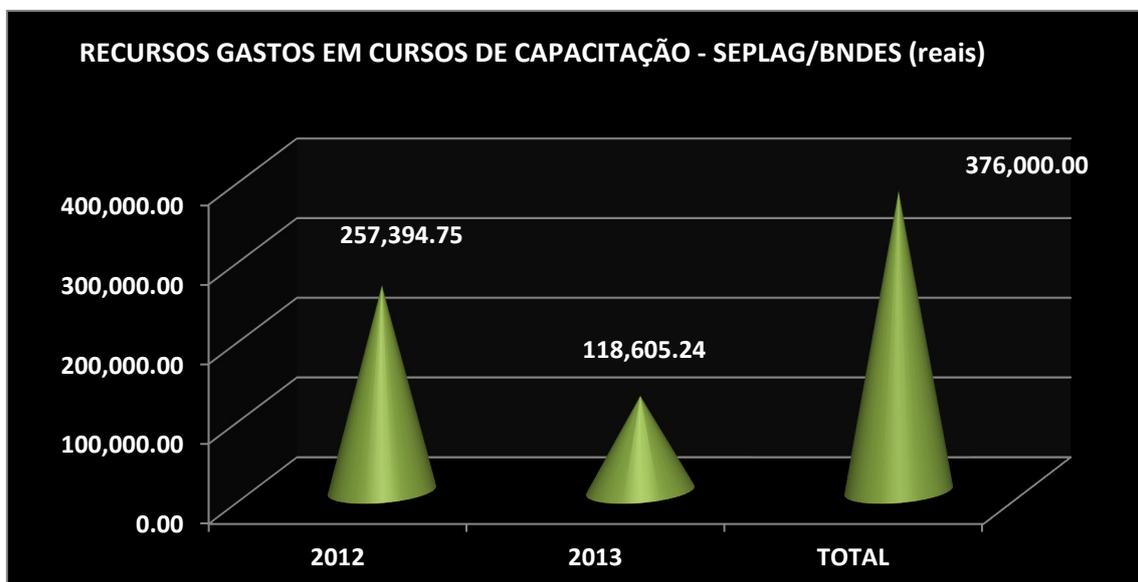


Gráfico : Volume de recursos executados através do contrato CM&O

1.3.6. DIBAP

1.3.6.1. Organograma

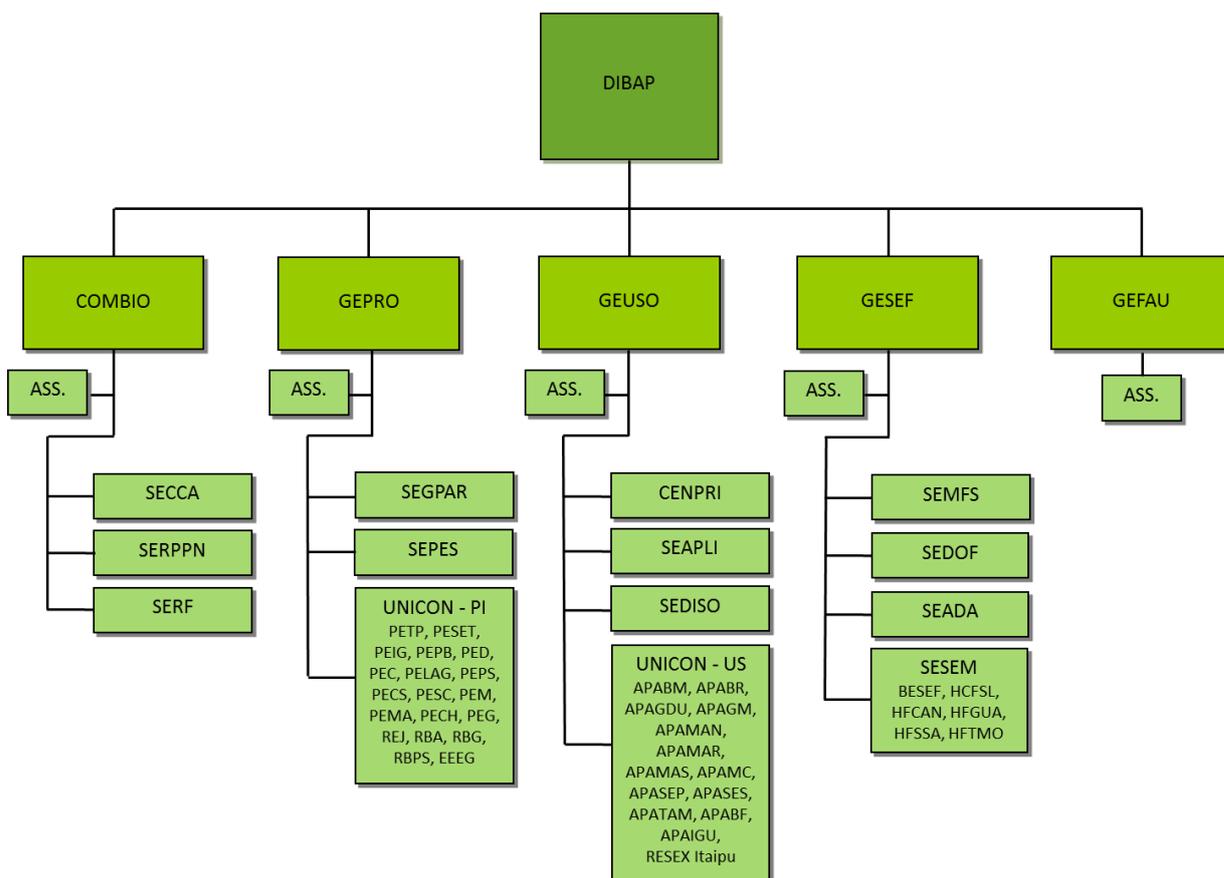


Figura 4: Organograma da DIBAP

Gabinete

Principais atribuições:

- Tratar da tramitação da documentação interna e externa.
- Responder documentação interna e externa, ou encaminhar para as gerências responsáveis.
- Decidir e orientar as gerências sobre pareceres e planos de ação concernentes às suas atividades e projetos.
- Elaborar termos de doação e de cessão de uso.
- Elaborar minutas de resoluções, decretos, projetos de lei, termos de convênio, cooperação técnica e protocolo de intenções.
- Analisar processos administrativos e quaisquer outros documentos que demandem análise jurídica e tratem de áreas protegidas e biodiversidade.

Coordenadoria de Mecanismos de Proteção à Biodiversidade (COMBIO)

ASS. – Assessoria Técnica e Administrativa do COMBIO

SERF – Serviço de Regularização Fundiária

SERPPN – Serviço de Reserva Particular do Patrimônio Natural

SECCA – Serviço de Controle de Compensação Ambiental

Principais atribuições:

- Promover o levantamento fundiário e a regularização das propriedades inseridas no interior das unidades de conservação estaduais de proteção integral;
- Analisar os procedimentos administrativos referentes ao pedido de criação de RPPN e, quando cabível, de Reserva Legal, protocolados no INEA;
- Atender e orientar, sempre que possível, os proprietários de imóveis interessados em criar RPPN;
- Fornecer orientação técnica e científica para elaboração do Plano de Manejo de RPPN;
- Divulgar o tema RPPN;
- Vistoriar periodicamente e sempre que possível as RPPNs reconhecidas pelo INEA;
- Realizar a supervisão financeira dos projetos executados por medida compensatória;
- Monitorar as atividades de execução dos projetos direcionados às unidades de conservação estaduais;
- Analisar e solicitar os ajustes necessários nos cronogramas físico financeiros dos projetos da GEPRO e GEUSO; e
- Analisar a documentação fiscal e contábil dos bens e serviços adquiridos, encaminhando-a, após a aprovação, à COMBIO, com o respectivo documento que ateste o recebimento e aceite (TRA).

GEPRO – Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral

- ASS. - Assessoria Técnica e Administrativa da GEPRO
- SEPES - Serviço de Planejamento e Pesquisa
- SEGPAR – Serviço de Guarda-Parque
- UNICON-PI – Unidades de conservação de proteção integral:
 - RBA - Reserva Biológica de Araras
 - RBG – Reserva Biológica de Guaratiba
 - RBPS – Reserva Biológica da Praia do Sul
 - EEG – Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba
 - EEEP – Estação Ecológica Estadual do Paraíso (*)
 - PETP – Parque Estadual dos Três Picos
 - PESET – Parque Estadual da Serra da Tiririca
 - PEIG – Parque Estadual da Ilha Grande
 - PEPB – Parque Estadual da Pedra Branca
 - PED – Parque Estadual do Desengano
 - PEC – Parque Estadual Cunhambebe
 - PELAG – Parque Estadual da Lagoa do Açú
 - PEPS – Parque Estadual da Pedra Selada
 - PECS – Parque Estadual da Costa do Sol
 - PESL – Parque Estadual da Serra da Concórdia

- PEMA – Parque Estadual Marinho do Aventureiro
- PEM – Parque Estadual do Mendanha
- PECh – Parque Estadual da Chacrinha (**)
- PEG – Parque Estadual do Grajaú (**)
- REJ – Reserva Ecológica de Juatinga

* - UC extinta no decorrer do ano de 2013.

** - atualmente sob administração da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

As suas principais atribuições são:

A GEPRO tem por objetivo planejar, gerir e fiscalizar os parques, reservas biológicas e estações ecológicas estaduais de acordo com as políticas públicas para o setor definidas pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e em consonância com o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). Isto inclui atividades tão diversificadas como:

- Implantação de instalações de apoio à gestão das áreas protegidas, através de reformas ou construções de infraestruturas, elaboração de diagnósticos, projetos e termos de referências, acompanhamento de contratações e de projetos executivos, e fiscalização de obras;
- Implantação de sinalização nas UCs, produção de informações e de identidade visual das UCs;
- Elaboração de planos de manejo;
- Elaboração de estudos que fundamentam a criação ou ampliação das unidades de conservação estaduais;
- Monitoramento de pesquisas científicas desenvolvidas nas UCs e realização de encontros de pesquisa científica;
- Treinamento e operação do Serviço de Guarda-Parques, para a prevenção e combate a incêndios florestais, desmatamentos e outras infrações ambientais, apoio às atividades de educação ambiental e atividades de caráter socioambiental;
- Fomento e manejo da visitação, através de projetos voltados ao ordenamento e planejamento de atividades que envolvam a presença do público, visando ao fortalecimento da gestão e à diversificação e qualificação das atividades de visitação; e
- Análise de processos administrativos referentes às unidades de conservação, autorização de uso de imagem e espaço, e elaboração de pareceres técnicos.

Gerência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (GEUSO)

A GEUSO é composta por:

- ASS. – Assessoria Técnica e Administrativa da GEUSO
- SEDISO – Serviço de Diálogo Social
- CENPRI – Centro de Primatologia do Rio de Janeiro
- SEAPLI – Serviço de Ecologia Aplicada

- UNICON-US – Unidades de conservação de uso sustentável
- APABM – Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu
- APABR – Área de Proteção Ambiental do Pau– Brasil
- APAGDU – Área de Proteção Ambiental do Rio Guandu
- APAGM – Área de Proteção Ambiental de Gericinó–Mendanha
- APAMAN – Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba
- APAMAR – Área de Proteção Ambiental de Maricá
- APAMAS – Área de Proteção Ambiental de Massambaba
- APAMC – Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima
- APASEP – Área de Proteção Ambiental de Sepetiba II
- APASES – Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapiatiba
- APATAM – Área de Proteção Ambiental de Tamoios
- APABF – Área de Proteção Ambiental da Bacia dos Frades
- APAFJ – Área de proteção Ambiental da Floresta do Jacarandá*
- APAIGU – Área de Proteção Ambiental do Alto Iguazu
- RESEX Itaipu – Reserva Extrativista Marinha de Itaipu

*- UC extinta no decorrer do ano de 2013.

As suas principais atribuições são:

- Gestão das unidades de conservação de uso sustentável do Estado do RJ;
- Análise de processos administrativos referentes às unidades de conservação de uso sustentável;
- Formação, renovação e capacitação dos conselhos gestores de todas as unidades de conservação estaduais, de proteção integral e de uso sustentável, por meio do Serviço de Diálogo Social (SEDISO);
- Coordenação do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CENPRI) e do Serviço de Ecologia Aplicada (SEAPLI), dois pontos de referência em pesquisa e conservação da biodiversidade fluminense, que há décadas contribuem com a elaboração de projetos de conservação da natureza, a manutenção de coleções biológicas e a produção científica.

Gerência de Serviço Florestal (GESEF)

A GESEF é composta por:

- ASS. – Assessoria Técnica e Administrativa da GESEF
- SEDOF – Serviço do Documento de Origem Florestal
- SEADA – Serviço de Adequação Ambiental de Propriedades Rurais
- SEMFS – Serviço de Manejo Florestal Sustentável
- SESEM – Serviço de Sementes e Mudanças Florestais:
- BESEF – Banco Estadual de Sementes Florestais
- HCFS – Horto Central Florestal Santos Lima

- HFCAN – Horto Florestal de Cantagalo
- HFGUA – Horto Florestal de Guaratiba
- HFSSA – Horto Florestal de São Sebastião do Alto
- HFTMO – Horto Florestal de Trajano de Moraes

As suas principais atribuições são:

- Aprimorar e executar a política florestal do Estado;
- Contribuir para o aumento e manutenção da cobertura florestal estadual por meio do reflorestamento ecológico e econômico, do controle do uso dos recursos florestais e do incentivo e viabilização da adequação ambiental das propriedades rurais;
- Coordenar, executar, fiscalizar e controlar a emissão e utilização do Documento de Origem Florestal (DOF);
- Analisar e aprovar as áreas destinadas à reserva legal das propriedades e posses rurais, bem como projetos de reflorestamento dessas áreas;
- Analisar e aprovar projetos de reflorestamento decorrentes de obrigações legais; condicionantes de licenças ambientais ou projetos executados dentro das unidades de conservação estaduais;
- Promover, incentivar, orientar e supervisionar as atividades de restauração, recuperação, recomposição e exploração florestal;
- Fomentar o desenvolvimento de técnicas de coleta de sementes e produção de mudas, assegurando a produção qualificada de espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica;
- Incentivar e promover o manejo sustentável da Mata Atlântica, com ênfase no manejo de produtos florestais não madeireiros, no manejo florestal e no manejo agroflorestal; e
- Promover a implantação e gerenciamento do Cadastro Ambiental Rural – CAR e do Programa de Regularização Ambiental – PRA no Estado.

Gerência de Fauna (GEFAU)

As principais atribuições da Assessoria Técnica e Administrativa da GEFAU são:

- Analisar projetos e emitir manifestações técnicas;
- Fiscalizar;
- Vistoriar;
- Normatizar; e
- Propor cooperação consignada por convênios/parcerias relacionadas à Gestão da Fauna Silvestre Nativa e Exótica em cativeiro no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

1.3.6.2. Distribuição do quadro de funcionários

ÁREAS	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIO	FUNDAMENTAL	TERCEIRIZADO	TOTAL
-------	----------------	-------------	------------	-------------	--------------	-------

DIRETORIA	1	-	-	-	-	1
ASSESSORIA	5	1	1	1	-	7
GEPRO	65	268	3	14	35	382
COMBIO	9	1	-	-	12	22
GEUSO	18	15	3	8	-	41
GESEF	13	7	2	18	39	79
GEFAU	3	-	-	-	1	4
TOTAL	114	292	9	27	87	536

Tabela 5: Distribuição do quadro de funcionários

1.3.6.3. Evolução do uso de recursos

1.3.7. DIMFIS

1.3.7.1. Organograma

- Diretoria de Informação, Monitoramento e Fiscalização
- Núcleo de Assessoramento Estratégico-Orçamentário
- Centro de Informação e Emergências Ambientais – CIEM
- Serviço de Operações em Emergências Ambientais – SOPEA
- Núcleo de Relações Estratégicas – NURES
- Núcleo de Sistema de Alerta de Cheias – NUAC
- Coordenadoria Geral de Fiscalização – COGEFIS
- Serviço de Fiscalização e Interdição – COGEFIS 1
- Serviço de Estatística e Informação – COGEFIS 2
- Núcleo de Controle de Atos Administrativos – NUCAA
- Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais – GEOPEA
- Núcleo de Apoio Técnico-Operacional – NUCAT
- Núcleo de Estudos, Planejamento e Monitoramento Ambiental – NUEPLAM
- Gerência de Qualidade do Ar – GEAR
- Serviço de Avaliação de Qualidade do Ar – GEAR 1
- Serviço de Monitoramento do Ar – GEAR 2
- Serviço de Inspeção e Manutenção Veicular – I/M – GEAR 3
- Núcleo de Assessoramento Técnico – NUAT
- Gerência de Tecnologia da Informação – GETEC
- Serviço de Suporte de Sistemas – GETEC 1
- Serviço de Operação e Infraestrutura – GETEC 2
- Serviço de Planejamento e Controle de Projetos – GETEC 3

1.3.7.2. Atribuições

Diretoria de Informação, Monitoramento e Fiscalização – DIMFIS

- Planejar e organizar estrategicamente as ações e atividades relacionadas ao monitoramento da qualidade ambiental, de riscos de desastres naturais e emergências tecnológicas e estabelecer a orientação hierárquica e técnica na adoção de medidas de polícia e cautelares;
- Coordenar os procedimentos de monitoramento da qualidade ambiental, da coleta de informações, de atendimento as emergências tecnológicas e prevenção de desastres naturais, divulgando tais dados à coletividade;
- Auxiliar nas ações de gestão de riscos de desastres naturais;
- Planejar junto com os demais Órgãos, inclusive aqueles que compõem o Sistema Estadual de Defesa Civil, as ações estratégicas pertinentes à prevenção e gestão de riscos de desastres e de emergências tecnológicas;
- Promover o planejamento e a execução do Plano Diretor de Informática e do Banco de Dados Espaciais;
- Definir e coordenar os projetos estratégicos relativos às suas atribuições;
- Decidir sobre a concessão e emitir Certificado de Credenciamento de Laboratório, no que tange a qualidade do ar, Certificado de Registro para Medição de Emissão Veicular e Certificado de Amostragem de Chaminé.

Assessoria DIMFIS

- Assessorar tecnicamente e administrativamente o Diretor em matérias de sua competência;
- Representar a DIMFIS perante os demais Órgãos ou internamente, por determinação do Diretor;
- Subsidiar as demandas oriundas dos órgãos públicos, de forma a auxiliar a Procuradoria do INEA na defesa em juízo do mesmo;
- Exercer o controle do fluxo de rotina do Gabinete da DIMFIS;
- Orientar as gerências da DIMFIS a instruir os questionamentos da AUDIT quanto ao cumprimento de diligências do TCE;
- Subsidiar as consultas a órgãos externos sobre aspectos específicos da informação, monitoramento e fiscalização ambiental de competência da DIMFIS;
- Representar a DIMFIS junto às comissões e aos comitês interdisciplinares relativamente aos temas afetos à informação, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Realizar o levantamento das necessidades orçamentárias e financeiras para execução do Plano de Trabalho Anual da Diretoria;
- Adequar às diretrizes do planejamento estratégico da DIMFIS referente à execução orçamentária;
- Acompanhar processos e contratos de interesse da DIMFIS no âmbito interno e externo ao INEA.
- Supervisionar e aprimorar os serviços administrativos da DIMFIS.

Gerência de Qualidade do Ar – GEAR

- Administrar a gestão da qualidade do ar por meio da utilização dos instrumentos adotados pelo INEA e aqueles previstos na legislação;
- Promover treinamento e capacitação dos técnicos em gestão da qualidade do ar e de emissões atmosféricas;
- Coordenar projetos na área de qualidade do ar e de emissões atmosféricas, quando pertinentes, em parceria com Instituições de ensino e pesquisa tecnológica;
- Gerenciar o desenvolvimento, implantação e operação de modelos de previsão de qualidade do ar;
- Avaliar a proposição de medidas para utilização de novos combustíveis;
- Avaliar a adoção de novas tecnologias automotivas e seus impactos na qualidade do ar;
- Participar, em conjunto com os órgãos competentes, da proposição de medidas que visem aumentar a mobilidade da frota, e a implantação de diretrizes de transportes de massa;
- Participar, em conjunto com outros órgãos e instituições, de ações que visem à redução das emissões dos poluentes atmosféricos;
- Assegurar a implantação das várias etapas previstas no PROCONVE;
- Participar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão da qualidade do ar;
- Coordenar Grupos de Trabalho com participação externa, quando couber, para a elaboração/revisão de instrumentos normativos no que tange ao controle da qualidade do ar e emissões atmosféricas;
- Apoiar o licenciamento ambiental, por meio da utilização de modelos matemáticos e dados de parâmetros monitorados de emissões atmosféricas e qualidade do ar;
- Promover ações de gestão e de fiscalização no que tange ao controle da Poluição do Ar;
- Supervisionar o desenvolvimento técnico dos contratos e outros instrumentos atinentes a GEAR;
- Administrar, definir e supervisionar os serviços de conservação e manutenção das instalações físicas da GEAR-2, inclusive da sua unidade laboratorial;
- Orientar o público externo quanto à interpretação dos resultados do Monitoramento do Ar.

Gerência de Tecnologia da Informação – GETEC

- Planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades inerentes à prestação de serviços de infraestrutura, sistemas e atendimento aos usuários do INEA;
- Elaborar planos de contingência e manter recursos estratégicos para a execução das atividades de tecnologia da informação e comunicação com a finalidade de evitar a descontinuidade nos serviços essenciais para o INEA;

- Identificar a necessidade de capacitação de pessoal adequado, dos quadros do INEA, para utilização de novas tecnologias e sistemas relacionados com suas atividades e de interesse do INEA, bem como quando provenientes da terceirização de serviços;
- Planejar e elaborar as diretrizes gerais dos conteúdos normativos do INEA, estabelecendo normas e padrões técnicos específicos sobre informática e tecnologia da informação e comunicação, pertinentes à sua área de atuação;
- Prover a DIMFIS de todas as informações relativas a aquisições e movimentações de equipamentos de informática e de softwares no INEA, visando à manutenção sempre atualizada dos respectivos cadastros;
- Manter o ambiente de sistemas, infraestrutura e redes de forma a garantir os níveis de serviços necessários.

Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais – GEOPEA

- Gerenciar o Sistema de Informações Geográficas – SIG/INEA, incluindo seus programas, equipamentos, metodologias, base e banco de dados espaciais e administrando a coleta, validação, armazenamento, processamento e análise espacial de dados;
- Dar assessoria à elaboração e implantação de interface espacial de programas, projetos, relatórios e estudos técnicos, necessários à execução da política ambiental do Estado do Rio de Janeiro;
- Viabilizar soluções geotecnológicas para atividades com interface espacial;
- Promover intercâmbio com outras instituições que trabalham com geotecnologia na área ambiental, objetivando a elaboração, o desenvolvimento e a troca de dados, tecnologias e metodologias de interesse institucional;
- Coordenar e desenvolver estudos técnico-científicos ambientais referentes ao componente espacial, visando auxiliar o INEA na tomada de decisões para o estabelecimento de diretrizes de atuação.

Coordenadoria Geral de Fiscalização – COGEFIS

- A COGEFIS cabe conduzir as ações de fiscalização e assinar autos de infração, nas hipóteses de sua competência, bem como orientar os servidores na execução das tarefas fiscalizatórias e administrativas;
- Definir diretrizes e coordenar ações conjuntas de fiscalização com outros órgãos do INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e, se for o caso, com entidades externas, para o cumprimento dos objetivos das políticas de meio ambiente, recursos florestais e recursos hídricos;
- Emitir autos de infração conforme previsto no artigo 61 do Decreto 41.682, de 12 de janeiro de 2009;

- Executar atividades de fiscalização, com aplicação de medidas administrativas e cautelares, bem como com a lavratura de autos de constatação e de infração de sua competência, em razão da prática das infrações previstas na Lei Estadual 3467/00;
- Orientar e coordenar, hierárquica e tecnicamente, os servidores competentes das atividades de fiscalização e de controle da poluição ambiental, mediante a adoção de medidas de polícia, cautelares e lavratura de autos de constatação e de infração;
- Propor e aprimorar os procedimentos administrativos, com o estabelecimento de novas diretrizes na fiscalização; propor o encaminhamento ao Ministério Público de comunicação de ocorrência de crime ambiental; assinar notas de débito decorrentes de multas aplicadas pelo INEA, para viabilizar a inscrição na dívida ativa pela Procuradoria Geral do Estado.

Centro de Informação e Emergências Ambientais – CIEM

- Articular o processamento e integração de dados de monitoramento e riscos ambientais, para auxiliar as ações de gestão e controle;
- Articular e incentivar a elaboração, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos e procedimentos operacionais que visem a implementação de planos emergenciais ambientais;
- Articular a cooperação com outros centros de controle operacional, tais como Centro Estadual de Administração de Desastres, Secretaria Estadual de Defesa Civil, Defesas Cíveis Municipais;
- Colaborar com o mapeamento e definição das áreas alagáveis a partir dos dados do alerta de cheias;
- Elaborar resumos de informações técnicas aos membros do CONDIR e às demais unidades administrativas do INEA, assim como disponibilizar para a imprensa informações de alerta de cheias, risco de incêndios florestais e eventos tecnológicos, por meio da Coordenadoria de Comunicação;
- Disponibilizar informações, produzir laudos técnicos e relatórios às demais unidades administrativas do INEA para atender as demandas relativas a riscos ambientais;
- Atender e auxiliar as operações do Serviço de Operações em Emergências Ambientais (SOPEA) e demais Órgãos envolvidos no atendimento a emergências ambientais, com fornecimento de dados relativos à situação dos locais dos acidentes e demais providências cabíveis;
- Monitorar áreas vulneráveis a incêndios florestais no Estado, a partir das informações de tempo e clima, relevo, cobertura vegetal e outros aspectos relevantes, bem como informar cenários e tendência, quando couber.

Gerência de Análises Laboratoriais – GELAB

Obs.: A GELAB foi contemplada neste relatório. Todavia está vinculada à DIGAT desde setembro de 2013.

- Efetuar ensaios laboratoriais em amostras de corpos receptores, efluentes e resíduos industriais, sedimento, solo, ar e material biológico. Os ensaios realizados são: físico-químicos, metais pesados, compostos orgânicos, ecotoxicológicos, biológicos e microbiológicos;
- Atender as demandas do monitoramento ambiental;
- Apoiar o licenciamento ambiental por meio do monitoramento de efluentes líquidos e resíduos das empresas;
- Emitir os laudos técnicos de credenciamento de laboratórios;
- Realizar análises para o público externo;
- Orientar os usuários quanto à interpretação dos resultados das análises solicitadas.

1.3.7.3. Distribuição do Quadro de Funcionários

ÁREAS	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIO	FUNDAMENTAL	TERCEIRIZADO	TOTAL
ASSESSORIA	1	1		2		4
GABINETE	2	2		2		6
GEAR	12	11	14		14	51
GETEC	6	11	11			28
GEOPEA	6	1	8			15
GELAB	20	21	2	12		55
COGEFIS	14	3			1	18
CIEM	10	12		2	15	39
TOTAL	71	62	35	18	30	216

Tabela 6: Quadro de funcionários

1.3.7.4. Evolução do uso de Recursos

ÁREA	CONTRATADO 2013	EM LICITAÇÃO 2013	PLANEJADO 2014
GEAR	9.474.206,22	9.839.509,85	20.000.000,00
GEOPEA	301.389,00	0,00	0,00
GETEC	20.631.383,71	90.750,20	9.000.000,00
COGEFIS	0,00	0,00	0,00
CIEM	3.986.630,11	8.008.734,00	14.488.455,72
Totais	34.393.609,04	17.938.994,05	43.488.455,72

Tabela 7: Evolução do uso de Recursos

1.3.8. DIRAM

1.3.8.1. Organograma

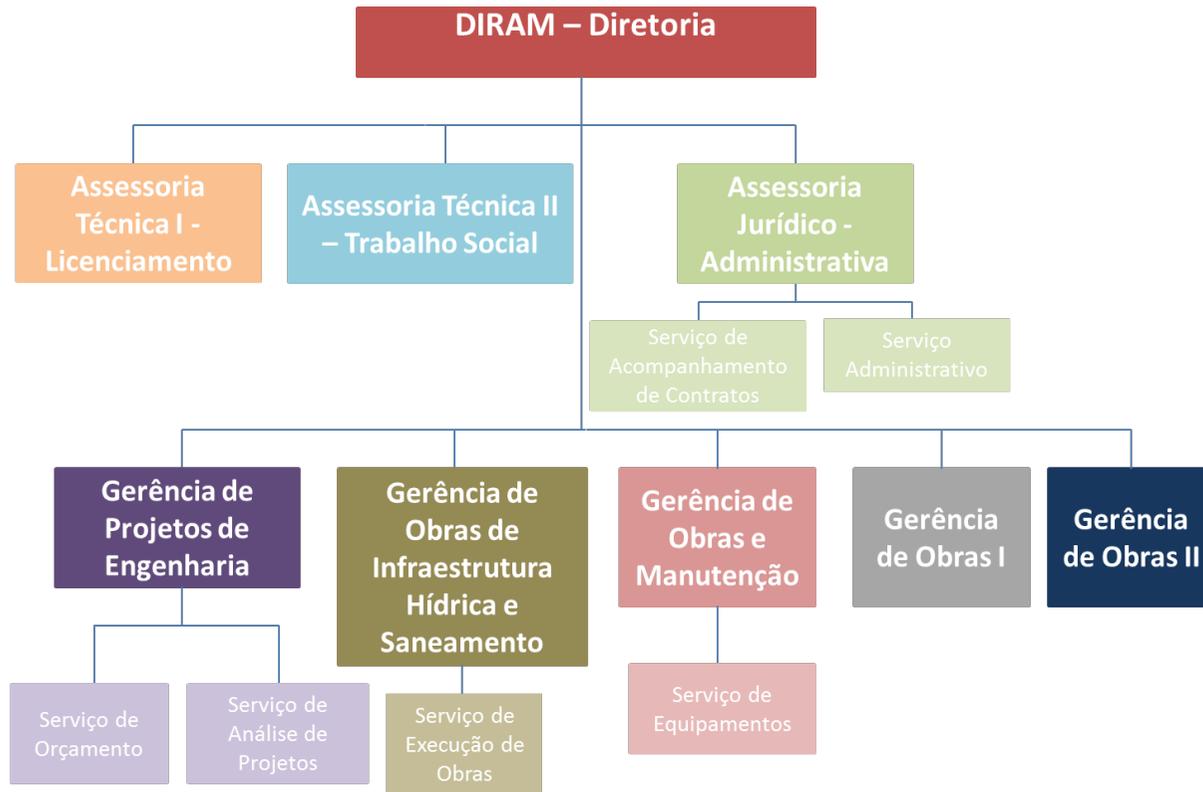


Figura 5: Organograma DIRAM

1.3.8.2. Atribuições

Assessoria Técnica I:

- Assessorar o Diretor de Recuperação Ambiental em assuntos ligados ao licenciamento das obras e intervenções acompanhadas pela DIRAM;
- Instruir e acompanhar os processos de contratação de estudos e serviços ambientais, elaborando os respectivos termos de referência;
- Providenciar e acompanhar o licenciamento de obras e serviços de engenharia.

Assessoria Técnica II:

- Assessorar tecnicamente as ações sociais e socioambientais que apoiam as obras de infraestrutura e recuperação ambiental da DIRAM;
- Desenvolver, gerenciar, supervisionar, coordenar e fiscalizar o trabalho social e socioambiental de apoio às intervenções da DIRAM;
- Auxiliar no processo de reassentamento de famílias e realizar trabalho de educação a fim de colaborar com a preservação e manutenção das mudanças aplicadas na região.

Assessoria Jurídico-Administrativa:

- Apoiar a Procuradoria no controle interno da legalidade dos atos da DIRAM;
- Realizar análise jurídico-administrativa em todos os processos de atribuição da DIRAM;
- Atender à Procuradoria e à Ouvidoria em resposta a demandas externas (MP, TCE e outros);
- Prestar auxílio jurídico em reuniões técnicas;
- Providenciar e acompanhar a licitação de obras e serviços de engenharia.

Integram a Assessoria Jurídico-Administrativa:

I – Serviço Administrativo, ao qual compete:

- Coordenar as atividades de recebimento e registro dos processos e documentos nos sistemas informatizados de controle;
- Atender as solicitações e prestar orientação sobre o andamento e a localização dos processos e documentos;
- Coordenar as atividades de recebimento e distribuição da correspondência externa e interna;
- Encaminhar processos administrativos para outras Diretorias e Superintendências do INEA;
- Manter o controle logístico de todos os processos administrativos relacionados às atribuições da DIRAM, elaborando mapas da evolução dos procedimentos internos.

II – Serviço de Acompanhamento de Contratos, ao qual compete:

- Gerenciar o cumprimento das obrigações legais, trabalhistas e fiscais pelos contratados;

- Coordenar e acompanhar a contratação de projetos durante as fases licitatórias e de formalização;
- Gerenciar a formalização e o acompanhamento da execução de contratos de projetos, obras e serviços de engenharia;
- Elaborar planos de trabalhos destinados a solicitação de Recursos Financeiros junto a entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

Gerência de Obras I:

- Assessorar e cooperar na elaboração dos projetos de engenharia e na realização de obras e intervenções estruturais de controle de inundação e recuperação ambiental relacionadas a Região da Baixada Fluminense;
- Apoiar e orientar o monitoramento do impacto do desenvolvimento sócio -econômico sobre o meio ambiente no que tange à recuperação desses recursos ambientais.

Gerência de Obras II:

- Assessorar e cooperar na elaboração dos projetos de engenharia e na realização de obras e intervenções estruturais de controle de inundação e recuperação ambiental das bacias hidrográficas estaduais;
- Apoiar e orientar o monitoramento do impacto do desenvolvimento sócio-econômico sobre o meio ambiente no que tange à recuperação desses recursos ambientais.

Gerência de Obras e Manutenção:

- Gerir com eficiência a execução das obras de desassoreamento e serviços de engenharia contínuos em atendimento aos diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- Executar obras e serviços emergenciais definidos pela Diretoria de Recuperação Ambiental.

Integra a Gerência de Obras e Manutenção o Serviço de Equipamentos, ao qual compete:

- Manter e guardar os equipamentos próprios sob responsabilidade desta Diretoria.

Gerência de Obras de Infraestrutura Hídrica e Saneamento:

- Gestão e execução das obras de responsabilidade da Diretoria de Recuperação Ambiental, assim como manter e guardar os equipamentos próprios sob responsabilidade desta diretoria.

Integram a Gerência de Obras de Infraestrutura Hídrica e Saneamento o Serviço de Execução de Obras, ao qual compete:

- Zelar pela guarda e manutenção de máquinas e equipamentos de obra de propriedade do INEA sobre a responsabilidade da DIRAM;
- Acompanhar a execução de serviços realizados por Municípios do Estado do Rio de Janeiro com equipamentos próprios do INEA;
- Executar serviços de dragagem e outras obras emergenciais solicitadas pelo Estado ou Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

- Fiscalizar, realizar medições e acompanhar a execução das obras de responsabilidade da Gerência: dar ciência ao Gerente de Obras de Infraestrutura Hídrica e Saneamento e Serviços de Engenharia da evolução das obras e suas medições e da aplicação de penalidades pelos respectivos fiscais.

Gerência de Projetos de Engenharia:

- Coordenar a elaboração e ou análise de projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos necessários à contratação;
- Gerenciar as demandas das Superintendências relativas a projetos e serviços de engenharia;
- Fiscalizar a execução dos projetos contratados;

Integram a Gerência de Projetos de Engenharia o Serviço de Orçamentos, ao qual compete elaborar os termos de referência, orçamentos e cronogramas dos projetos e obras destinados à recuperação ambiental e o Serviço de Análise de Projetos, ao qual compete:

- Fiscalizar a elaboração de projetos básicos e projetos executivos contratados pelo INEA, primando por metodologias executivas voltadas para a sustentabilidade social, econômico-financeira e ambiental;
- Dar ciência ao Gerente de Projetos e ao Gerente de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia da evolução dos projetos e suas medições e da aplicação de penalidades pelos respectivos fiscais;
- Propor, quando necessárias, modificações nas especificações de itens de serviços em projetos básicos e executivos contratados pelo INEA;
- Emitir parecer técnico sobre solicitações e sugestões dos projetos, quanto a alterações de métodos executivos, critérios de medição e de custos de serviços.

1.3.8.3. Distribuição do Quadro de Funcionários

ÁREAS	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	ESTAGIÁRIO	FUNDAMENTAL	TERCEIRIZADO	TOTAL
GABINETE	3	4	0	3	13	23
ASS. JUR. ADMINISTRATIVA	4	1	3	2	4	14
ASS. TÉCNICA I - LICENCIAMENTO	1	0	0	0	1	2
ASS. TÉCNICA II - SOCIAL	5	0	0	0	9	14
GER. DE OBRAS E MANUTENÇÃO	4	2	0	1	14	21
GER. OBRAS I	5	1	0	0	15	21
GER. OBRAS II	7	0	0	0	2	9
GER. OBRAS HIDR. E SANEAMENTO	7	2	0	0	0	9
GER. PROJETOS	6	0	0	0	7	13
TOTAL						

Tabela 1: Quadro de funcionários – *Dados de Dezembro de 2013

1.3.8.4. Volume de Recursos utilizados

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE RECURSOS UTILIZADOS PELA DIRAM ANUALMENTE			
ANO	2011	2012	2013
Volume de recursos Federais utilizados pela DIRAM (R\$)	73.185.000,00	51.698.988,85	147.596.568,88
Volume de Recursos FECAM utilizados pela DIRAM (R\$)	123.000.000,00	133.358.949,66	135.090.632,86

Tabela 2: Evolução de Volume de Recursos utilizados anualmente

1.3.9. DIAFI

1.3.9.1. Organograma

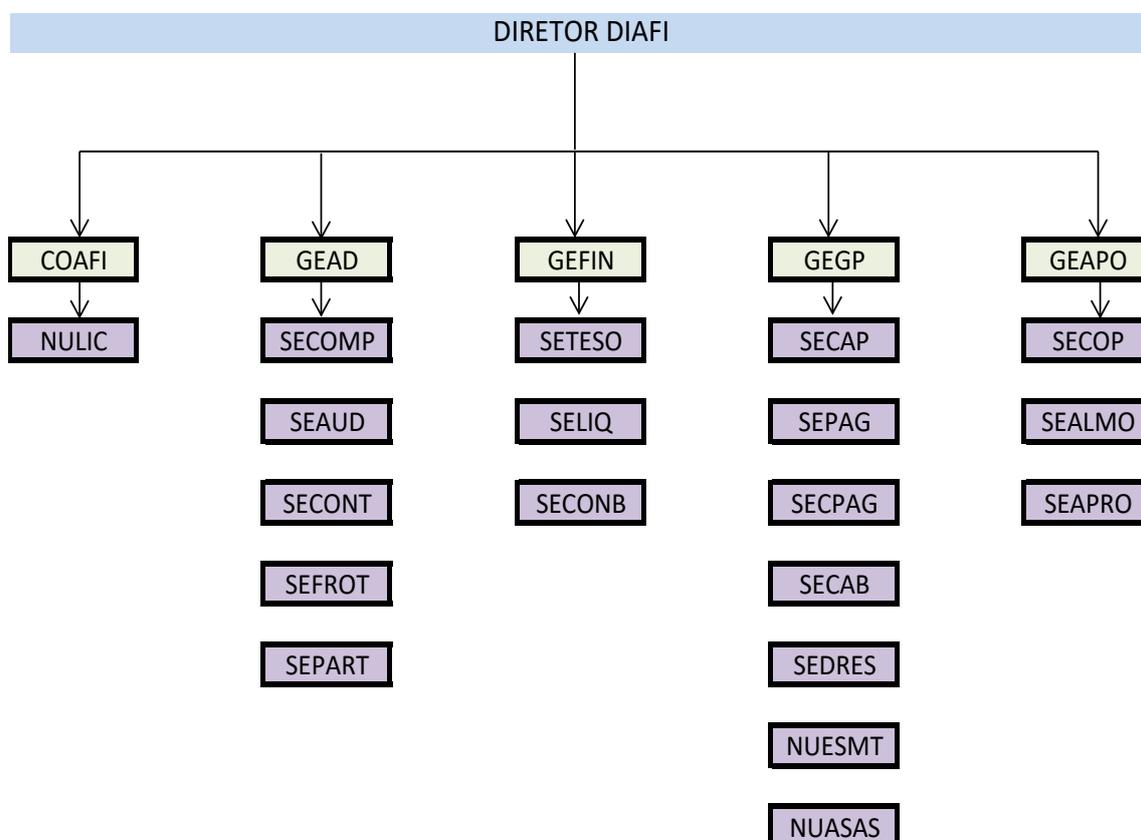


Figura 6: Organograma DIAFI

1.3.9.2. Atribuições

Coordenadoria de Administração e Finanças

Núcleo de Apoio a Licitação (NULIC)

- análise e acompanhamento técnico-jurídico dos contratos administrativos do INEA e seus respectivos processos, ressalvada a competência das demais Diretorias;
- assessorar o Diretor de Administração e Finanças nos assuntos referentes à administração de finanças e orçamento, bem como na gestão de pessoas;
- informar ao Diretor de Administração e Finanças a situação das licitações em andamento e o pagamento dos fornecedores de materiais/serviços e das obras do INEA;
- acompanhar e analisar os processos administrativos encaminhados pelas demais unidades administrativas do Instituto, dando suporte administrativo ao Diretor de Administração e Finanças;
- dar suporte administrativo às demais estruturas da Diretoria.
- propor, elaborar e analisar termos de referência e termos aditivos para a aquisição de serviços gerais, tais como limpeza e segurança patrimonial;
- agendar a data das sessões públicas dos procedimentos licitatórios e comunicar à Comissão de Licitação;
- elaborar os avisos das licitações;
- providenciar as publicações dos avisos no Diário Oficial e em Jornal de Grande Circulação.
- entregar editais às empresas interessadas;
- esclarecer os licitantes sobre dúvidas no Edital;
- preparar os avisos de adiamento e de alteração dos Editais, quando for o caso;
- comunicar às empresas que adquiriram os Editais as alterações ocorridas nas licitações, quando for o caso;
- avaliar os documentos de Habilitação e Proposta de Preços apresentados pelos licitantes;
- examinar e dar pareceres relativos aos recursos administrativos apresentados pelas licitantes;
- elaborar as atas das sessões realizadas pela Comissão de Licitação;
- elaborar os pareceres da Comissão de Licitação;
- prestar informações em ofícios oriundos do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria Geral do Estado;
- encaminhar ao Sistema as informações pertinentes às licitações.
- confeccionar editais de licitação, seus anexos e as minutas de contrato, observando as orientações jurídicas da Procuradoria do INEA e as minutas-padrão da Procuradoria Geral do Estado.

Gerência Administrativa

- a. Serviço de Contratos (SECONT)
- b. Serviço de Patrimônio (SEPART)
- c. Serviço de Compras (SECOMP)
- d. Serviço de Controle de Frota (SEFROT)

e. Serviço de Administração de Unidades Descentralizadas (SEAUD)

Competências:

- supervisionar e coordenar a execução de contratos de prestação de serviços administrativos;
- supervisionar, coordenar e orientar a gestão de frota do Instituto;
- promover junto à prestadora de serviços de telecomunicação, através do DETEL, a manutenção corretiva, instalação, solicitação e devolução de linhas telefônicas móveis;
- propor, quando couber, a realização de licitação ou a contratação direta para execução de serviços e locações;
- determinar a pesquisa de novas tecnologias e marcas, com o fim de melhorar a qualidade e reduzir os custos de materiais;
- analisar a viabilidade dos pedidos de aquisição de bens com base em hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- gerenciar os contratos de prestação de serviços, a publicação de atos administrativos no Diário Oficial e nos outros meios exigidos de comunicação por lei;
- coordenar, controlar, supervisionar e numerar termos de contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens materiais firmados com o INEA, bem como seus termos aditivos;
- comunicar às empresas acerca dos prazos de renovação dos contratos;
- providenciar a abertura e acompanhar processos administrativos para a emissão de empenho e a liquidação de despesas;
- controlar e receber os serviços prestados pelas concessionárias de serviço público para fins de liquidação;
- publicar atos, normas, contratos, convênios, termos aditivos e outros atos administrativos no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro;
- controlar faturas das empresas de telefonia, desbloquear e solicitar conserto de telefones junto ao Órgão competente;
- encaminhar ao SIGFIS os contratos e termos aditivos de prestação de serviço.
- exercer a gestão do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições, instituído pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- providenciar a abertura e acompanhar processos administrativos para a estimativa de preços;
- analisar os termos de referência, verificando a presença de elementos que possibilitem a correta especificação do objeto a ser contratado;
- realizar a estimativa de preços de materiais, assim como elaborar planilha comparativa de preços de serviços e justificativa dos mesmos para fins de licitação;
- padronizar a especificação do material permanente e de consumo a ser comprado e manter o respectivo cadastro, atualizando-o conforme a evolução das variedades existentes no mercado;
- avaliar fornecedores de materiais, mediante planos de atuação no sistema produtivo dos fornecedores, com o fim de prevenir não conformidades de materiais;

- realizar testes funcionais em materiais, com o fim de avaliar a sua conformidade à especificação, bem como a sua adequação ao uso e aprovação do produto para o banco de amostras;
- gerenciar e manter atualizados e dar publicidade ao Cadastro de Fornecedores.
- supervisionar, coordenar e orientar a utilização dos sistemas de transporte do INEA;
- gerenciar o atendimento às solicitações de transporte;
- controlar o abastecimento, a utilização e a manutenção de veículos oficiais e alugados;
- controlar o cadastro, a alocação e as demandas de reposição de motoristas do INEA;
- providenciar, quando necessário, substituições de viaturas a serviço dos servidores do INEA;
- providenciar a distribuição de viaturas para unidades do interior;
- realizar vistoria de veículo por ocasião do retorno e controlar os quilômetros rodados;
- realizar procedimento apuratório das circunstâncias do sinistro, incluindo a participação de condutores, usuários e terceiros;
- coordenar e supervisionar a instalação de dispositivos acessórios nos veículos, como itens de controle, segurança, identificação e pagamento de pedágios.
- atender as unidades descentralizadas do INEA, apoiando-as em suas necessidades de infraestrutura e logística e dando suporte ao desenvolvimento das atividades administrativas;
- estabelecer um canal de comunicação com as unidades e setores que guardem relação com suas atribuições;
- consolidar as solicitações das unidades descentralizadas, buscando aperfeiçoar o atendimento;
- equacionar as condições de logística de cada unidade descentralizada em relação à estrutura física, aos equipamentos, ao material de consumo, ao material permanente, aos veículos, ao material de informática e aos serviços.

Gerência Financeira

- a) Serviço de Contabilidade (SECONB)
 - b) Serviço de Empenho e Liquidação (SEELIQ)
 - c) Serviço de Tesouraria (SETESO)
- Supervisionar e coordenar a execução das operações pertinentes à Contabilidade Financeira, orçamentária e patrimonial;
 - Planejar, programar, supervisionar e controlar a execução das atividades referentes à movimentação de caixa, custo dia, controle das obrigações financeiras e respectivos registros e operações de câmbio;
 - Responsabilizar-se pela guarda e movimentação de valores do INEA ou depositados por terceiros;
 - Promover a apresentação do balanço do exercício à Auditoria Interna;
 - Fazer acompanhamento da legislação pertinente às atividades da Divisão;
 - Apoiar os serviços de auditoria e fiscalização internas e externas;
 - Execução Orçamentária e Financeira (contratos, convênios e outros);
 - Análise e execução orçamentária e financeira das Indenizações;

- Acompanhamento das despesas realizadas;
- Acompanhamento das Receitas previstas e realizadas (FUNDRHI, TCFA, CONVÊNIOS, as provenientes de licenciamento e outras);
- Elaboração dos relatórios gerenciais financeiros e orçamentários emitindo, quando couber, parecer analítico conclusivo;
- Elaborar os quadros da Programação Financeira;

Realizações:

- Indenizações. Compra Assistida e Aluguel Provisório. Em 2013 foram mais de 1.500 processos analisados, movimentando um montante de aproximadamente R\$ 48M.
- Atingimos mais 100% das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, que objetivava a redução de tempo de permanência do processo de indenização, entre a entrada na GEFIN e a execução da Programação de Desempenho.
- Adiantamentos concedidos: 39 adiantamentos num montante de R\$ 145.600,00.
- Diárias processadas: 4.769 diárias num montante de R\$ 559.417,00.

Documentos emitidos:

- Notas e Empenho: 4.523
- Programação de Desembolso: 8.448
- Ordem Bancária: 7.901
- Documento de Liquidação: 5.174

Gerência de Gestão de Pessoas

- a) Serviço de Controle de Pagamento (SECPAG)
 - b) Serviço Operacional de Pagamento (SEPAG)
 - c) Serviço de Capacitação e Treinamento (SECAP)
 - d) Serviço de Cadastro e Benefícios (SECAB)
 - e) Serviço de Desenvolvimento, Recrutamento e Seleção (SEDRES)
 - f) Núcleo Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (NUESMT)
 - g) Núcleo de Assistência Social e Apoio ao Servidor (NUASAS)
- Operacionalização do Contrato de Gestão – Vigência 1/1/2013 a 31/12/2013;
 - Conclusão do Censo Funcional Presencial para os funcionários do INEA, meta 100% atingida;
 - Capacitação e Treinamento para um total de aproximadamente 83 servidores do Instituto;
 - Participação em diversos grupos de trabalho: NUMAE, Projeto Novo Portal INEA, Normatização, Inovação, Grupo Permanente Contrato de Gestão;
 - Realização de novas parcerias com empresas destinadas a treinamento e desenvolvimento profissional e também empresas voltadas para o bem-estar físico;

- Concessão de aposentadorias, licenças, adicional de qualificação, férias, abono permanência, triênio;
- Controle e Administração de estagiários CIEE;
- Controle e Administração de Atos de nomeação e exoneração;
- Controle e Administração de Ressarcimentos de servidores cedidos ao INEA;
- Atualização de Carteiras Profissionais;
- Rescisão de Contrato de Trabalho;
- Averbação de Tempo de Serviço;
- Emissão de certidões e declarações diversas;
- Controle de Frequência e lotação;
- Atualização do Cadastro de servidores;
- Emissão de crachás.
- Implantação e exclusão de servidores concursados, extraquadros, guarda-parques cedidos, cotistas e pensionistas;
- Cálculos de Encerramento de Folha, Boca de Caixa e lançamento de valores em Folha Suplementar;
- Envio de relatórios financeiros à GEFIN/INEA e à SEPLAG;
- Envio de Ofício de Pagamento à SEPLAG;
- Conferência anual da DIRF e RAIS;
- Distribuição de contracheques e informes de rendimentos;
- Transmissão e Retransmissão da SEFIP anteriores a fim de corrigir dados como PIS/PASEP ou valores;
- Compensação de SEFIP recolhidas a maior em meses anteriores nas Folhas de Pagamento FEEMA e INEA, em decorrência de mudanças na Legislação;
- Cálculos de Módulos de Despesas de Exercícios Anteriores (MDEA) com envio para publicação dos mesmos e implantação no sistema PRODERJ;
- Cálculos para Rescisão de Contrato de servidores regidos pela CLT;
- Solicitar extrato do FGTS do trabalhador e simular cálculo da GRRF (Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS) no Portal do Empregador, da Caixa Econômica Federal;
- Envio de ofício à SEPLAG para liberação da rescisão de contrato e ida ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (SINTSAMA) para efetuar a homologação das rescisões juntos aos representantes sindicais e servidores envolvidos;
- Elaboração de Documento de Atualização de Pensão (DAP) e Declaração se Vivo Fosse para fins de revisão de pensão junto ao RioPrevidência;
- Comando de permanência do desconto do RioPrevidência sobre as rubricas de Gratificação Desvinculada (349-1) e Gratificação Vinculada (348-3) e comando de devolução dos valores

descontados das mesmas rubricas de acordo com a opção feita pelo servidor, em conformidade com a Resolução SEPLAG N° 726/2012 e o Ofício-Circular SUBAP/SEPLAG N° 017/2013;

- Implantação do desconto RJPrev Contribuição Facultativa em Folha de Pagamento, quando solicitado e na porcentagem definida pelo servidor junto ao RJPrev;
- Cálculo dos Módulos de Despesas de Exercícios Anteriores (MDEA) dos servidores que optaram pela devolução do desconto de RioPrevidência sobre as rubricas de Gratificação Desvinculada (349-1) e Gratificação Vinculada (348-3) e envio dos cálculos supracitados, em processo, ao RioPrevidência para que seja reconhecida a dívida.
- Atendimento às solicitações da Procuradoria deste Instituto no que tange a documentações e consultas sobre pagamento e MDEA;
- Solicitação da compra mensal junto a Gerencia Financeira-GEFIN, dos vales transporte para servidores, extraquadro, bombeiros, guarda parques;
- Cadastramento e compra de cartões junto ao programa da FETRANSPOR, SINDPASS, FRICARD e SETRANSOL;
- Cancelamentos dos cartões, quando solicitado pelo beneficiário;
- Controle mensal de cada cartão, para verificação de existência de cargas acumuladas;
- Confecção de editais de convocação e de resultados do Concurso Guarda-Parques (Ano 2013: 13 editais);
- Emissão de telegramas de Convocação e recepção dos candidatos do Concurso Guarda- Parques (Ano 2013: 28 telegramas);
- Confecção dos contratos de Prestação de Serviços dos Guarda-Parques (223 contratos);
- Intermediação entre DIBAP e Presidência para a assinatura dos contratos de prestação de serviços dos Guarda-Parques (223 contratos);
- Confecção e numeração dos contratos para fins de publicação (223 extratos);
- Visitas às unidades descentralizadas para esclarecimento de dúvidas quanto aos contratos e gestão de pessoal (Ano 2013: 4);
- Realização do Concurso INEA para um total de 86 vagas;
- Realização da 1a fase do Concurso INEA 2013: Autorização do concurso; Escolha da entidade organizadora do concurso; Reunião inicial de trabalho e assinatura do contrato;
- Discussão e elaboração do edital; Publicação do edital; Divulgação do edital;
- Eventuais retificações;
- Acompanhamento da realização das 2a, 3a e 4a fases do Concurso INEA 2013: Inscrição, Aplicação de Provas e Homologação do resultado;
- Recebimento e encaminhamento para área jurídica de recursos ao edital do Concurso INEA 2013 (4 recursos);

Gerência de Apoio às Unidades Descentralizadas

Serviço de Controle Predial (SECOP)

Atribuições:

Ser responsável pelos interesses comuns prediais, na figura de um síndico, caracterizado como representante dos edifícios Sede e Sacadura Cabral.

Por se tratar de prédios de interesse público, não está disciplinado pelo Código Civil que rege as Leis de condomínio.

- Coordenar, organizar, supervisionar e executar operações de rotina e manutenção predial;
- Atender e prestar informações ao público interno/externo de atividades relacionadas à área de manutenção;
- Fiscalizar diariamente os serviços de limpeza e higienização das dependências
- Acompanhar a manutenção civil dos edifícios Sede e Sacadura Cabral (pintura, reparo da rede hidráulica e rede elétrica, ar condicionados);
- Atender as necessidades e executar os serviços de telefonia fixa;
- Verificar e acompanhar a execução da manutenção dos elevadores, catracas e subestações elétricas;
- Coordenar o serviço de vigilância predial;
- Coordenar o serviço de cópias/encadernação;
- Coordenar o serviço de recepcionistas e copeiras.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013 - CONTRATOS SOB A FISCALIZAÇÃO DA SECOP:

- Copeira, recepcionista, auxiliar de jardinagem, jardineiro – Facility (esse contrato é dividido com a GEAD/SEAUD);
- Coleta de lixo extraordinário – Facility;
- Catracas
- Elevadores – Justos (Venezuela) / Atlas (Sacadura);
- Bebedouros – 4centenário
- Vigilância – Hopevig; (esse contrato também é dividido com a GEAD/SEAUD);
- Adesivação de veículos e confecção de placas – Argust (esse contrato é dividido SEAUD);
- Limpeza e serviços gerais – CNS;
- Circuito de câmeras de vigilância (CFTV)
- Telefonia fixa – Detel / Oi empresarial;
- Energia elétrica – Light;
- Abertura de processos para liquidação de despesas de todos os processos que estão sob nossa fiscalização.

Serviço de Almoxarifado (SEALMO)

Receber, conferir, armazenar e registrar os materiais e equipamentos em estoque, promovendo sua distribuição, elaborar balancetes, preservar a qualidade e as quantidades dos materiais estocados sob sua guarda.

Atualmente a SEALMO mantém Sistema de Almoxarifado Operacional desenvolvido nos moldes que atendem as necessidades de controle.

ROTINAS DO SISTEMA

1 – Observações Iniciais:

Este relatório reúne e sintetiza as informações disponibilizadas pelo Setor de Almoxarifado do INEA, com ênfase na triagem de materiais fornecidos.

2 - Atividades Desenvolvidas:

2.1 – Recebimento de materiais;

Todo e qualquer material com destino ao setor é cadastrado no sistema operacional conferido e verificado junto com sua nota fiscal e de empenho, em seguida armazenados em estoque e organizados com suas respectivas fichas para um melhor controle quantitativo.

2.2 – Solicitação de Material;

Cada setor do INEA ao solicitar material faz o pedido através de nosso sistema de Requisição de Material (RM) on-line, onde o mesmo é imediatamente atendido e analisado de acordo com a necessidade de cada setor de acordo com a filtragem de solicitações anteriores.

2.3 – Separação de Material;

Ao ser atendida, a solicitação é separada por nossos colaboradores conforme quantidade determinada no sistema e impressa na RM. Após separação que tem prazo de 1(hum) dia, os colaboradores assinam em local próprio na RM, em seguida outros colaboradores ficam responsáveis pela conferência do material separado e também assinam. Após a conferência a RM é liberada para cada setor retirar com a observação “Aguardando Retirada.” Para essa triagem de atender, separar e conferir temos uma data limite de 2 (dois) dias.

2.4 – Retirada de Material;

Cada setor requisitante de material leva em média 5 dias para retirar o material do setor, já os setores descentralizados por ficarem distante de nossa matriz chegam a retirar em até 30 dias. Assim que o material é retirado há uma ultima conferência juntamente com o funcionário do setor requisitante que é autorizado através de matrícula INEA ou autorização superior nos casos de funcionários terceirizados. Após ser feita a retirada do material e todos os campos de assinatura forem conferidos na RM, esta será finalizada no sistema e arquivada para melhor controle do estoque. Em média 15 requisições são feitas diariamente e passam pelo mesmo processo.

2.5 – Fechamento mensal;

Com o intuito de um melhor controle em nossos estoques, mensalmente é feito um balanço geral onde há contagem de todo material físico comparando com o existente no sistema, onde é concretizado o relatório mensal. Neste dia, não trabalhamos com atendimento as Solicitações de material, somente com a retirada dos mesmos.

2.6 – Inexistência de material;

Diariamente recebemos C.I. Questionando a existência de materiais para compra por adiantamento. Com uma C.I. de resposta informamos a existência ou não desses materiais, se há materiais similares e por fim, informamos se os materiais são de bens permanentes de consumo ou serviço.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013

- 94 Registros de entradas de notas fiscais;
- 1.804 Requisições de Materiais de consumo atendidos;
- 135 Requisições de Materiais Permanentes atendidos;
- 164 Emissões de CIs.

a) Serviço de Protocolo (SEAPRO)

Recebe e autua expedientes, promovendo sua distribuição e mantendo controle sobre a movimentação arquivo de processos e outros expedientes.

Principais Atividades

- Receber e cadastrar documentos (terceiros) internos e externos
- Aberturas de processos
- Desarquivamento/ Arquivamento de processos
- Anexar/apensar/ juntada de processos
- Abertura de volumes
- Envio de cartas/sedex/malotes via correio
- Numeração de processo (autuação)
- Entrega de expedientes internos e externos
- Envio pelo UPO, atualmente de todo INEA de processos e documentos;
- Atendimento ao público.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013

- 19.807 Abertura de processos;
- 2.900 Processo arquivados;
- 3.400 Documentos Inea recebidos;
- 6.500 Documentos Inea remetidos;

1.3.9.3. Distribuição do quadro de funcionários

1.3.9.4. Volume de recursos utilizados

Esferas de Atuação

1.1. Licenciamento Ambiental

1.1.1. DILAM

1.1.1.1. Escopo das atividades envolvidas

O licenciamento ambiental é um instrumento essencial do sistema de gestão para o desenvolvimento sustentável, já que exerce o controle das atividades que interferem no ambiente e ordena o crescimento econômico.

No âmbito do INEA o Sistema de Licenciamento Ambiental é conduzido pela Vice Presidência e pela Diretoria de Licenciamento Ambiental, cabendo à Diretoria o licenciamento de atividades e empreendimentos potencialmente poluidores, as autorizações para a intervenção em corpos hídricos e supressão de vegetação, a realização de análises e emissão de pareceres correspondentes aos procedimentos de licenciamento ambiental, relativos a recursos hídricos e à política florestal. A DILAM também é responsável pelo gerenciamento do uso de agrotóxicos em âmbito estadual; pela edição de atos de outorga para o uso dos recursos hídricos; pela aprovação de Projetos de Alinhamento de Rio (PAR) e Projetos de Alinhamento de Orla de Lagoa ou Laguna (Paol) e pela demarcação de Faixas Marginais de Proteção (FMP).

1.1.1.2. Documentos do Sistema de Licenciamento Ambiental emitidos

A base legal que define o âmbito e o escopo da aplicação do licenciamento, estabelece que estarão sujeitas a ele, as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração indireta estadual e municipal, cujas atividades possam ser causadoras de poluição; o lançamento de qualquer tipo de resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, na água, no ar ou no solo, direta ou indiretamente, através de qualquer meio de lançamento, inclusive a rede pública de esgotos e a implantação e funcionamento de qualquer equipamento ou atividade que forem considerados poluidores ou potencialmente poluidores, bem como, de qualquer equipamento de combate à poluição do meio ambiente.

Dentre os documentos aplicados ao licenciamento têm-se:

- Licença ambiental;
- Licença Prévia (LP);
- Licença de Instalação (LI);
- Licença Prévia e de Instalação (LPI);

- Licença de Operação (LO);
- Licença de Instalação e de Operação (LIO);
- Licença Ambiental Simplificada (LAS);
- Licença de Operação e Recuperação (LOR);
- Licença Ambiental de Recuperação (LAR).
- Autorização Ambiental;
- Certidão Ambiental;
- Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- Certificado Ambiental
- Termo de Encerramento;
- Documento de Averbação.

Nos últimos 5 anos a Dilam foi responsável pela emissão de **10.340 instrumentos do Sistema de Licenciamento Ambiental**, dos quais 2.324 apenas em 2013, sendo o gráfico com os resultados obtidos apresentado a seguir:

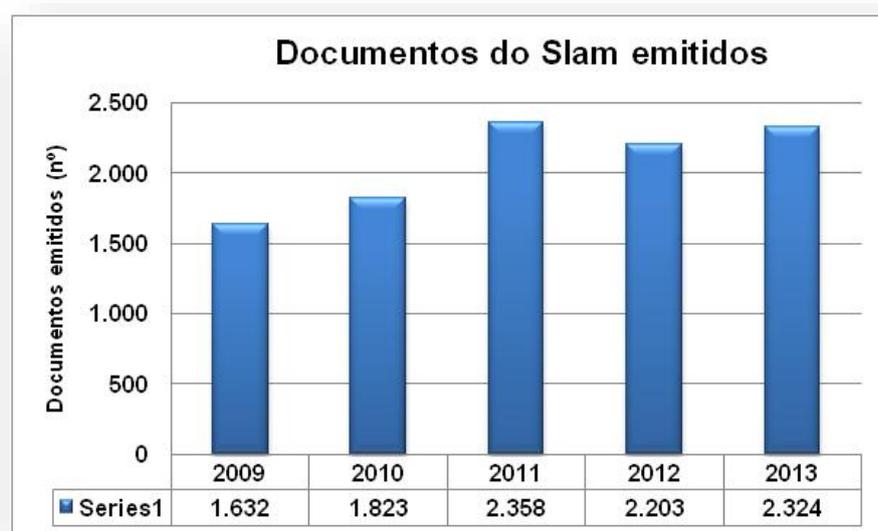


Gráfico 5: Evolução do número de Documentos do SLAM emitidos

O gráfico da quantidade de documentos de licenciamento emitidos em 2013, por tipo de documento é apresentado a seguir:

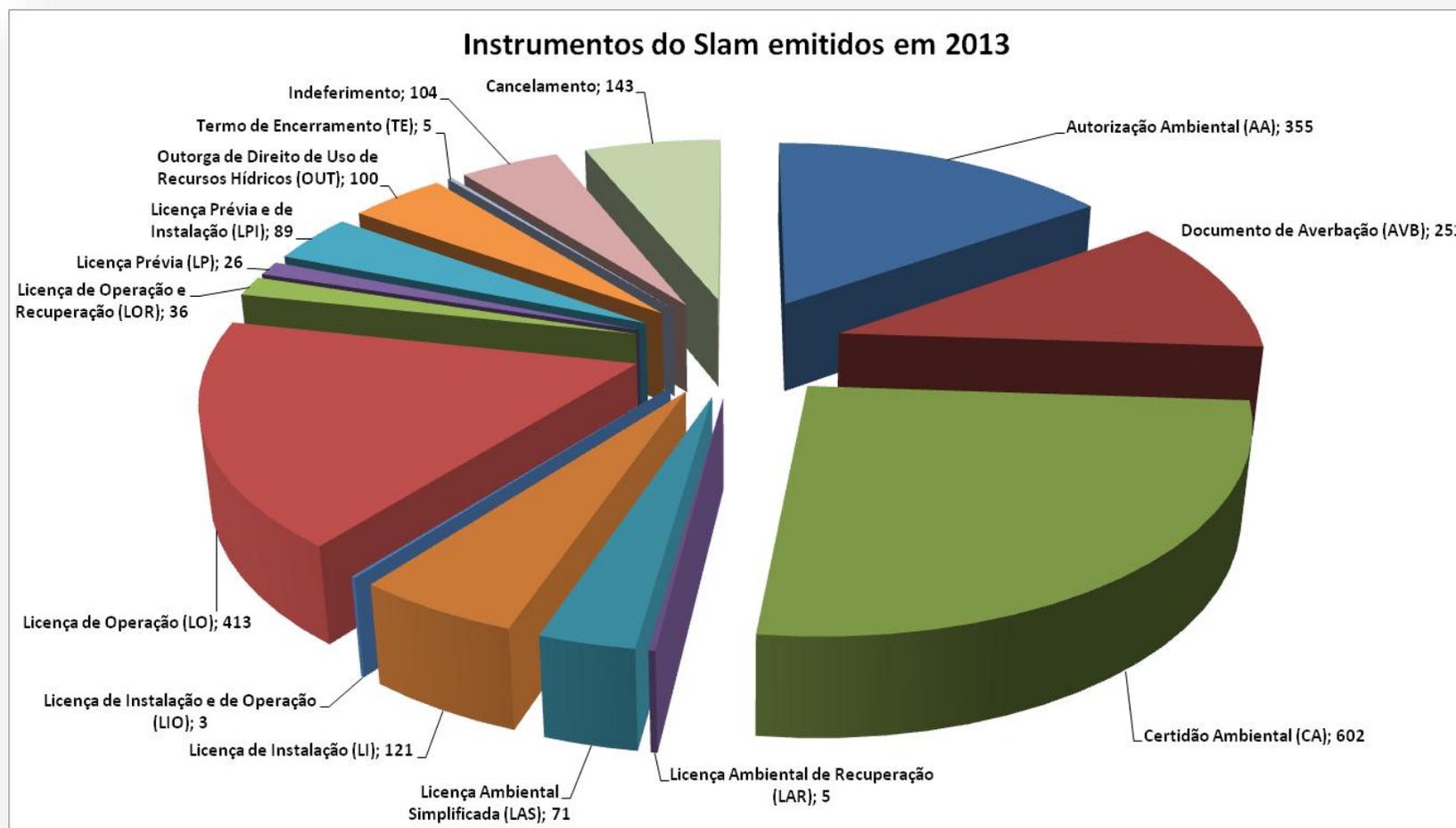


Gráfico 6: Documentos SLAM emitidos por instrumento

1.1.1.3. Vistorias Realizadas

A realização de vistorias técnicas constitui atividade imprescindível para o licenciamento ambiental, servindo como base para análise de requerimentos de documentos do Sistema de Licenciamento Ambiental, acompanhamento das condições de validade estabelecidas e subsídio para elaboração de respostas para atendimento a terceiros, incluindo Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado, Demandas Judiciais e denúncias sobre atividades e empreendimentos. Nos últimos 5 anos a Dilam foi realizou 16.714 vistorias técnicas, sendo o gráfico com os resultados obtidos apresentado a seguir:



Gráfico 7: Evolução do número de Vistorias Realizadas



Gráfico 8: Vitorias Realizadas por equipe

1.1.1.4. Instrumentos de controle ambiental aplicados

Dentre os vários instrumentos utilizados têm-se as notificações e autos de constatação, aplicados como ferramentas de suporte ao licenciamento ambiental, em geral para solicitação de adequações, advertências e constatação de irregularidades, de acordo com o que estabelece a Lei nº 3.467, de 14 de setembro de 2000. Nos últimos 5 anos a Dilam emitiu **24.525 Notificações e 3.390 Autos de Constatação**, sendo a distribuição temporal apresentada a seguir:



Gráfico 9: Evolução do número de notificações emitidas

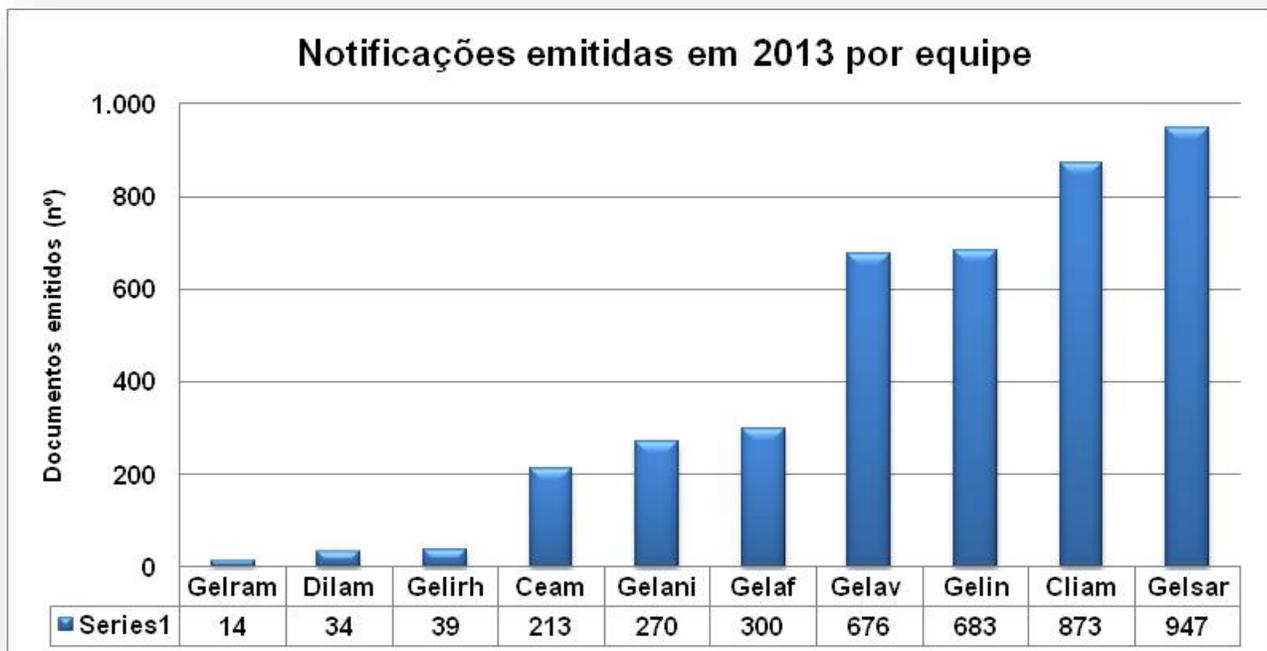


Gráfico 10: Número de notificações emitidas por equipe

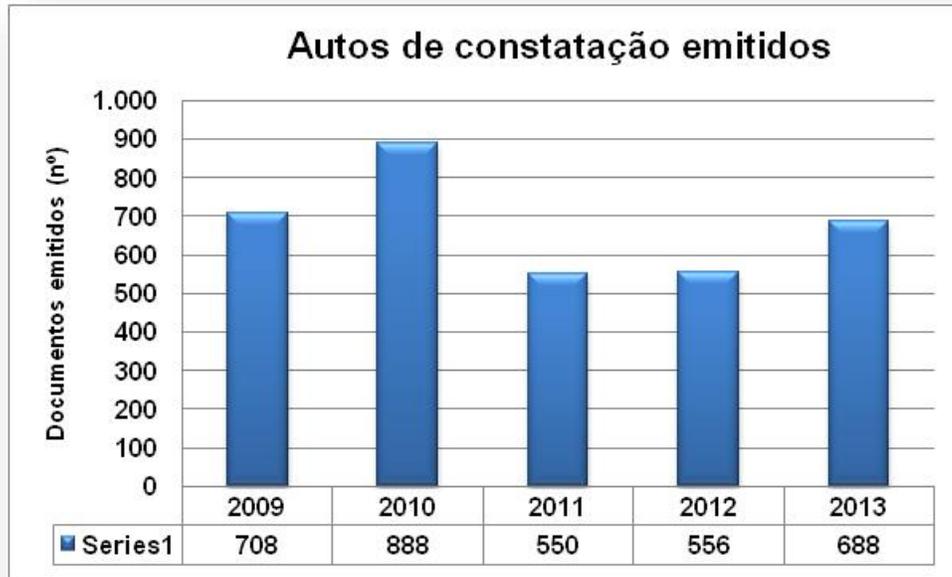


Gráfico 11: Evolução do número de Autos de Constatação emitidos

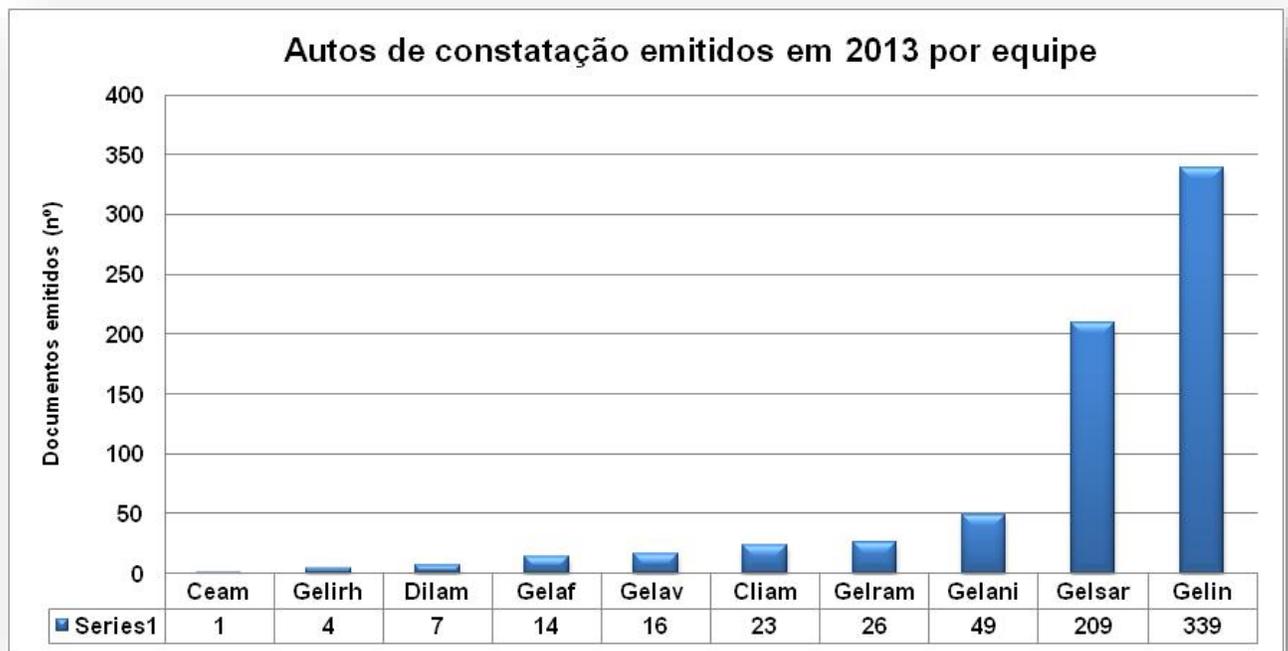


Gráfico 12: Número de Autos de Constatação emitidos por equipe

1.1.1.5. Projeção de Resultados para o próximo exercício

		INDICADORES DE DESEMPENHO POR EQUIPES	
Vigência: Janeiro a Dezembro 2014			
Diretoria de Licenciamento Ambiental			
UNIDADE	INDICADOR	VALOR DE REFERÊNCIA	META
Dilam	Índice de Controle e Fiscalização Ambiental (em %)	-	100
	Procedimentos de controle e fiscalização ambiental fortalecidos (em %)	-	100
	Plano de Gerenciamento de Projeto do Manual de Licenciamento Ambiental elaborado (meta conjunta com a Coordenadoria de Projetos/Dilam) (em %)	-	100
Assessoria Técnica e Administrativa	Gestão dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e dos depósitos dos termos celebrados (em %)	-	100
Coppe	Procedimentos de gerenciamento de projetos fortalecidos (em %)	-	100
	Relatórios trimestrais elaborados (em nº)	-	4
	Plano de Gerenciamento de Projeto do Manual de Licenciamento Ambiental (meta conjunta com o gabinete da Dilam) elaborado (em %)	-	100
	Plano de Gerenciamento de Projeto sobre FMP contínua elaborado (meta conjunta com a Gelirh) (em %)	-	100
Gelaf	Programa de Controle de Roedores Urbanos em Áreas do município de Porto Real elaborado (em %)	-	100
Gelani	Mapeamento de dragagem realizado (em nº)	-	1
	Mapeamento de extração de areia realizado (em nº)	-	1
Gelirh	Barragens cadastradas classificadas (em %)	-	90
	Plano de Gerenciamento de Projeto para demarcação de FMP contínua (meta conjunta com a Coordenadoria	-	100

	de Projetos/Dilam) (em %)		
Gelram	Estudos de Análise de Risco, Planos de Emergência e Avaliação de Áreas Contaminadas analisados (em nº)	585	400
	Primeira fase para implantação do Plano de Área da Baía de Sepetiba (PABS) realizada (em %)	-	100
	Operação de Comando de Fiscalização de Transporte de Produtos Perigosos em rodovias do ERJ realizada (em nº)	-	2
	Segunda Edição do Cadastro de Áreas Contaminadas no ERJ publicada (em %)	100	100
Gelsar	Índice de Qualidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos (IQDR 2014) elaborado (em %)	100	100

Tabela 8: Indicadores de desempenho por Equipes

1.1.2. DIGAT

A DIGAT, através da GEGAM, estimula, orienta e avalia a habilitação de municípios ao licenciamento ambiental, observando o atendimento à legislação vigente. A GEGAM também apoia e acompanha a execução do licenciamento ambiental junto aos municípios habilitados através de esclarecimentos técnicos e vistorias em conjunto, além de promover periodicamente cursos de capacitação sobre licenciamento ambiental para gestores municipais.

1.1.2.1. Escopo das atividades envolvidas

- Orientação, avaliação de documentação e habilitação dos Municípios de acordo com a Lei Complementar 140/2011 e Resolução Conema 42/2012;
- Esclarecimento aos técnicos municipais de dúvidas sobre licenciamento ambiental
- Reuniões Técnicas com as equipes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente
- Emissão de Cartas aos Municípios
- Realização de vistorias técnicas, em atendimento as demandas dos Municípios e do INEA.
- Atendimento das demandas do Ministério Público, DILAM e Superintendências, vinculadas ao licenciamento ambiental municipal.
- Acompanhamento sistemático das condicionantes estabelecidas pela Resolução CONEMA 42/2012 junto aos Municípios habilitados

- Atualização do Portal de Licenciamento do INEA das informações inerentes aos Municípios habilitados.
- Planejamento e execução da programação dos cursos de capacitação observando, as demandas técnicas dos gestores municipais e atualização de legislação pertinente.
- Realização de 04 Cursos de Capacitação, sendo 02 introdutórios e 02 regionais.
- Estabelecer temas de interesse para a elaboração de cartilhas da Série Gestão Ambiental.
- Regulamentação e operacionalização do Programa Ambiente +
- Doação com recursos da TCFA das últimas 34 viaturas às Secretarias Municipais de Meio Ambiente visando ao fortalecimento da Gestão Ambiental, contemplando a totalidade dos Municípios do Estado.
- Elaboração e Aprovação de Projeto para Capacitação de Gestores Municipais no FECAM.

Principais atividades desenvolvidas pela GEGAM em números

2013	
Municípios habilitados	06
Licenças recebidas	2800
Reuniões técnicas realizadas	84
Orientações por e-mail	684
Vistorias em atividades licenciadas pelo município	32
Cartas emitidas com orientações	627
Processos atendidos pela gerencia da dilam/superintendencias	89
Atendimento ao MP	25
Reuniões com municípios não habilitados	30
Produção de cartilhas-série gestão ambiental	05
Gestores municipais capacitados	250

Tabela 9: Principais Atividades GEGAM

Habilitação de municípios para o licenciamento ambiental

Em 2013 foram habilitados 06 novos municípios, perfazendo um total de 48 municípios que licenciam no Estado do Rio de Janeiro.



Figura 7: Municípios Habilitados para o Licenciamento Ambiental

Municípios habilitados para o licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro em 2013

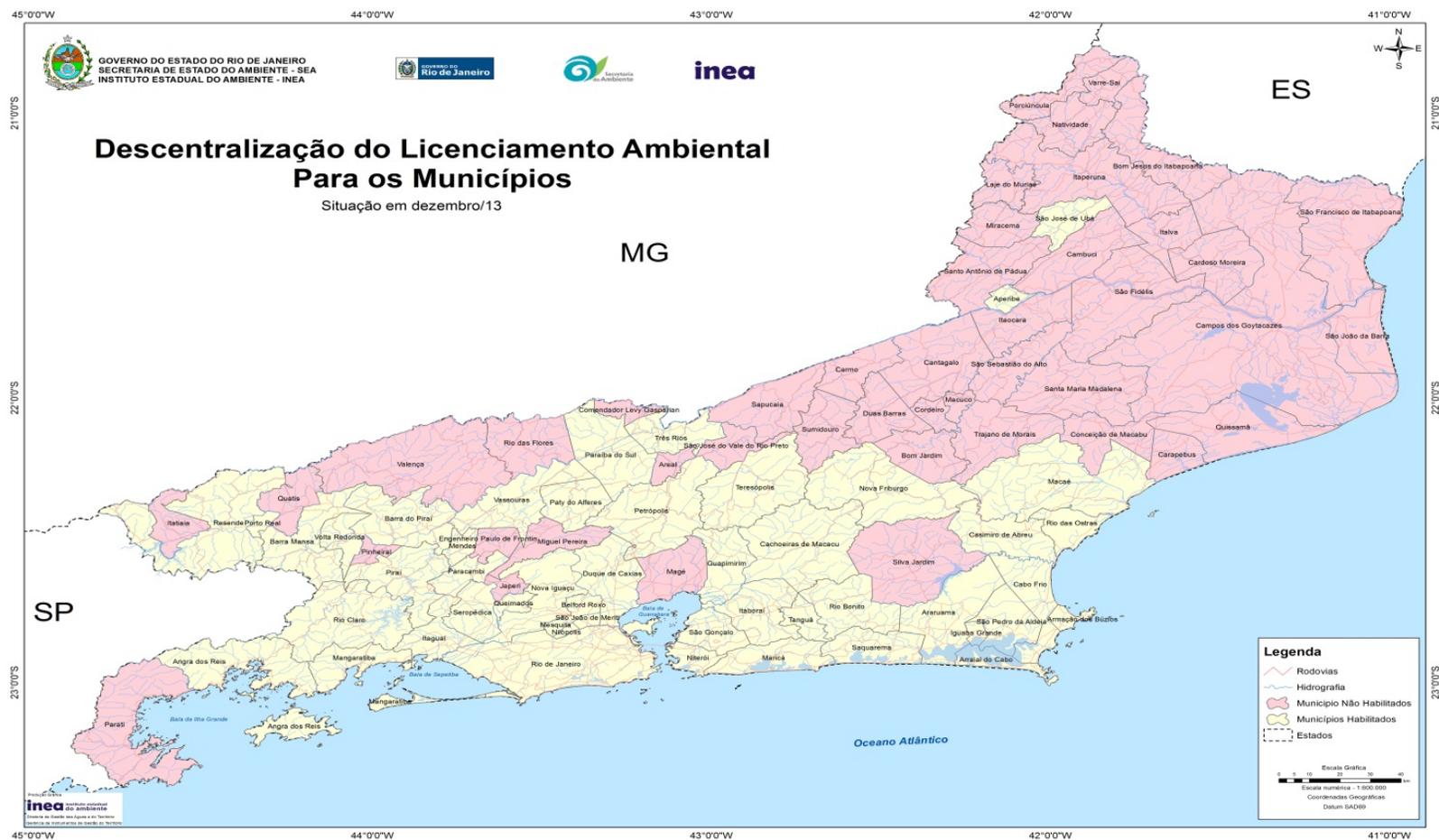


Figura 8: Descentralização do Licenciamento Ambiental Para os Municípios

1.1.2.2. Monitoramento dos indicadores de desempenho

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Novos Municípios habilitados para o licenciamento ambiental	42	48	48-(100%)
Elaboração de cinco publicações digitais em assuntos de interesse da gestão ambiental municipal	04	09	09-(100%)

Tabela 10: Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

1.1.2.3. Projeção de resultados para o próximo exercício

- Produzir material para 02 publicações digitais em assuntos de interesse da gestão ambiental municipal.
- Habilitar 03 (três) novos municípios para o licenciamento ambiental.
- Testar e Aprovar o Banco de Dados do Programa Ambiente+
- Capacitar 200 (duzentos) gestores municipais através dos cursos promovidos pela GEGAM.
- Manter o programa de visitas às secretarias municipais de meio ambiente e vistorias em atividades licenciadas pelos municípios.
- Instruir 15 Processos para a doação dos equipamentos cedidos aos Municípios do Noroeste Fluminense com recursos da TCFA- Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.
- Elaborar prestação de contas final dos recursos descentralizados para a execução do Contrato com a empresa prestadora de serviço-CM&O.
- Manter a atualização das informações municipais no Portal de Licenciamento

1.2. Fiscalização Ambiental e dos Recursos Hídricos

1.2.1. DIBAP

1.2.1.1. Escopo das atividades envolvidas

No que se refere à Fiscalização Ambiental são realizadas as seguintes atividades:

COMBIO:

- Vistorias em propriedades inseridas em unidade de conservação de Proteção Integral, como uma das etapas do levantamento para a regularização fundiária;
- Vistorias de acompanhamento das RPPNs reconhecidas pelo INEA.

GEPRO e à GEUSO:

- Ações de monitoramento na área das unidades de conservação de proteção integral e respectivas zonas de amortecimento, bem como nas unidades de conservação de uso sustentável, com atuações tanto de caráter informativo e educativo, quanto corretivo, sempre que constatadas irregularidades;
- Vistorias em áreas específicas das unidades de conservação de proteção integral e suas zonas de amortecimento, bem como nas unidades de conservação de uso sustentável, com o objetivo de instruir processos de licenciamento ambiental, demandas do Ministério Público e Procuradoria Geral do Estado, bem como outras demandas relacionadas à consulta sobre a possibilidade de ligação de luz em residências, pareceres de localização de imóveis em relação aos limites das unidades, uso de espaço e imagem dessas UCs.

GESEF:

- Ações de fiscalização em empresas madeireiras visando o controle do comércio, fluxo e transporte de produtos e subprodutos florestais de origem nativa;
- Ações de fiscalização visando a verificação do cumprimento dos projetos de restauração florestal decorrentes de condicionantes ambientais.

GEFAU:

- Ações de fiscalização em conjunto com a Coordenadoria Geral de Fiscalização (COGEFIS) em atendimento a denúncias;
- Ações de fiscalização em conjunto com Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais (CICCA) e Comando de Polícia Ambiental (CPAM).

1.2.1.2. Vistorias realizadas

COMBIO:

Em 2013 foram realizadas 43 vistorias em propriedades inseridas em unidade de conservação de Proteção Integral, como pode ser observado na Figura 2. Uma das principais etapas do levantamento para a regularização fundiária.



Figura 2. Vitorias do Serviço de Regularização Fundiária (SERF) realizadas em 2013.

E foram realizadas cinco (05) vitorias de acompanhamento em RPPNs reconhecidas pelo INEA ao longo do ano de 2013, sendo elas Ponte do Baião, Reserva Ecológica de Guapiaçu – REGUA, Escoteiro Geraldo Hugo Nunes, Cisne Branco e Sítio Serra Negra.

GEUSO:

Ao longo do ano de 2013 foram realizadas diversas vitorias de fiscalização nas unidades de conservação de uso sustentável estaduais, conforme tabela a seguir:

	Ações de Fiscalização	Notificações / Autos
APA DE TAMOIOS	30	20
APA DE MACAÉ DE CIMA	12	28
APA MACACU	--	--
APA DE MASSAMBABA	07	15
APA MARICÁ	02	00
APA GERICINÓ/MENDANHA	--	--
APA DA SERRA DE SAPIATIBA	--	--
APA DO PAU BRASIL	00	01
APA SEPETIBA II	00	00
APA MANGARATIBA	04	00
APA DO RIO GUANDU	01	00
APA DO ALTO IGUAÇU	--	--
RESEX MARINHA DE ITAIPU	02	00

Tabela 1. Ações de fiscalização nas unidades de conservação de uso sustentável estaduais em 2013.

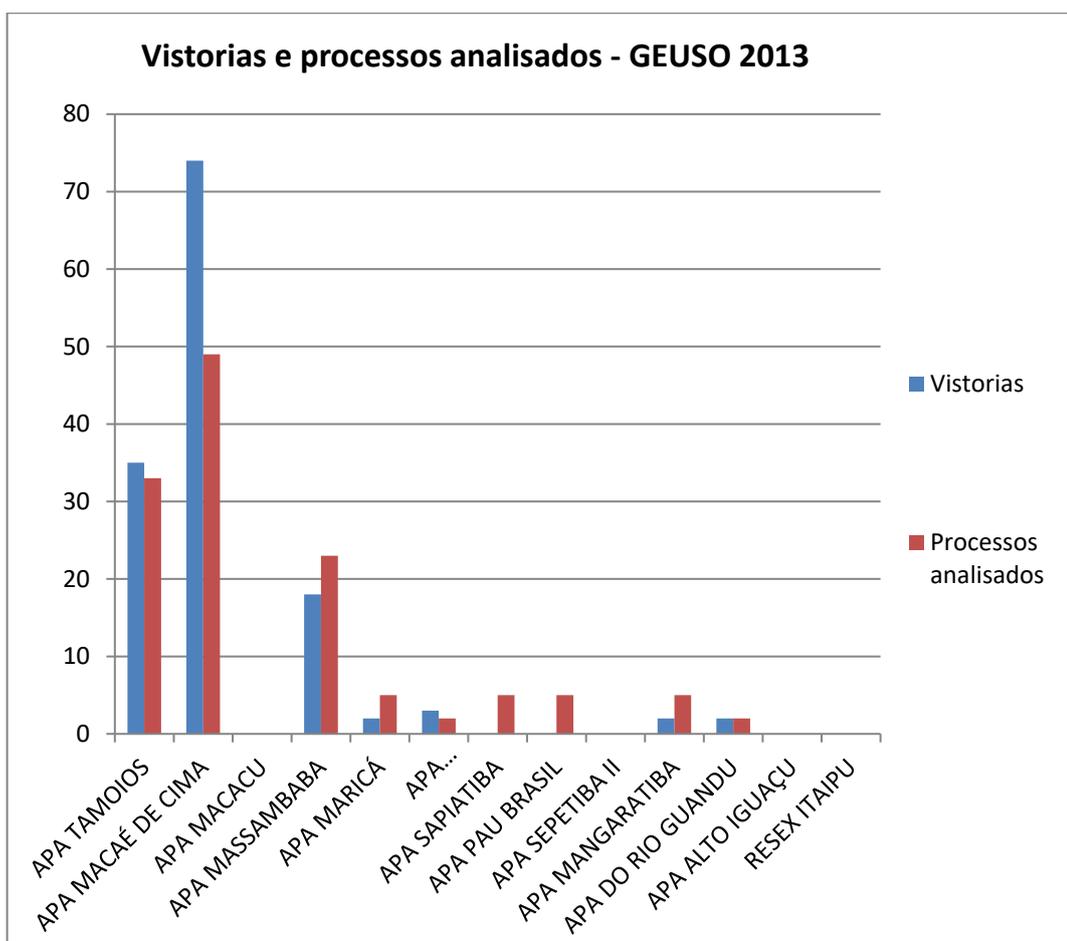


Figura 3. Vitorias realizadas nas unidades de conservação de uso sustentável em 2013.

GESEF:

A GESEF realizou no ano de 2013 um total de 175 (cento e setenta e cinco) vitorias; emitiu um total de 241 (duzentas e quarenta e uma) notificações; e lavrou 92 (noventa e dois) Autos de Constatação.

Ações realizadas pela GESEF em 2013	Quantidade
Vitorias realizadas	175
Notificações emitidas	241
Autos de Constatação emitidos	92

Tabela 2. Ações da GESEF em 2013.

GEFAU:

Ao longo do ano de 2013 foram realizadas as seguintes vitorias pela GEFAU:

- Vistoria para instalação de CETAS de Angra dos Reis;
- Vistoria no escopo do licenciamento e manejo de fauna na Praça Nossa Sra. da Paz (Ipanema, RJ) para o METRÔ;
- Vistoria de viabilidade de CETAS no Município de Paracambi;
- Vistoria no Parque Nacional da Tijuca relacionada a projeto de reintrodução de animais silvestres;

- Vistoria no Parque dos Pássaros em Rio das Ostras, com a Vice-Presidente, para viabilidade de construção de CRAM;
- Vistoria no Zoonit, com o intuito de instalação de CETAS;
- Vistoria no CETAS de Seropédica com foco na destinação de papagaios apreendidos pela PMERJ;
- Vistoria para atendimento de denúncia em Lins de Vasconcelos sobre o fechamento de ninhais;
- 05 vistorias no CEMEAS para adequações ao projeto arquitetônico; e
- Avaliação de área para criação de Criadouro Científico Dedo de Deus.

1.2.1.3. Monitoramento dos indicadores de desempenho

Indicador	Valor de ref.	Meta	Alcançado
Quantidade de vistorias realizadas, com vistas à verificação da documentação do sistema DOF e/ou ao estoque de madeira existente no pátio, em empresas que comercializam madeira nativa	N.D.	130 vist.	135 vist.

Tabela 11: Indicadores de Desempenho – Quantidade de Vistorias Realizadas

1.2.1.4. Projeção de resultados para o próximo exercício

COMBIO:

Realizar vistoria de acompanhamento em 10 RPPNs reconhecidas pelo INEA.

GESEF:

No âmbito do Serviço do Documento de Origem Florestal - SEDOF pretende-se ampliar as fiscalizações das empresas do segmento da construção civil, sendo traçada uma meta de pelo menos 70 (setenta) empresas deste ramo fiscalizadas.

1.2.2. DIMFIS

1.2.2.1. Escopo das atividades envolvidas

COGEFIS

A COGEFIS conduz as ações de fiscalização dentre as quais mereceram destaque no ano de 2013: Abate e beneficiamento de aves; Apreensão de Pássaros em cativeiro; Captação e operação de lavagem de caminhões; Clínicas e UPAS; Coleta de resíduos; Controle de Pragas e vetores; Corte de talude e aterro na margem do Rio; Demandas do Ministério Público, prevendo a adequação dos

mercados em relação à Lei de Sacolas Plásticas; Denúncia de despejo irregular de resíduos; Empresas de resíduos hospitalares; Extração de areia em cava; Fabricação de Tijolos; Fiscalização, em caráter de URGÊNCIA, na indústria PETROGOLD; Indústria de Pescado; Indústria Têxtil; Mineradoras; Monitoramento e fiscalização/autuação das empresas que margeiam o Rio Calombé; Oficina de serviços mecânicos, lanternagem e pintura; Operação conjunta Defesa Civil, Polícia Militar, Secretaria de Obras – habitações em lugar impróprio; Operações conjuntas CICCA/SEA; Operações para apurar denúncia de Drenagem em via Pública; Poços artesianos; Postos de gasolina; Sepultamento de Cadáver não adequado às legislações vigentes; Transporte de produtos perigosos; Transporte e manutenção de viaturas de resíduos hospitalares.

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS GERADOS	2011	2012	2013	TOTAIS
Emissão de autos de infração, multas simples art. 2º, inciso II - Lei Estadual nº 3467/2000	746	763	341	1850
Emissão de autos de infração, multas simples art. 2º, inciso I VII, VIII e IX - Lei Estadual nº 3467/2000	88	257	156	501
Emissão de autos de constatação e medidas cautelares	150	3079	20	3249
Processos enviados a PGE (Nota de Débito)	124	598	267	989
Relatórios de Vistorias realizadas	155	200	190	545
Notificações emitidas	60	398	455	913
Impugnações recebidas	430	538	969	1937
Processos analisados	2805	3981	2689	9475
Documentos analisados	674	4521	617	5812
Demandas da Procuradoria do INEA atendidas em processos judiciais	9	3	33	45
Atendimento ao público	1440	1897	1531	4868
Totais	6681	16235	7268	30184

Tabela 12: Quantidade de Documentos Gerados – DIMFIS

1.2.2.2. Vistorias Realizadas



Figura 9: Relatórios de Vitorias Realizadas

1.2.2.3. Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

Indicadores 2013	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Revisão da Resolução INEA nº 28	0	100%	100%
Criar os procedimentos para lavratura dos autos administrativos emitidos pelo INEA	0	1	1

Tabela 13: Monitoramento dos Indicadores de Desempenho - DIMFIS

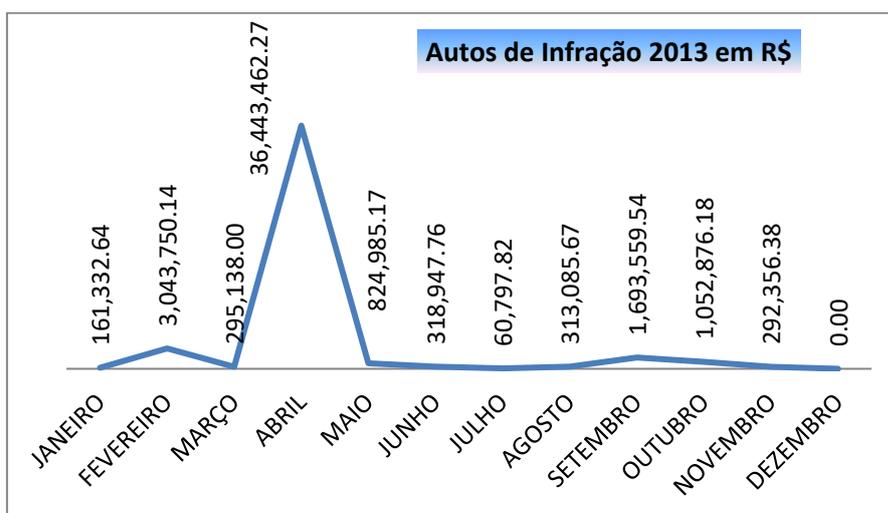


Figura 10: Autos de Infração 2013 em R\$*

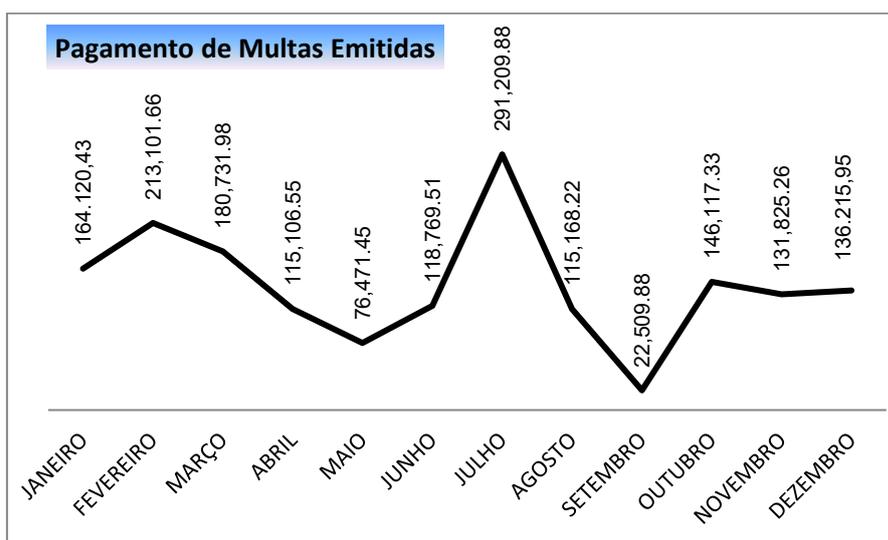


Figura 11: Pagamento de Multas Emitidas

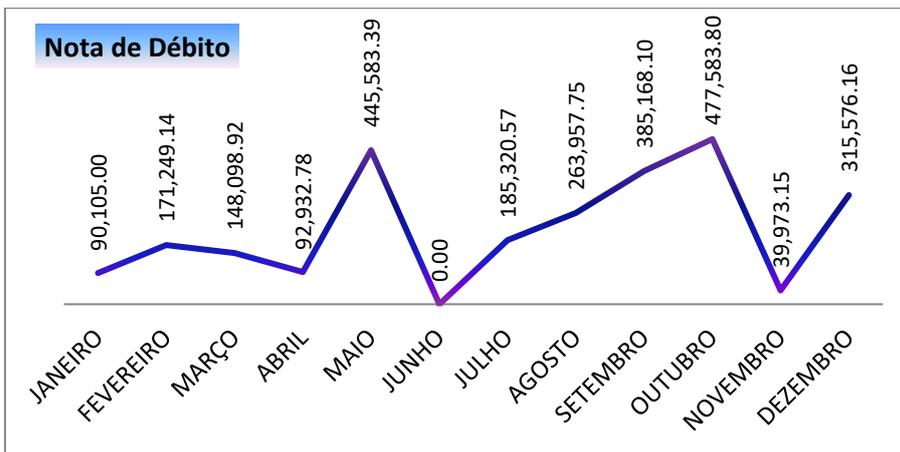


Figura 12: Nota de Débito

1.2.2.4. Projeção de Resultados para o próximo exercício:

- Analisar a aderência do novo sistema de fiscalização Fase 1 com o que foi especificado, com vistas à homologação da Fase 1.
- Capacitar as equipes das Superintendências no uso da ferramenta Excel para valoração de multas e reciclá-las na lavratura dos administrativos deste INEA. A ideia é uniformizar as graduações das multas e lavraturas nos atos administrativos.
- Criar, em parceria com a área de comunicação do INEA, um Programa de Divulgação das atividades de fiscalização realizadas pela COGEFIS. A ideia central é que a transparência da COGEFIS na relação com a mídia contribui na inibição de ações danosas ao ambiente.
- Desenvolver estudo de viabilidade técnico-econômica da introdução de novas tecnologias na atividade de fiscalização tais como a utilização de *drones*, veículos anfíbios tipo *Hovercrafts* e instalação de câmaras remotas. Esses estudos visam materializar e inserir a ideia de equilíbrio nas ações de fiscalização Reativas, com ações de fiscalização Preventivas.
- Estabelecer o Programa Integrado de Fiscalização com a participação/cooperação das Superintendências Regionais do INEA, convidando a SEA, os Municípios e outras Instituições afins, disseminando os conceitos de vigilância ambiental e descentralizando as ações de fiscalização preventivas.
- Implantar os procedimentos administrativos aprovados em Resolução pelo CONDIR, atribuindo possibilidade de atos administrativos instituídos pelos Diretores.

1.3. Monitoramento Ambiental

1.3.1. DIGAT

O monitoramento de qualidade de água é uma ferramenta importante e imprescindível tanto como suporte ao controle das atividades poluidoras quanto como fonte de informações, uma vez que consiste no acompanhamento sistemático dos aspectos qualitativos e quantitativos das águas, permitindo, reunir um conjunto de informações necessárias à avaliação das ações efetivadas e ao direcionamento de decisões futuras.

O processo de acompanhamento da qualidade da água nos corpos d'água se dá a partir da coleta de amostras de águas e sedimento em locais e datas predeterminados, segundo um plano de amostragem também predeterminado. Essas amostras são enviadas para análises em laboratórios, e os resultados obtidos no monitoramento são armazenados em um banco de dados, a partir do qual recebem um tratamento estatístico, que embasará a elaboração de diagnósticos específicos que, por sua vez, se constituirão em uma informação que será disponibilizada aos diversos segmentos da sociedade.

Três unidades da DIGAT participam do monitoramento dos recursos hídricos: COPPES, nos aspectos relacionados à quantidade de água, e a GEAG e GELAB quanto à qualidade de água.

1.3.1.1. Escopo das atividades envolvidas

A GEAG tem por atribuição monitorar e avaliar a qualidade das águas dos rios, baías, lagoas, reservatórios e praias do ERJ. Produzindo assim, relatórios, diagnósticos e boletins sobre a qualidade da água dos corpos hídricos do ERJ;

Além disso, monitora a qualidade dos efluentes das estações de tratamento de esgotos domésticos e de despejos industriais do ERJ. E ainda, acompanha o PROCON ÁGUA através do controle das características qualitativas e quantitativas dos efluentes líquidos baseado nos resultados reportados nos RAES;

A GEAG também coopera com outras Unidades do Inea no atendimento de emergências/acidentes ambientais e tecnicamente com outras instituições, p. ex. Polícia Federal, IBAMA, DPMA, MP e Prefeituras.

1.3.1.2. Análises de qualidade das águas, dos sedimentos, dos efluentes dos tratamentos de despejos industriais e estações de tratamento de esgoto.

O monitoramento previsto para o ano de **2014** dos principais corpos d'água do Estado do Rio de Janeiro será realizado pelo INEA em 407 estações de amostragem distribuídas em rios, baías, canais, lagoas e reservatórios (Tabela 01) e 295 estações de amostragem nas praias (Tabela 02), com diferentes frequências e profundidades de coleta, ou seja, superfície e/ou fundo.

Frequência e N° de Estações de Amostragem dos Corpos d'água Monitorados pelo INEA					
Corpos d'Água	Frequência para 2014	N° Estações de Amostragem	N° estações de amostragem	Local de Coleta	Responsável pela Coleta

		em 2013	(para 2014)		
Rio Paraíba do Sul - <i>Calha Principal</i>	Mensal	17	22	Superfície	GEAG e SUPBAP
<i>Rios Afluentes do Rio Paraíba do Sul + Rio Itabapoana</i>	Bimestral	22	24	Superfície	GEAG e SUPBAP
Reservatório de Funil	Bimestral	3	3	Superfície, Secchi e Fundo	GEAG
Reservatórios Santana, Vigário e Lajes	Bimestral	3	3	Superfície	GEAG
Rios da Bacia da Baía de Guanabara	Bimestral	60	60	Superfície	GEAG
Baía de Guanabara	Mensal	19	19	Superfície e Fundo	GEAG
Rios da Bacia da Baía de Sepetiba	Trimestral	13	13	Superfície	GEAG
Rios da Bacia da Baía de Sepetiba - <i>Sub-bacia do Rio Guandu</i>	Mensal	12	12	Superfície	GEAG
Baía de Sepetiba	Trimestral	14	14	Superfície e Fundo	GEAG
Rios da Bacia da Baía da Ilha Grande	Trimestral	17	17	Superfície	GEAG
Baía da Ilha Grande	Trimestral	22	22	Superfície e Fundo	GEAG
Rio Preto	Mensal/Trimestral*	8	8	Superfície	GEAG
Rios da Bacia do Sistema Lagunar de Jacarepaguá	Trimestral	12	12	Superfície	GEAG
Sistema Lagunar de Jacarepaguá	Mensal	8	9	Superfície e Fundo	GEAG
Rios da Bacia do Sistema Lagunar de Maricá	Trimestral	6	6	Superfície	GEAG
Sistema Lagunar de Maricá	Trimestral	10	10	Superfície e Fundo	GEAG
Rios da Bacia do Sistema Lagunar Itaipú-Piratininga	Trimestral	5	5	Superfície	GEAG
Lagoa de Piratininga	Trimestral	2	2	Superfície e Fundo	GEAG
Rios RH Macaé e das Ostras	Trimestral	8	8	Superfície	GEAG
Rios São João / Una / Bacaxá / Capivari	Trimestral	5	5	Superfície	GEAG
Rios São Pedro / Macabu / Ururá / Macaé	Trimestral	4	4	Superfície	SUPBAP
Lagoa de Araruama	Trimestral	52	24	Superfície e Fundo	GEAG
Reservatório de Jurnaíba	Trimestral		5	Superfície e Fundo	GEAG
Lagoa de Imboissica	Trimestral		3	Superfície e Fundo	GEAG e SUPMA
Lagoa Salgada	Trimestral		6	Superfície	SUPBAP
Rios da Lagoa de Saquarema	Trimestral		5	Superfície	GEAG
Lagoa de Saquarema	Trimestral		6	Superfície e Fundo	GEAG
Rios da Lagoa de Jacóné	Trimestral		1	Superfície	GEAG
Lagoa de Jacóné	Trimestral		2	Superfície e Fundo	GEAG
Lagoa Feia	Trimestral	4	4	Superfície e Fundo	SUPBAP
Lagoa de Cima	Trimestral	2	2	Superfície e Fundo	SUPBAP
Canal Quitingute	Trimestral		4	Superfície	SUPBAP
Canais da Visconde de Albuquerque e Jardim de Alah	Trimestral	23	18	Superfície	GEAG
Emissários Submarinos – Barra da Tijuca e Ipanema	Trimestral		16	Superfície	GEAG
Rios Municipais	Trimestral		33	Superfície	GEAG

Tabela 01 – Frequências, nº de estações de amostragem (2013 e 2014), local de coleta e responsável pela coleta para cada corpo d'água monitorado pelo INEA

Frequência e Nº de Estações de Amostragem das Praias Monitoradas pelo INEA				
Praias	Frequência para 2014	Nº Estações de Amostragem (Proposta para 2014)	Local de Coleta	Responsável pela Coleta
Paraty	Quinzenal	9	Superfície	SUPBIG
Angra dos Reis	Quinzenal	22	Superfície	SUPBIG
Ilha Grande	Quinzenal	5	Superfície	SUPBIG
Mangaratiba	Quinzenal	1	Superfície	SUPSEP
Ibicui	Quinzenal	2	Superfície	SUPSEP
Conceição de Jacareí	Quinzenal	3	Superfície	SUPSEP
Saco	Quinzenal	2	Superfície	SUPSEP
Coroa Grande	Quinzenal	3	Superfície	SUPSEP
Praia Grande	Quinzenal	2	Superfície	SUPSEP
Muriqui	Quinzenal	4	Superfície	SUPSEP
Itacuruça	Quinzenal	3	Superfície	SUPSEP
Sepetiba	Mensal	6	Superfície	GEAG
Zona Oeste e Zona Sul	2x por semana	40	Superfície	GEAG
Ilha do Governador e Ramos	Quinzenal	14	Superfície	GEAG
Paquetá	Semanal	8	Superfície	GEAG
Magé	Mensal	4	Superfície	GEAG
São Gonçalo	Mensal	1	Superfície	GEAG
Niterói	2x por semana	29	Superfície	GEAG
Maricá	Mensal	5	Superfície	GEAG
Saquarema	Quinzenal	9	Superfície	SUPLAJ
Araruama	Quinzenal	21	Superfície	SUPLAJ
Iguaba Grande	Quinzenal	5	Superfície	SUPLAJ
São Pedro da Aldeia	Quinzenal	9	Superfície	SUPLAJ
Arraial do Cabo	Quinzenal	7	Superfície	SUPLAJ
Cabo Frio	Quinzenal	13	Superfície	SUPLAJ
Barra de São João	Quinzenal	4	Superfície	SUPLAJ
Búzios	Quinzenal	14	Superfície	SUPLAJ
Rio das Ostras	Quinzenal	12	Superfície	SUPMA
Macaé	Quinzenal	13	Superfície	SUPMA
Campos	Quinzenal	25	Superfície	SUPBAP

Tabela 14: Frequências e nº de estações de amostragem (2014), local de coleta e responsável pela coleta para cada corpo d'água monitorado pelo INEA

As coletas de amostras de sedimentos superficiais possui uma frequência anual e são programadas para serem realizadas no período seco entre os meses de maio e novembro. Além disso, são realizadas algumas medições em campo com o objetivo de se caracterizar a qualidade ambiental daquela amostragem o mais próximo do real possível.

Em relação ao monitoramento da qualidade dos efluentes, a GEAG é responsável pela amostragem dos efluentes gerados nas Estações de Tratamento Industriais e dos despejos domésticos das Estações de Tratamento de Esgoto. Em conjunto com a GELIN – Gerência de Licenciamento Industrial foi elaborada uma lista com 173 indústrias (57 prioritárias 116 do monitoramento convencional) e 88 estações de tratamento de esgoto a serem monitoradas ao longo do ano. Para a implantação do monitoramento destas atividades serão levadas em consideração as seguintes prioridades:

- Indústrias com maior potencial poluidor;
- Indústrias selecionadas pela GELIN;
- Estações de tratamento de esgotos localizadas na Região Hidrográfica - Baía de Guanabara;
- Estações de tratamento de esgotos municipalizadas (Concessionárias).

1.3.1.3. Análises laboratoriais

A Gerência de Análises Laboratoriais – GELAB foi incorporada à DIGAT em outubro de 2013 e tem um papel fundamental no monitoramento da qualidade das águas (rios, praias, lagos, lagoas, etc) do estado do Rio de Janeiro, através das análises de amostras de efluentes e sedimentos. Atua, principalmente, em parceria com a GEAG neste monitoramento.

A **GELAB** realiza ensaios físico-químicos, biológicos, microbiológicos e ecotoxicidade, em amostras de água, efluentes líquidos, resíduos, sedimento, solo, ar e material biológico. Atende ainda as demandas do monitoramento ambiental de rotina e casos de poluição acidental, incluindo a balneabilidade das praias e análise parasitológica de areia e água; atende também as demandas do licenciamento ambiental por meio do monitoramento de efluentes líquidos e resíduos das empresas, de particulares (guia de recolhimento) e de Ofícios de instituições públicas.

De forma a garantir uma maior confiabilidade, exatidão e precisão dos resultados emitidos, a **GELAB** implantou um sistema de gestão da qualidade (SGQ), de acordo com os requisitos da norma NBR ISO/IEC 17025:2005 - Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração, que encontra-se em processo de acreditação pelo Inmetro. A manutenção do SGQ requer o controle de cerca de **475 documentos**, bem como a supervisão necessária para assegurar a qualidade requerida das operações dos laboratórios.

A GELAB também é responsável pelo Credenciamento de Laboratórios de indústrias e prestadores de serviço para atender aos programas de autocontrole (PROCON ÁGUA) e higienização de reservatórios. Realiza, para tanto, vistorias, envio de material de referência de controle da qualidade e avaliação dos resultados das análises dos parâmetros, emitindo laudos de credenciamento. Hoje estão credenciados 107 laboratórios, dos quais 51 de indústrias e 56 de prestadores de serviço.

Amostras recebidas e ensaios realizados em 2013

MATRIZ	TOTAL	
	AMOSTRAS	ENSAIOS
Água de Poço/Tratada	672	1470
Efluentes/Resíduos	456	3043
Praias	8746	13165
Corpos hídricos	5804	39669
Areia	164	185
Sedimento/Solo	116	856
Material particulado	46	46
Ensaio de Proficiência	61	221
TOTAL	16065	58655

Tabela 15: Amostras recebidas e Ensaio realizados em 2013

Evolução do nº de ensaios realizados de 2010 a 2013

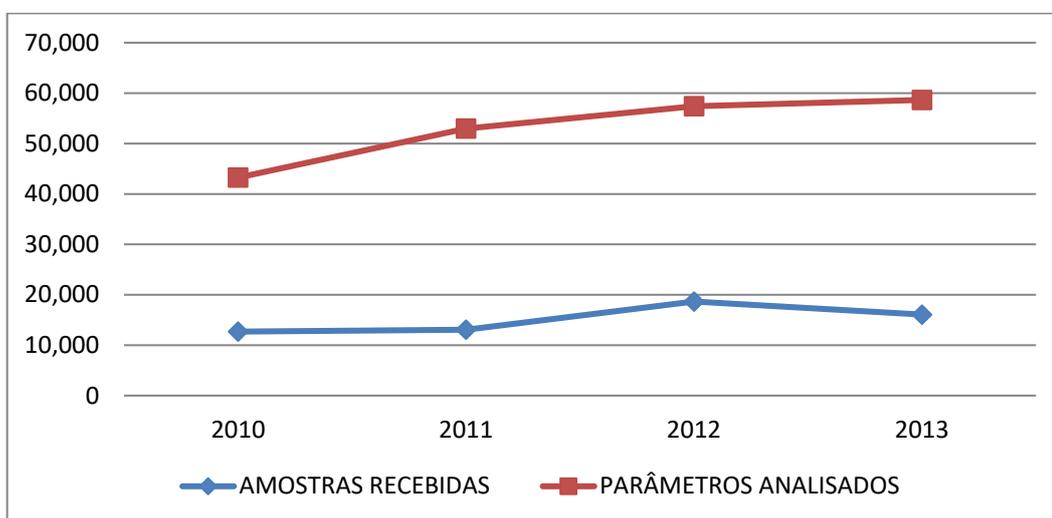


Figura 13: Evolução no número de ensaios realizados em 2010 a 2013

1.3.1.4. Monitoramento dos indicadores de desempenho

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Publicação do 1º relatório anual de balneabilidade de praias e de qualidade das águas continentais do ERJ - GEAG (#)	EM N°.	1	1

Tabela 16: Indicadores de Desempenho – 1º relatório anual de balneabilidade de praias e de qualidade das águas continentais

1.3.2. DIMFIS

1.3.2.1. Escopo das atividades desenvolvidas na Análise da Qualidade do Ar

- Nos anos de 2012 e 2013, foram divulgados Boletins Diários de Qualidade do Ar, no *site* do INEA, em 100% e 99% dos dias úteis, respectivamente;
- Em 2013, foi publicado no *site* do INEA, o Relatório Anual da Qualidade do Ar 2013, baseado nos dados monitorados nos anos de 2010 e 2011;
- Foram intensificadas nos últimos anos, as vistorias de acompanhamento dos técnicos da GEAR/DIMFIS das amostragens de chaminés realizadas pelas empresas: 2010 = 6; 2011 = 12 e 2013 = 14;
- Na coordenação e supervisão do Convênio INEA-DETRAN para a realização do Programa de Controle da Poluição Veicular, foram intensificadas as vistorias de auditoria do funcionamento dos postos de inspeção, sendo gerados 101 relatórios 2011 e 331 relatórios de vistoria em 2013;
- De forma a garantir uma melhoria dos resultados do programa, foram intensificadas a frequência dos treinamentos oferecidos pelo INEA ao corpo funcional do DETRAN e terceirizados, envolvidos no teste de inspeção de gases: em 2011 não foi realizado nenhum treinamento; Em 2012, foram realizados 3 treinamentos com aprovação de 85 alunos e em 2013, foram realizados 6 treinamentos com aprovação de 154 alunos;
- Com relação ao Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta, foi intensificação da busca por empresas que atuam no Estado com transporte de cargas e passageiros, aumentando o número de empresas vinculadas ao Programa de 567 em 2011 para 863 em 2013;
- Diante do aumento significativo do número de empresas vinculadas ao PROCON FUMAÇA PRETA, verificou-se um incremento do número de empresas credenciadas pelo INEA para realizar as inspeções de fumaça preta, de 10 em 2011 para 18 em 2013.

1.3.2.2. Análise da Qualidade do Ar

À Gerência de Qualidade do Ar (GEAR) compete o monitoramento da qualidade do ar no Estado. Para tal, em 2013, realizou as seguintes atividades:

- Contratação da empresa CETREL, para a realização dos serviços de operação, manutenção, implantação e adequação da rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do Estado;
- Contratação do desenvolvimento do sistema de informação, integrado ao BDE, com o objetivo de automatizar processos, consolidar e integrar dados gerados pelo monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas;
- Submissão ao FECAM de projeto para a complementação de Recursos para o Projeto Olímpico de Monitoramento da Qualidade do Ar, no valor de R\$ 21.659.415,07, aprovado em 25.10.2013 através da Deliberação CECA nº 313.

1.3.2.3. Análise da Situação dos Rios

- Ao Centro de Informação e Emergências Ambientais (CIEM) compete o monitoramento das chuvas e do nível dos rios. Para tal, em 2013, realizou as seguintes atividades:
- Manutenção do contrato com a empresa Infoper, para a realização dos serviços de operação e manutenção da rede de hidrometeorológica telemétrica, do banco de dados hidrometeorológicos do Estado;
- Contratação da empresa Earth Networks – Simtech, para o fornecimento de um sistema de detecção de descargas atmosféricas, com intuito de monitorar o surgimento, evolução e deslocamento de eventos extremos de tempestades, permitindo o monitoramento em tempo real da concentração de descargas atmosféricas intra-nuvens e nuvens-solo, bem como tendência direcional destas concentrações, indicando intensidade e deslocamento de tempestades, melhorando a assertividade os alertas enviados às defesas civis municipais;
- Início da modernização do CIEM, com abertura de processo licitatório para desenvolvimento de sistema, que irá proporcionar uma gestão efetiva dos dados de monitoramento ambiental, cuja relevância será considerada quanto da construção de cenários que irão auxiliar na tomada de decisão, dos gestores de crises, permitindo identificar o registro de ameaças; qualificar incidentes quanto à severidade e extensão; identificar procedimentos padrão e realizar acompanhamento de suas execuções; promover a coordenação e colaboração das equipes de trabalho, gestores, autoridades públicas e cidadãos; validar e classificar o acesso à informação baseada em níveis de responsabilidade garantindo a confiabilidade e segurança do ambiente;
- Em parceria com o CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais), serão incorporadas 09 (nove) estações hidrológicas ao Sistema de Alerta de Cheias do INEA nas localidades de Angra dos Reis, São Gonçalo, Niterói, Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Cachoeira de Macacu, Baixada e Queimados;
- Expansão do sistema, que vem se dando pela incorporação de novas estações desde 2011 quando se dispunha de apenas 16 (dezesesseis) e ao longo de 2012 foram implantadas 26 novas estações. O sistema hoje recebe informações de 103 (cento e três), estações da rede hidrometeorológica telemétrica monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana, no CIEM;
- Aquisição de dois Radares Meteorológicos Banda S, com capacidade de identificar grandes tempestades em raio de distância de até 400 km, estimar a chuva sobre uma área com raio de 250 km, sendo assim, o ERJ será o primeiro Estado brasileiro a ter todas as bacias hidrográficas cobertas por esta tecnologia, possibilitando o desenvolvimento de modelos hidrológicos mais robustos, estimar a composição das nuvens (granizo, água, neve etc), e assim estimar o grau de severidade da chuva que irá cair, e estimar o deslocamento das tempestades com antecedência de três horas, a partir de programas que já estão incluídos no fornecimento do radar. Os Radares foram adquiridos com recursos do Banco Mundial, e serão instalados em Guaratiba e Macaé.

1.3.2.4. Análises laboratoriais

Amostras recebidas e ensaios realizados em 2013

MATRIZ	TOTAL	
	AMOSTRAS	ENSAIOS
Água de Poço/Tratada	672	1470
Efluentes/Resíduos	456	3043
Praias	8746	13165
Corpos hídricos	5804	39669
Areia	164	185
Sedimento/Solo	116	856
Material particulado	46	46
Ensaio de Proficiência	61	221
TOTAL	16065	58655

Tabela 17: Amostras recebidas e Ensaios realizados em 2013

Evolução do nº de ensaios realizados de 2010 a 2013

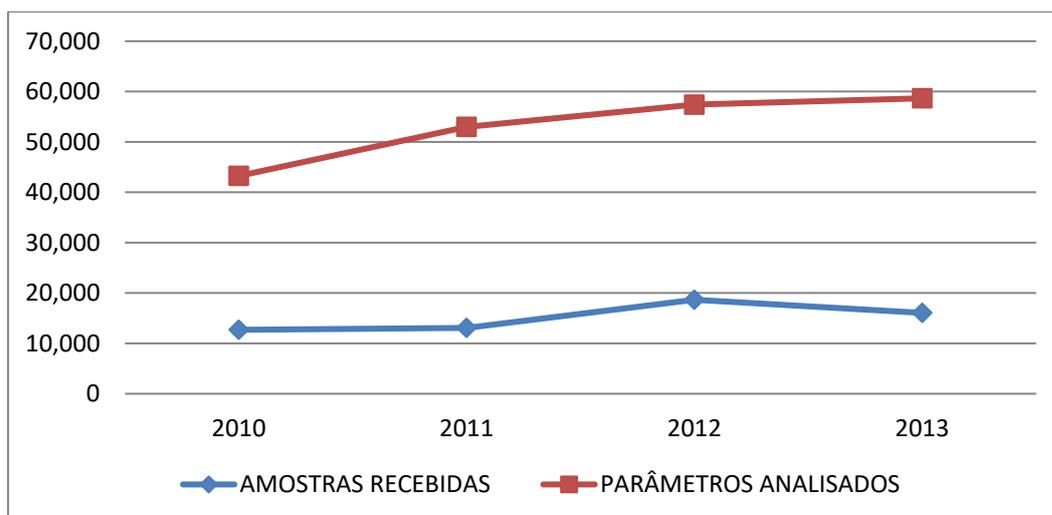


Figura 14: Evolução no número de ensaios realizados em 2010 a 2013

1.3.2.5. Geoprocessamento e Estudos Ambientais

Foram elaborados, durante o ano de 2013, gráficos demonstrativos com a quantidade de atendimentos de processos e solicitações com geração de geodados e/ou geoinformação.

Descrição dos estudos ambientais realizados no último ano:

Monitoramento da Cobertura Vegetal e Uso da Terra (escala 1:100000): Foi realizado o registro das imagens Landsat de 2013 e a revisão metodológica do processo de classificação de imagem Landsat de forma a melhorar a capacidade de identificação e delimitação dos alvos, integrando procedimentos metodológicos desenvolvidos no Projeto Programa Integrado de Monitoria Remota de Fragmentos Florestais e de Crescimento Urbano no Rio de Janeiro (PIMAR) e no mapeamento orientado ao objeto realizado para o Projeto da SEA “Análise e Qualificação Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro: Subsídios ao Zoneamento Ecológico Econômico” – COPPETEC (contratada). Esta metodologia de classificação integrada será aplicada nas imagens Landsat de 2007, 2010 e 2013. Assim, o resultado apresentado para os mapeamentos feitos anteriormente – anos 2007 e 2010 e detecção de mudanças 2007-2010 serão revistos. Em março de 2014 os resultados do monitoramento 2007-2010 e serão divulgados, e em maio/2014 o de 2013.

BDE-INEA: implantação do sistema através de: diversos testes de uso do BDE-INEA pela GEOPEA e suporte da contratada com vistas a depuração da solução (até outubro 2013), apresentação interface SIGWeb do sistema a instituição (apresentações gerais e setoriais até novembro de 2013), implantação do plano piloto (de 18/11/2013 a 18/02/2014). O plano piloto consiste em uma série de atividades de uso controlado da solução com vistas à utilização contínua de suas ferramentas e funcionalidades (por usuários), de desempenho, de capacidade, estruturas de dados e usabilidade (equipe GEOPEA/GETEC) e correção eventual de qualquer problema detectado pela empresa desenvolvedora do sistema BDE-INEA. Em fevereiro/2013 foi concluída a fase de modelagem conceitual do BDE-Ar. Estudos para espacialização de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de acordo com a Lei 12651/2012 em atendimento a solicitação do GT Código Florestal Fluminense capitaneado pela VP. Foi desenvolvida metodologia de espacialização automatizada em ambiente paras as APPs (inclusive topo de morro) exceto a de margem de hidrografia que será obtida por metodologia desenvolvida pela GELIRH, ainda não repassada à GEOPEA para devida espacialização. A metodologia de espacialização de APP de topo de Morro foi aprovada pelo GT em junho de 2013.

Descrição dos Projetos de estudos ambientais desenvolvidos no último ano:

Monitoramento da Cobertura Vegetal e Uso da Terra (escala 1:25000): elaboração de Termo de Referência e Edital para efetivar monitoramento de cobertura vegetal e uso da terra na escala 1:25000 – meta atendida em agosto de 2013. Foi realizada validação de imagens Rapideye ano 2011 e 2012 adquiridas pela SEA e objeto de mapeamento na escala 1:25000 pela GEOPEA. Desenvolvimento de metodologia de mapeamento a partir do InterImage e aplicação e validação da mesma no mapeamento Cobertura Vegetal e Uso da Terra com base nas imagens Rapideye pertinentes a RH1 – atendimento solicitação da GEGET/DIGAT em julho-outubro/2013.

Projeto Módulo 3 do BDE-INEA referente à Qualidade do Ar (BDE-Ar) – fase 2: consiste na implantação deste módulo no BDE-INEA. Integra uma das metas do Contrato de Gestão desta

Gerência sendo seu indicador de desempenho a implantação de 10% deste Projeto até dezembro de 2013. Entretanto por conta de externalidades alheias a responsabilidade e capacidade desta Gerência a licitação do presente Projeto, marcada para 06/08/2013, só foi realizada em 13/12/13, fato este que comprometeu a conclusão da meta em questão. Foi enviada ao NUMAE solicitação de reanálise da meta com justificativa detalhada do não atendimento da meta (CIs GEOPEA nº 066, de 26/12/13, e nº 001, de 06/01/14, enviadas à Coordenação do NUMAE).

Projeto Módulo 4 do BDE-INEA referente à Biota e Pesquisa Científica: elaboração de Termo de Referência e Edital – meta atingida em agosto de 2013. A verba, já aprovada, para execução do projeto é via Câmara de Compensação Ambiental CCA/SEA. O projeto está esperando a definição da CCA, entidade responsável pelo pagamento e do FUNBIO de qual será a melhor estratégia para realização do processo licitatório, se é via FUNBIO ou pela própria entidade.

1.3.2.6. Emergências Ambientais

Ao Centro de Informação e Emergências Ambientais (CIEM) compete a emissão de alertas para desastres naturais relacionados a cheias, e a resposta a emergências ambientais decorrentes de acidentes tecnológicos.

Estas atividades são mantidas 24 horas por dia, 7 dias por semana, com equipes de plantão, emitindo alertas de cheias, e coordenando técnica e operacionalmente as emergências ambientais tecnológicas, representadas pelas diversas tipologias acidentais, tais como: acidentes no transporte (rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário, aeroviário), acidentes industriais (intra e extramuros), acidentes comerciais, residenciais, disposições inadequadas e descartes clandestinos de produtos classificados como perigosos pela Organização das Nações Unidas – ONU – em suas nove classes de riscos intrínsecos listados abaixo, assim como de resíduos perigosos e ou produtos químicos não classificados como perigosos.

O CIEM atua sempre em apoio à Defesa Civil Estadual e Municipais, envolvendo ou não outras autoridades como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, IBAMA, Capitania dos Portos – Marinha do Brasil, Polícia Rodoviária Federal ou Estadual etc.

O CIEM tem como objetivos:

- Difusão de conhecimento, através de cursos e palestras;
- Atualização de dados estatísticos, desenvolvimento de bancos de dados de acidentes tecnológicos e desastres naturais relacionados a cheias;
- Manter constante vigilância das condições dos rios, e das chuvas que possam causar alterações nestes;
- Atender a demanda do público, das Defesas Civas Municipais e a Estadual, por informações relacionadas a chuvas e cheias no ERJ;

- Promover estudos relacionados a ocorrência de chuvas extremas, cheias e desastres naturais, em apoio ao aprimoramento da gestão de desastres no ERJ;
- Atendimento imediato, acompanhamento e coordenação das ações que envolvam situações de emergência com risco ao meio ambiente, originários de acidentes, proveniente de fontes ou atividades que manipulem, armazenem ou transportem produtos químicos perigosos no Estado do Rio de Janeiro;
- Atendimento imediato e emergencial a acidentes e ou reclamações traduzidos por incômodos às comunidades;
- Diminuição, de forma preventiva e ou emergencial, dos riscos oriundos da poluição accidental;
- Coordenação técnica nas ações de emergência ambiental;
- Acompanhamento de produtos perigosos, ou cargas especiais em rodovias e ou ferrovias (ex.: transporte de produtos radioativos);
- Levantamento de produtos químicos transportados em rodovias (comandos de produtos perigosos);
- Fiscalização de caráter ambiental, em conjunto com a Capitania dos Portos, nas baías de Guanabara, Angra dos Reis e Sepetiba;
- Apoio prestado às Defesas Civas Estaduais e Municipais, e outras autoridades como Corpo de Bombeiros, Policia Militar, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, IBAMA, Capitania dos Portos – Marinha do Brasil, Policia Rodoviária Federal ou Estadual etc.

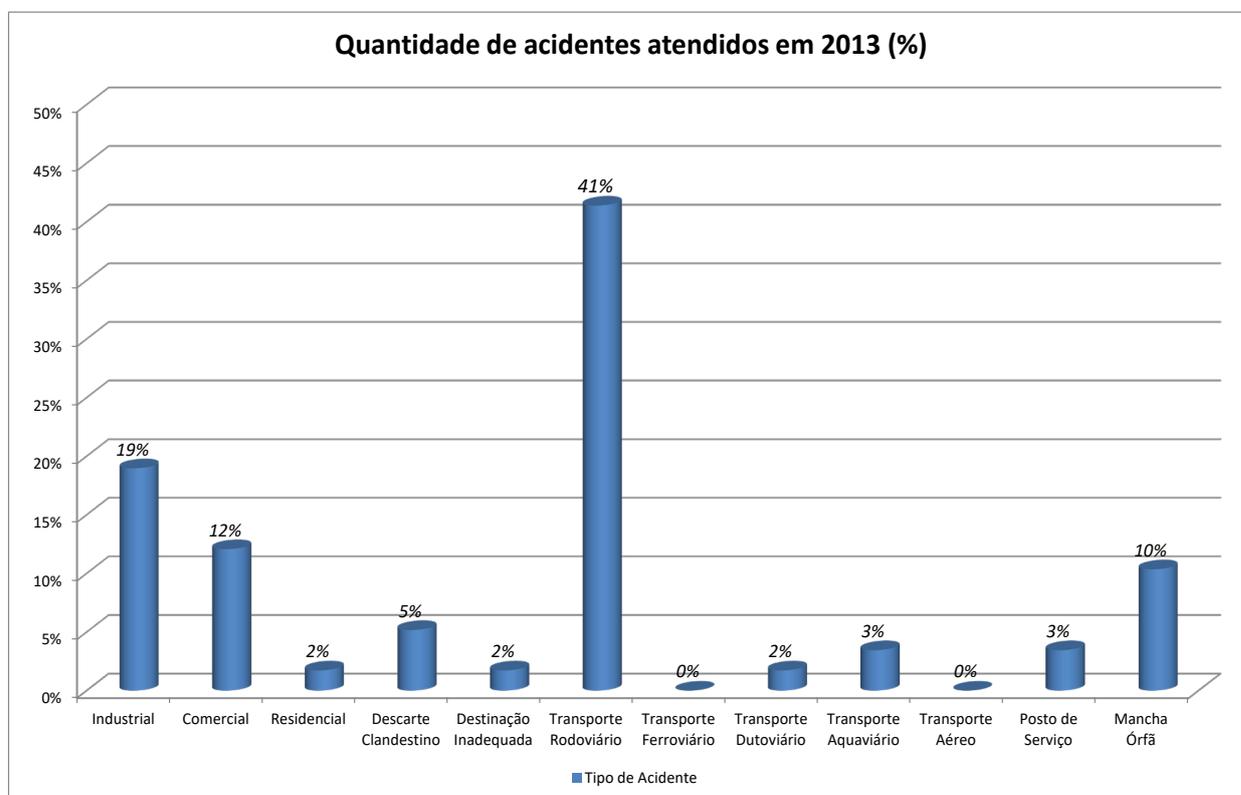


Figura 15: Quantidade de acidentes atendidos em 2013(%)

Número de Alertas Emitidos por Região em 2013

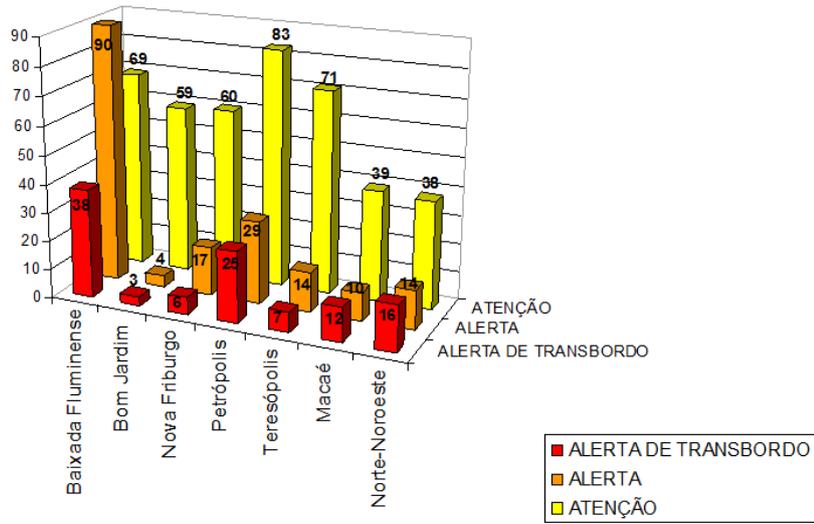


Figura 16: Número de Alertas Emitidos por Região em 2013

Estações Hidrológicas

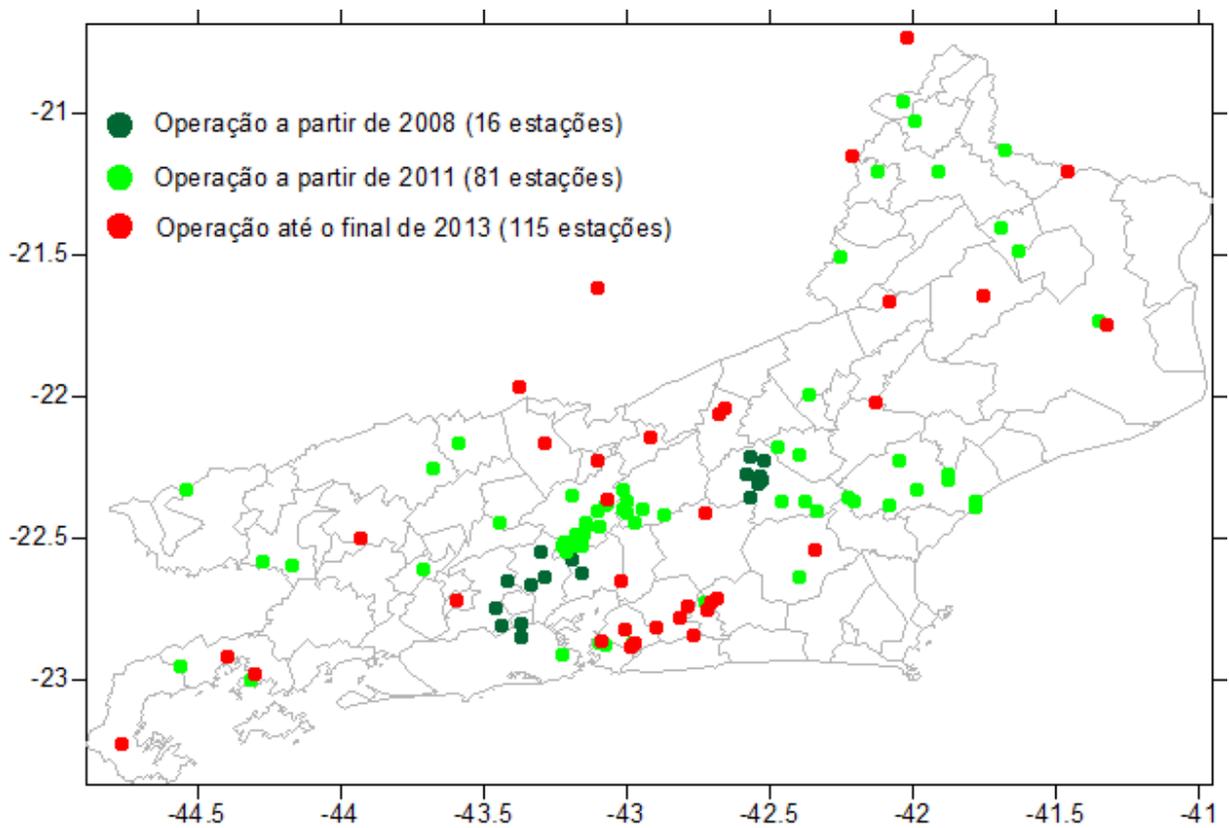


Figura 17: Estações Hidrológicas

Previsão de cobertura do Sistema de radiocomunicação INEA

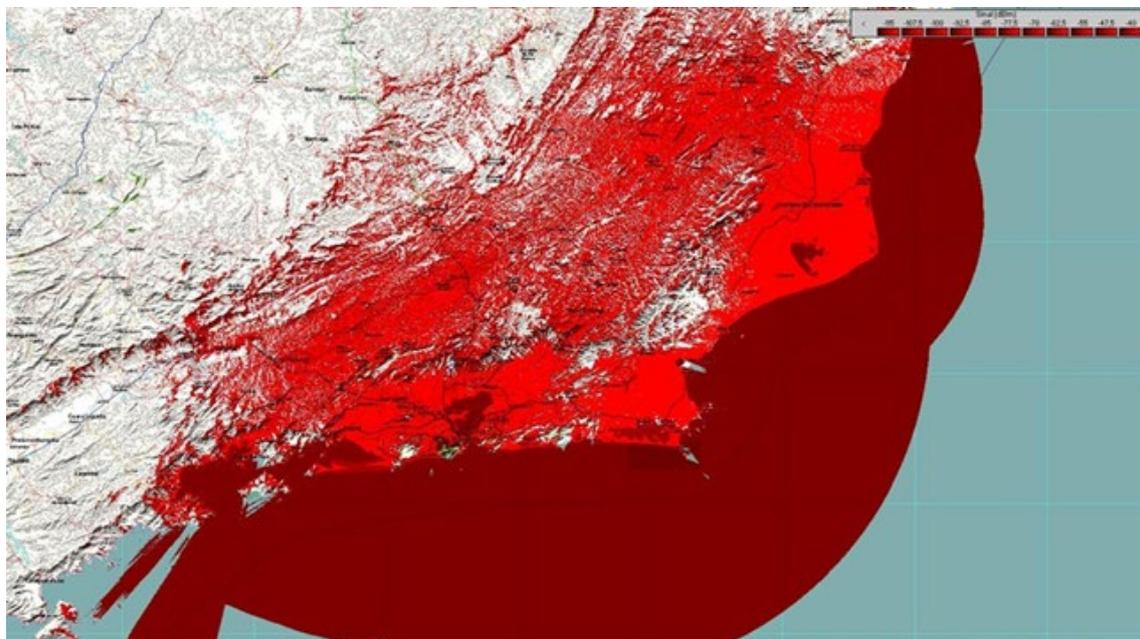


Figura 18: Previsão de cobertura do Sistema de Radiocomunicação INEA

1.3.2.7. Monitoramento dos Indicadores de desempenho

INDICADOR GEAR	UN.	VALOR DE REFERÊNCIA	META	ALCANÇAD O
----------------	-----	---------------------	------	------------

Percentual de dias úteis com emissão dos boletins de Qualidade do Ar	%	112	90	99
Relatório de Avaliação dos Planos de Controle da Poluição Veicular estabelecidos no PCPV – PROCON Fumaça Preta e I/M	ano	N.D	1	1
Relatório trimestral de acompanhamento da qualidade do ar do ERJ	ano	N.D	4	4
Vistorias para avaliação dos dados de qualidade do ar e meteorologia enviados pela rede privada – automática e semiautomática	ano	N.D	24	24

Tabela 18: Indicadores de desempenho - GEAR

INDICADOR GEOPEA	VALOR DE REFERÊNCIA	META	ALCANÇADO
Atender 100% das demandas de solicitações /pareceres efetuadas via e-mail, verbal, BDE-INEA (SIGWeb) e processos efetivados no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2013.	100%	100%	90,15% (média anual)
Atender 100% das demandas de capacitação efetivadas no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2013.	100%	100%	100%
Elaborar o Termo de Referência (TdR) do Projeto Monitoramento da Cobertura Vegetal e Uso da Terra do Estado do Rio de Janeiro escala 1:25000 até agosto de 2013.	0%	100%	100%
Elaborar Termo de Referência do Projeto Módulo 4 do BDE-INEA referente à Biota e Pesquisa Científica até agosto de 2013.	0%	100%	100%
Implantar 10% do Projeto Módulo 3 do BDE-INEA referente à Qualidade do Ar até dezembro de 2013*	0%	-	-

Tabela 19: Indicadores de desempenho - GEOPEA

* Objeto de solicitação de análise ao NUMAE com justificativa pelo não cumprimento da meta – CI GEOPEA nº 066, de 26/12/13 e CI GEOPEA nº 01, de 06/01/14.

INDICADOR CIEM	VALOR DE REFERÊNCIA	META	ALCANÇADO
Instalação de quinze equipamentos (estações hidrometeorológicas pluviométricas/fluviométricas). Visando ampliar em 20% o monitoramento da rede hidrometeorológica do Estado do Rio de Janeiro.	N.D.	15	100%
Confecção de procedimento operacional padrão (POP)	N.D.	1	100%
Implantação do Sistema de Radiocomunicação do CIEM em pelo menos três COMDEC e/ou Superintendências do INEA na região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.	N.D.	100	100%
Plano de Contingência Institucional do INEA para Desastres Naturais	N.D.	1	100%

Tabela 20: Indicadores de desempenho - CIEM

1.4. Planejamento e Gestão das Águas e do Meio Ambiente

1.4.1. DIBAP

1.4.1.1. Escopo das atividades envolvidas

No que se refere a Planejamento e Gestão são realizadas as seguintes atividades:

COMBIO:

- Realização de oficinas de capacitação de proprietários de RPPN para elaboração de Plano de Manejo;
- Análise dos Planos de Manejo de RPPNs reconhecidas pelo INEA;
- Apoio à elaboração de projetos para confecção de Planos de Manejo de RPPNs; e
- Apoio técnico e científico à elaboração de Planos de Manejo de RPPNs;
- Aprovação pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, do projeto intitulado "Ações prioritárias de Apoio à Gestão da RPPN Bacchus: Elaboração do Plano de Manejo e apoio à Proteção", conforme consta no anexo III da Ata da 42ª Reunião Ordinária.

GEPRO:

- Planejamento da ampliação da rede de unidades de conservação de proteção integral;
- Elaboração e aprovação de planos de manejo das UCs;
- Planejamento e implantação do programa de infraestrutura física em todas as unidades de conservação (Projeto de Gerenciamento de Obras e Projetos);
- Planejamento e implantação de infraestrutura de equipamentos e materiais nas unidades de conservação;
- Planejamento e implantação do Programa de Gestão do Uso Público e Visitação nas UCs: projeto Trilhas da Copa / projeto Ordenamento Turístico da Ilha Grande e de Visconde de Mauá/projeto de Consolidação da Gestão de Uso Público;
- Planejamento e implantação do projeto de identidade visual nas UCs: uniformização da sinalização das unidades, impressos e mídias, elaboração de publicações, como guias de trilhas dos parques, atlas das unidades de conservação, dentre outros.
- Implantação do Serviço de Guarda-parques e coordenação do programa de prevenção e combate a incêndios florestais - Cursos de capacitação / aquisição de equipamentos e veículos;
- Projeto de Ações Prioritárias para Implantação dos seguintes parques: PEC/ PECS/ PEPS/ PELAG e PEM; e
- Projeto para execução do instrumento financeiro fiduciário do Fundo da Mata Atlântica (FMA), para cobertura de custos correntes das unidades de conservação estaduais de proteção integral – cartão vinculado.

GEUSO:

- Elaboração e aprovação de planos de manejo das unidades de conservação de uso sustentável;
- Planejamento e implantação de infraestrutura de equipamentos e materiais nas unidades de conservação de uso sustentável; e
- Planejamento e implantação do projeto de identidade visual nas unidades de conservação de uso sustentável.

GESEF:

- Regularização ambiental de imóveis rurais: o Serviço de Adequação Ambiental de Propriedades Rurais – SEADA foi criado a partir do antigo Serviço de Reflorestamento, visando agregar às iniciativas relacionadas à restauração florestal conduzidas ou acompanhadas pela GESEF, todos os processos de trabalho relacionados à Lei Federal nº 12.651/12 (Novo Código Florestal), incluindo a implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, a aprovação da localização das Reservas Legais e a implementação do Programa de Regularização Ambiental de imóveis rurais;
- Criação de mecanismos e estratégias capazes de apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR no Estado do Rio de Janeiro.

O CAR é o principal instrumento de regularização ambiental de propriedades rurais trazido pela Lei Federal nº 12.651/2012. As estratégias de atuação desenvolvidas pela GESEF visando a implementação do CAR no Estado do Rio de Janeiro iniciaram-se ainda no ano de 2011, mas a partir de 2012 que ações efetivas foram concretizadas.

Entre o período de 02/04/12 a 22/05/12 a GESEF, juntamente com a SUPBIO da SEA, sob coordenação da GEGAM, realizou um curso a distância onde foram capacitados 99 gestores municipais e estaduais em Regularização Ambiental Rural. Somado ao curso à distância, a GESEF ministrou diversas palestras sobre Regularização Ambiental Rural em diferentes municípios do ERJ, no âmbito dos “Cursos Regionais de Capacitação dos Municípios para a Gestão Ambiental”, organizados pela GEGAM.

Paralelamente às campanhas de divulgação do CAR, o INEA, juntamente com a SEA, definiu como estratégia para a implantação do CAR no ERJ a estruturação de bases de apoio distribuídas nas sedes dos Comitês de Bacias existentes em cada uma das 10 Regiões Hidrográficas do estado. Estas bases de apoio contarão com equipamentos e técnicos capacitados para sanar dúvidas relativas ao CAR e apoiar o cadastramento dos imóveis dos pequenos produtores rurais.

Além das bases de apoio, o INEA buscará estabelecer parcerias com entidades habilitadas para realização do processo de cadastramento. Os recursos financeiros necessários para estruturar as 10 bases de apoio do CAR são provenientes de três fontes principais: do Ministério do Meio Ambiente – MMA (R\$ 499.826,70); do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM (R\$ 649.965,34) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI (R\$ 2.000.000,00).

1.4.1.2. Planos de Manejo

No que se refere à GEPRO:

- Aprovação pelo CONDIR do Plano de Manejo da Reserva Biológica de Guaratiba, do Parque Estadual da Serra da Concórdia e do Parque Estadual da Pedra Branca; e
- Elaboração dos planos de manejo dos Parques Estaduais Cunhambebe e Serra da Tiririca.

No que se refere à GEUSO:

- Publicação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Tamoios;
- Elaboração dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima e de Mangaratiba; e
- Elaboração do roteiro metodológico para planos de manejo de APA.

1.4.1.3. Construções e Manutenção da Infraestrutura Física de Unidades de Conservação

Assessoria técnica em Arquitetura e Engenharia /GEPRO:

Acompanhamento e fiscalização das obras de:

- Reforma da sede do Parque Estadual do Desengano;
- Reforma da sede da Reserva Biológica da Praia do Sul;
- Reforma da sede do Parque Estadual da Ilha Grande;
- Implantação da sede da Estação Ecológica de Guaxindiba;
- Implantação da sede do Parque Estadual Cunhambebe;
- Implantação da sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia;
- Cercamento do Parque Estadual da Pedra Branca;
- Construção de viveiros para primatas no Centro de Primatologia do Rio de Janeiro; e
- Reforma e instalação da UPam no PESET.

Acompanhamento e coordenação técnica de projetos destinados a obras civis:

- Projetos executivos de arquitetura e complementares pertinentes à implantação do complexo de edificações da sede do Parque Estadual Cunhambebe;
- Projetos executivos de implantação e manejo de trilhas nos Parques Estaduais dos Três Picos, da Serra da Tiririca e da Pedra Branca;
- Projetos executivos de arquitetura e complementares destinados à implantação complexo de edificações da subsede Babilônia no Parque Estadual do Desengano;
- Projetos Executivos de arquitetura e complementares de reforma e ampliação do complexo de edificações da sede da Reserva Biológica de Araras;

- Projetos Executivos de arquitetura e complementares da reforma e ampliação da sede da Reserva Biológica de Guaratiba;
- Projetos Executivos de arquitetura e complementares de implantação do Centro de Educação Ambiental da Reserva Biológica de Guaratiba; e
- Projetos executivos de arquitetura e complementares referentes à reforma e acréscimo do complexo de edificações da sede do Parque Estadual da Pedra Branca – Núcleo Pau da Fome.

Elaboração de projetos básicos para:

- Alojamento para servidores em trânsito no Parque Estadual do Desengano;
- Moradia de servidores residentes no Parque Estadual do Desengano;
- Reforma da sede administrativa do núcleo Camorim no Parque Estadual da Pedra Branca;
- Projeto de mirante no aqueduto da Piraquara, no Estadual da Pedra Branca;
- Implantação da guarita e acessos para o projeto da Subsede Teresópolis do Parque Estadual dos Três Picos;
- Reforma do edifício do atual centro de turismo e artesanato de Visconde de Mauá para futura implantação da sede do Parque Estadual da Pedra Selada;
- Implantação do muro no entorno da Casa do Chefe na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba;
- Revisão de projeto executivo básico de viveiros para primatas no Centro de Primatologia do Rio de Janeiro.
- Layout para a sala da DIBAP no edifício da Avenida Venezuela;
- Layout para a sala da RPPN no edifício da Rua Sacadura Cabral;
- Layout para a sede administrativa do Parque Estadual da Ilha Grande;
- Layout e indicações de reforma para a casa de dois Rios, Parque Estadual da Ilha Grande.
- Detalhamento de marcenaria para armários da cozinha da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba;
- Projeto das instalações provisórias, inclusive com fossa filtro e sumidouro das obras civis do Parque Estadual da Serra da Concórdia;
- Detalhamento e adequação do projeto de escada de acesso ao segundo pavimento, do Parque Estadual da Serra da Concórdia.
- Compatibilização dos projetos executivos de arquitetura e complementares da sede do Parque Estadual Cunhambebe; e
- Compatibilização dos projetos executivos de arquitetura e complementares com o projeto de reforço estrutural da laje do auditório da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba.

Orçamentos e cotações:

- Análise de Planilha Orçamentária e Memória de Calculo – Parque Estadual dos Três Picos;
- Análise de Planilha Orçamentária e Memória de Calculo – Centro de Visitantes – Parque Estadual da Ilha Grande – Vila do Abraão – RJ;

- Análise de Planilha Orçamentária e Memória de Calculo – Viveiro dos Primatas – Guapimirim – CPRJ;
 - Análise de Planilha Orçamentária e Memória de Calculo – Casa de Apoio – Parque Estadual do Desengano;
 - Revisão de Custo de Planilha Orçamentária–Rodovia RJ-115–Barão de Juparanã–Valença, Parque Estadual da Serra da Concórdia;
 - Revisão de Custo de Planilha Orçamentária – Reforma – APA Massambaba – RJ;
 - Especificação de mobiliário para a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba;
 - Especificação de mobiliário para a Sede Administrativa e Centro de Visitantes do Parque Estadual da Ilha Grande;
 - Especificação de mobiliário da Reserva Biológica da Praia do Sul;
 - Cotações de placas solares para Reserva Biológica da Praia do Sul;
 - Planilha com cotação de equipamentos/mobiliários para apresentação do projeto do Parque Estadual do Desengano – 2ª fase;
 - Cotação de Assinatura de Programa de Gerência de Empresas Obras e Serviços – GEOS (Consulta de Custos e Composições com Base na EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, SINAP – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices, SCO- Sistema de Custos e Orçamentos);
 - Cotação para Compra de Contêineres e Contratação de Transportadora – Canteiro Provisório - Cabo Frio - Praia das Conchas, Parque Estadual da Costa do Sol;
 - Revisão da listagem dos equipamentos/mobiliários previstos para o PEIG (Aventureiro e Abraão) e apoio ao processo de aquisição dos materiais;
 - Planilhas orçamentárias com a especificação dos itens a serem comprados para uso imediato das UPAMs;
 - Revisão de Custo de Planilha Orçamentária – Serviços de Pavimentação do Trecho um ao Trecho sete - Acesso ao Parque Estadual dos Três Picos, Cachoeiras de Macacu;
 - Elaboração de Planilha Orçamentária e Memória de Calculo – Aluguel e Compra dos Contêineres - Cabo Frio - Praia das Conchas, Parque Estadual da Costa do Sol;
 - Cotação pertinente à locação de contêineres e tenda para o Parque Estadual da Costa do Sol por um período de 24 meses; e
 - Elaboração de planilha orçamentária – viveiros de muriquis.
-
- Termos de Referência
 - Elaboração de Projetos Executivos de implantação da Infraestrutura para a nova Sede do Parque Estadual da Serra da Tiririca no Município de Niterói;
 - Projeto de Estruturação do Parque Estadual da Costa do Sol (infraestrutura e cercamento);
 - Projeto de Estruturação do Parque Estadual da Lagoa do Açú (infraestrutura e cercamento); e
 - Projeto de Estruturação do Parque Estadual da Pedra Selada (infraestrutura e cercamento).

Projetos CCA – Elaboração de projetos para captação de recursos

- Reforma e manutenção das edificações dos núcleos Piraquara e Camorim do Parque Estadual da Pedra Branca;
- Elaboração de Projetos Executivos de implantação da Infraestrutura para a nova Sede do Parque Estadual da Serra da Tiririca, no município de Niterói;
- Elaboração de publicação Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro;
- Implantação do componente Biota do Banco de Dados Espaciais – INEA (BDE-INEA) – Módulo 3;
- Projeto de revitalização da sede do Parque Estadual do Desengano, em Santa Maria Madalena – 2ª Fase; e
- Adequação ambiental da Estrada-Parque Capelinha-Mauá, trecho da RJ163, no Parque Estadual da Pedra Selada.

Processos Seletivos/ Licitações

- Processo seletivo para contratação do Projeto de Estruturação do Parque Estadual da Costa do Sol;
- Processo seletivo FUNBIO para contratação de serviços de obras civis destinadas a implantação da Sede do Parque Estadual Cunhambebe;
- Processo seletivo FUNBIO para contratação de serviços de obras civis destinadas a implantação da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia;
- Processo seletivo FUNBIO para contratação de serviços de elaboração de Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares destinados à implantação da Subsede Babilônia do Parque Estadual do Desengano;
- Processo seletivo FUNBIO para contratação de obras nos Parques Estaduais da Serra da Concórdia e Cunhambebe e no Centro de Primatologia; e
- Participação da composição da Comissão Especial de Licitação do Ambiente – PRODETUR – Rio de Janeiro (CEL/SEA/PRODTUR), como responsável pelos procedimentos licitatórios decorrentes de trabalhos e atividades que integram os componentes do PRODETUR – Rio de Janeiro, sob gestão da Secretaria de Estado.

Parceria com outras instituições

- Formatação das pranchas do projeto para aprovação da implantação da subsede de Teresópolis, do Parque Estadual dos Três Picos, para licitação internacional do PRODETUR / BID e processo de plotagem das plantas;
- Acompanhamento, com SEOBRAS e SEBRAE, do projeto de elaboração do Parque Municipal de Visconde de Mauá / expansão do PEPS;
- Acompanhamento, com SEOBRAS, das obras de adequação ambiental da RJ 163, PEPS;
- Acompanhamento, com SEOBRAS, do projeto de adequação ambiental da RJ 149, no PEC;

- Processo de negociação com a SEOBRAS para implantação da SEDE do PEPS;
- Processo de negociação de implantação do centro de visitantes do PESC na estação desativada de trem de Juparanã;
- Acompanhamento da elaboração de projeto utilizando energia solar na Reserva Biológica da Praia do Sul, com apoio da Termorio;
- Análise paisagística da Ilha Rasa, APA Cairuçu, Paraty, em apoio ao ICMBio; e
- Acompanhamento de instalação de internet na Reserva Biológica da Praia do Sul, com apoio da Embratel.

Licenças

- Processo de legalização junto a Prefeitura de Angra dos Reis do projeto de reforma da Sede Administrativa do Parque Estadual da Ilha Grande;
- Processo de legalização junto à Prefeitura de Angra dos Reis do projeto de reforma da subsele Administrativa da Reserva Biológica da Praia do Sul;
- Processo de legalização junto a Prefeitura de Mangaratiba do Projeto de Construção da Infraestrutura básica da sede do Parque Estadual Cunhambebe;
- Processo de reenquadramento ambiental da obra de infraestrutura do Parque Estadual Cunhambebe junto ao INEA;
- Processo de remanejamento de poste necessário a execução das obras do Parque Estadual Cunhambebe junto Ampla;
- Processo de supressão de vegetação para início das obras do Parque Estadual Cunhambebe junto ao INEA;
- Elaboração de documentação de licença, junto à concessionária local, LIGHT, para credenciamento e consumo de energia provisória e definitiva, nas instalações do Parque Estadual da Serra da Concórdia;
- Elaboração de documentação de licença ambiental, inclusive com os cortes nos taludes necessários para instalação da infraestrutura do Parque Estadual da Serra da Concórdia;
- Participação de reuniões com a gerência da MRS Logística, para resolução da passagem de nível existente, viabilizando a circulação de pessoas no parque estadual da serra da concórdia; e
- Elaboração de documentação de licença junto à prefeitura de Valença para instalação da infraestrutura do Parque Estadual da Serra da Concórdia.

Acompanhamento de processos

- Análise do Projeto de Ecoturismo em Gargaú (instalação de decks e passarelas);
- Análise do Projeto da escada de acesso às praias em Arraial do Cabo – Parque Estadual da Costa do Sol;
- Processo de cessão de uso e reintegração de posse de diversos imóveis na Vila do Abraão no Parque Estadual da Ilha Grande; e

- Apoio técnico para o projeto de contenção dos pedregulhos em cachoeira do Abraão, Parque Estadual da Ilha Grande.

1.4.1.4. Uso Público

Assessoria Técnica em Turismo e Uso Público/GEPRO

Atividades:

Coordenação do Projeto Fortalecimento e Implementação da Gestão do Uso Público para o incremento da visitação nos Parques Estaduais do Estado do Rio de Janeiro.

Planejamento Estratégico para o Uso Público com as metas e ações estratégicas do INEA para o fortalecimento e consolidação do uso público até 2016;

Manejo e manutenção das principais trilhas das UCs;

Identificação, reconhecimento de traçado (mapeamento com georreferenciamento) e diagnóstico das trilhas existentes e com potencial para o uso público. Na Figura 4 observa-se a quantidade de quilômetros mapeados e diagnosticados nas trilhas de cada unidade de conservação.

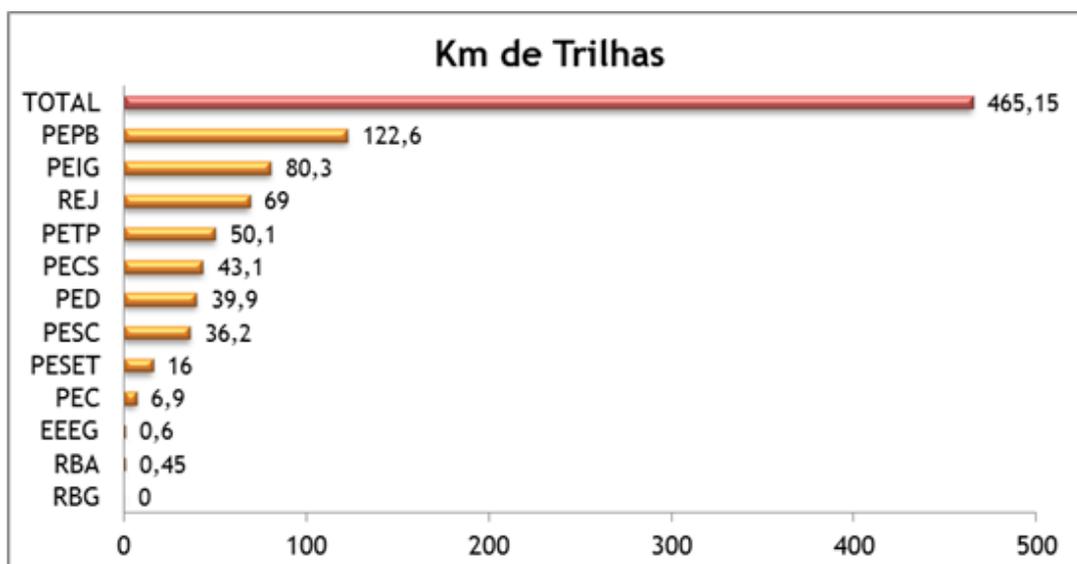


Figura 4. Quantidade de quilômetros mapeados e diagnosticados nas trilhas de cada unidade de conservação.

- Organização de palestras ministradas nas escolas do entorno das unidades de conservação. A seguir na Figura 5 o quantitativo de escolas e alunos que foram visitados pelas UCs.

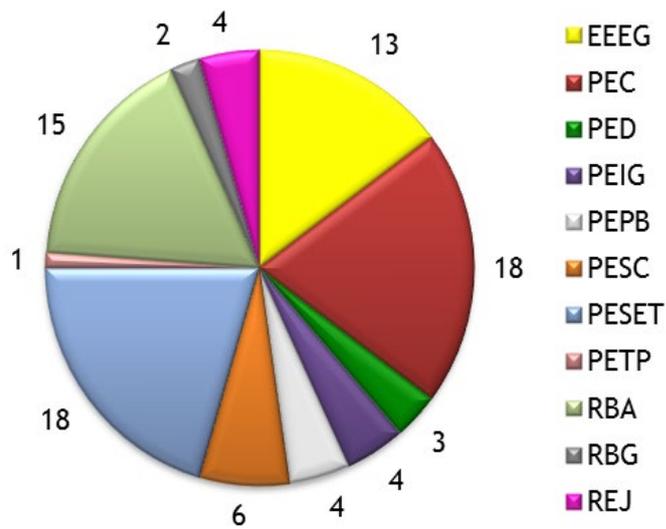


Figura 5. Escolas visitadas pelas UCs.

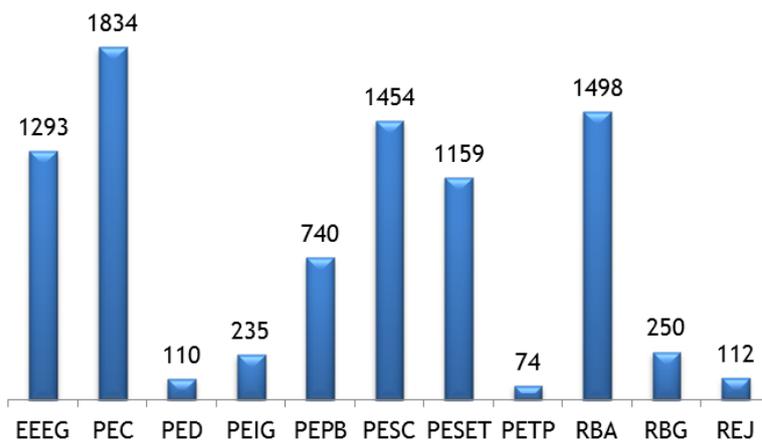


Figura 6. Alunos atendidos.

Na Figura 7 observa-se a participação em eventos envolvendo as comunidades por cada UC com equipe de uso público (2013), e sem a presença de equipe específica (2012).

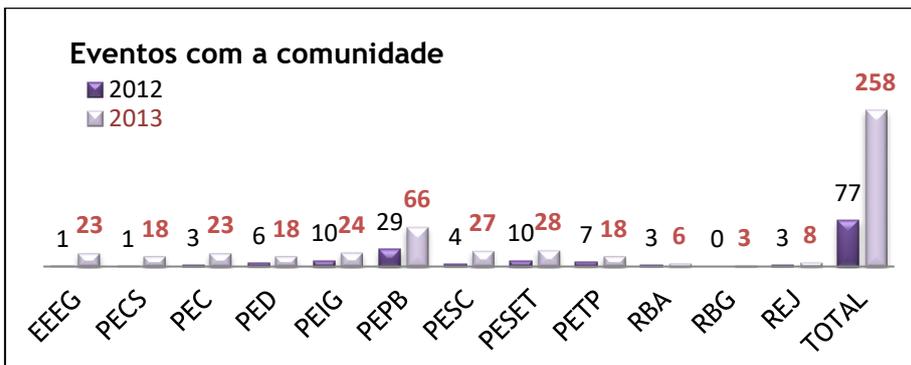


Figura 7. Eventos com a comunidade.

Na Figura 8 pode ser visualizado o demonstrativo comparativo da participação em uma grande diversidade de eventos com a comunidade contendo tipo e número de eventos realizados com a participação e/ou organização das UCs, com a presença de uma equipe exclusiva para atividades de uso público (2013) e sem equipe de uso público (2012).

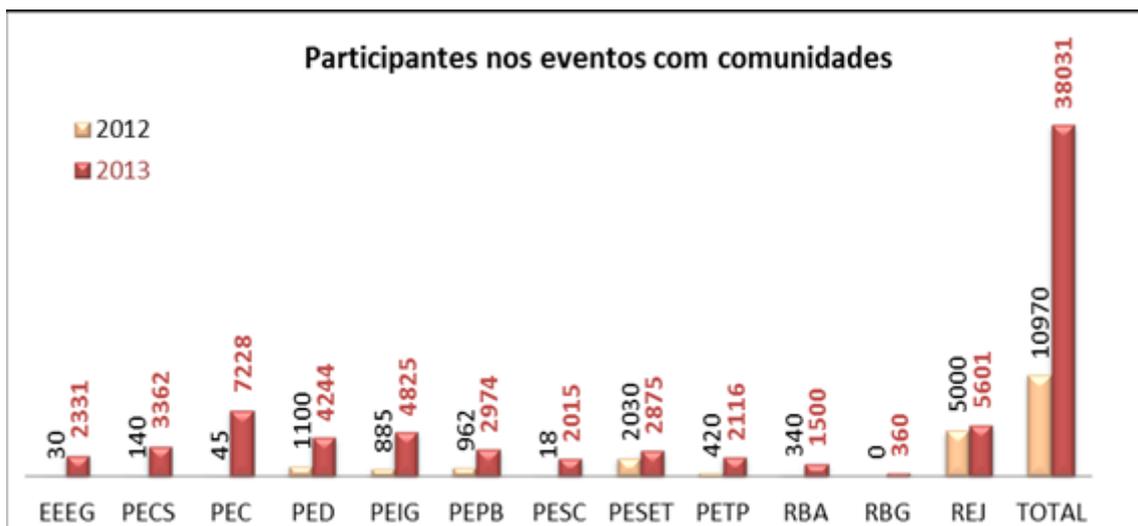


Figura 8. Participantes nos eventos com comunidades.

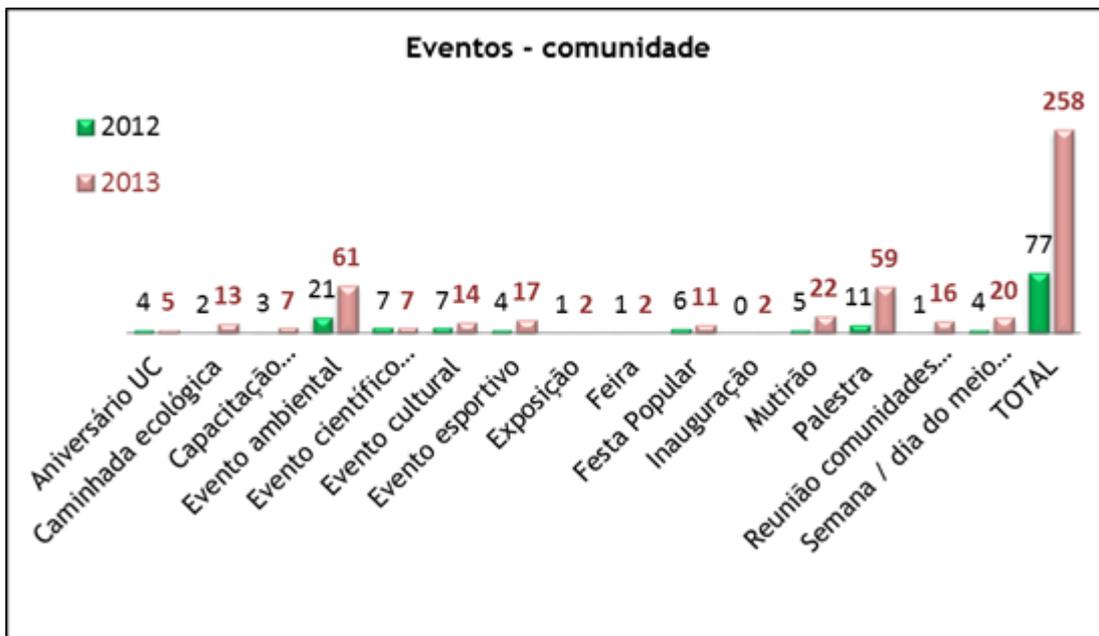


Figura 9. Diversidade de eventos com comunidades.

- Incentivo à criação de câmara técnicas de Uso Público da UC;
- Participação em câmeras técnicas de Uso Público da UC para a execução de ações conjuntas de melhorias do uso público da UC;
- Aproximação do conselho consultivo em ações de melhorias do uso público da UC;
- Elaboração de instrumento de regulamentação do Programa Estadual de Voluntariado nas unidades de conservação;
- Elaboração de jogos de passatempos e dinâmicas com cunho educativo com alunos das escolas com a temática ambiental;
- Organização de Oficina de Planejamento Estratégico do Uso Público da UCs;
- Curso de Planejamento e manejo do Uso Público em UCs;
- Realização de curso de condutores de visitantes no PED pela equipe do parque, no âmbito do Programa Estadual de Guias e Condutores;
- Capacitação e cadastramento de condutores de visitantes no PEC pela equipe do parque, no âmbito do Programa Estadual de Guias e Condutores;
- Elaboração de Diagnóstico de Perfil de Visitantes dos parques estaduais;
- Aproximação com a comunidade do entorno dos parques estaduais;
- Acompanhamento de atividades de implantação, manejo e sinalização da trilha Transcarioca; e
- Levantamento de atividades potenciais a serem desenvolvidas nas unidades de conservação.
- Na Figura 10 observa-se a relação de quantidade de unidades de conservação e atividades potenciais de uso público que poderão ser desenvolvidas (em duas ou mais UCs).

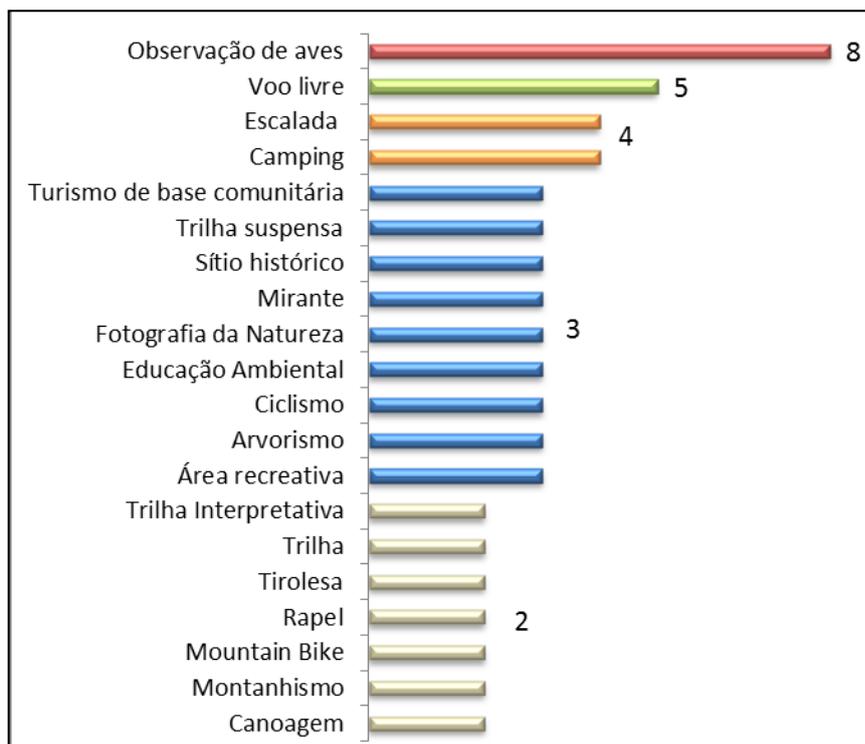


Figura 10. Relação de quantidade de unidades de conservação e atividades potenciais de uso público que poderão ser desenvolvidas.

Coordenação dos Projetos executivos para implantação das trilhas e atrativos dos Parques Estaduais da Copa 2014 – Parque Estadual da Serra da Tiririca, Parque Estadual dos Três Picos e Parque Estadual da Pedra Branca

- Os projetos executivos destinam-se à implantação de infraestrutura e sinalização de 29 trilhas e atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Parque Estadual dos Três Picos e Parque Estadual da Pedra Branca.

Coordenação do Projeto Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e autonomia de custeio do conjunto de UCs estaduais que a compõem.

Atividades:

- Definição do limite recomendável para as atividades turísticas na Ilha Grande;
- Definição de indicadores de qualidade ambiental, de qualidade da atividade turística e experiência do visitante na Ilha Grande;
- Criação do Sistema de Ordenamento Turístico sustentável da Ilha Grande.

Outras atividades realizadas pela Assessoria em Turismo e Uso Público da GEPRO

- Articulação com a Secretaria Estadual de Turismo e com a Casa Civil para integração de parques estaduais na Campanha Passaporte Verde (PNUMA). Elaboração de roteiros para os Parques Estaduais da Serra da Tiririca, Pedra Branca para Campanha Passaporte Verde do PNUMA;
- Acompanhamento e revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Tiririca;
- Acompanhamento de licitação para Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol;

- Acompanhamento do PRODETUR/RJ (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo) que dentre outros projetos, contempla o de “Concepção do Sistema do Ordenamento Turístico Sustentável da Região de Visconde de Mauá”;
- Representação do INEA/SEA no Conselho Estadual de Turismo do Rio de Janeiro;
- Estabelecimento de Parceria com Instituto Semeia para realização de Estudos Prévios de Análise de Viabilidade Econômico-Financeira de Parques Estaduais com Potencial para Uso Público (PESET, PETP, PEC); e
- Estabelecimento de Parceria com WWF-Brasil para implantação do Projeto Trilhas da Mata Atlântica nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro, que integra o Programa Mata Atlântica do WWF-Brasil com o objetivo de fortalecer as UCs por meio da estruturação do uso público.

1.4.1.5. Comunicação

Assessoria Técnica em Comunicação/GEPRO

Devido à grande demanda em divulgar as atividades realizadas nas UCs e à impossibilidade de o trabalho de comunicação ser absorvido pelas equipes das mesmas, foi constituída dentro da Gerência das Unidades de Conservação de Proteção Integral uma Assessoria Técnica em Comunicação, que estende também suas atividades ao gabinete e demais gerências.

Atividades gerais

- Levantamento das necessidades gerais de comunicação e marketing das UCs;
- Suporte às UCs em identidade visual, produção gráfica e editorial interna e externa, impressa e virtual, ou seja, elaboração de folders, convites, placas, e-flyers, cartazes, certificados, cartilhas, banners, apresentações, publicações e brindes;
- Acompanhamento e análise do item comunicação dos planos de manejo;
- Acompanhamento na criação das logomarcas de todas as UCs tanto de Proteção Integral como as de Uso Sustentável;
- Coordenação da elaboração e produção de guias de trilhas dos parques estaduais;
- Elaboração e acompanhamento dos Termos de Referência para guias de trilhas, exposições, sinalização, eventos, para produção de folheteria e prestação de serviços;
- Coordenação, acompanhamento e análise da produção das exposições dos centros de visitantes (projetos museoFiguras e museológicos);
- Acompanhamento na recuperação das exposições;
- Projeto, revisão e acompanhamento da produção de kits Plano de Manejo das UCs;
- Produção de conteúdo de toda a DIBAP no portal do INEA;
- Redação e/ou revisão dos textos para nova intranet e para o novo portal do INEA;
- Redação e revisão de textos em geral;
- Acompanhamento do Projeto Parques da Copa;

- Criação de um Manual de Identidade Visual para todas as peças de divulgação das UCs produzidas internamente;
- Criação de Manual para Placas de Sinalização de estradas e temporárias;
- Participação em seminário sobre a implantação da Trilha Transcarioca;
- Participação no workshop "Áreas Protegidas: Subjetividades, Comunicação e Turismo" na UFRJ.
- Produção da apresentação da DIBAP/GEPRO – Projeto de uso Público.

Materiais produzidos

Foram produzidos pela Assessoria de Comunicação (redação e revisão de textos, layout e acompanhamento de impressão) os seguintes materiais a partir de dados elaborados pelas equipes das unidades de conservação, dentre outros:

- *Checklist* das aves das UCs estaduais;
- *Folder* para “Observação de aves”;
- Cartilha nº 1 – Abrindo os caminhos – Parque Estadual da Pedra Selada;
- *Flyer* – Lugar de pássaro é na natureza – Parque Estadual Cunhambebe;
- *Folder* – EEE Guaxindiba – Complexo da Sede Administrativa Sustentável;
- Reedição do *Folder* “Queimada é fogo – vamos apagar essa idéia”;
- Informativos impressos para os Parques Estaduais da Serra da Concórdia, Cunhambebe e Lagoa do Açú;
- Certificados para o curso de Guarda-parques;
- Certificados diversos para capacitações nas UCs;
- *Folder* sobre o Circuito da Trilha da Cascata do Parque Estadual do Desengano; e
- Banners para a Reserva Biológica de Araras.

Foram também criados por esta Assessoria:

- Manual de Identidade Visual para todas as UCs;
- Manual de sinalização para estradas;
- Manual de sinalização para placas temporárias;
- Formato e diagramação para os Anais dos Encontros Científicos.

Coordenação editorial de publicações

1. Coordenação do Projeto das Pastas dos Planos de Manejo: EE Estadual de Guaxindiba, Parque Estadual da Ilha Grande e Parque Estadual dos Três Picos

Conteúdo das pastas:

- Resumo Executivo (revisão de texto) dos Planos de Manejo dos parques;
- *Folder* informativo (redação do texto e seleção de imagens);
- CD-ROM dos Planos de Manejo integrais;

- Mapas: de Localização da UC, de Zoneamento e Geral das UCs no Estado.

2. Coordenação do Projeto de Guias de Trilhas dos Parques Estaduais, de publicações em meio impresso e digital sobre os parques, suas trilhas e zona do entorno.

Em 2013, foi finalizado e publicado o guia do Parque Estadual da Pedra Branca.

Elaboração de Termos de Referência:

A Assessoria em Comunicação elaborou e/ou acompanhou a elaboração dos seguintes TdRs:

- Cinco TdRs para a inauguração do complexo da sede sustentável da EEEG (produção e confecção de folders e kit Plano de Manejo, contratação de catering etc);
- TdR para contratação de empresa de consultoria em contratação de serviços de Assessoria Técnica à GEPRO em projetos de implantação das UCs, juntamente com a assessoria de uso Público;
- Três TdRs para o PEIG: para licitação destinada à contratação de empresa para desenvolvimento de projeto de exposição no centro de visitantes; para produção e impressão de kit Plano de Manejo e idem para a publicação de Resumo Executivo do Plano de Manejo;
- Três TdRs para o PETP referentes à impressão do resumo executivo e da pasta com o plano de manejo e à contratação de empresa para a elaboração do guia de trilhas da unidade;
- TdR para o PEC e APAMan para criação de layout e impressão de pasta e resumo executivo das unidades;
- TdR para o plano de manejo do PECS componente comunicação;
- TdR para o projeto “Comunicação para o fortalecimento da imagem e incremento da visitação nos Parques Estaduais da Copa, RJ”; e
- Elaboração de TdR para o projeto Prodetur RJ, do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento com o Inea, para “Elaboração de projetos executivos para implantação de sinalização de placas indicativas e placas interpretativas nas rodovias estaduais RJ 163, RJ 161 e RJ 151, na área de entorno e nas áreas inseridas dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Selada referente aos seus atrativos e normas de conduta”.

Elaboração de projetos para a Câmara de Compensação Ambiental:

- Projeto para a produção e publicação do guia de Trilhas – Parque Estadual da Serra da Tiririca;
- Projeto, em conjunto com a equipe da Gerência de Educação Ambiental (GEAM/DIGAT), “Fortalecimento das ações de educação ambiental em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro”; e
- Supervisão do Projeto “Comunicação para o fortalecimento da imagem e incremento da visitação nos Parques Estaduais da Copa, RJ”.

Projeto para implantação das trilhas e atrativos dos Parques Estaduais da Copa 2014 – Parque Estadual da Serra da Tiririca, Parque Estadual dos Três Picos e Parque Estadual da Pedra Branca:

- Análise e revisão de textos para as placas de sinalização das 3 UCs; e
- Análise e supervisão dos layouts das placas de sinalização das 3 UCs.

Coordenação de projetos para exposições em UCs:

1. Exposição do Parque Estadual da Ilha Grande

- Elaboração de briefing para apresentação às empresas concorrentes ao contrato de confecção da exposição do PEIG;
- Acompanhamento na contratação da empresa pela Petrobras - UTE GLB;
- Supervisão no desenvolvimento do projeto; e
- Análise e avaliação dos produtos apresentados.

2. Exposição do Parque Estadual da Pedra Branca

Acompanhamento e supervisão do projeto de recuperação da exposição instalada no Núcleo Pau da Fome do Parque Estadual da Pedra Branca.

Eventos e inaugurações

A assessoria coordena os eventos da gerência e da diretoria em parceria com a gerência de Comunicação do INEA (GECOM) e também apoia os das UCs, produzindo:

- Roteiro do evento;
- Roteiro de locução;
- Seleção para a contratação de buffet;
- Seleção e contratação de gráfica;
- Confecção de layout de convites;
- Confecção de certificados;
- Confecção de releases;
- Confecção de folder ou informativos (layout e texto);
- Confecção de cartazes de divulgação (layout e texto);
- Confecção de layout para placas de inauguração;
- Confecção de layout para brindes e contratação de empresa para a confecção.

Alguns eventos produzidos no ano de 2013:

- Inauguração da Unidade de Polícia Ambiental (UPAm) do Parque Estadual da Serra da Tiririca;
- Lançamento do Guia Trilhas Parque Estadual da Pedra Branca no Jardim Botânico RJ;
- Comemoração de início das obras e do aniversário do Parque Estadual Cunhambebe;

- Consultas públicas para:
Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu;
Criação do Parque Estadual do Mendanha; e
Redelimitação da área do Parque Estadual dos Três Picos.
- Encontros científicos:
Estação Ecológica estadual de Guaxindiba;
Parque Estadual da Costa do Sol.
Formatura dos Guarda-parques;
Apoio ao evento Avistar Rio 2013 realizado no Jardim Botânico RJ.

1.4.1.6. Adequação ambiental de imóveis rurais - GESEF

Os processos de aprovação de área de Reserva Legal são a principal demanda técnica da GESEF. Com a inclusão destes processos no Sistema de Licenciamento, com o objetivo de emitir Certidão Ambiental pelo referido sistema, os procedimentos de tramitação dos processos se consolidaram dentro da GESEF e nos demais setores do INEA que aprovam áreas de Reserva Legal. Com isso foi verificado durante o período de 2011 a 2013 um aumento no número de reservas legais aprovadas, conforme pode ser observado na Figura 11.

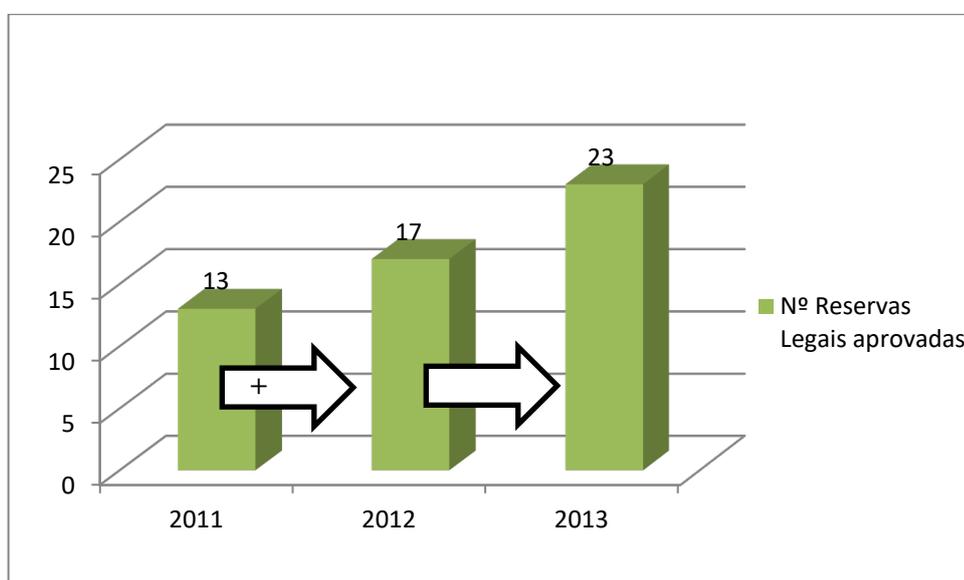


Figura 11. Número de Reservas Legais aprovadas pela GESEF entre o período de 2011 a 2013.

O aumento do número de reservas legais aprovadas nos últimos anos e, conseqüentemente, do número de áreas legalmente protegidas, contribuiu significativamente para a conservação da biodiversidade no estado do Rio de Janeiro, favorecendo a manutenção dos processos ecológicos e servindo de abrigo e proteção da fauna e da flora nativas.

1.4.1.7. Manejo Florestal Sustentável - GESEF

O Serviço de Manejo Florestal Sustentável – SEMFS, recentemente criado no âmbito da GESEF tem a função de coordenar, gerir e fomentar o uso econômico sustentável dos recursos florestais no Estado do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, a atuação do serviço voltou-se para a criação de um ambiente normativo favorável para o desenvolvimento das atividades de manejo, agroecologia e agricultura familiar sustentável, tendo em vista a inexistência de normas e procedimentos autorizativos para a realização destas atividades no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, foram elaboradas 2 (duas) minutas de Resolução INEA visando regulamentar estas atividades. A primeira refere-se à regulamentação dos sistemas agroflorestais e da prática de pousio, definindo critérios e procedimentos para implantação, manejo e exploração destas atividades e a segunda refere-se à definição de procedimentos para a exploração da vegetação nativa primária e secundária sob regime de manejo florestal sustentável.

1.4.1.8. Monitoramento dos indicadores de desempenho

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Oficinas oferecidas aos proprietários de RPPN, visando à sua capacitação para a elaboração dos respectivos planos de manejo	N.D.	4 ofic.	5 ofic.
Aprovação dos produtos parciais (módulos ou resumos executivos) dos planos de manejo das APA de Macaé de Cima e Mangaratiba	N.D.	8 mód.	8 mód.
Elaboração do roteiro metodológico para planos de manejo de APA, considerando as etapas estabelecidas pela gerência	N.D.	100%	85%
Aprovação dos módulos dos planos de manejo dos Parques Estaduais Cunhambebe, Serra da Tiririca, Pedra Branca, Costa do Sol, Pedra Selada e Serra da Concórdia e da Reserva Biológica de Guaratiba	N.D.	10 mód.	14 mód.
Cumprimento do cronograma das obras de implantação do complexo composto pela sede, centro de visitantes, alojamento de guarda-parques e casa do chefe dos Parques Estaduais Cunhambebe e Serra da Concórdia	N.D.	70%	58,77%
Publicação do guia de trilhas bilíngue do Parque Estadual da Pedra Branca, considerando as etapas estabelecidas no TDR	N.D.	100%	100%

Tabela 21: Indicadores de desempenho – GESEF

1.4.1.9. Projeção de Resultados para o próximo exercício

COMBIO:

- Aprovação de 02 (dois) planos de manejo de RPPN; e
- Realização de uma (01) oficina de capacitação de proprietários de RPPN para elaboração de Plano de Manejo.

GEPRO:

- Aprovação dos planos de manejo dos Parques Estaduais Cunhambebe e da Serra da Tiririca, e aprovação da revisão do plano de manejo do Parque Estadual do Desengano;
- Implantação de infraestrutura física da sede do Parque Estadual do Desengano;
- Implantação de infraestrutura física do Parque Estadual Cunhambebe e do Parque Estadual da Serra da Concórdia;
- Reforma dos Núcleos Piraquara e Camorim do Parque Estadual da Pedra Branca; e
- Implantação de infraestrutura destinada às trilhas e atrativos dos Parques Estaduais da Serra da Tiririca, dos Três Picos e da Pedra Branca - Parques da Copa.

GEUSO:

- Publicação do Roteiro Metodológico para elaboração de plano de manejo de APA; e
- Aprovação dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima e da Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba.

GESEF:

- No âmbito do Serviço de Adequação Ambiental de Propriedades Rurais – SEADA da GESEF tem-se como meta realizar no mínimo, 12 (doze) capacitações voltadas para o Cadastro Ambiental Rural – CAR;
- Ainda no que se refere ao CAR a GESEF pretende implantar 10 (dez) bases de apoio distribuídas nas diferentes regiões hidrográficas do estado, onde ficarão alocados profissionais equipados para atender os pequenos produtores rurais e auxiliar no cadastramento de seus imóveis no CAR, bem como efetuar campanhas de divulgação e capacitação sobre o cadastro;
- Em relação ao Serviço de Manejo Florestal Sustentável – SEMFS a GESEF pretende em 2014 avançar na regulamentação desta atividade por meio da aprovação das duas Resoluções INEA que trarão as diretrizes e procedimentos para apresentação e aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável, bem como para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais e para a prática de pousio.

1.4.2. DIGAT

A DIGAT é a principal unidade de planejamento e gestão do meio ambiente do INEA, em especial dos recursos hídricos. São muitos estudos e projetos que são desenvolvidos ou coordenados pela Diretoria, muitas vezes de maneira inovadora. Estas atividades são coordenadas, sobretudo, pela Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos (GEIRH) e a Gerência de Instrumentos de Gestão do Território (GEGET), com forte participação do gabinete da Diretoria.

1.4.2.1. Escopo das atividades envolvidas

- Desenvolver estudos, projetos e ações que subsidiem o ordenamento territorial, a gestão integrada das águas e o planejamento ambiental no Estado;
- Sistematizar e consolidar dados e informações para subsidiar o planejamento, a gestão e o desenvolvimento de políticas públicas ambientais;
- Apoiar o processo de regularização de usos e usuários de recursos hídricos nas Regiões Hidrográficas;
- Representação e capacitação/apoio técnico em Colegiados do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRHI: Comitês de Bacia Estaduais, CEIVAP, Câmaras Técnicas do CERHI, CTCOB/CNRH;
- Acompanhamento e/ou coordenação técnica e apoio para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos nas regiões hidrográficas do Estado, de forma orientada e planejada em articulação com os Comitês de bacia;
- Apoio técnico às Superintendências Regionais, às delegatárias e aos Convênios com concessionárias de água para alinhamento dos procedimentos de Cadastro, Outorga e Cobrança;
- Apoio à implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR no estado do RJ.

1.4.2.2. Regularização do uso da água no estado do rio de janeiro

Em outubro de 2006, O CNARH foi adotado no estado do Rio de Janeiro como cadastro único para usuários de águas de domínio federal e estadual, visando facilitar e ampliar o processo de regularização no estado. Desde então, o preenchimento do CNARH é o primeiro passo e pré-requisito para a solicitação de Outorga pelo uso da água e das Certidões Ambientais de Reserva Hídrica e Uso Insignificante de Recurso Hídrico, além de servir de base para a Cobrança pelo uso da água no estado.

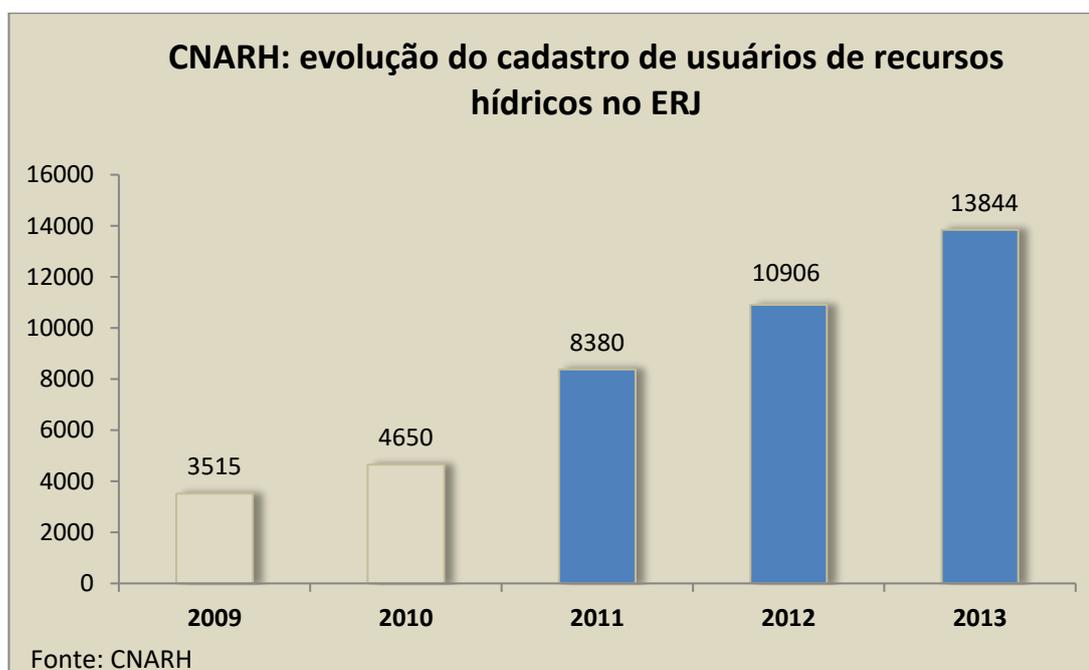


Gráfico 13: CNARH: evolução do cadastro de usuários de recursos hídricos no ERJ

1.4.2.3. Cobrança do Uso da Água no Estado do Rio De Janeiro

Instituída em 2004 em todo o estado, a cobrança pelo uso da água bruta se consolidou com a adesão plena do setor de saneamento, incluindo o parcelamento de valores de exercícios anteriores, a partir de 2009. Os gráficos abaixo mostram a evolução da arrecadação e do número de cobrados nos últimos anos.

A partir da adoção do CNARH, o número de usuários de água cadastrados no RJ cresce significativamente, como mostra a Figura 1, destacando-se o incremento na produtividade da Outorga e na arrecadação da Cobrança de domínio estadual. A partir de 2011, com a integração dos procedimentos de outorga com o licenciamento ambiental, o crescimento do número de usuários cadastrados se intensificou. Entre as regiões que mais se destacaram na adesão ao sistema, nos últimos anos, além da Baía de Guanabara, que inclui a região metropolitana do Rio de Janeiro, estão as quatro regiões do Paraíba do Sul, que somam atualmente aproximadamente nove mil declarações.

Evolução do cadastro de usuários de recursos hídricos por bacia hidrográfica

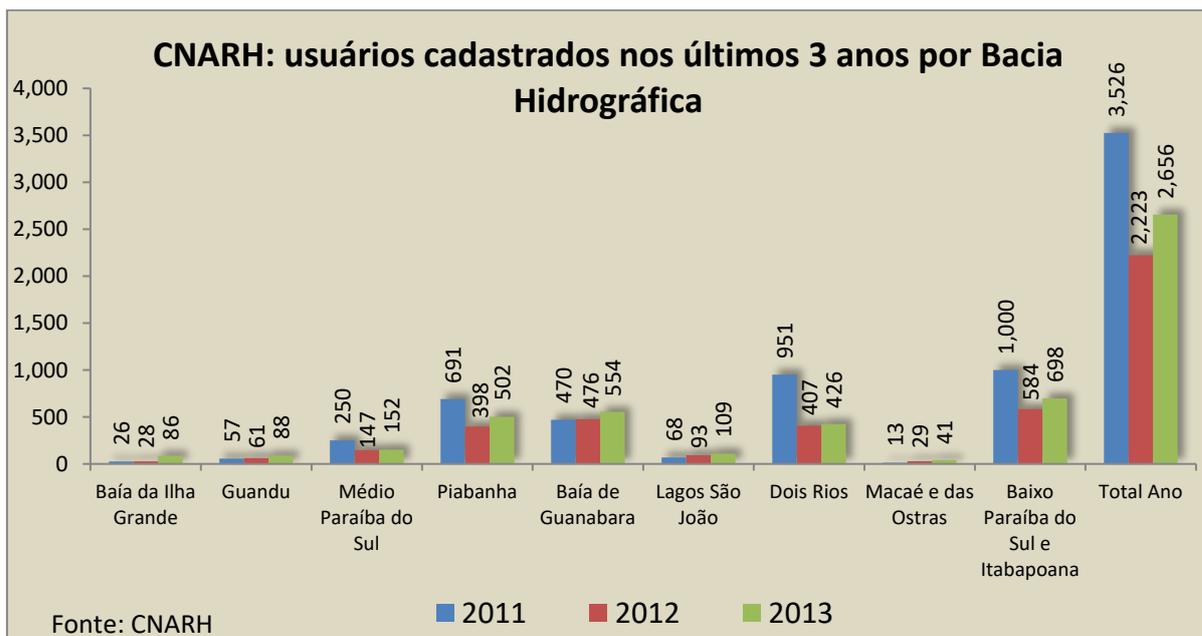


Gráfico 14: Evolução do cadastro de usuários de recursos hídricos por bacia hidrográfica

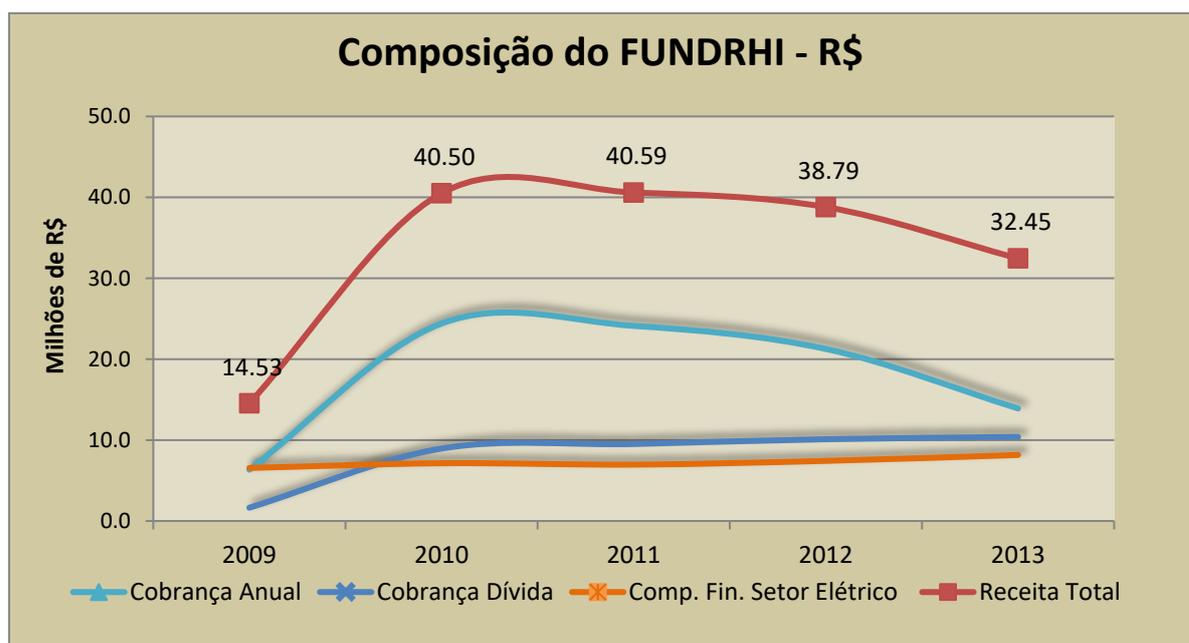


Gráfico 15: Composição do FUNDRHI

1.4.2.4. Planejamento de recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro

Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (Contrato 33/2011).

O INEA e a Fundação COPEETEC celebraram o contrato para a Elaboração do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro), em julho de 2011, no valor de R\$ 1.619.846,50

(hum milhão e seiscentos e dezenove mil e oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), aditado em R\$ 146.695,23 (cento e quarenta e seis mil e seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos). As atividades executadas incluíam:

- Relatório de Caracterização Ambiental;
- Relatório de Gestão de Recursos Hídricos;
- Relatório de Estudos Hidrológicos e Vazões Extremas;
- Relatório de Avaliação da Rede Quali-quantitativa do Estado;
- Relatório de Áreas Vulneráveis a Eventos Extremos;
- Relatório de Avaliação das Fontes Alternativas de Abastecimento Humano com ênfase na Região Metropolitana;
- Relatório de Avaliação do Potencial Hidrogeológico dos Aquíferos Fluminenses;
- Relatório de Avaliação da Intrusão Salina;
- Relatório de Cenários Econômico e Demográfico;
- Consulta Pública;
- Oficinas de Pactuação ;
- Reuniões de Acompanhamento;
- Relatório de Construção do SIG;
- Convênio INEA-Petrobras (Convênio Inea 25/2010).

Convênio de repasse financeiro, celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), com interveniência do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e das Ostras (CBH MACAÉ E DAS OSTRAS), para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras. O valor do Convênio foi de R\$ 1.557.727,74 (hum milhão e quinhentos e cinquenta e sete mil e setecentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos). A prestação de contas final já foi submetida à Petrobras e as últimas tratativas já estão sendo feitas para o seu encerramento.

Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (Contrato 56/2011)

O INEA e o Consórcio Macaé/Ostras celebraram o contrato para a Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (Contrato INEA 56/2011), em novembro de 2011, no valor de R\$ 1.399.962,07 (hum milhão e trezentos e noventa e nove reais e novecentos e sessenta reais e sete centavos). O contrato foi concluído em dezembro de 2013. As atividades executadas incluíam:

- Relatório do Plano de Trabalho;
- Relatório de Caracterização da Área de Estudo;
- Relatório de Caracterização Socioeconômica;
- Relatório de Mapeamento do Uso e Cobertura do Solo;

- Relatório de Diagnóstico da Disponibilidade Hídrica;
- Relatório de Diagnóstico das Demandas Hídricas;
- Relatório do Balanço Hídrico;
- Relatório Síntese do Diagnóstico;
- Consulta Pública;
- Reuniões de Acompanhamento;
- Relatório de Construção do SIG; e
- Apoio Técnico ao CBH.
- Atualização do Plano de Recursos Hídricos do Rio Paraíba do Sul.

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) contratou a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Considerando que mais de 60% do território Estado do Rio de Janeiro está na bacia do Rio Paraíba do Sul, e que suas águas são responsáveis pelo abastecimento humano de 75% da população fluminense, o INEA acompanha de perto sua atualização, através das seguintes atividades:

- Representação do Estado do Rio de Janeiro na Câmara Técnica do CEIVAP
- Leitura crítica dos relatórios ;
- Participação em reuniões e consultas públicas, sobretudo naquelas que envolvem a participação dos comitês de bacias fluminenses afluentes ao rio Paraíba do Sul;
- Elaboração do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Baía de Ilha Grande;

A partir dos trabalhos realizados no âmbito do projeto BIG (Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande) em parceria com a GEIRH, foi elaborada uma minuta de Termo de Referência (TDR) para contratação da elaboração do Plano de Recursos Hídricos para a região. Este TDR foi concluído e aprovado pelo CBH em 2013 e estão sendo negociadas as possíveis fontes de para o seu financiamento. A contratação da elaboração do Plano, com previsão de início ainda este ano, serão acompanhados e/ou conduzidos por esta gerência.

Elaboração de Nota Técnica 02/2013: Critérios para a redefinição dos limites das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro

A partir dos diversos estudos realizados durante a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (PERHI-RJ), identificou-se a necessidade de ajustes e correções nas delimitações das RHs definidas pela Resolução CERHI-RJ n° 18 de 08 de novembro de 2006. Considerando que o PERHI-RJ é o instrumento central da Política Estadual de Recursos Hídricos, permitindo o fortalecimento e aprimoramento da gestão das águas em território fluminense, e que o Estado do Rio de Janeiro ainda carece deste instrumento, vislumbrou-se então ser oportuno rever os limites das RHs no âmbito da elaboração do PERHI-RJ, já que são elas as unidades básicas de

gerenciamento dos recursos hídricos previstas no artigo 10 da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 3.239 de 02 de agosto de 1999). As diretrizes básicas que orientaram a revisão dos limites das RHs foram: critérios hidrográficos, escala cartográfica 1:50.000 e critérios políticos e administrativos.

Elaboração de Nota Técnica 02/2014: Análise e parecer sobre a Proposta de Enquadramento dos corpos hídricos em classes de uso apresentada pelo Comitê Guandu.

A análise técnica sobre a proposta de enquadramento de diversos corpos hídricos na região hidrográfica Guandu, apresentada pelo CBH Guandu, foi objeto da NT 02/2013, de novembro de 2013, elaborada pela GEIRH que consolidou o resultado do grupo interno de trabalho envolvendo diversas diretorias. Após análise do CONDIR e manifestação favorável, a Nota Técnica foi encaminhada e aprovada pelo CBH através da Resolução Comitê Guandu 107, de 29 de abril de 2014. A proposta de enquadramento será então submetida ao CERHI para homologação.

1.4.2.5. Planejamento territorial no estado do rio de janeiro

A Gerência de Instrumentos de Gestão do Território (GEGET) tem como objetivo desenvolver estudos, projetos e ações que subsidiem o planejamento ambiental, ordenamento territorial e gerenciamento costeiro no Estado, almejando a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental. A Gerência atua em 3 grandes linhas de ação, abaixo detalhadas: Planejamento e Ordenamento Territorial, Gerenciamento Costeiro e Pagamento por Serviços Ambientais.

Planejamento e ordenamento territorial

Localização e análise espacial de empreendimentos para licenciamento ambiental

Durante o período de 2011-2013, foi realizada a **localização e análise espacial de mais de 3500 atividades/empreendimentos**. A análise espacial de empreendimentos e atividades tem uma função estratégica no sistema de gestão ambiental, pois constitui uma avaliação sobre a viabilidade do empreendimento em função dos diversos condicionantes ambientais do território. Neste processo, a área do empreendimento e seu entorno é confrontada em relação à existência de restrições legais e/ou condicionantes relacionadas a áreas protegidas (unidades de conservação), áreas de preservação permanente, corpos hídricos, áreas frágeis, áreas de risco e demais instrumentos de ordenamento territorial, tais como zoneamentos estaduais e municipais, entre outros.

Em 2013, a GEGET iniciou a descentralização dessa atividade para as demais unidades Inea, de modo a agilizar e integrar a análise do licenciamento, e para isso, realizou em 2013 e 2014 a capacitação das superintendências e da GELAF em "Introdução a cartografia" e "Localização e análise espacial de

empreendimentos/atividades para o licenciamento ambiental". O objetivo desta capacitação foi tornar as equipes aptas para realizar as atividades de localização e análise espacial para o licenciamento, e possibilitar a estruturação de uma base de dados espacial centralizada de todas as atividades licenciadas pelo INEA. A capacitação ocorreu em parceria com a GEOPEA e com apoio da VPRES. A GELAF e todas as 9 superintendências foram capacitadas, num total de mais de 50 técnicos treinados.

Em 2014, a GEGET, GELAF e a GEOPEA elaboraram uma minuta de Norma Operacional – NOP que formalizará a padronização de procedimentos e critérios técnicos para emissão de parecer de localização e análise espacial de empreendimentos para o licenciamento ambiental pelas unidades INEA. A NOP encontra-se em fase final de revisão.

Documento de enquadramento urbanístico e ambiental - DEUA

A GEGET coordena no Inea a regulamentação do Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental – DEUA, estabelecido pela Lei Estadual nº 6.312, de 03 de setembro de 2012. Este documento nasceu de uma proposta da CPI da Região Serrana como uma medida para prevenir a ocupação e permanência da população em áreas inaptas, tais como Unidades de Conservação, APP, áreas de risco, dentre outros. Com a implementação do DEUA, as concessionárias prestadoras de serviço público deverão realizar as ligações de forma adequada, de acordo com a legislação urbanística e ambiental, ou seja, os consumidores poderão ter acesso ou não aos serviços básicos de acordo com a localização do imóvel.

Em 2013, a GEGET coordenou no Inea a elaboração e aprovação da Resolução CONEMA nº 50 de 04/10/2013, que estabeleceu procedimentos vinculados à elaboração do DEUA. Em 2014, foi criado o Grupo de Trabalho do DEUA através da Portaria VPRES n 2/2014. Sob coordenação da GEGET, o presente Grupo de Trabalho vem se reunindo desde então para promover a implementação do instrumento pelo Inea, através da organização de cursos de capacitação para as concessionárias e da preparação de base de dados cartográfica.

Prevenção de risco de desastres associados a inundações através do ordenamento do uso e ocupação do solo

As inundações são um dos desastres que mais atingem o Estado do Rio de Janeiro, representando 62% do total de ocorrências (PERHI, 2013), sendo fundamental o desenvolvimento de uma política de prevenção de desastres relacionados a inundações através da identificação dos processos sociais geradores de risco e do desenvolvimento das ações necessárias para prevenir a geração ou consolidação de riscos futuros.

Em 2013, a GEGET realizou a **consolidação de diretrizes metodológicas para elaboração dos mapas de suscetibilidade, perigo, vulnerabilidade e/ou risco de inundações**, de modo a subsidiar o planejamento e ordenamento do uso e ocupação do solo, o desenvolvimento de cidades resilientes e a destinação de moradia em local seguro, a partir da realização de intercâmbio técnico-científico com o

Banco Mundial (BIRD) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o desenvolvimento (AECID). A GEGET coordenou a execução de 2 seminários técnico-científicos e realizou uma visita técnica para Agência Catalã de Água e a Confederação Hidrográfica de Júcar, na Espanha.

Em 2014, a GEGET está elaborando a publicação **“Guia Metodológico para elaboração dos mapas de susceptibilidade a inundações”** (indicador do contrato de gestão de 2014), de modo a gerar diretrizes para elaboração dos mapas de susceptibilidade a inundações pelos municípios fluminenses. A proposta vem ao atendimento da Lei Federal 12.698/12, que estabelece aos municípios a atribuição de “identificar e mapear as áreas de risco de desastres”, e da Lei Estadual 6442/13, que estabelece que os documentos oficiais sobre estudos e mapeamentos de risco devem ser cancelados pelo INEA e DRM, e que os municípios fluminenses devem incorporar os mesmos nos seus Planos Diretores Municipais.

A GEGET é coordenadora do **Termo de Cooperação Técnica com a UERJ** para elaboração do mapa de uso do solo e cobertura vegetal, análise e caracterização dos vetores de crescimento e expansão urbana e elaboração de mapa da suscetibilidade à inundação para as bacias dos rios Guapimirim, Macacu e do município de Magé, de modo a subsidiar o ordenamento territorial destes municípios visando à prevenção do risco de desastres relacionados à inundação. O projeto foi iniciado em julho de 2014 e tem duração de 12 meses, sendo executado com recursos do FECAM, no valor total de R\$185.250,00.

A GEGET é parceira e colaboradora do **“Projeto estratégico de prevenção e mitigação do risco de inundações para as bacias dos rios Guapimirim, Macacu e do município de Magé”**, coordenado pela COPPES. O projeto foi iniciado em junho de 2014 e tem a duração de 18 meses, sendo executado com recursos do FECAM, no valor total de R\$ 1.405.516,63.

A GEGET iniciará em 2014 a execução do Projeto **“Mapeamento de susceptibilidade a inundações do Estado do Rio de Janeiro”**, no âmbito do Componente Fortalecimento da Gestão do Espaço Urbano e da Capacidade do Estado do Rio de Janeiro na Gestão de Risco de Desastres, referente ao Acordo de Empréstimo firmando entre o Estado do Rio de Janeiro e ao BIRD, através do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre INEA e SEPLAG em 14/05/2014, no valor de U\$200.000,00.

Apoio e acompanhamento de projetos estratégicos de Ordenamento Territorial no Estado do Rio de Janeiro

A GEGET tem participado e colaborado na execução dos seguintes projetos externos: (i) Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba – PDS Sepetiba (SEA); (ii) Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro (SEA).

Gerenciamento costeiro

A Zona Costeira do Estado do Rio de Janeiro abriga formações físico-bióticas diversificadas e constitui espaço no qual se concentram os principais vetores de pressão, uso dos recursos naturais e

exploração econômica, sendo o desafio do INEA promover o desenvolvimento sustentável das regiões litorâneas e a manutenção da qualidade ambiental. Dentre as principais linhas de atuação do Gerenciamento Costeiro, destacam-se projetos e ações estratégicas para os ecossistemas costeiros frágeis (Projeto BIG) e a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e seus instrumentos de gestão (Projeto Orla e ZEEC).

Projeto Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (Projeto BIG)

O Projeto Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (Projeto BIG) é uma iniciativa do INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. Seu escopo básico é estruturar um modelo de conservação e uso sustentável de longo prazo dos ecossistemas da Baía da Ilha Grande, tanto os continentais, quanto os marítimos e insulares, envolvendo, para isso, a coordenação e a integração de estratégias de ação adotadas pelo INEA e pela SEA, buscando ampliar o rol de ações capazes de identificar e mitigar as principais ameaças à região. O projeto tem duração de 5 anos (2011-2016), com recursos de US\$ 2,7 milhões provenientes do Global Environmental Facility (GEF) e US\$ 6,4 milhões provenientes da contrapartida do Estado do Rio de Janeiro.

Dentre os principais resultados obtidos pelo Projeto BIG em 2012-2013, destacam-se:

- Elaboração do Plano de Gestão Ambiental Integrada para a Atividade Náutica da Baía de Ilha Grande, que tem como objetivo principal a adequação ambiental e a regularização de todas as instalações e atividades de apoio náutico no litoral de Angra dos Reis e Paraty e implantar uma política de gestão ambiental integrada e sustentável para o setor náutico. Dentre seus principais resultados, contemplou o diagnóstico detalhado de 41 marinas, clubes e garagens náuticas e 10 postos de abastecimento de combustíveis para embarcações, e subsidiou a elaboração e aprovação de norma de licenciamento ambiental de marinas e instalações náuticas.
- Definição de mecanismos institucionais e de metodologias para integração da política de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro por meio dos seus instrumentos de gestão, com destaque para a elaboração harmônica e articulada do Plano de Bacia Hidrográfica e do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande;
- Definição de estratégias para fomentar o monitoramento ambiental integrado do Ecossistema da Baía da Ilha Grande, que resultou em uma maior articulação com a Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas, que retomou o monitoramento da qualidade da água em mais de 30 pontos da região;
- Fortalecimento do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas, a partir da contratação de um secretário executivo, aquisição de viatura e dotação orçamentária para realização de eventos;
- Apoio à SUPBIG na operação e manutenção da embarcação utilizada para monitoramento, fiscalização e controle pelo INEA, entre outras ações de menor vulto.

Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

O Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Estado do Rio de Janeiro (ZEEC) é um instrumento de gestão previsto no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, criado para orientar o processo de ordenamento do território terrestre e marinho, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão, com a participação e consulta permanente das populações locais, em atendimento à Lei Federal nº 7661/1988, que estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

O ZEEC será elaborado para toda a Zona Costeira do Estado do Rio de Janeiro, de forma progressiva, sendo a Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (RH-I) a primeira a ser contemplada nesse processo. Em 2013 iniciou-se o processo de elaboração ZEEC da RH-I, sendo executadas as seguintes etapas: Definição de metodologia para elaboração do ZEEC da RH-I; ii) Inventário e análise, com levantamento de informações sobre a região; iii) Diagnóstico, com identificação das fragilidades, restrições, potencialidades e conflitos de uso do espaço;

Em 2014, está sendo elaborada a publicação do Diagnóstico do ZEEC, que será divulgado e debatido através de oficinas comunitárias e/ou mesas temáticas, de modo a possibilitar amplo envolvimento, participação e incorporação de contribuições da sociedade. A partir dessas contribuições, será elaborada a proposta de Zoneamento das faixas terrestre e marinha, prevista para 2015.

O ZEEC da RH-I está sendo elaborado internamente pela equipe da GEGET, com a contratação de consultores individuais (análise jurídica, geoprocessamento, moderação) com recursos do Projeto BIG.

Projeto Orla

O Projeto Orla é uma iniciativa do governo federal, supervisionado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), e coordenado pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP). No Estado do Rio de Janeiro, o Projeto Orla é coordenado pela Comissão Técnica Estadual (CTE), formada pelo INEA/GEGET e a Gerência Regional de Patrimônio da União– GRPU/RJ. O objetivo do Projeto Orla é compatibilizar a política patrimonial do governo federal e a política ambiental no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima.

Dentre os principais resultados nos últimos dois anos, destacam-se a execução das etapas de oficinas públicas do Projeto Orla nos municípios de Campos dos Goytacazes, Niterói, São João da Barra, que reuniram mais de 500 participantes ao longo de todo o processo; a realização do curso de Formação de

Instrutores do Projeto Orla para os Estados das Regiões Sul e Sudeste, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a SPU, no auditório do INEA, que resultou na capacitação de 60 novos mediadores.

1.4.2.6. Pagamento por serviços ambientais

O Pagamento por Serviços Ambientais tem ganhado crescente destaque como uma das principais estratégias para promover o fomento à proteção e restauração de ecossistemas e a garantia da provisão de serviços ecossistêmicos, tais como a disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Nesse contexto, o Estado do Rio de Janeiro instituiu o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PRO-PSA) por meio do Decreto Estadual 42.029/11, estando a mesma vinculada a Política Estadual de Recursos Hídricos. A coordenação do PRO PSA, até então exercido pela VPRES, foi transferido para DIGAT/GEGET em março de 2014. Desde então, a GEGET vem desenvolvendo as seguintes atividades:

Coordenação do GT INEA PRO-PSA

O grupo foi criado pela Portaria INEA 536/2014, e tem atuado na deliberação de ações do instituto nos projetos de PSA existentes e na definição das ações e prioridades para implementação do PRO-PSA .

Coordenação do GT PSA CERHI

O GT tem levantado e promovido o conhecimento e compartilhamento das experiências de PSA no Estado, e deverá definir as ações a serem desenvolvidas e resultados esperados pelo GT em 2014-2015 para implementação do PRO-PSA.

Parceiro do Programa Produtor de Água e Floresta (PAF)

A GEGET tem realizado o acompanhamento e fiscalização do projeto e participado das reuniões da UGP (Unidade Gestora do Projeto). Atualmente, está sendo realizada a prestação de contas do Termo de Cooperação Técnica (período 2009-2014), e elaborada proposta de renovação do mesmo, ampliando o Programa para toda a RH-II (período 2015-2019). Segue abaixo uma ficha síntese do projeto.

- Objetivo: aplicar o modelo provedor-recebedor, através de um sistema de pagamentos por serviços ambientais, incentivando, mediante compensação financeira, os agentes que, comprovadamente, adotem, contribuam ou implementem práticas para a proteção e recuperação de mananciais, auxiliando a recuperação do potencial de geração de serviços ecossistêmicos, provendo benefícios às bacias hidrográficas e às populações que se provem de seus recursos hídricos.
- Parceiros: INEA, município de Rio Claro, TNC, ITPA, CBH Guandu (atribuições estabelecidas vide Termo de Cooperação Técnica assinado em 11/05/2009 e publicado no DOE em 18/08/2009)
- Área de atuação: sub-bacia Rio das Pedras (Rio Claro)

- Investimentos (2009-2013): aprox. R\$5.000.000,00 (recursos FUNDRHI/CBH Guandu, medidas compensatórias, TNC)

Resultados (2009-2013): 57 contratos vigentes, abrangendo 200 áreas diferentes; aproximadamente 6.400 ha manejados (490 ha de restauração florestal e 4.200 ha de conservação de remanescentes existentes).

A Gerência de Instrumentos de Gestão do Território (GEGET) tem como objetivo desenvolver estudos, projetos e ações que subsidiem o planejamento ambiental, ordenamento territorial e gerenciamento costeiro no Estado, almejando a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental. A Gerência atua em 3 grandes linhas de ação, abaixo detalhadas: Planejamento e Ordenamento Territorial, Gerenciamento Costeiro e Pagamento por Serviços Ambientais.

1.4.2.7. Execução de recursos*

De 2011 a 2013, a gerência somente executou recursos referentes ao Projeto de Gestão Integrada do Ecosistema da Baía da Ilha Grande - Projeto BIG, iniciado em 2011 e duração de 60 meses, com recursos do GEF/FAO, no valor total de R\$6,21 milhões.

	2011	2012	2013
Recursos executados	R\$ 1.242.000,00	R\$ 1.242.000,00	R\$ 1.242.000,00

Com a mudança da gestão da unidade no início de 2013, iniciou-se a elaboração de projetos e a captação de recursos junto aos Fundos Estaduais (FECAM) e órgãos de financiamento e cooperação internacional (BIRD e BID/GEF), o que culminou em 2014 na celebração de diversos acordos de cooperação técnica e na efetivação da contratação de projetos, abaixo destacados:

- Termo de Cooperação Técnica com a UERJ. Iniciado em julho de 2014 e duração de 12 meses, sendo executado com recursos do FECAM, no valor total de R\$185.250,00.
- “Projeto estratégico de prevenção e mitigação do risco de inundações para as bacias dos rios Guapimirim, Macacu e do município de Magé”. Iniciado em junho de 2014 e duração de 18 meses, sendo executado com recursos do FECAM, no valor total de R\$ 1.405.516,63.
- Celebração de Termo de Cooperação Técnica entre INEA e SEPLAG em 2014 para execução do “Mapeamento de suscetibilidade a inundações do Estado do Rio de Janeiro”. A ser iniciado em 2014 com recursos da SEPLAG/BIRD, no total de R\$460.000,00.
- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica para execução do Projeto “Recuperação de Serviços de Clima e Biodiversidade na Bacia do Rio Paraíba do Sul na Mata Atlântica do Brasil

(BR-G1003). Componente 2: Incremento dos estoques de carbono na Bacia do Paraíba do Sul (BRPS). Pagamento de Serviços Ambientais modalidade Uso Múltiplo - Estado do Rio de Janeiro” A ser iniciado em 2014, duração de 60 meses, com recursos do BID/GEF (R\$9,5 milhões), INEA (R\$14,5 milhões/compensatória LLX Minas-Rio) e SEAPEC (R\$8,6 milhões/BIRD), no total de R\$32,5 milhões.

1.4.2.8. Monitoramento dos indicadores de desempenho

GEIRH

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI)-cronograma físico – GEIRH (%)	35,94	100	100
...

Tabela 22: Indicadores de Desempenho - GEIRH

GEGET

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Capacitação das unidades do Inea para localização geográfica e realização da análise espacial de empreendimentos/atividades em fase de licenciamento ambiental.	N.D.	7	9 (129%)
Proposta preliminar do ZEEC da RH I – Baía da Ilha Grande, a ser submetida para discussões públicas e posterior aprovação pelo GERJ – GEGET	N.D.	80%	60(75%)

Tabela 23: Indicadores de Desempenho - GEGET

1.5. Recuperação e Conservação Ambiental, e Preservação da Biodiversidade

1.5.1. DIBAP

1.5.1.1. Escopo das atividades envolvidas

COMBIO:

- Análise dos requerimentos de criação de RPPN;
- Incentivo a realização de pesquisas científicas em RPPNs, com vistas ao monitoramento da biodiversidade;
- Análise e acompanhamento dos projetos de reflorestamento em RPPNs; e
- Análise dos requerimentos para aprovação da área de Reserva Legal em propriedades com RPPNs criadas ou em processo de criação.
- Identificar os imóveis localizados total ou parcialmente dentro das unidades de conservação de proteção integral, bem como levantar e analisar os documentos desses imóveis e seus proprietários;

- Estabelecer contato com proprietários para o esclarecimento e abertura do processo de regularização fundiária que inclui o georreferenciamento das propriedades (delimitação espacial da área com coordenadas geográficas por meio de instrumentos de precisão) e o geoprocessamento (processamento de dados geográficos por intermédio de programas específicos) para elaboração de plantas. As informações obtidas são complementadas com análise ambiental e avaliação imobiliária, resultando na elaboração de laudo técnico do imóvel;
- Instruir o processo de regularização fundiária para encaminhar à análise da Assessoria de Perícias e Cálculos (APCA) da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que calcula e propõe o valor da indenização, e posteriormente se inicia a fase de desapropriação.

GEPRO e à GEUSO:

- Elaboração de estudos para a criação e a ampliação de unidades de conservação estaduais de proteção integral e de uso sustentável.

GESEF:

- A GESEF acompanha projetos de reflorestamentos decorrentes de processos de aprovação de área de Reserva Legal de imóveis rurais que possuem florestas em quantidade inferior ao estabelecido em lei, como também projetos relacionados a condicionantes de licenciamento e Termos de Compromisso assinados por empresas que receberam autorizações de supressão de vegetação – ASV pelo extinto IEF/RJ. Também são acompanhados projetos específicos elaborados, apoiados ou supervisionados pela SEA ou pelo INEA;
- Durante o ano de 2013 a GESEF desenvolveu ações de acompanhamento de diversos projetos de reflorestamento e também atendeu a demandas internas e externas, como as do Ministério Público Estadual e Federal e do Poder Judiciário.

1.5.1.2. Criação e ampliação de unidades de conservação

COMBIO:

- Foram reconhecidas 11 RPPNs em caráter definitivo, totalizando 428,41 hectares protegidos e 07 RPPNs em caráter provisório, totalizando 334,68 hectares de florestas e ecossistemas associados.
- A tabela a seguir relaciona as RPPNs reconhecidas ao longo do ano de 2013.

Caráter	Nº	RPPN	Hectares	Município	Portaria
Definitivo	1	Refúgio do Bugio	23,64	Santa Maria Madalena	INEA/RJ/PRES Nº 429 DE 19 DE MARÇO DE 2013
	2	Terra do Sol e da Lua	10,78	Nova Friburgo	INEA PRES Nº 431 DE 10 DE ABRIL DE 2013

	3	Sítio Palmeiras	2,93	Varre-Sai	INEA/RJ/PRES Nº 448 DE 16 DE ABRIL DE 2013
	4	Grota do Sossego	15,09	Paracambi	INEA/RJ/PRES Nº 454 DE 08 DE MAIO DE 2013
	5	Santa Clara	21,12	Eng. Paulo de Frontin	INEA/PRES RJ Nº 472 DE 15 DE JULHO DE 2013
	6	Reserva Ecológica de Guapiaçu	302,12	Cachoeira de Macacu	INEA/PRES RJ Nº 477 DE 31 DE JULHO DE 2013
	7	Estância Rio do Ouro	7,07	Silva Jardim	INEA/RJ/PRES Nº 467 DE 05 DE AGOSTO DE 2013
	8	Nêga Fulô	4,59	Nova Friburgo	INEA/PRES RJ Nº 485 DE 22 DE AGOSTO DE 2013
	9	Pedra Branca	15,07	Duas Barras	INEA/RJ/PRES Nº 487 DE 30 DE AGOSTO DE 2013
	10	Caldeirão	2,18	Petrópolis	INEA/RJ/PRES Nº 490 DE 11 DE SETEMBRO DE 2013
	11	Rildo de Oliveira Gomes II	23,82	Teresópolis	INEA/PRES Nº 502 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013
Subtotal	11		428,41		
Provisório	1	Canto dos Pássaros II	3,14	Teresópolis	INEA/PRES RJ Nº 406 DE 28 DE JANEIRO DE 2013
	2	Mario e Alba Corral	9,01	Macaé	INEA/PRES RJ Nº 416 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013
	3	Bicho Preguiça	1,73	Rio de Janeiro	INEA/PRES RJ Nº 428 DE 20 DE MARÇO DE 2013
	4	Sítio Picada	23,17	Eng. Paulo de Frontin	INEA/PRES Nº 464 DE 13 DE JUNHO DE 2013
	5	Canto dos Pássaros	28,07	Teresópolis	INEA/PRES Nº 465 DE 13 DE JUNHO DE 2013
	6	Pilar	250,60	Maricá	INEA/PRES RJ Nº 466 DE 13 DE JUNHO DE 2013
	7	Fazenda Minas Gerais	18,96	Santa Maria Madalena	INEA/PRES RJ Nº 491 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013
Subtotal	7		334,68		
Total	18		763,09		

Tabela 3. RPPNs reconhecidas em 2013.

- Abaixo segue relação da execução financeira mensal dos recursos compensatórios para projetos de estruturação das unidades de conservação, considerando as fontes de recursos do FMA, Petrobras e UTE. Vale destacar que esses valores correspondem ao somatório de todos os projetos que cada unidade contempla.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	VALOR EXECUTADO (ANO 2013)
APA MACACU	R\$ 54.521,08
APA MACAÉ DE CIMA	R\$ 134.811,06
APA MACAÉ DE CIMA/ PETP	R\$ 26.400,00
EEEG	R\$ 2.247.773,99
EEEP	R\$ 2.759,36
PEC	R\$ 2.461.411,48
PECS	R\$ 132.801,87
PED	R\$ 102.265,26
PEIG	R\$ 942.002,68
PEPB	R\$ 536.469,09

PESC	R\$ 2.146.199,52
PETP	R\$ 185.046,82
RBG	R\$ 52.501,94
RESEX ITAIPU	R\$ 55.127,76
Regularização Fundiária	R\$ 4.742.097,94
Fortalecimento da Infraestrutura do Serviço Guarda Parque	R\$ 4.972.822,37
Fortalecimento e Implementação da Gestão de Uso Público para Incremento da Visitação dos Parques do ERJ	R\$ 4.049.859,74
DIVERSAS	R\$ 7.039.783,23
Total geral	R\$ 29.884.655,19

Tabela 4. Execução financeira dos recursos compensatórios para projetos de estruturação das unidades de conservação em 2013

OBS: Em “DIVERSAS” há projetos que contemplam diferentes unidades de conservação e, por isso, seus montantes de execução foram consolidados nessa rubrica. Abaixo se listam os mesmos:

- SERPPN III;
- Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UCs Estaduais que a compõem;
- Gerenciamento de Projetos e Obras em UCs Estaduais de Proteção Integral;
- Projetos Executivos pra Trilhas e Atrativos dos Parques da Copa 2014;
- Implantação de Rede de Comunicação operacional via rádio nas UCs;
- Projeto - Piloto de Execução do Instrumento Financeiro Fiduciário do Mecanismo Operacional e Financeiro de Proteção a Mata Atlântica;
- Projeto de Execução do Instrumento Financeiro Fiduciário do Mecanismo Operacional e Financeiro de Proteção à Mata Atlântica - Fundo da Mata Atlântica, para cobertura de custos correntes das UCs Estaduais de Proteção Integral;
- Implantação de UPAMs nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do ERJ;
- Projeto de Fortalecimento da Infraestrutura de Transportes de 08 unidades de conservação de proteção integral sob administração do INEA;
- Curso de Capacitação para 220 Guarda-Parques;
- Implantação do Componente Biota de Dados Espaciais (BDE).

GEPRO:

- Criação do Parque Estadual do Mendanha, nos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e de Mesquita, através do Decreto no 44.342, de 22 de agosto de 2013;
- Redelimitação do Parque Estadual dos Três Picos e extinção da Estação Ecológica Estadual do Paraíso e da Área de Proteção Ambiental da Floresta do Jacarandá, através da Lei nº 6573, de 31 de outubro de 2013.
- No ano de 2013 a área protegida por unidades de conservação de proteção integral aumentou em 5.591 hectares, atingindo uma área total de 208.664 hectares.

GEUSO:

- Criação da Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu, com 22.109 hectares, nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo, através do Decreto nº 44.032 de 15 de janeiro de 2013.
- Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, com 3.943,28 hectares, no município de Niterói, através do decreto nº 44.417, de 30 de setembro de 2013.

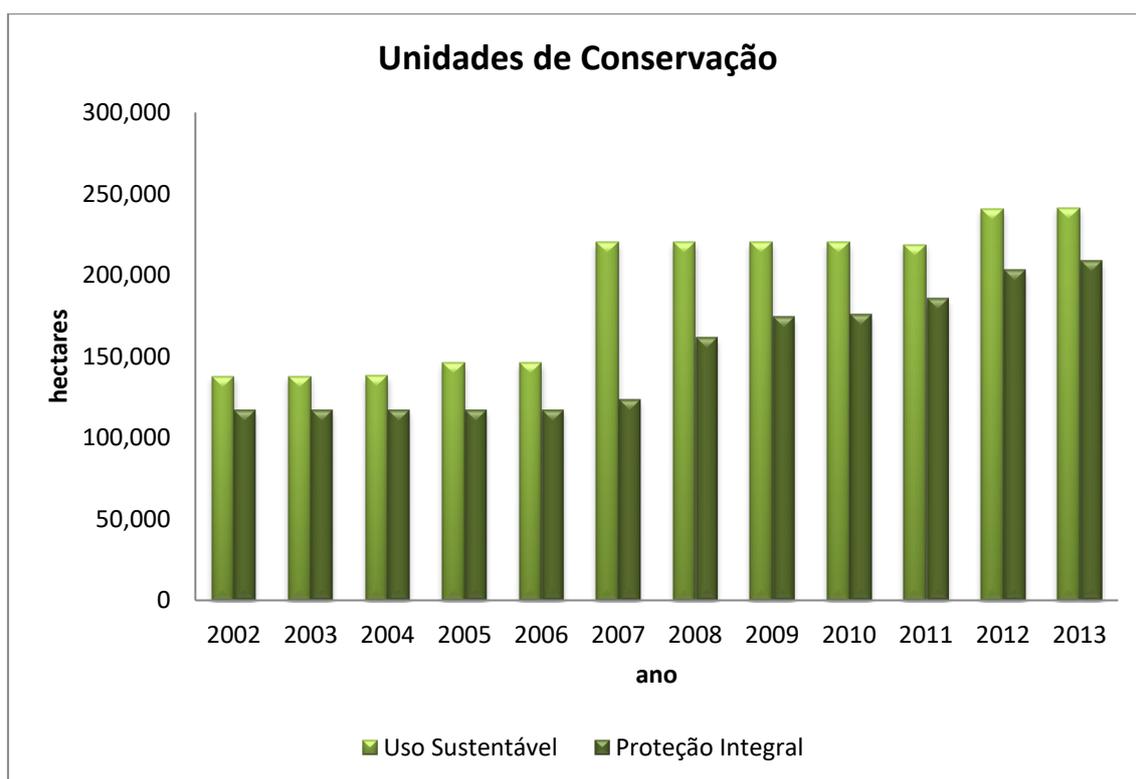


Figura 12. Áreas em hectares de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável estaduais de 2002 a 2013.

1.5.1.3. Regularização fundiária das unidades de conservação

O processo de regularização fundiária envolve duas fases distintas, a do levantamento e a da desapropriação administrativa.

A **fase do levantamento** abrange as seguintes etapas:

- Avaliação da documentação cartorial;
- Georreferenciamento da propriedade e mapeamento da área em relação à UC;
- Realização de vistoria de campo para checagem dos limites descritos no Registro Geral de Imóveis e coleta de dados para produção do relatório de vistoria;
- Produção do mapeamento final e elaboração do memorial descritivo da área;
- Produção do relatório de vistoria;
- Encaminhamento do processo a Procuradoria Geral do Estado para avaliação do imóvel.

Já a **fase da desapropriação administrativa** é composta pelas etapas :

- Reunião com o proprietário para conhecimento do valor da avaliação e solicitação dos documentos necessários;
- Encaminhamento da documentação ao cartório;
- Encaminhar ofício ao FUNBIO solicitando o Cheque para o pagamento;
- Após recebimento da escritura de desapropriação, encaminhá-la para publicação no Diário Oficial;
- Encaminhar ofício para a SEPLAG, para o TCE;
- Registrar a escritura junto ao cartório;
- Anotar a propriedade no patrimônio do INEA
- Solicitar da prefeitura correspondente certidão de não incidência do IPTU;
- Certidão de não incidência de ITBI;
- Caso haja, solicitar transferência/encerramento de contas (água, luz, gás, etc.)

A seguir seguem algumas figuras ilustrando a situação fundiária atual de algumas unidades de conservação:

Situação do levantamento fundiário e áreas regularizadas no Parque Estadual dos Três Picos – PETP

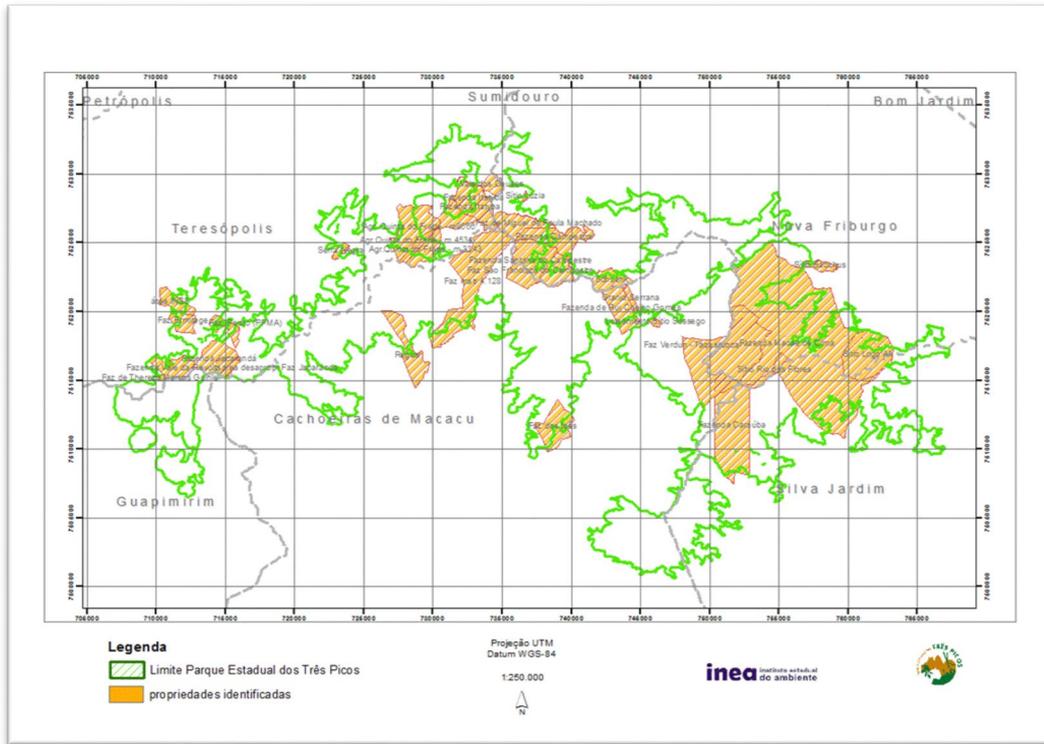


Figura 17. Levantamento fundiário PETP

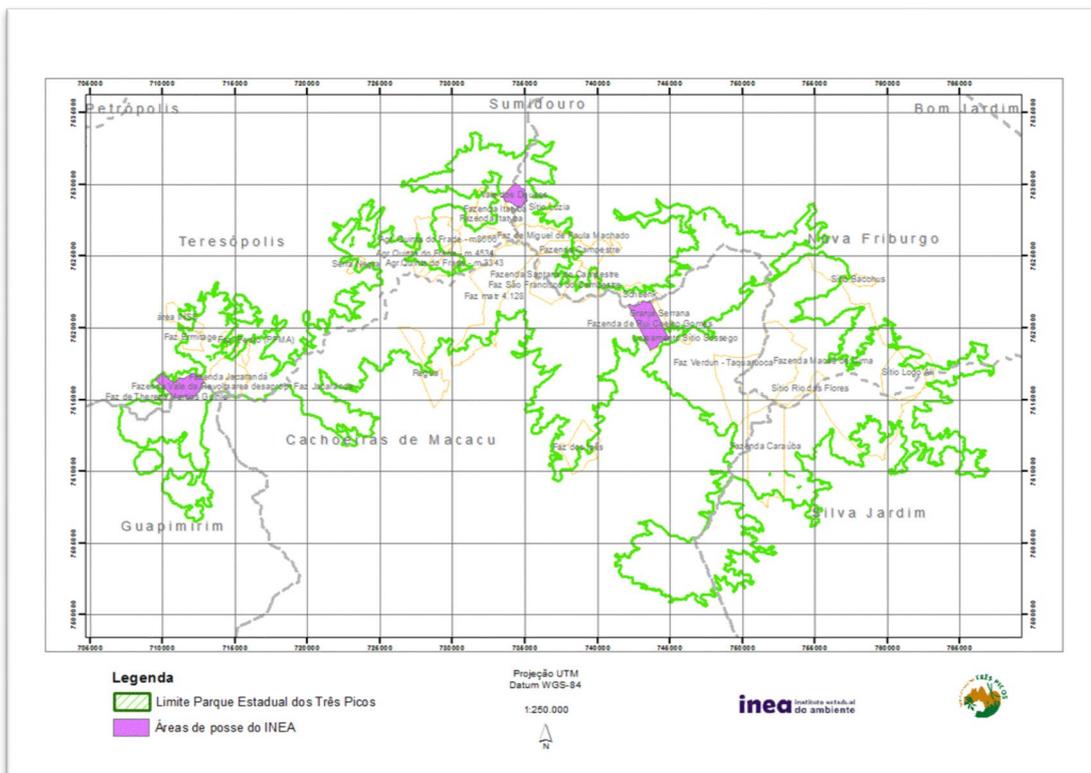


Figura 18. Áreas regularizadas PETP

Situação do levantamento fundiário e áreas regularizadas no Parque Estadual do Desengano – PED

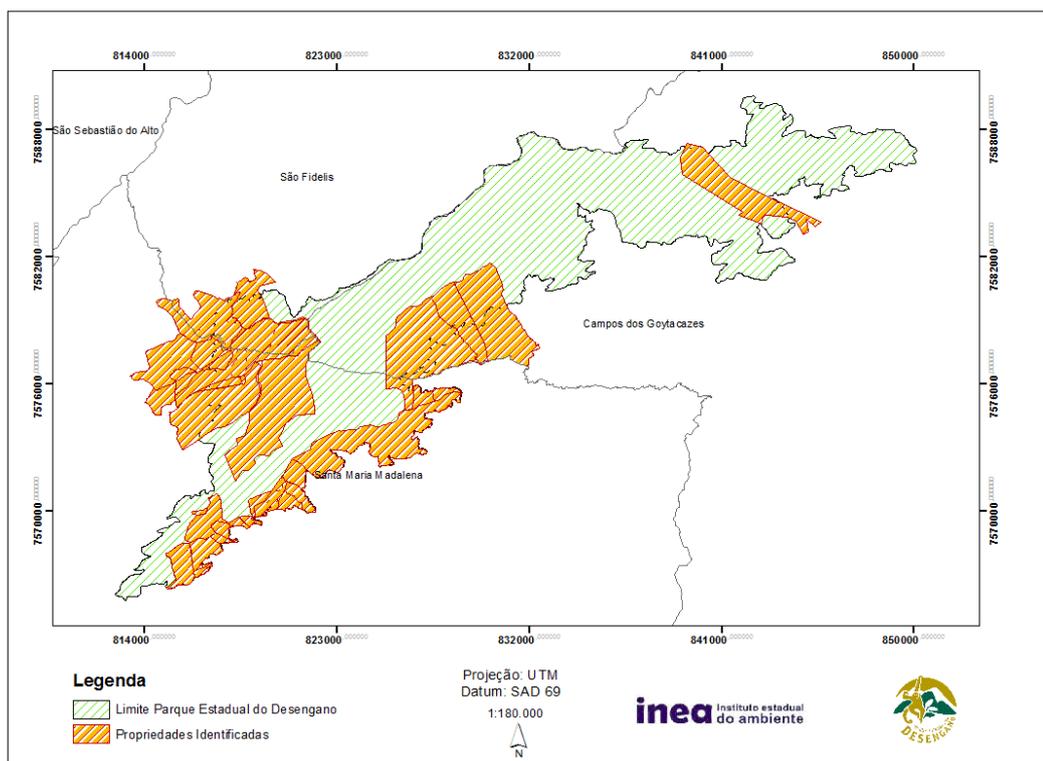


Figura 19. Levantamento fundiário PED

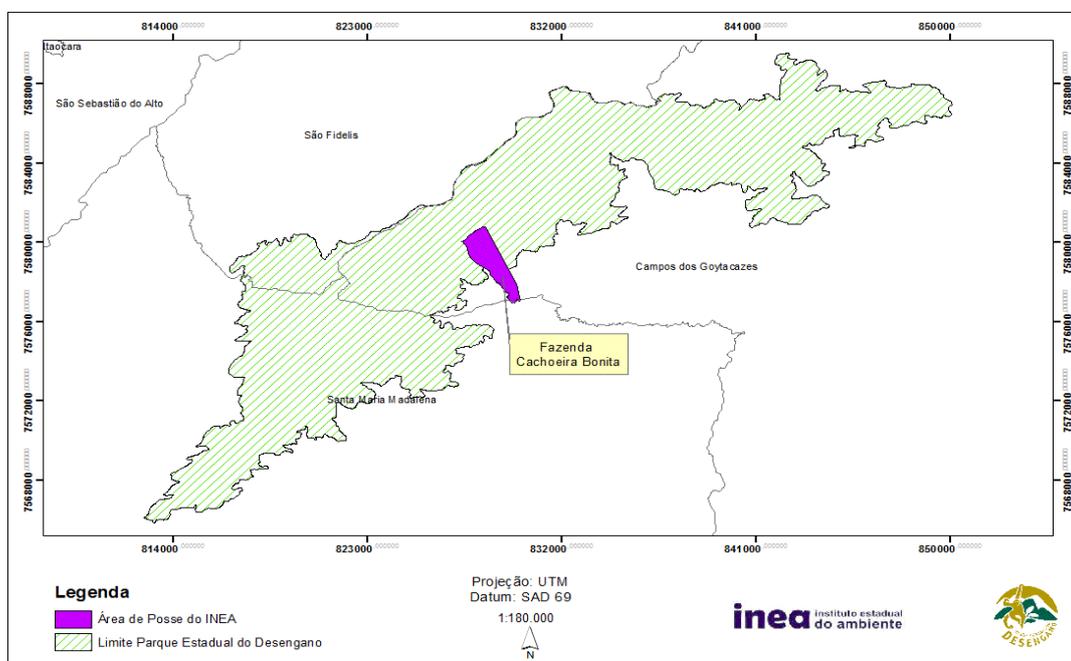


Figura 20. Áreas regularizadas PED

Situação do levantamento fundiário e áreas regularizadas no Parque Estadual da Serra da Tiririca - PESET

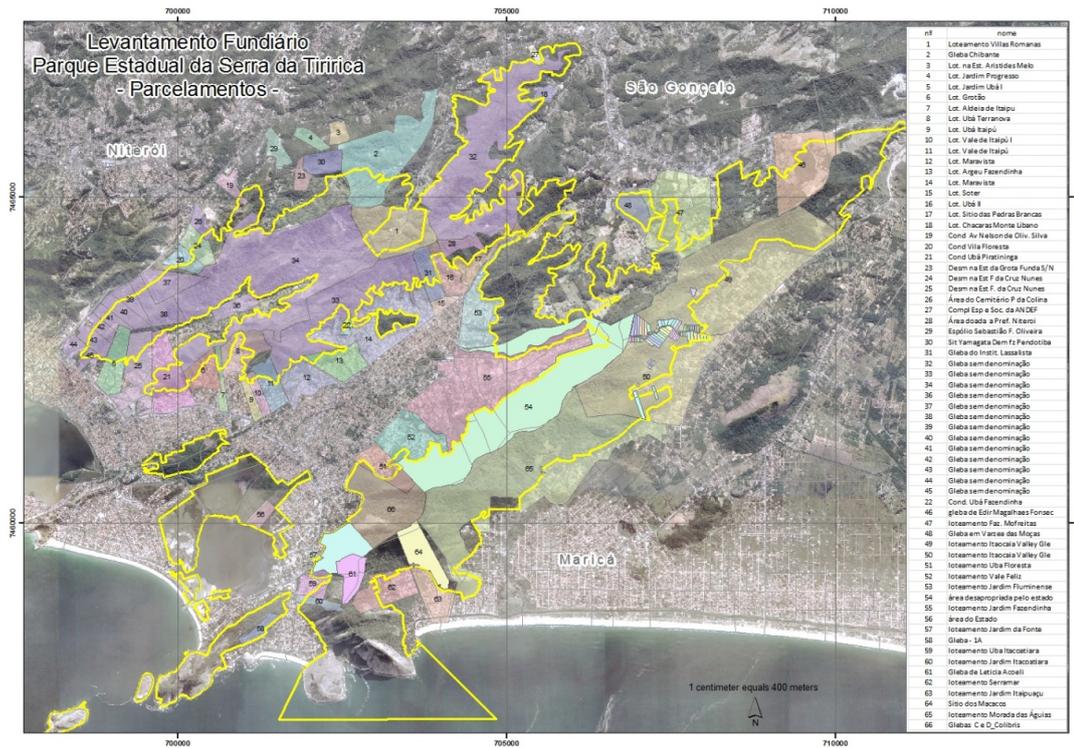


Figura 21. Levantamento fundiário PESET

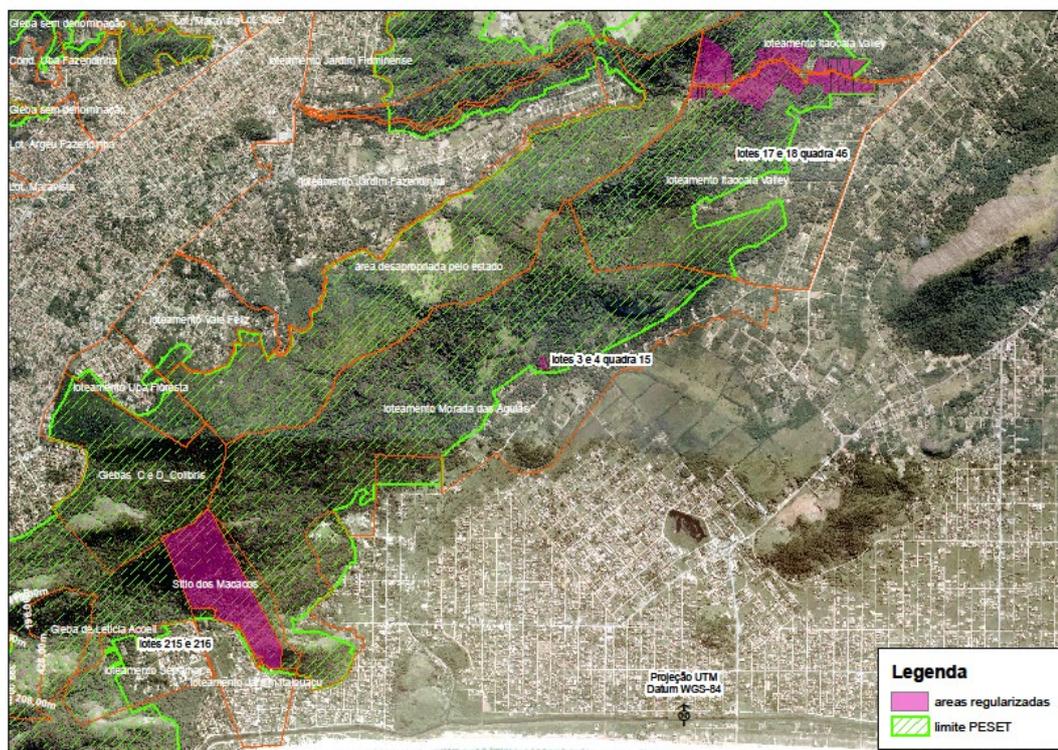


Figura 22: Áreas regularizadas PESET

Situação do levantamento fundiário do Parque Estadual Lagoa do Açú - PELAG

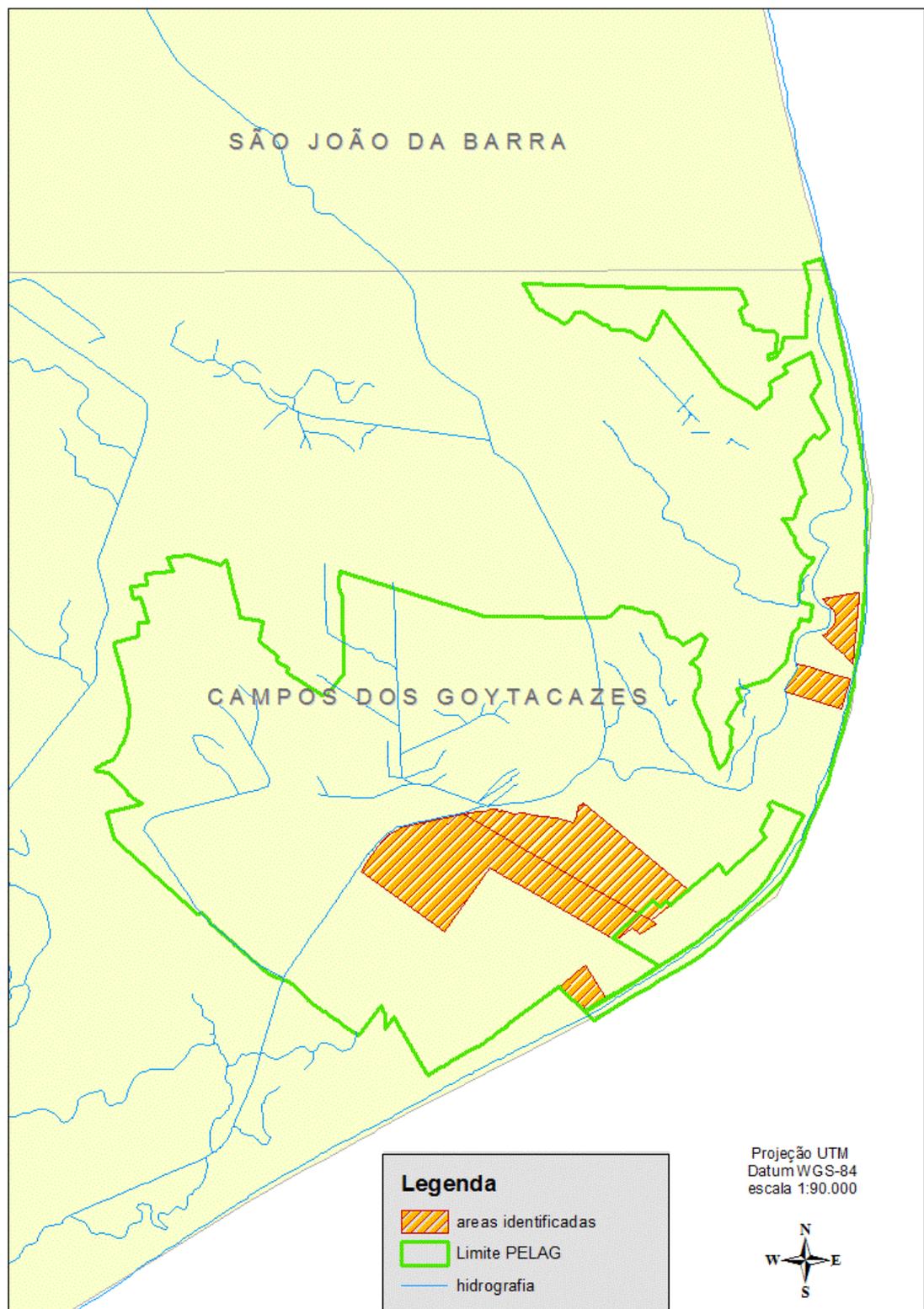


Figura 23. Levantamento fundiário PELAG

Situação do levantamento fundiário no Parque Estadual Pedra Selada - PEPS

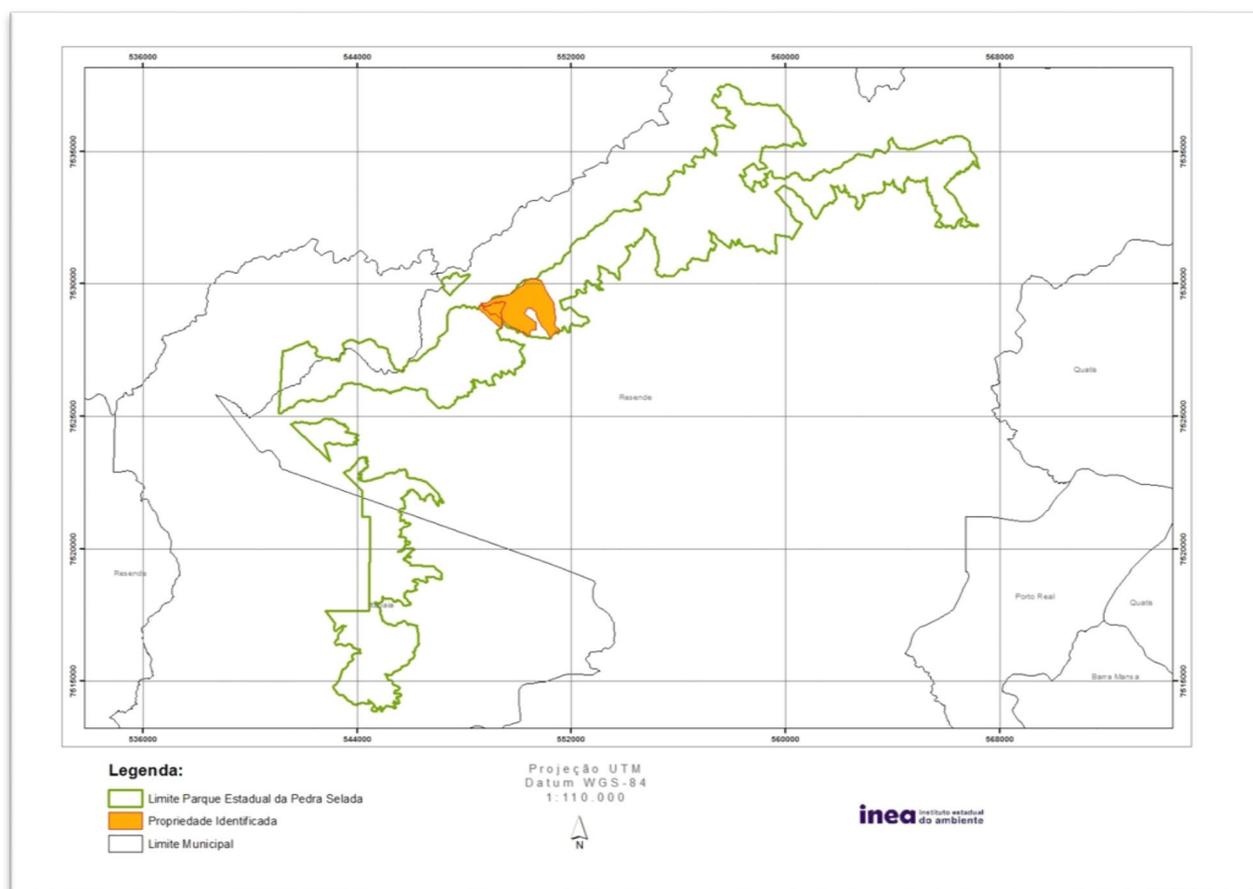


Figura 24. Levantamento fundiário PEPS

Situação do levantamento fundiário no Parque Estadual do Mendanha - PEM

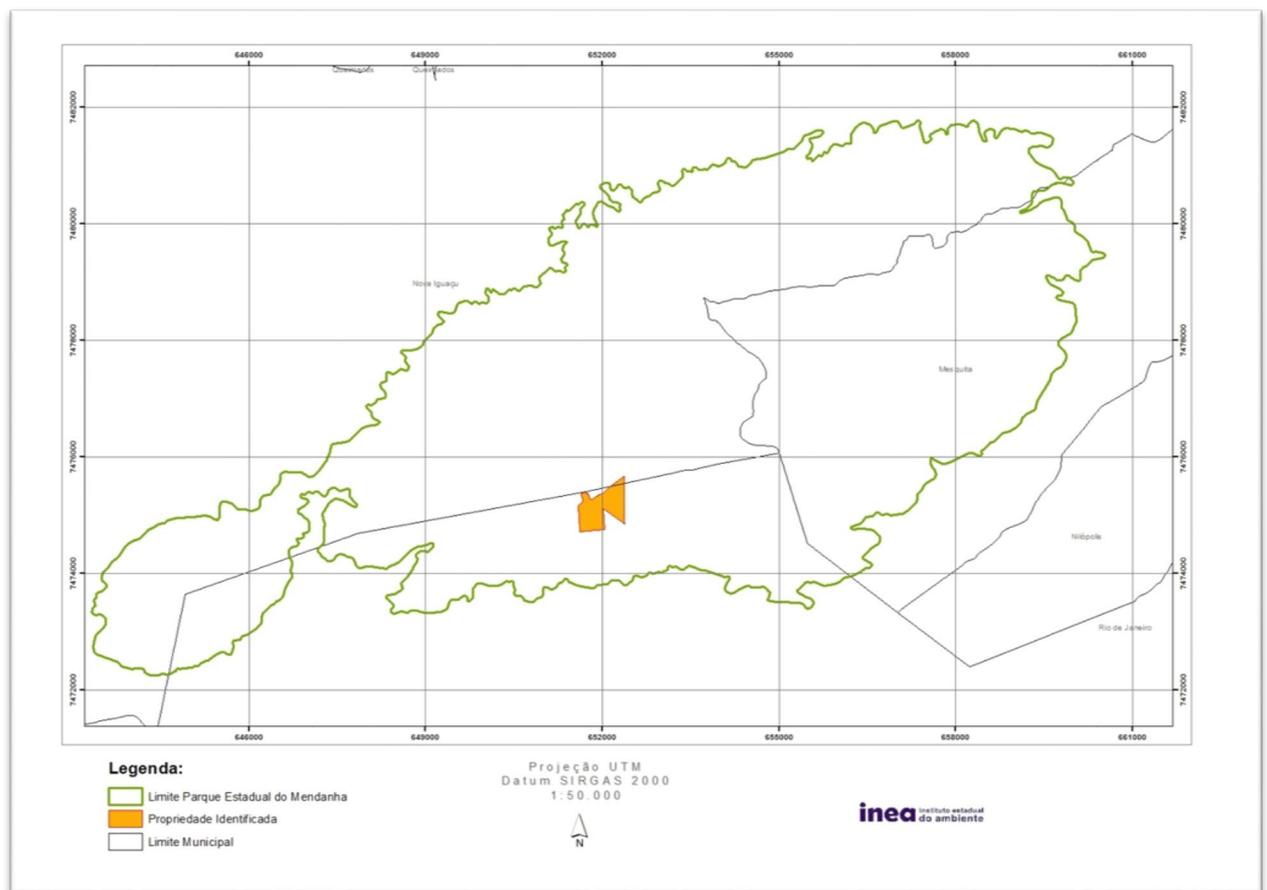


Figura 25. Levantamento fundiário PEM

Situação do levantamento fundiário e áreas regularizadas na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba – EEG

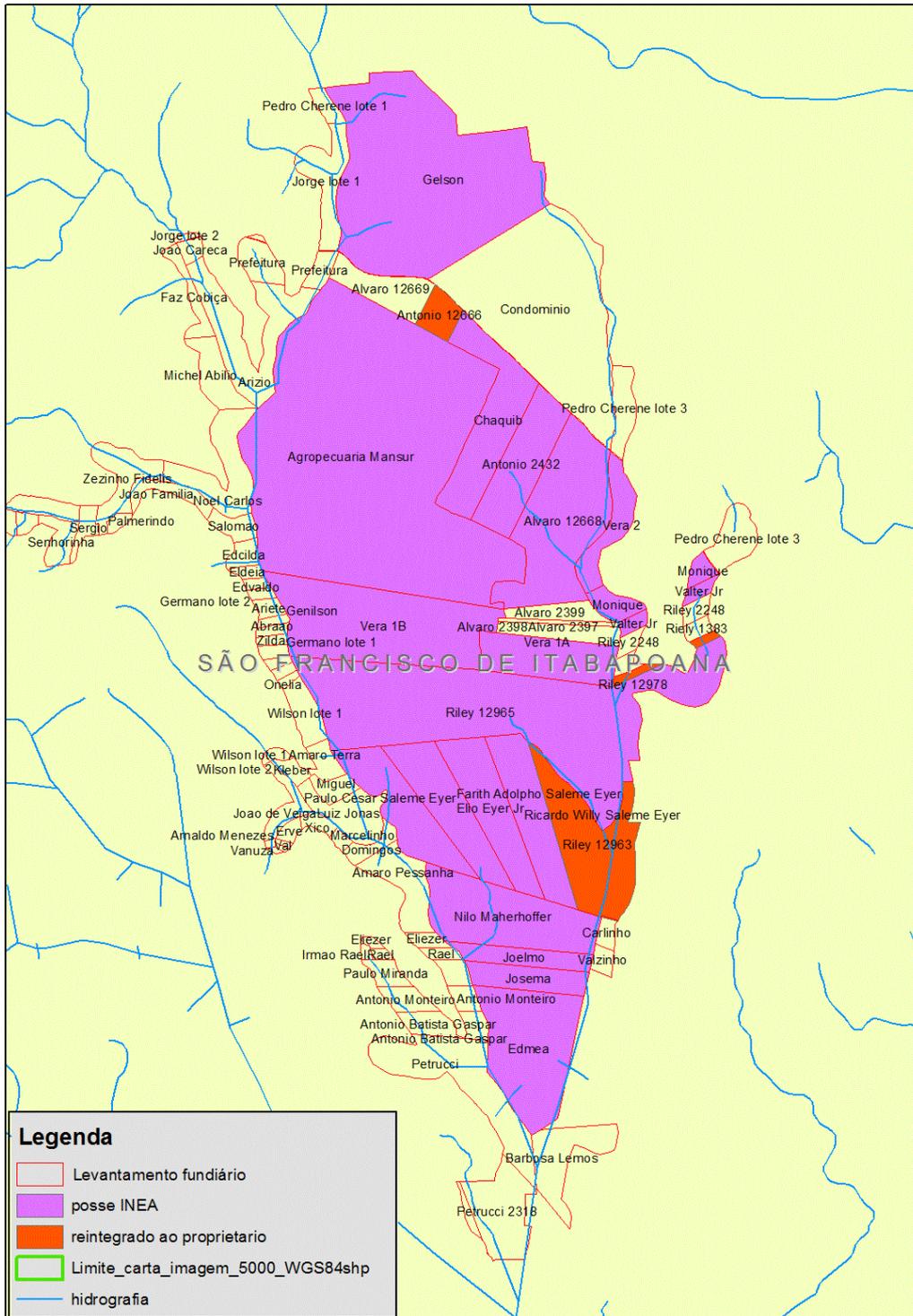


Figura 26. Levantamento fundiário EEG

Situação do levantamento fundiário na Reserva Biológica de Araras - RBA

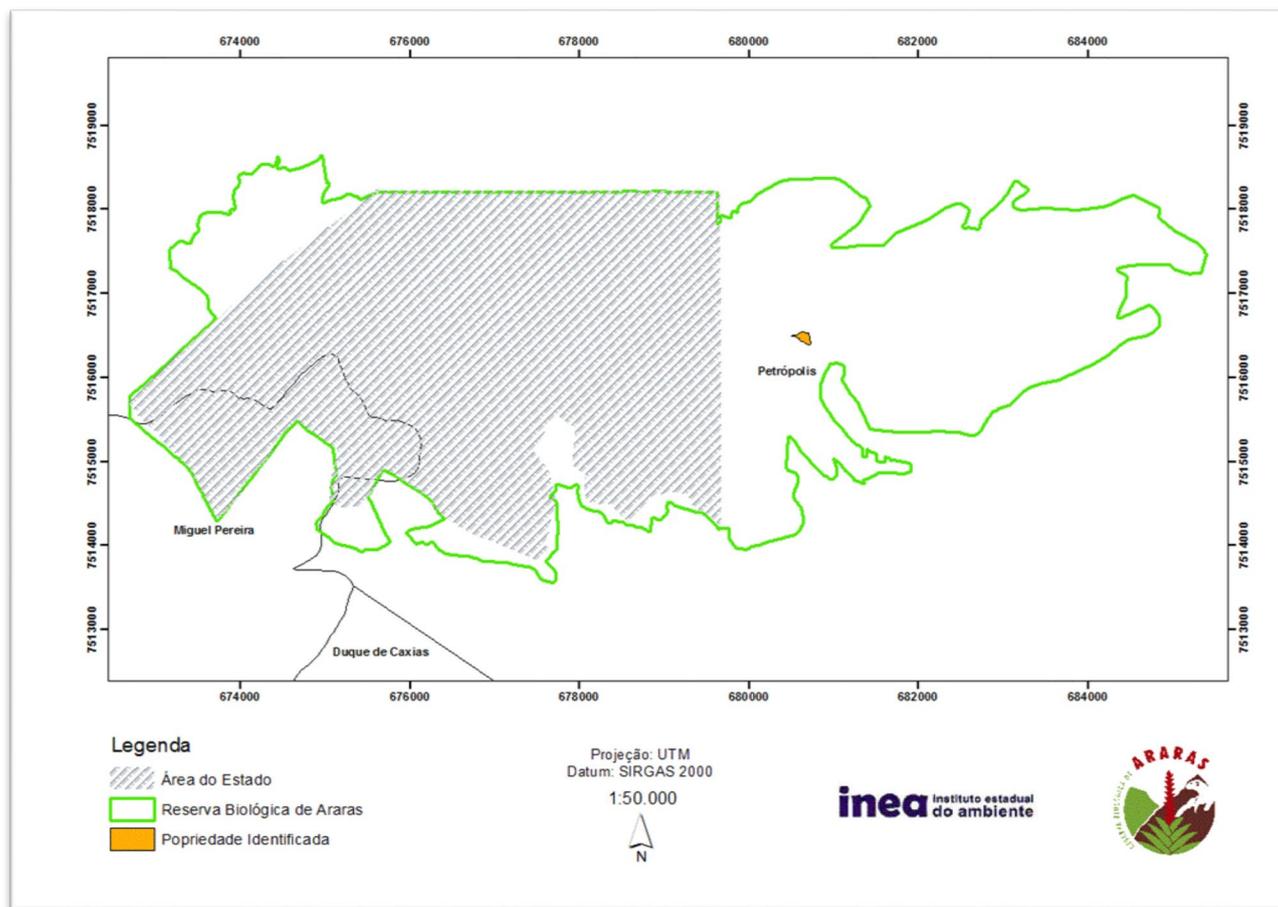


Figura 27. Levantamento fundiário RBA

Situação do levantamento fundiário e áreas regularizadas no Parque Estadual da Pedra Branca - PEPB

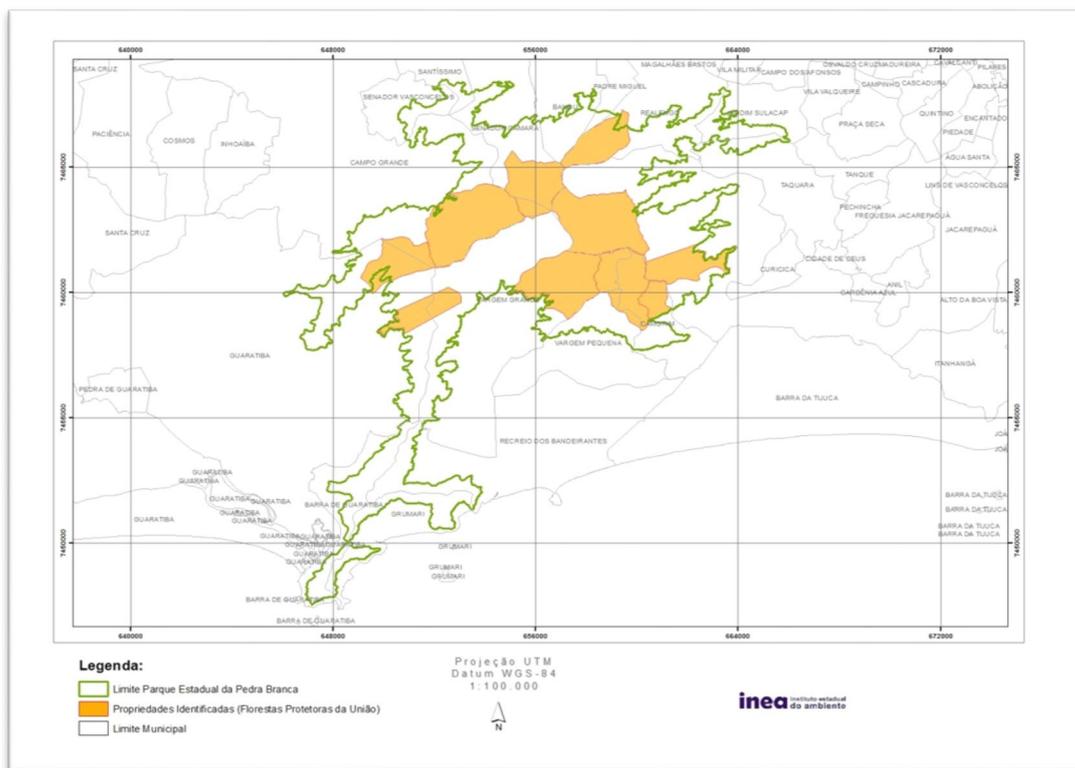


Figura 28. Levantamento fundiário PEPB

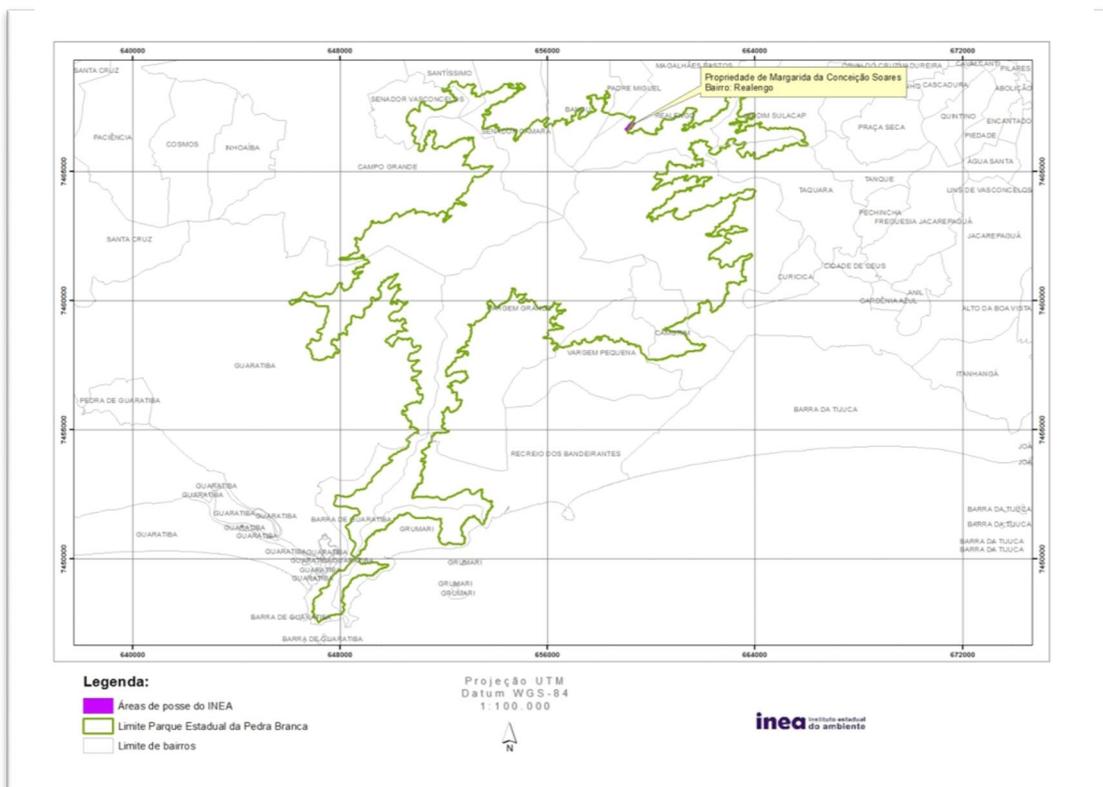


Figura 29. Áreas regularizadas PEPB

- Em 2013 foram instruídos e encaminhados à Procuradoria Geral do Estado para avaliação 15 processos administrativos de propriedades inseridas em unidade de conservação de Proteção integral para a regularização fundiária. Somadas as áreas dessas propriedades temos um total de 4.426,5hectares.

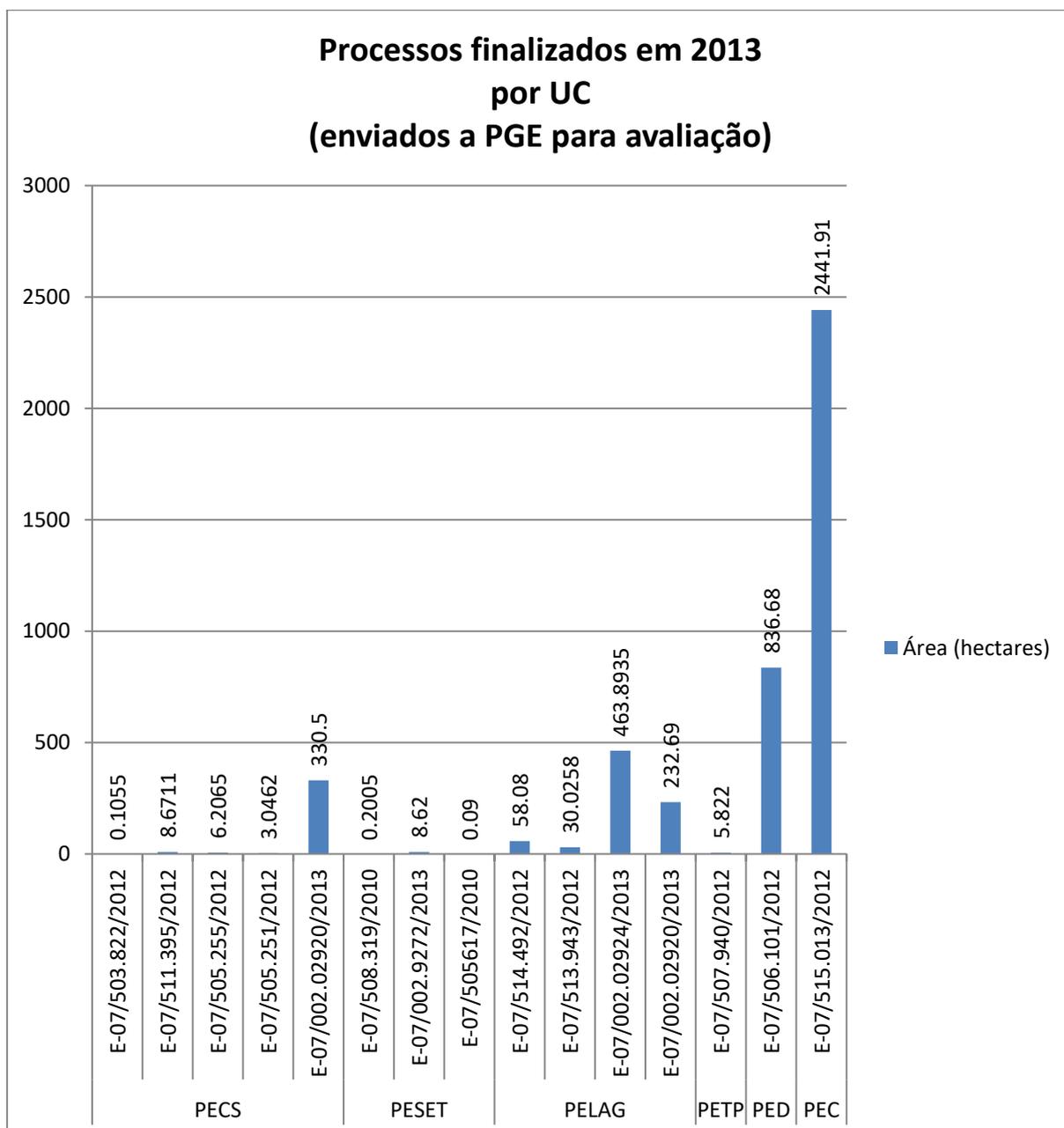


Figura 30. Processos encaminhados a Assessoria de Perícias, Cálculo e Avaliações (APCA) da PGE

- Nas Figuras a seguir pode ser observada a situação atual das áreas regularizadas (posse ou propriedade do INEA) por unidade de conservação, assim como o percentual regularizado por UC.

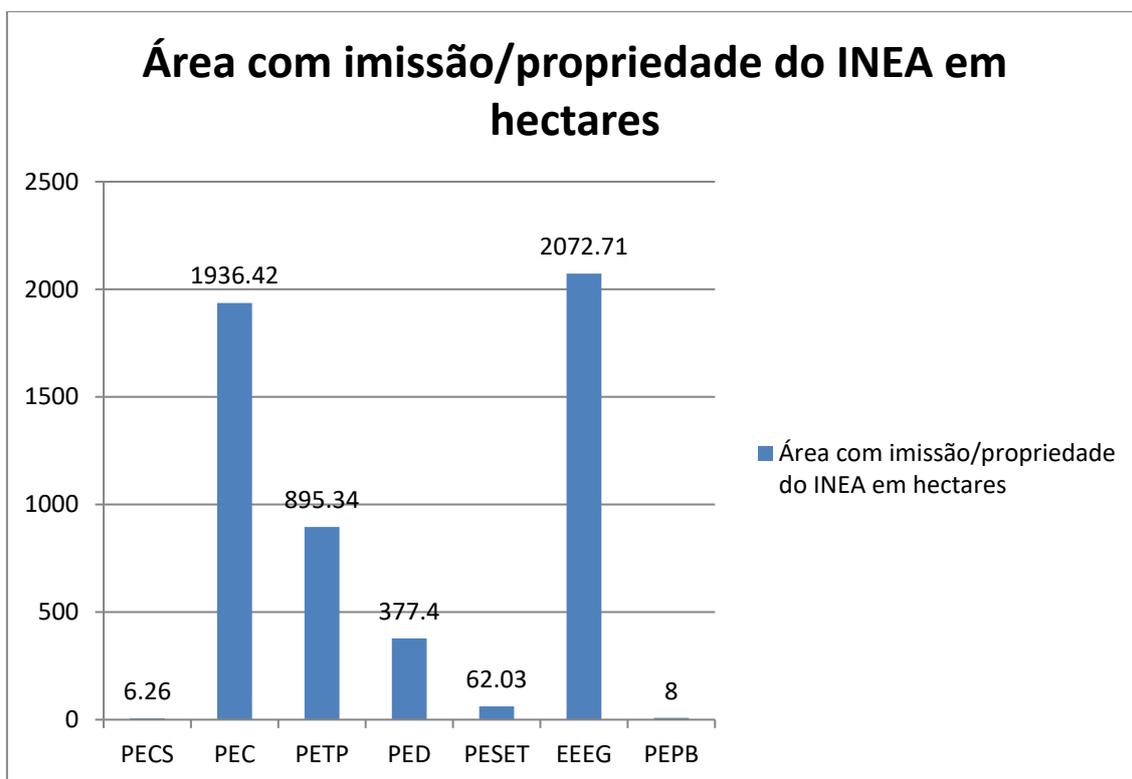


Figura 31. Área por UC de propriedade do INEA

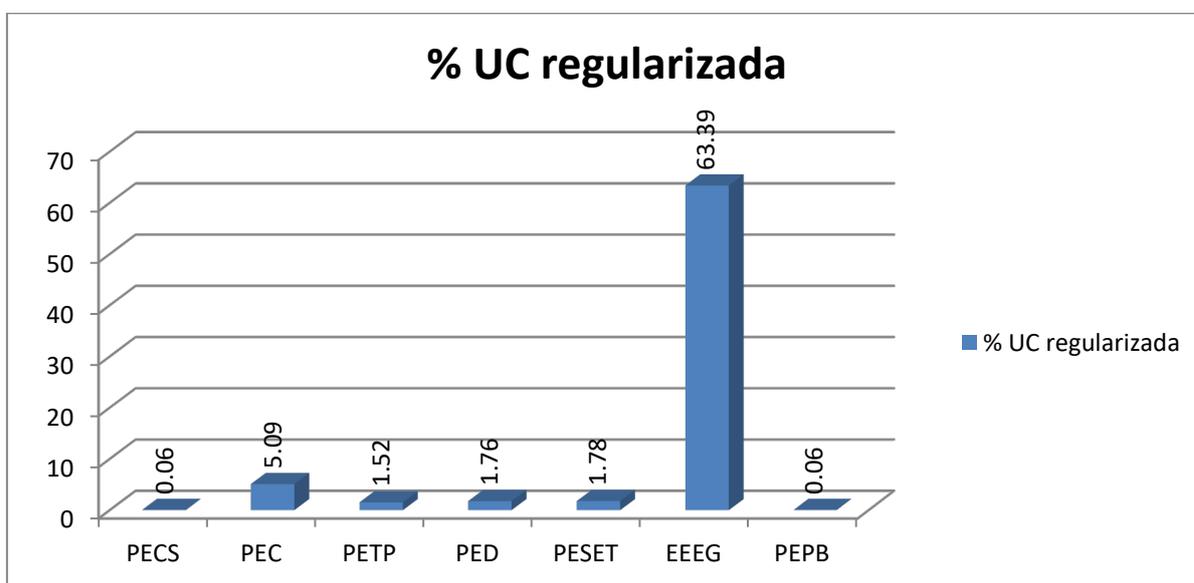


Figura 32. Percentual de área regularizada por UC

Medida Compensatória - Regularização Fundiária de 2009 até 2013

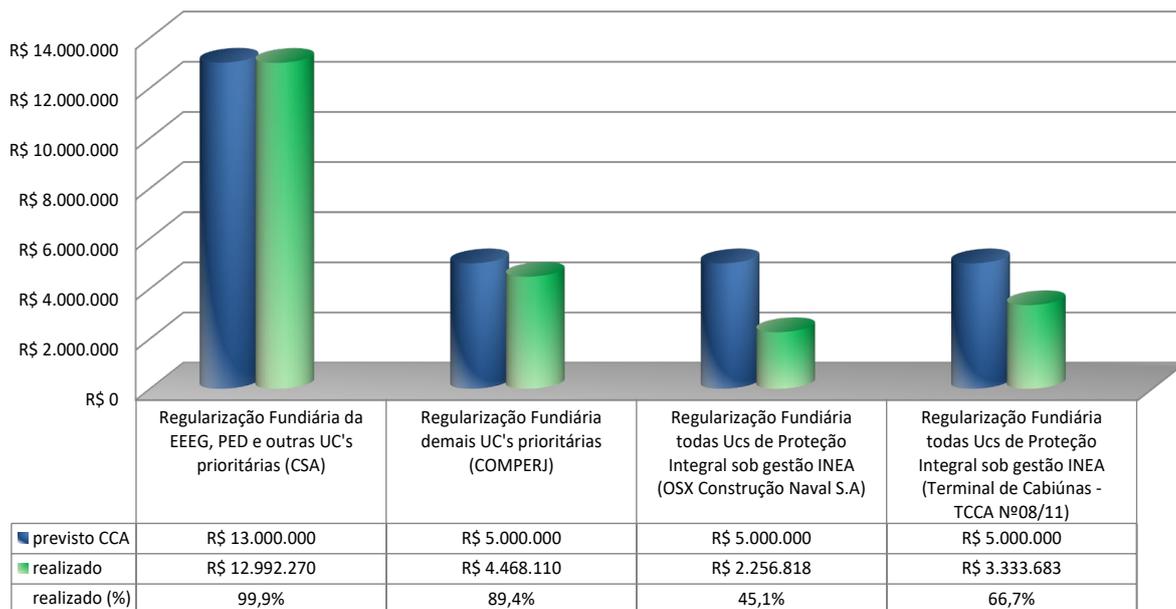


Figura 33. Medida compensatória – Regularização fundiária de 2009 a 2013.

1.5.1.4. Recuperação florestal

COMBIO:

- No ano de 2013 foi realizado o acompanhamento do projeto de reflorestamento e enriquecimento da RPPN Reserva Ecológica de Guapiaçu, com área total de implantação de 99,8 hectares, localizada no município de Cachoeiras de Macacu. Tal projeto foi objeto de aprovação no ano 2012 e está em fase de execução e conseqüentemente acompanhamento por parte deste Serviço.

GESEF:

- Atualmente a GESEF acompanha um quantitativo de aproximadamente 1.882,79 hectares de áreas já implantadas dentre um total de 9.091,70 hectares previstos, conforme a Tabela 5.

Projeto/empresa	Motivação	Área de reflorestamento (ha)
IBIO/PETROBRAS/Poço Tupi	Condicionante de licença ambiental	204,00
INEA/IBIO/BNDES	Edital BNDES	160,00
COMPERJ	ASV e condicionante de licença ambiental	5.004,3
Porto do Açu	ASV	1.929,40
Arco Metropolitano	ASV e condicionante de licença ambiental	800
TKCSA	ASV	98,07
GASDUC III/GASJAP/ ECOMP	ASV	266,18
TKCSA (PEPB – SMAC)	Condicionante de licença ambiental	164,31
Recomposição de RL (diversos)	RL	465,44
TOTAL		9.091,70

Tabela 5. Áreas acompanhadas pela GESEF.

- A Gerência do Serviço Florestal também apoia a Vice-Presidência do INEA na concepção e implantação do Projeto Jogos Limpos, que visa neutralizar emissões de carbono das Olimpíadas de 2016. Os técnicos da GESEF atuam no projeto participando de reuniões e visitas técnicas, além de contribuir no acompanhamento dos serviços já contratados para a elaboração do Banco de Áreas.

1.5.1.5. Combate a incêndios florestais

GEPRO:

Na Tabela 6 estão listadas as áreas atingidas por incêndios em Unidades de Conservação em 2012

UCS	Dentro da UC	Fora da UC	Total de incêndios	Área queimada (ha)
PEPB	14	0	0	41,02
PESET	0	0	10	5,82
RBG	0	0	4	29,72
RBA	0	0	0	0
PETP	0	0	2	5
PED	0	0	0	0
PEC	0	0	0	0
PEIG	0	0	0	0
REJ	0	0	0	0
PESC	0	0	0	0
EEEG	0	0	0	0
PECS	1	0	20	7,02
PELAG	0	0	1	0,1
PEPS	0	0	0	0
TOTAL	15	0	37	88,68

Tabela 6. Áreas atingidas por incêndios em 2012.

Na Tabela 7 estão listadas as áreas atingidas por incêndios em Unidades de Conservação em 2013

UCS	Dentro da UC	Fora da UC	Total de incêndios	Área queimada (ha)
PEPB	27	3	33	544,73
PESET	1	3	4	0,114
RBG	3	4	7	0,485
RBA	0	1	1	20
PETP	8	0	8	87
PED	0	1	1	0
PEC	0	1	1	1
PEIG	0	0	0	0
REJ	0	0	0	0
PESC	0	0	0	0
EEEG	0	0	0	0
PECS	8	1	10	33,354
PELAG	1	0	1	0,1
PEPS	1	1	2	11
TOTAL	49	15	68	697,783

Tabela 7. Áreas atingidas por incêndios em 2013.

GEUSO:

Na Tabela 8 pode ser visualizado o quantitativo de ações da gerência no combate a incêndios florestais em 2013.

APA	Notificações preventivas de incêndios
APA DE TAMOIOS	00 (Jul/ Dez)
APA MACAÉ DE CIMA	261 (Jan/ Dez)
APA MASSAMBABA	29 (Jan/ Dez)
APA MARICÁ	00 (Mai/ Dez)
APA GERICINÓ/MENDANHA	00 (Jan/ Abr)
APA DA SERRA DE SAPIATIBA	00 (Jan/ Dez)
APA PAU BRASIL	00 (Jan/ Dez)
APA SEPETIBA II	00 (Jan/ Dez)
APA DO RIO GUANDU	00 (Jan/ Dez)
APA MACACU	00 (Jul/ Dez)

Tabela 8. Ações da GEUSO no combate a incêndios florestais em 2013.

1.5.1.6. Banco Estadual de Sementes e Hortos Florestais

GESEF:

- O Serviço de Sementes e Mudanças Florestais – SESEM tem como atribuições o gerenciamento do Banco Estadual de Sementes Florestais e dos Hortos Florestais estaduais, promovendo a dinamização da cadeia produtiva de sementes e mudas florestais no Estado.
- A produção de sementes e mudas pelo INEA visa atender aos programas e projetos institucionais e particulares de recomposição florestal, fomentar o reflorestamento por pequenos proprietários rurais e subsidiar o atendimento de condicionantes das licenças ambientais, além de fornecer mudas para eventos e projetos de órgãos públicos, escolas, universidades e prefeituras conveniadas, mediante vendas e doações.
- As tabelas abaixo apresentam o quantitativo total de mudas produzidas, vendidas e doadas por unidade de produção, bem como o total arrecado nos últimos dois anos (2012 e 2013).

2012				
Unidade de Produção	Produção	Venda	Doação	Arrecadação
Horto Central Florestal Santos Lima	65.080	18.829	5.065	18.628,50
Horto Florestal de São Sebastião do Alto	117.399	22.830	41.800	13.153,05
Horto Florestal de Trajano de Moraes	85.001	17.493	14.719	4.282,00
Horto Florestal de Cantagalo	25.685	5.685	2.000	12.332,00
Horto Florestal de Guaratiba	26.226	354	5.577	234,00
TOTAL	319.391	65.191	69.161	48.629,55

Tabela 9. Produção, venda, doação e arrecadação nos Hortos Florestais do INEA em 2012.

2013				
Unidade de Produção	Produção	Venda	Doação	Arrecadação
Horto Central Florestal Santos Lima	54.384	40.431	16.001	26.457,90
Horto Florestal de São Sebastião do Alto	102.660	34.016	69.891	18.544,85
Horto Florestal de Trajano de Moraes	118.686	64.933	17.327	39.581,20
Horto Florestal de Cantagalo	31.505	6.891	20.000	4.311,10
Horto Florestal de Guaratiba	35.469	934	10.679	1.229,50
TOTAL	342.704	147.205	133.898	90.124,55

Tabela 10. Produção, venda, doação e arrecadação nos Hortos Florestais do INEA em 2013

A tabela 11 apresenta o quantitativo de mudas produzidas nos anos de 2012 e 2013 por categoria (espécies nativas, exóticas, frutíferas, palmeiras e ornamentais). Analisando-se a tabela verifica-se que a maior parte das espécies produzidas nos Hortos Florestais do INEA é nativa da Mata Atlântica, seguida por espécies exóticas, sobretudo de eucalipto, os quais em sua maioria são doados aos pequenos produtores rurais da região, visando o suprimento de madeira para utilização nos próprios imóveis rurais.

ANO	2012	2013	TOTAL
Árvores nativas	207.853	191.709	399.562
Árvores exóticas	54.483	71.245	125.728
Frutíferas nativas	21.290	32.688	53.978
Frutíferas exóticas	12.861	19.595	32.456
Palmeiras nativas	6.722	15.532	22.254
Palmeiras exóticas	9.346	4.961	14.307
Ornamentais	6.836	6.974	13.810
Total	319.391	342.704	662.095

Tabela 11. Produção de mudas nos Hortos Florestais do INEA em 2012 e 2013 por categorias de espécies.

Efetuando-se um comparativo do total de mudas produzidas nos 05 Hortos Florestais do INEA nos últimos 3 (três) anos (2011, 2012 e 2013), verifica-se um aumento expressivo na produção (Figura 34).

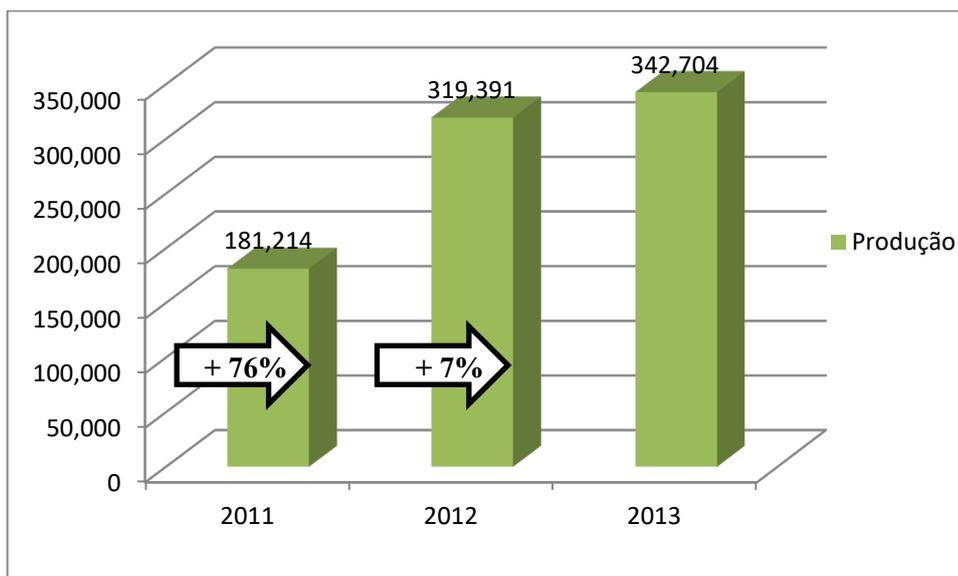


Figura 34. Quantitativo de mudas produzidas entre o período de 2011 a 2013 nos Hortos Florestais do INEA.

Assim como na produção constatou-se um acréscimo no número de mudas vendidas e doadas nos últimos dois anos:

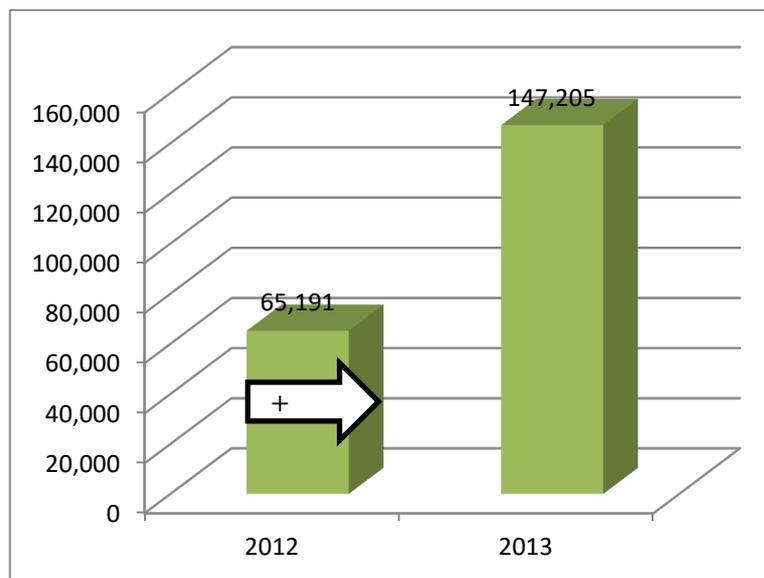


Figura 35. Quantitativo de mudas vendidas nos últimos dois anos (2012 e 2013).

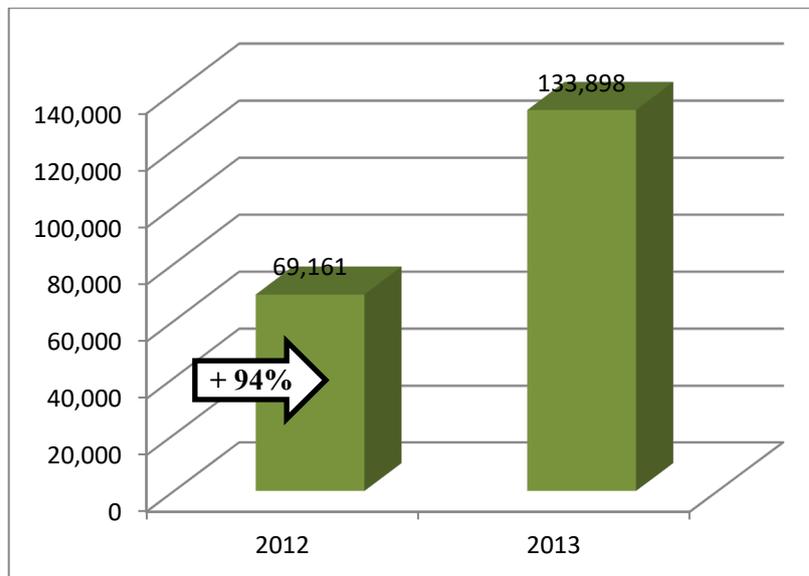


Figura 36. Quantitativo de mudas doadas nos últimos dois anos (2012 e 2013).

- O Banco Estadual de Sementes Florestais do INEA tem como objetivo principal a produção de sementes de espécies florestais nativas promovendo ações de coleta, beneficiamento, armazenamento e distribuição de sementes. Além disso, tem a função de identificar as áreas de coleta de sementes, registrar as matrizes e implantar pomares para obtenção de sementes florestais de elevada qualidade genética, física e fisiológica, visando à sustentabilidade do setor a médio e longo prazo.
- Analisando-se as Figuras, observa-se um aumento progressivo no quantitativo de sementes coletadas e beneficiadas.

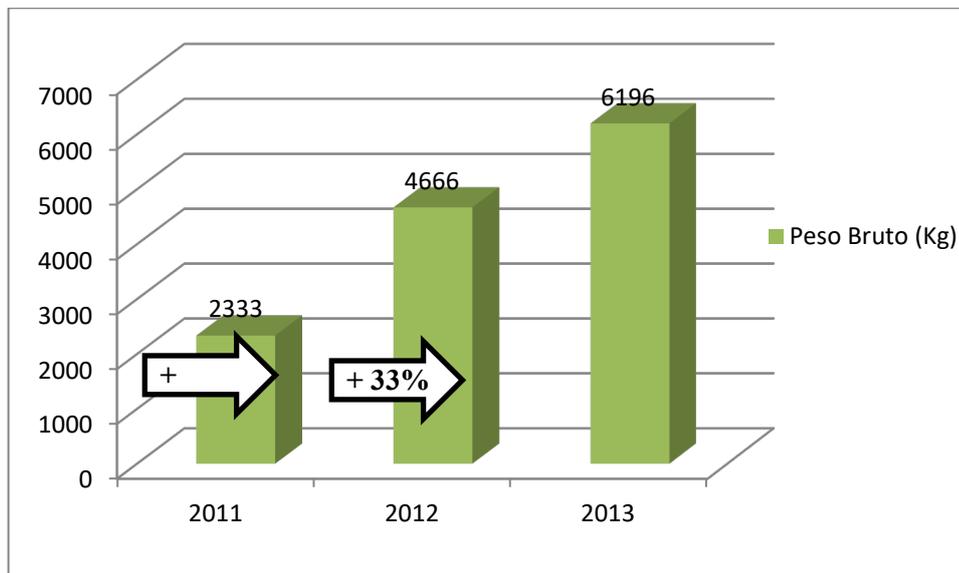


Figura 37. Quantitativo de sementes coletadas entre o período de 2011 a 2013 (peso bruto).

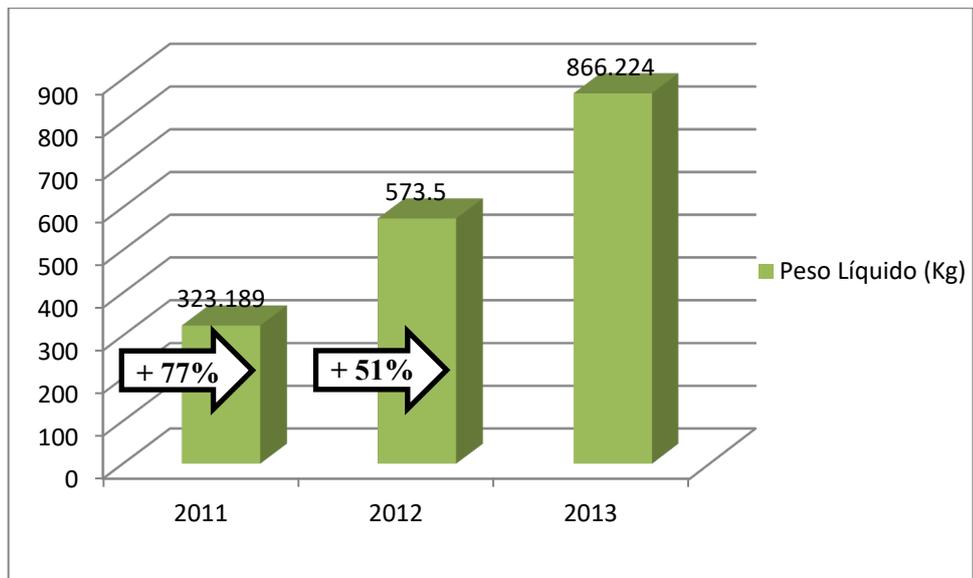


Figura 38. Cuantitativo de semillas beneficiadas entre el período de 2011 a 2013 (peso líquido).

1.5.1.7. Projetos de conservação da biodiversidade

GEFAU:

- Reforma do Centro de Estudos e Manejo de Animais Silvestres – CEMEAS, do município do Rio de Janeiro, com verba do FECAM. Projeto aguardando a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre município e INEA para início das obras.

1.5.1.8. Apoio à produção científica

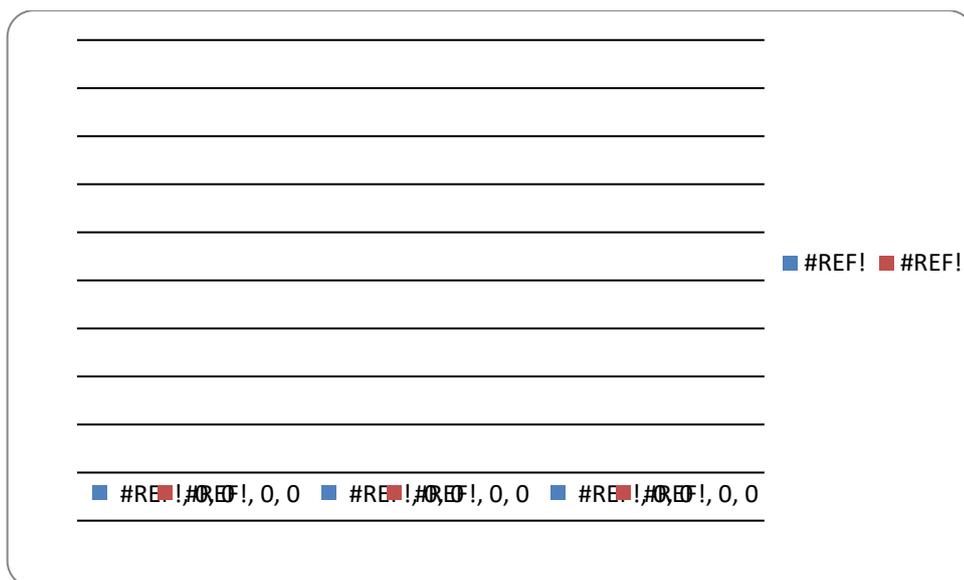


Figura 39. Evolução da quantidade de pesquisas realizadas nas unidades de conservação nos últimos 3 anos.



Figura 40. Distribuição do quantitativo de pesquisas por área de conhecimento em 2013.

Descrição de demais atividades de apoio à produção de conteúdo científico

No ano de 2013, o Serviço de Planejamento e Pesquisa (SEPES), ligado à GEPRO, realizou as seguintes atividades relacionadas ao apoio à produção científica:

- Cadastro de 50 novos projetos de pesquisa científica nas unidades de conservação administradas pelo INEA, além de 39 aditivos às pesquisas previamente existentes;
- 02 (dois) Encontros Científicos, sendo um na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba e outro no Parque Estadual da Costa do Sol, cujos anais encontram-se disponíveis no Portal do INEA;
- Capacitação dos Guarda-Parques para sua atuação nas atividades referentes à pesquisa científica nas UCs;
- Elaboração, junto à GEOPEA/DIMFIS, do projeto “Implantação do componente Biota do Banco de Dados Espaciais – INEA (BDE-INEA) – Módulo 3”, já aprovado pela CCA
- Orientação de Monografia de Graduação da bióloga Mariana Alves Rizo, intitulada “O atual estado de conhecimento da anurofauna da Ilha Grande, Angra dos Reis – RJ”.

1.5.1.9. Monitoramento dos indicadores de desempenho

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Índice de área protegida que será aplicado apenas às Unidades de Conservação Estaduais distribuída segundo a metodologia e critérios do ICMS Ecológico	2,17	2,19	2,23
Recursos executados nos Projetos INEA, provenientes das compensações ambientais	N.D.	20.000.000,00	29.884.655,19
Área total, referente aos processos expropriatórios enviados à PGE para avaliação, visando à regularização fundiária de unidades de conservação de proteção integral estaduais	N.D.	4.000 ha	4.442,52 ha
Implantação de 12 viveiros para primatas no CPRJ para dar suporte ao projeto de remoção dos micos-leões-da-cara-dourada capturados em Niterói	N.D.	12 etapas	9 etapas
Quantidade de sementes coletadas e beneficiadas	N.D.	717Kg	866Kg

Tabela 24: Indicadores de desempenho – GEFAU

1.5.1.10. Projeção de Resultados para o próximo exercício

COMBIO:

- Reconhecer 500 hectares na forma de RPPN no território do Estado do Rio de Janeiro;
- Realizar um (01) Encontro Científico de RPPN;
- Aprovar 10 áreas de Reserva Legal.

GEPRO:

- Realização de 02 encontros científicos em unidades de conservação de proteção integral.

GEUSO:

- Término da construção dos viveiros para alocação dos mico-leões-da-cara-dourada no Centro de Primatologia do Rio de Janeiro.

GESEF:

- A GESEF pretende em 2014 no âmbito do Serviço de Sementes e Mudanças Florestais – SESEM avançar no número de matrizes georreferenciadas e marcadas, visando ampliar a quantidade e diversidade de sementes florestais coletadas. Assim, será estabelecida como meta para este serviço o georreferenciamento e marcação de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) matrizes de espécies florestais nativas da Mata Atlântica;
- Por meio de uma medida compensatória da Petrobrás decorrente da implantação do Gasoduto Cabiúnas-REDUC (GASDUC III) a GESEF irá neste ano de 2014 reestruturar o Horto Estadual de Guaratiba, onde serão realizadas ações de reestruturação das áreas de produção (canteiros), construção de um galpão de serviços e reforma da sede existente.

GEFAU:

- Implantação e início da gestão do Sistema de Criação Amadorista de Passeriformes – SISPASS (Instrução Normativa Ibama nº 10 de 2011) no âmbito estadual, com o atendimento das demandas encaminhadas pelos interessados, em conformidade com o cronograma estabelecido pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2013 entre IBAMA e INEA; e
- Análise técnica para a emissão de autorizações para o funcionamento de empreendimentos das categorias de uso e manejo de animais silvestres (Instrução Normativa IBAMA nº 169 de 2008) no âmbito estadual, em conformidade com o cronograma estabelecido pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 24/2013 entre IBAMA e INEA.

1.5.2. DIGAT

Duas unidades da DIGAT se dedicam ao tema: a GEGET e sobretudo a Coordenadoria de Planejamento e Projetos Estratégicos (COPPE).

1.5.2.1. Estudos, projetos e obras de engenharia e gestão de risco realizados (COPPE)

Projeto em execução:

PROJETO DE MITIGAÇÃO: Atualização e Complementação do Projeto de Recuperação da Infraestrutura Hídrica da Baixada Campista nos Municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro

- Situação: Contratado INEA.
- Empresa: COPPETEC
- Conclusão prevista: março de 2014.

Elaboração de estudos e projetos básicos de obras de controle de cheias para a recuperação dos sistemas dos canais São Bento, Macaé-Campos e Vigário que visam buscar soluções para os conflitos pelo uso da água e, com isso, aumentar a disponibilidade hídrica e auxiliar o desenvolvimento socioeconômico da região. Os estudos e projetos são desenvolvidos focando prioritariamente a rede de macrodrenagem local, através da implementação de um modelo de gestão da infraestrutura hídrica existente de forma sustentável e compatível com os usos múltiplos.

Projetos licitados:

PROJETO DE MITIGAÇÃO: Projeto de Controle de Inundação da bacia do Rio das Ostras

- Situação: Licitado em: 21/11. Previsão de início: 01/2014.
- Empresa: COHIDRO
- Conclusão prevista: janeiro de 2015.
- Valor do projeto: R\$ 1.108.835,20 (R\$ 1.100.000,00 – FUNDRHI; R\$ 8.835,20 - FECAM).

Elaboração de estudos e projetos básicos de engenharia que visam mitigar enchentes no município de Rio das Ostras, subsidiando a futura implantação de algumas intervenções corretivas e preventivas que proporcionem a minimização do risco de inundações, a melhoria de qualidade de vida e saúde da população e a proteção e restauração da integridade ecológica das margens e dos principais cursos hídricos abordados, a saber, canal do Medeiros, rio das Ostras, rio Jundiá e lagoa do Iriri.

PROJETO DE PLANEJAMENTO: Estudo sobre o Transporte de Sedimentos e a Extração de Areia no Trecho Baixo do Rio Paraíba do Sul

- Situação: Licitado em: 18/11/2014. Previsão de início: 02/2014.
- Empresa: SHAW Meio Ambiente e Infraestrutura
- Conclusão prevista: agosto de 2016.
- Valor do contrato: R\$ 839.421,33 (R\$ 209.855,33 – FECAM; R\$ 629.566,00 AGEVAP, contrato de transferência entre AGEVAP/INEA/CAIXA).

Elaboração de estudos e projetos de engenharia que visam quantificar o transporte de sedimentos no trecho baixo do rio Paraíba do Sul entre a cidade de Itaocara e a sua foz, no Oceano Atlântico; avaliar as causas e condições existentes quanto à erosão e assoreamento da calha fluvial nesse trecho do rio;

identificar os locais mais adequados para dragagem e extração de areia, de modo a maximizar os benefícios e minimizar os impactos provocados por essas atividades, considerando as alterações previstas da calha fluvial; e identificar a necessidade de atividades de monitoramento a serem recomendadas como condicionantes nos processos de licenciamento para extração de areia no trecho fluvial em estudo.

Projetos em fase de licitação:

PROJETO DE PLANEJAMENTO: Instalação e Operação de Estações Hidrometeorológicas

- Situação: Licitação marcada para 06/01/2014. Previsão de início: 03/2014
- Conclusão prevista: agosto de 2014.
- Valor do edital: R\$ 704.666,16 (FECAM).

Realização de serviços de instalações de equipamentos, de operação e de manutenção das estações componentes da rede de monitoramento hidrometeorológico básica do INEA, incluindo, otimizações operacionais, com a instalação de equipamentos que tornem telemétricas 16 estações. Serão executados, portanto, serviços de campo que consistirão na relocação de estações que não estejam operando adequadamente em função de características adversas locais; readequação de algumas estações, as quais ainda não são telemétricas, de forma a inclui-las nesta categoria; instalação e reposição de instrumentos danificados ou indisponíveis; manutenção e operação de estações.

PROJETO DE PLANEJAMENTO: Execução de Serviços de Perfilamento Lidar e Sobrevoos Fotogramétrico em Regiões de Interesse das Bacias dos Rios Guapimirim, Macacu e dos Municípios de Magé, Macaé e Rio das Ostras

- Situação: Licitação marcada para 13/01/2014. Previsão de início: 03/2014.
- Conclusão prevista: agosto de 2014.
- Valor do projeto: R\$ 705.641,80 (R\$ 347.033,20 – FUNDRIH; R\$ 258.608,60 – FECAM; R\$ 100.000,00 – Convênio de Repasse nº 05/2013 entre o INEA e o IFCI).

Execução de perfilamento LIDAR e sobrevoos fotogramétrico cuja finalidade é a geração dos Modelos Digitais de Superfície (MDS), Modelos Digitais de Terreno (MDT) e ortofotos digitais nas regiões de interesse localizadas dentro das Regiões Hidrográficas V e VIII, Baía de Guanabara; Macaé e das Ostras, respectivamente, de forma a subsidiar, em tais locais, estudos de prevenção, controle e mitigação das inundações.

PROJETO DE MITIGAÇÃO: Projeto Macro Drenagem para os rios Mambucaba, Japuíba, Perequê e Bracuí (Angra dos Reis)

- Situação: Licitação marcada para 08/01/2014. Previsão de início: 03/2014.
- Conclusão prevista: março de 2015.
- Valor do contrato: R\$ 1.204.771,25 (FECAM).

Elaboração de estudos e projetos básicos de engenharia que visam mitigar enchentes no município de Angra dos Reis, subsidiando a futura implantação de algumas intervenções corretivas e preventivas nos rios Mambucaba, Japuíba, Perequê e Bracuí, de forma a minimizar o risco de inundações, melhorar a saúde e a qualidade de vida da população local, além de proteger e restaurar a integridade ecológica dos cursos hídricos supracitados e de suas margens.

PROJETO DE MITIGAÇÃO: Projeto Estratégico de Prevenção e Mitigação do Risco de Inundações para as Bacias dos Rios Guapimirim, Macacu e do Município de Magé (Magé, Guapimirim e Cachoeira do Macacu)

- Situação: Licitação marcada para 13/02/2014. Previsão de início: 03/2014.
- Conclusão prevista: agosto de 2015.
- Valor do edital: R\$ 1.405.516,63 (FECAM)

Elaboração de estudos e projetos básicos de engenharia que visam promover a integração de diversas políticas públicas setoriais e definir um conjunto de alternativas de medidas e ações para prevenção e mitigação das inundações em âmbito local, municipal e regional, adotando como unidade de planejamento e gestão a bacia hidrográfica. Como objetivos mais específicos, tem-se a identificação das principais áreas susceptíveis às inundações a partir de mapeamento topográfico e informações secundárias; elaboração dos mapas de susceptibilidade, vulnerabilidade, perigo e risco às inundações da área de estudo; análise e proposição de revisões dos Planos Diretores Municipais e demais instrumentos de ordenamento territorial; proposição de medidas estruturais e estruturantes para prevenção e mitigação de riscos nas áreas inundáveis; criação de banco de dados georreferenciados, contendo as intervenções já implementadas, propostas e em execução, integrando todas as ações do Governo de Estado e municípios voltadas à mitigação e prevenção de riscos às inundações.

Projetos aprovados no FECAM:

Projetos aprovados e em fase de elaboração do Termo de Referência, Orçamento e respectivo edital para licitação.

DELIBERAÇÃO DO FECAM	PROJETO
nº 307 de 06 de fevereiro de 2013	"Projeto de desobstrução e estabilização da barra do rio do saco, Mangaratiba-rj"
nº 314 de 19 de novembro de 2013	"Projeto de macrodrenagem do rio Piabanha nas localidades de Correas e Nogueira (Petrópolis)"
nº 314 de 19 de novembro de 2013	"Projeto de macrodrenagem no rio Quitandinha, ao longo da Avenida Coronel Veiga (Petrópolis)"

Tabela 25: Projetos Aprovados no FECAM

Ao longo do ano de 2013, foi realizada uma cooperação entre a Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o desenvolvimento –AECID junto a este instituto.

Em fevereiro de 2013 realizou-se uma missão exploratória em alguns municípios da Baixada Fluminense e Região Serrana. Neste ocasião, que contou a presença de técnicos do Inea e Espanhóis, pode-se apresentar a realidade Fluminense visando prover elementos técnicos suficientes para realização do Workshop “Análise, prevenção e mitigação de riscos hidrológicos”. Já em maio de 2013, no auditório do INEA, realizou-se o Workshop “Análise, prevenção e mitigação de riscos hidrológicos”, cujo objetivo foi o intercâmbio técnico-científico entre as instituições participantes (espanholas e Inea), de modo a aprimorar as ações de prevenção e mitigação de inundações desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro a partir do conhecimento das boas práticas existentes na Espanha e Europa.

No mês de novembro de 2013, foi realizado o curso do IBER2D, dirigido as necessidade do INEA. Aplicando o modelo para casos práticos no Estado do Rio de Janeiro (zoneamento de inundações e transporte de sedimentos). Com o objetivo de conhecer melhor as potencialidades e funcionalidades do IBER2D. E, no mês de dezembro de 2013 um grupo de 7 técnicos do Inea viajou a Espanha para realizar visitas técnicas a Agência Catalã de Águas (ACA), a Confederação Hidrográfica de Júcar (CHJ), a Universidade Politécnica da Catalunha (UPC) e Centro de Estudos e Experimentações de Obras Públicas (CEDEX). A vista teve como objetivo aprofundar o conhecimento das técnicas e metodologias Avaliação Preliminar de Risco (APRI) e Mapeamento de Perigo e Risco de Inundações (MAPRI), além de complementação dos estudos das técnicas de avaliação e mapeamento de perigo e riscos de inundações, utilizando o software IBER 2D.

Observa-se que desde o início de 2013 vem sendo evoluído o conceito de inundações, foram realizadas, além das atividades da cooperação Brasil-Espanha citadas anteriormente, diversas reuniões com o banco mundial para tratar sobre a temática, e uma vasta revisão bibliográfica sobre o tema. A partir dessa revisão e desses encontros e reuniões foi elaborada a meta prevista, que é a “Concepção de uma metodologia para determinação de áreas de risco de inundações gradual e brusca no Estado do Rio de Janeiro”.

1.5.2.2. Monitoramento dos indicadores de desempenho

COPPES

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Iniciar/Licitatar 3 Projetos	N.D.	3	2
Concepção de uma metodologia para determinação de áreas de risco de inundações gradual e brusca no Estado do Rio de Janeiro (em nº)	N.D.	1	1

Tabela 26: Indicadores de desempenho - COPPES

GEGET

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Capacitação das unidades do Inea para localização geográfica e realização da análise espacial de empreendimentos/atividades em fase de licenciamento ambiental.	N.D.	7	7
Proposta preliminar do ZEEC da RH I – Baía da Ilha Grande, a ser submetida para discussões públicas e posterior aprovação pelo GERJ – GEGET (#)	N.D.	80	100
...

Tabela 27: Indicadores de desempenho – GEGET

1.5.2.3. Projeção de resultados para o próximo exercício

Acompanhamento e fiscalização dos projetos que serão licitados em 2014

Projeto	Duração
“Projeto estratégico de prevenção e mitigação do risco de inundações para as bacias dos rios guapimirim, macacu e do município de magé”	18
"Execução de serviços de perfilamento lidar e sobrevoo fotogramétrico em regiões de interesse das bacias dos rios guapimirim, macacu e dos município de magé, macaé e rio das ostras"	5
"Projeto de regularização fundiária sustentável do rio paraíba do sul em volta redonda"	12
"Instalação e operação de estações hidrometeorológicas"	15
“Consultoria para estudo sobre o transporte de sedimentos e a extração de areia no trecho baixo do rio paraíba do sul”	30
“Estudos e projetos de macrodrenagem para mitigação de enchentes no município de rio das ostras”	12
“Estudos e projetos básicos p/ controle de inundações e recuperação ambiental dos rios mambucaba, japuíba, perequê e bracuí - angra dos reis"	12

Tabela 28: Acompanhamento e fiscalização dos projetos que serão licitados em 2014

1.5.3. DIRAM

1.5.3.1. Escopo das atividades envolvidas

A DIRAM tem como principal atividade a recuperação ambiental no estado do Rio de Janeiro, através da execução de obras nos corpos hídricos e suas margens.

Como escopo dessas obras estão incluídos a limpeza e/ou implantação de calhas adequadas ao controle de inundações, de vias marginais que possibilitem facilidade em manutenções futuras e de parques fluviais que preservarão áreas de inundação e de infiltração.

De forma a possibilitar a execução das obras a DIRAM executa e/ou acompanha todas as atividades correlatas como descrito a seguir:

- Elaboração de Projetos Básicos que permitam a contratação das obras;
- Elaboração de Termos de Referência para contratação de Projetos Básicos e Executivos;
- Solicitação e acompanhamento das Licenças Ambientais;
- Elaboração de Minuta de Edital e seus Anexos Técnicos;
- Solicitação à DIAFI de reserva de recursos e empenhos discriminando Fonte de Recursos, Natureza de Despesa e Plano de Trabalho;
- Realização de Visita Técnica para conhecimento dos licitantes;
- Acompanhamento e análise de Propostas Técnicas solicitadas nas licitações;
- Acompanhamento de todos os procedimentos administrativos necessários para findar o procedimento licitatório, possibilitando o início da elaboração de projetos e execução de obras e serviços contratados;
- Fiscalização dos projetos, obras e serviços contratados;
- Atendimento às solicitações dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, Tribunais de Contas do Estado e da União;
- Realização de Vistorias Técnicas em corpos hídricos;
- Elaboração de Projetos e execução de Trabalhos Sociais e Socioambientais necessários como ações complementares em obras realizadas com recursos federais;
- Realocação de famílias residentes irregularmente nas margens dos rios recuperados;
- Acompanhamento da construção de unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para reassentamento de famílias ribeirinhas.

1.5.3.2. Gerenciamento de Contratos

Apresentamos a seguir a evolução dos contratos em 2013, discriminando os que foram concluídos no exercício dos que permanecem em andamento.

O marco considerado para evolução é a liquidação das Programações de Desembolso (PDs) no exercício e nas planilhas também é possível verificar as fontes de recursos e as totalizações.

**FATURAMENTO 2013
OBRAS EM ANDAMENTO
INEA/DIRAM**

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
ADEQUAÇÃO DE PROJETO E COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DOS SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DOS ESGOTOS SANITÁRIOS PARA AS COMUNIDADES DE: ARAÇATIBA, PROVETÁ E SACO DO CÉU - ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS	ENGESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO S/C LTDA.	E-07/501.717/2012	15.757.959,70	FECAM (F04)	15.757.959,70	2.979.542,10
COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE INTERVENÇÃO - BACIAS DOS RIOS IGUAÇU, BOTAS E SARAPUÍ (23 VALÕES - 2ª ETAPA) – PAC 01 - 2ª SELEÇÃO	CONSÓRCIO RIOS DA BAIXADA II (CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A. E CONSTRUTORA OAS LTDA.)	E-07/509.529/2010	80.624.962,45	FECAM (F04)	10.358.135,74	6.727.735,23
				GOVERNO FEDERAL (F16)	70.266.826,71	22.977.856,53
COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESFAZIMENTO DE IMÓVEIS NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E BOM JARDIM	A S M CONTRUCOES LTDA.	E-07/506.138/2012	5.915.555,76	FECAM (F04)	5.915.555,76	2.551.893,51
COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESFAZIMENTO DE IMÓVEIS NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS	PROSPLAN OBRAS E SERVIÇOS LTDA.	E-07/506.139/2012	6.447.583,06	FECAM (F04)	6.447.583,06	2.190.938,67
COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESFAZIMENTO DE IMÓVEIS NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS - RJ	ARQHOS CONSTRUÇÕES LTDA.	E-07/506.136/2012	6.624.955,48	FECAM (F04)	6.624.955,48	4.704.184,21
DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NA BAIXADA FLUMINENSE – RIO DE JANEIRO	DRATEC - ENGENHARIA LTDA.	E-07/512.579/2012	10.043.108,04	FECAM (F04)	10.043.108,04	698.849,61
DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.	E-07/512.576/2012	19.427.303,53	FECAM (F04)	19.427.303,53	1.108.701,63
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL, PARA COMUNIDADES DAS OBRAS DE CONTROLE DE CHEIAS E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DE NOVA FRIBURGO, PETRÓPOLIS E TERESÓPOLIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	METRÓPOLIS PROJETOS URBANOS LTDA.	E-07/508.575/2012	4.020.726,34	FECAM (F04)	4.020.726,34	1.824.555,12
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETO EXECUTIVO E IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO IMBOAÇU - SÃO GONÇALO (PAC 1)	CONSTRUTURA NORBERTO ODEBRECHT BRASIL S/A.	E-07/506.671/2011	83.794.672,20	FECAM (F04)	7.497.405,27	2.626.163,35
				GOVERNO FEDERAL (F16)	76.297.266,93	25.608.691,61

Tabela 29: Gerenciamento de Contratos

**FATURAMENTO 2013
OBRAS EM ANDAMENTO
INEA/DIRAM**

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA PARA RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL, NO BAIRRO JARDIM GRAMACHO - DUQUE DE CAXIAS - RJ	AMBIENTAL ENG. E CONSULTORIA LTDA.	E-07/504.123/2012	1.726.311,90	FECAM (F04)	1.726.311,90	972.473,25
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DA OBRA DE FIXAÇÃO DA BARRA FRANCA DE SAQUAREMA	CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.	E-07/506.659/2012	51.876.103,42	FECAM (F04)	51.876.103,42	2.698.591,30
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E OBRAS DO CINTURÃO DE DRENAGEM E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA A PRAIA DE SEPETIBA	CONSTRUTORA RJL2 LTDA.	E-07/502.897/2012	9.482.000,00	DOCAS (F13)	9.482.000,00	613.114,87
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM, OBRAS HIDRÁULICAS E PARQUE FLUVIAL DOS RIOS SANTO ANTÔNIO, CUIABÁ E CARVÃO - PETRÓPOLIS (PAC 2 - 1ª SELEÇÃO)	COHIDRO CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA.	E-07/506.344/2012	1.651.103,19	GOVERNO FEDERAL (F16)	1.651.103,19	51.339,86
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA AS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO CÔRREGO D'ANTAS E RIO BENGALAS NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	ECOLOGUS ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	E-07/506.346/2012	4.312.123,08	GOVERNO FEDERAL (F16)	4.312.123,08	4.056.590,96
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA AS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS PRÍNCIPE, IMBUÍ E PAQUEQUER - TERESÓPOLIS (PAC 2 - 1ª SELEÇÃO)	COHIDRO CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA.	E-07/506.345/2012	4.594.831,43	GOVERNO FEDERAL (F16)	4.594.831,43	2.267.906,30
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS PRÍNCIPE, IMBUÍ E PAQUEQUER	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.	E-07/510.761/2012	160.316.556,72	GOVERNO FEDERAL (F16)	160.316.556,72	40.533.031,68
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO CÔRREGO D'ANTAS E RIO BENGALAS - NOVA FRIBURGO	CONSÓRCIO RIO BENGALAS (EIT ENGENHARIA S.A. E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.)	E-07/508.402/2012	194.449.531,25	GOVERNO FEDERAL (F16)	194.449.531,25	61.869.449,68
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS SANTO ANTÔNIO, CUIABÁ E CARVÃO - PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO VALE DO CUIABÁ (EIT ENGENHARIA S.A. E DRATEC ENGENHARIA LTDA.)	E-07/508.411/2012	58.969.726,66	GOVERNO FEDERAL (F16)	58.969.726,66	15.983.025,32
EXECUÇÃO DO DESASSOREAMENTO DA LAGOA DE PIRATININGA - NITERÓI	NORENGE CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA.	E-07/511.885/2011	4.039.729,66	FECAM (F04)	4.039.729,66	1.925.688,46

Tabela 30: Gerenciamento de Contratos

Documento do Acrobat - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

1 / 1 56,6%

Ferramentas Comentário

Fazer login

► Criar arquivos PDF

► Enviar arquivos

FATURAMENTO 2013 OBRAS EM ANDAMENTO INEA/DIRAM

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA PARA RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL, NO BARRIO JARDIM GRAMAACHO - DIQUE DE CAXIAS - RJ	AMBIENTAL ENG. E CONSULTORIA LTDA.	E-07/504.123/2012	1.726.311,90	FECAM (F04)	1.726.311,90	972.473,25
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DA OBRA DE FIXAÇÃO DA BARRA FRANCA DE INQUILIBRADA	CARIOCA ENGENHARIA S.A. CHRISTIAN-NIELSEN	E-07/506.659/2012	51.876.103,42	FECAM (F04)	51.876.103,42	2.698.591,30
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E OBRAS DO CINTURÃO DE DRENAGEM E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA A PRAIA DE SEPETIBA	CONSTRUTORA RULZ LTDA.	E-07/502.897/2012	9.482.000,00	DOCAS (F13)	9.482.000,00	613.114,87
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM, OBRAS HIDRÁULICAS E PARQUE FLUVIAL DOS RIOS SANTO ANTÔNIO, CUJABÁ E CARVÃO - PETRÓPOLIS (PAC 2 - 1ª SELEÇÃO)	COHIDRO CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA.	E-07/506.344/2012	1.651.103,19	GOVERNO FEDERAL (F16)	1.651.103,19	51.339,84
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA AS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO CORREGO D'ANTAS E RIO BENGALAS NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	ECOLOGUS ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	E-07/506.346/2012	4.312.123,08	GOVERNO FEDERAL (F16)	4.312.123,08	4.056.590,94
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA AS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS PRINCEPE, IMBUÉ E PAQUEDER - TERESÓPOLIS (PAC 2 - 1ª SELEÇÃO)	COHIDRO CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS LTDA.	E-07/506.345/2012	4.594.831,43	GOVERNO FEDERAL (F16)	4.594.831,43	2.267.906,30
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS PRINCEPE, IMBUÉ E PAQUEDER	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.	E-07/510.761/2012	160.316.556,72	GOVERNO FEDERAL (F16)	160.316.556,72	40.533.031,68
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO CORREGO D'ANTAS E RIO BENGALAS NOVA FRIBURGO	CONSÓRCIO RIO BENGALAS (EFT ENGENHARIA S.A. E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.)	E-07/508.402/2012	194.449.531,25	GOVERNO FEDERAL (F16)	194.449.531,25	61.869.449,68
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS SANTO ANTÔNIO, CUJABÁ E CARVÃO - PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO VALE DO CUJABÁ (EFT ENGENHARIA S.A. E DRATEC ENGENHARIA LTDA.)	E-07/508.411/2012	58.969.726,66	GOVERNO FEDERAL (F16)	58.969.726,66	15.983.025,32
EXECUÇÃO DO DEASSOREAMENTO DA LAGOA DE PRATININGA - NITERÓI	NORENGE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	E-07/511.885/2011	4.039.729,66	FECAM (F04)	4.039.729,66	1.925.688,44

PT 16:53 07/10/2014

Tabela 31: Gerenciamento de Contratos

Documento do Acrobat - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

1 / 1 56,6%

Ferramentas Comentário

Fazer login

► Criar arquivos PDF

► Enviar arquivos

FATURAMENTO 2013 OBRAS EM ANDAMENTO INEA/DIRAM

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DAS OBRAS - BACIA DOS RIOS IGUAÇU, BOTAS E SABARUJI (23 VALDÉS) - PAC 01 - 2ª SELEÇÃO	CONSÓRCIO SONDOTÉCNICA/PLANAVE II (SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A. E PLANAVE - ESTUDIOS E PROJETOS DE ENGENHARIA S.A.)	E-07/500.363/2011	7.101.336,51	FECAM (F04)	6.163.831,57	1.914.002,36
				GOVERNO FEDERAL (F16)	937.504,94	543.120,59
OBRAS DE CANALIZAÇÃO DE UM VALÃO ENTRE A RUA MARIANOARA E A AVENIDA IRMÃOS GUINLE, NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS	E-07/501.060/2012	2.466.163,90	FECAM (F04)	2.466.163,90	1.865.520,32
OBRAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE 21 BLOCOS TOTALIZANDO 252 UNH COM RESPECTIVAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO BARRIO VERMELHO BELFORD ROXO (23 VALDÉS) (PAC-1)	CONSTRUTORA PASSARELLI LTDA.	E-07/500.652/2012	17.491.232,04	FECAM (F04)	14.073.336,15	915.651,62
				GOVERNO FEDERAL (F16)	3.417.895,89	229.053,93
OPERAÇÃO ASSISTIDA E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS DAS VILAS MARINGÁ E MAROMBÁ NO MUNICÍPIO DE ITAIALA	SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S/A.	E-07/507.388/2012	933.785,07	FECAM (F04)	933.785,07	552.610,62
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA APOIO NO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE 21 BLOCOS, TOTALIZANDO 252 UNIDADES HABITACIONAIS, NA LOCALIDADE DE ENCHIMADA BARRIO VERMELHO, NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ RJ	HD PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.	E-07/506.526/2012	446.598,99	FECAM (F04)	446.598,99	62.010,23
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA APOIO NO TRABALHO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL NA COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES, URBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IRIBARA, BOTAS E SABARUJI (PROJETO IGUAÇU) PAC - 23 VALDÉS NA BARRADA FLUMINENSE ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CASA DA CULTURA - CENTRO DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DA BAIXADA FLUMINENSE	E-07/506.959/2011	1.663.115,25	FECAM (F04)	371.654,59	56.968,00
				GOVERNO FEDERAL (F16)	1.291.460,66	447.198,75
PROJETO BÁSICO DE REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO COMPLEXO LAGUNAR PIRATINGA/ITAPU, MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ	PROCONSULT ENGENHARIA PROJETOS LTDA.	E-07/002.10107/2013	1.754.824,71	FECAM (F04)	1.754.824,71	268.437,57

PT 16:55 07/10/2014

Tabela 32: Gerenciamento de Contratos

Documento do Acrobat - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

1 / 1 56,6%

Ferramentas Comentário

Fazer login

► Criar arquivos PDF

► Enviar arquivos

FATURAMENTO 2013 OBRAS EM ANDAMENTO INEA/DIRAM

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA APOIO AO INEA NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS DA DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRAM	CONSORCIO PCE - SONDOTÉCNICA (PCE-PROJETOS E CONSULTORIAS DE ENGENHARIA LTDA. E SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.)	E-07/511.081/2011	20.530.482,72	FECAM (F04)	20.530.482,72	9.989.398,92
SERVIÇOS DE DESAFIZAMENTO DE IMÓVEIS EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO DAS OBRAS DE DESAGUAMENTO DE PAVIMENTOS NA BARRAGEM FLUMINENSE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DAS ENGENHARIA LTDA.	E-07/510.343/2011	2.455.861,05	FECAM (F04)	2.455.861,05	723.025,09
SUPERVISÃO E APOIO TÉCNICO DO DESEMPENHO DAS OBRAS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO - (BACIA 25 - 5), NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	AMBIENTAL ENG. E CONSULTORIA LTDA.	E-07/503.672/2012	1.475.176,90	FECAM (F04)	1.475.176,90	229.720,52
SUPERVISÃO E APOIO TÉCNICO DO PROJETO EXECUTIVO E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, TERESÓPOLIS E NOVA FRIBURGO	CONSORCIO COBRAPE/ECOLOGUS (COBRAPE CIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS E ECOLOGUS ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.)	E-07/506.347/2012	11.479.211,48	FECAM (F04)	2.000.000,00	-
				GOVERNO FEDERAL (F16)	9.479.211,48	10.159.597,90
SUPERVISÃO E APOIO TÉCNICO DO PROJETO EXECUTIVO E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BARRAGEM DE IRIBARAJO, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	ARCADIS LOGOS S/A.	E-07/508.785/2011	2.725.689,38	FECAM (F04)	2.725.689,38	367.996,64
Total Geral					794.598.321,87	233.294.636,31

FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
FECAM (F04)	199.132.282,50	475.646.638,33
GOVERNO FEDERAL (F16)	9.479.211,48	184.716.963,11
DOCAS (F13)	9.482.000,00	613.114,87
Total por Fonte	794.598.321,87	233.294.636,31

PT 16:55 07/10/2014

Tabela 33 : Gerenciamento de Contratos

Documento do Acrobat - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

1 / 1 53%

Ferramentas Comentário

Fazer login

► Criar arquivos PDF

► Enviar arquivos

FATURAMENTO 2013 OBRAS EM CONCLUSÃO INEA/DIRAM

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FORTE	VALOR DO CONTRATO PÓS EXECUTE	TOTAL 2013
APÓIO AO INEA NA SUPERVISÃO DAS OBRAS DE INSTALAÇÃO DE CONTROLES DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NOS RIOS DO PONTO E CAPIVARI - SEME - DUCLE DE CAJAS	PLANAVE - ESTUDIOS E PROJETOS DE ENGENHARIA S.A.	E-07003.0280/2013	623.751,21	FECAM (F04)	623.751,21	500.186,60
APÓIO AO INEA NO GERENCIAMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPERVISÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CONÓRCIO COBA-SEPEN (COBA CONSULTORES DE ENGENHARIA AMBIENTE S.A. E SEPEN SERVIÇOS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA)	E-07508.769/2011	1.801.523,71	FECAM (F04)	1.801.523,71	1.508.468,63
APÓIO TÉCNICO NO PROGRAMA DE DESEMPENHAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BARRAGEM FLUMINENSE - PROJETO CAPIVARI	CONÓRCIO PLANAVE/SONOTÉCNICA (PLANAVE - ESTUDIOS E PROJETOS DE ENGENHARIA S.A. E SONOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.)	E-07502.855/2011	1.987.994,27	FECAM (F04)	1.987.994,27	322.063,99
CADEASTRAMENTO DE FAMÍLIAS E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS AS MARAVENS DOS RIOS CAPIVARI, DO PONTO E RESISTO - DISTRITO DE NOVA - OBRAS DE OBRAS	DMAD - INOVAÇÃO, SUSTENTABIL. E CONSULT. LTDA.	E-07002.0275/2013	610.892,22	FECAM (F04)	610.892,22	610.892,22
CONPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM REUNIÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL PARA ANÁLISE DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO DE CONTROLES DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DE PETRÓPOLIS, TERECÓPOLIS E NOVA FRIBURGO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	METROPOLIS PROJETOS URBANOS LTDA.	E-07508.548/2012	1.062.556,33	FECAM (F04)	1.062.556,33	623.702,50
CONSTITUIÇÃO DE 8 (OITO) BLOCOS DE APARTAMENTOS CONTIGUOS DE 144 (CATORZE) QUARTOS (QUATRO) UNIDADES HABITACIONAIS E RESPECTIVAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	SEMORE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	E-13/100.920/2007	2.813.699,38	FECAM (F04)	729.587,05	206.456,04
ELABORAÇÃO DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO AO POÇO DE ABASTECIMENTO - SILVA JARDIM	DAS ENGENHARIA LTDA.	E-07511.497/2011	2.466.814,26	FECAM (F04)	2.466.814,26	956.287,16
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA FASE DE CONTROLES DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NOS SANTOS ANTONIO, QUARÉ E CAPIVARI - MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - RJ	EIT ENGENHARIA S.A.	E-07508.000/12	5.103.127,01	FECAM (F04)	5.103.127,01	1.613.719,37
ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLES DE INUNDAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO RESISTO, SÃO PAULO, CAPIVARI E BACIA DO SARAQUILUNA - MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAJAS	SONOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.	E-07003.0281/2013	2.066.374,33	FECAM (F04)	2.066.374,33	2.066.374,33
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DE ACESSO VIÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE BILHAS METEOROLÓGICO - QUARÉ - RJ	DAS ENGENHARIA LTDA.	E-07508.856/2012	800.996,55	FECAM (F04)	800.996,55	402.289,00
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS EMERGENCIAIS (2ª FASE) DE CONTROLES DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS CURSOS D'ÁGUA E RIO BENGALAS NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RIO DE JANEIRO	CARCOA CHRISTIAN NIELSEN ENGENHARIA S.A.	E-07508.002/2012	7.346.874,80	FECAM (F04)	7.346.874,80	3.847.212,35

PT 16:56 07/10/2014

Tabela 34: Gerenciamento de Contratos

Documento do Acrobat - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Ferramentas Comentário

Fazer login

► Criar arquivos PDF

► Enviar arquivos

FATURAMENTO 2013 OBRAS EM CONCLUÍDAS INEA/DIRAM

PROGRAMAS E PROJETOS	EMPRESA CONTRATADA	Nº DO PROCESSO	VALOR DO CONTRATO	FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS EMERGENCIAS (2ª FASE) DE CONTROLE DE INUNDÇÕES, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS IBUBI, PAULISTEIRAS E PRINCEPE NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS - RJ	CARDOZA CHRISTIAN-NIELSEN ENGENHARIA S.A.; DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.	E-07/508.999/2012	4.844.945,06	FECAM (F04)	4.844.945,06	1.348.627,84
INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO PROJETO DO CONTROLE DE INUNDÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (LIGADU), BOFAS E SARAPUTI NA BARRADA FLUMINENSE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CONSORCIO RIOS DA BARRADA (CARDOZA CHRISTIAN-NIELSEN ENGENHARIA S.A.; CONSTRUTORA DAS LTDA. E DELTA CONSTRUÇÕES S.A.)	E-07/101.791/2007	237.141.076,78	FECAM (F04)	70.705.511,24	3.013.943,43
				GOVERNO FEDERAL (F36)	166.435.565,54	2.834.290,86
MODELAGEM HIDRODINÂMICA AMBIENTAL PARA PLANEJAMENTO NA LAGUNA DE PRAIAZINHA (ETAPAS II)	FUNDAÇÃO COPPETEC	E-07/502.498/2012	74.415,34	FECAM (F04)	74.415,34	74.415,34
OBRAS DE DESSASSAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NA BARRADA FLUMINENSE - PROJETO LIMPA RIOS	DAS ENGENHARIA LTDA.	E-07/501.854/2011	7.417.581,60	FECAM (F04)	7.417.581,60	2.251.764,97
OBRAS EMERGENCIAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS JAPUBÁ, BRACURY E CAUPITERA - ANGRA DOS REIS	VALLE SUL CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA.	E-07/002.5191/2013	4.902.742,98	FECAM (F04)	4.902.742,98	4.902.742,98
READEQUAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DA NOVA SEDE DO INEA PARA APROVAÇÃO LEGAL - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ	RUY RESENDE ARQUITETURA LTDA.	E-07/002.0152/2013	138.350,00	CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (F97)	138.350,00	138.350,00
REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DA VIA MARANHÃO DO RIO SARAPUI (DUAS ETAPAS) - RJ	AMBIENTAL ENG. E CONSULTORIA LTDA.	E-07/508.650/2010	530.078,06	FECAM (F04)	530.078,06	37.561,92
SUPERVISÃO E APOIO TÉCNICO DAS OBRAS EMERGENCIAS (2ª FASE) DE CONTROLE DE INUNDÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DE PETRÓPOLIS, TERESÓPOLIS E NOVA FRIBURGO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	ECECOLOGIA ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA.	E-07/508.998/12	1.398.223,19	FECAM (F04)	1.398.223,19	555.997,39
Total Geral					283.131.487,08	28.032.996,55

FONTE	VALOR DO CONTRATO POR FONTE	TOTAL 2013
FECAM (F04)	114.873.480,21	24.605.208,84
GOVERNO FEDERAL (F36)	166.519.647,87	3.209.438,51
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (F97)	138.350,00	138.350,00
Total por Fonte	283.531.478,08	28.032.996,55

420 x 297 mm

PT 16:57 07/10/2014

Tabela 35: Gerenciamento de Contratos

1.5.3.3. Projetos de drenagem, limpeza e/ou desassoreamento e proteção da margem de corpos hídricos e execução/recuperação de estruturas hidráulicas e obras de artes especiais.

O ano de 2013 foi marcado pelo início das obras de Controle de Inundação, Drenagem e Recuperação Ambiental na Região Serrana através do Projeto Rios da Serra, nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

Ações anteriores nos mesmos corpos hídricos destes municípios foram executadas emergencialmente, com recursos próprios - FECAM, de forma a minimizar os efeitos das chuvas de 2011 que atingiram severamente a região.

As obras foram iniciadas pela implantação das calhas dos rios definidas em projeto, com trechos de margens em solo ou protegidas por gabiões ou paredes de concreto. As intervenções acontecem nos rios Bengalas e D'Antas, em Nova Friburgo, Imbuí, Paquequer e Príncipe, em Teresópolis e Santo Antonio, Cuiabá e Carvão, no município de Petrópolis. No decorrer de 2014 e 2015 serão construídas estruturas de contenção de cheias, parques fluviais e ciclovias para recuperação do entorno.

Na Baixada Fluminense, o Projeto Iguaçu teve continuidade através da etapa denominada 23 Valões, onde foram escavadas áreas para reservação de águas pluviais na margem esquerda do rio Sarapuí, além da limpeza de valões afluentes.

Para garantir a eficiência dos polders, áreas de reservação, foram construídas três estruturas de comportas que disciplinam o escoamento das águas para o Sarapuí.

De forma a complementar o Projeto Iguaçu, permitindo o reassentamento das famílias que residem nas margens dos rios, foi retomada a construção do Conjunto Habitacional Barro Vermelho, em Belford Roxo, com 252 unidades distribuídas em 21 blocos.

Em São Gonçalo foram iniciadas as obras de controle de cheias e recuperação ambiental do rio Imboçu, com a execução de limpeza e implantação de calha definida em projeto, implantação de galeria e infraestrutura em via marginal.

Todas estas intervenções fazem parte dos programas desenvolvidos com o apoio do Governo Federal, com recursos garantidos através do PAC e atrelados a elas a DIRAM desenvolve Projetos de Trabalhos Técnicos Socioambientais e conta com o apoio de empresas especializadas para atuar junto à Fiscalização na supervisão das obras.

Com recursos exclusivamente do FECAM, ainda em apoio aos projetos da Serra e Iguaçu, foram contratadas empresas especificamente para atuar no cadastramento, avaliação e negociação do reassentamento das famílias que residem às margens dos rios e outras para executar a demolição dessas residências.

Também com recursos do FECAM, o Programa Limpa Rio realizou a manutenção e limpeza de diversos corpos hídricos em municípios da Baixada Fluminense e de outras regiões em todo o estado. Em Saquarema a DIRAM iniciou a obra de construção de um novo molhe de fixação da Barra Franca de Saquarema, que restabelecerá a ligação entre a Lagoa de Saquarema e o mar. Os estudos

necessários para elaboração do projeto executivo estão em andamento e as pedras em diferentes tamanhos começaram a ser estocadas e lançadas ao mar.

Em Piratininga encontra-se em andamento a primeira etapa do Programa de Revitalização da lagoa de Piratininga. Nesta etapa foram executados o desassoreamento parcial da lagoa e a recuperação das comportas que fazem a ligação desta com o túnel do Timbau.

Para execução da fase seguinte foi iniciada a elaboração de um projeto básico que propiciará uma ligação mais eficiente com a Lagoa de Itaipu, a continuidade do desassoreamento e a recuperação do entorno.

Por fim, concluindo as mais importantes ações da DIRAM em 2013, foi contratado um projeto de infraestrutura e urbanístico no bairro Jardim Gramacho, visando à recuperação e proteção ambiental do mesmo.

A contratação de projetos básicos tem por finalidade um estudo que permita atender às exigências de órgãos financiadores para liberação de recursos.

1.5.3.4. Projeto Rios da Serra;

FRIBURGO: ETAPA EMERGENCIAL



Figura 19: Projeto Rios da Serra – Friburgo: Etapa Emergencial – Córrego D’antas antes da execução de Colchão Reno



Figura 20: Projeto Rios da Serra – Friburgo: Etapa Emergencial – Córrego D’antas após a execução de Colchão Reno

FRIBURGO: EM ANDAMENTO



Figura 21: Friburgo: Em Andamento – Trecho do Rio Bengalas com execução da cortina atirantada em andamento

TERESÓPOLIS: ETAPA EMERGENCIAL



Figura 22: Teresópolis – Etapa Emergencial – Rio Príncipe antes da execução de serviços de proteção de talude e conformação de calha.



Figura 23 : Rio Príncipe após execução de serviços de proteção de talude e conformação de calha



Figura 24: Igreja da Posse logo após as chuvas de Janeiro de 2011



Figura 25: Igreja da Posse reformada



Figura 26: Execução de Gambião Manta e grama amada no rio Imbuí



Figura 27: Desassoreamento e limpeza das margens no rio Paquequer

PETRÓPOLIS: ETAPA EMERGENCIAL



Figura 28: Rio Piabanha antes da execução dos serviços de proteção de talude e conformação de calha



Figura 29: Rio Piabanha após da execução dos serviços de proteção de talude e conformação de calha

- PETRÓPOLIS: EM ANDAMENTO



Figura 30: Rio Cuiabá após execução do enrocamento e implantação da grama armada



Figura 31: Rio Santo Antônio após execução do enrocamento e implantação da grama armada

- PROJETO IGUAÇU

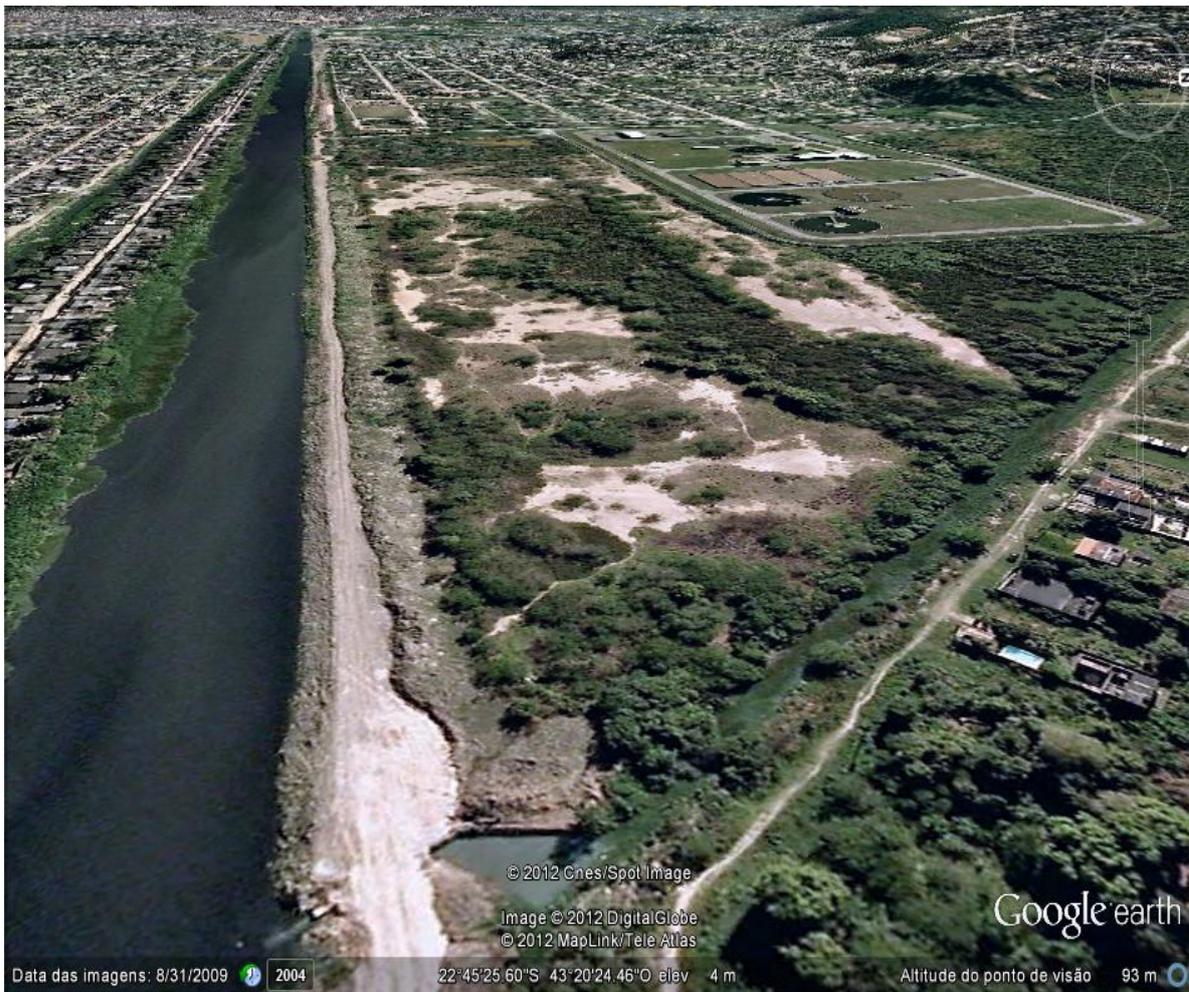


Figura 32: Rio Sarapuí - Antes das intervenções



Figura 33: Rio Sarapuí – Construção de polder em execução

▪ PROJETO RIOS DE SÃO GONÇALO



Figura 34: Rio Imboáçu em execução

PROGRAMA LIMPA RIO



Figura 35: Canal Gleba em Cachoeiras de Macacu antes das intervenções



Figura 36: Canal Gleba em Cachoeiras de Macacu após as intervenções



Figura 37: Rio Pavuna em Nilópolis antes das intervenções



Figura 38: Rio Pavuna em Nilópolis após as intervenções

1.5.3.5. Projetos de esgotamento sanitário

No decorrer de 2013 foram iniciadas/complementadas execuções de obras de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Belford Roxo, Angra dos Reis, Itatiaia, Rio de Janeiro e Maricá.

Em Belford Roxo e Rio de Janeiro, no bairro de Sepetiba, foram iniciadas complementações de redes de esgoto, que serão interligadas a sistemas existentes.

Em Itatiaia, especificamente nas Vilas de Maromba e Maringá foram complementadas intervenções implantadas anteriormente e feita a operação assistida das Estações de Tratamento, que serão entregues para operação pela municipalidade.

Em Angra dos Reis, nas Comunidades de Araçatiba e Provetá, em Ilha Grande, teve continuidade a complementação das obras dos sistemas de coleta e tratamento dos esgotos, com adequação dos projetos.

O município de Maricá está sendo contemplado com a implantação de um sistema de esgotamento sanitário que contará com ações conjuntas da SEA e da prefeitura, além das obras iniciadas pelo INEA/DIRAM. Estas obras serão interligadas, tanto para tratamento quanto para lançamento dos efluentes em emissário submarino.

- COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DOS SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DOS ESGOTOS EM ANGRA DOS REIS



Figura 39: Angra dos Reis – Linha substituída

1.5.3.6. Projetos de reassentamento familiar

Para execução das ações de recuperação ambiental dos corpos hídricos, prevenção e controle de inundações, são necessárias ações para realocação das famílias residentes nas áreas com risco de inundação o que garante a segurança da comunidade e a sustentabilidade das intervenções.

As ações para reassentamento de famílias ocorrem nos municípios atendidos pelos Projeto Rios da Serra, (Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis), pelo Projeto Iguaçu (Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e o Bairro de Bangu no Rio de Janeiro) e também pelo Projeto Imboçu, em São Gonçalo.

O trabalho consiste no mapeamento das famílias residentes nas áreas de risco e após o cadastramento e avaliação das benfeitorias é feita a negociação para desocupação. As famílias beneficiadas podem optar entre as modalidades de indenização, compra assistida ou unidade habitacional.

A evolução deste trabalho no ano de 2013 está apresentada a seguir:

LEGENDA													
	Baixada Fluminense												
	Região Serrana												
	Leste Fluminense e Região dos Lagos												
	PUBLICAÇÃO / LICITADO												
	Fase de Projeto												
Nº de Processo	Projeto	Municípios	Quantidade de famílias beneficiadas diretamente	Objeto	Data de Início	Data de Término	Status	Valor do contrato/licitação	Prazo do contrato	Resultados	Quantitativo de famílias negociada	Quantitativo de famílias indenizadas	Valores indenização e compra assistida
E-07/002.6751/2013	Trabalho Social - Roldão Gonçalves (formação de condomínio)	Mesquita	144 famílias	Formação de Condomínio	Aguardando licitação	Aguardando licitação	AGUARDANDO LICITAÇÃO	R\$ 75.688,46	4 meses		144 (UH)	não cabe	não cabe
E-07/002.0327/2013	Trabalho Social de Trio de Ouro - Realocação de Famílias em UH	São João de Meriti	960 famílias	MCMV	aguardando ordem de inicio	*****	AGUARDANDO ORDEM DE INICIO	R\$ 1.140.000,00	21 meses	em execução	627 (UH)	0	0
E-07/002.1119/2013	Trabalho Social Imboaçú	São Gonçalo	800 famílias	Trabalho Socioambiental	aguardando ordem de inicio	*****	AGUARDANDO ORDEM DE INICIO	R\$ 2.592.599,16	24 meses	****	não cabe	não cabe	não cabe
E-07/002.14793/2013	Trabalho Socioambiental Botas Montante	Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo	1000 famílias	Trabalho Socioambiental	Aguardando licitação	*****	AGUARDANDO LICITAÇÃO	R\$ 1.127.500,00	21 meses	****	não cabe	não cabe	não cabe
	Trabalho Social Maria Pitella e Santo Antonio - Realocação de Famílias em UH	Nova Iguaçu	560 famílias	MCMV	Aguardando licitação			R\$ 840.000,00	21 meses	****	67 (UH)	0	0
E-07/002.507/2013	Pac 2 - Cadastramento e Negociação de famílias	Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e	3.500 famílias	Cadastramento e Negociação	28/04/2014	em execução	EM EXECUÇÃO	R\$ 9.643.600,07	8 meses	****	0	0	0
E-07/500.539/2012	Realocação Região Serrana	Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo	1.000 famílias	Cadastramento e Negociação	12/03/2012	10/08/2012	FINALIZADO	R\$ 3.045.000,00	5 meses	cerca de 300 famílias	-	-	-
E-07/503.841/2012	Trabalho Socioambiental de Belford Roxo	Belford Roxo	8000 famílias	Trabalho Socioambiental	Aguardando nova licitação	*****	AGUARDANDO LICITAÇÃO	R\$ 902.521,33	21 meses	****	não cabe	não cabe	não cabe
E-07/506.526/2012	Trabalho Social de Barro Vermelho - Realocação em UH	Belford Roxo	252 famílias	MCMV	04/03/2013	04/02/2014	EM EXECUÇÃO	R\$ 446.599,00	21 meses	****	152 (UH)	0	0
E-07/506.959/2011	Trabalho Socioambiental - Pac 23 Valões	Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro	cerca de 30 mil pessoas	Socioambiental e realocação	01/03/2013	01/09/2014	EM EXECUÇÃO	R\$ 1.663.115,25 (aditivo R\$ 140.371,80)	18 meses	Indenização, compra assistida e aluguel social de cerca de 1000	45	15	R\$ 2.668.699,88
E-07/507.083/2012	Realocação Imboaçú	São Gonçalo	600 famílias	Cadastramento e Negociação	01/03/2013	*****	AGUARDANDO CEF	-	7 meses	****	235	45	R\$ 14.720.782,85
E-07/508.575/2012	Realocação Região Serrana	Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo	1500 famílias	Cadastramento e Negociação	04/06/2013	03/06/2014	EM EXECUÇÃO	R\$ 4.020.726,34	12 meses	em execução	563	277	R\$ 41.972.323,49
E-07/512.605/2012	Trabalho Social Maricá	Maricá	7400 famílias	Socioambiental	aguardando ordem de inicio	*****	AGUARDANDO ORDEM DE INICIO CEF	R\$ 731.388,00	18 meses	****	não cabe	não cabe	não cabe
E-07/515.243/2012	Trabalho Social da Região Serrana	Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo	11872 famílias	Socioambiental	Aguardando licitação	*****	AGUARDANDO LICITAÇÃO	R\$ 9.354.538,69	38 meses	****	não cabe	não cabe	não cabe
E-07/002.14403/2013	Realocação e Trabalho Social Centro de Petrópolis (Encosta)	Petrópolis	1.000 famílias	Cadastramento e Negociação	aguardando ordem de inicio	*****	AGUARDANDO ORDEM DE INICIO	R\$ 2.041.658,30	12 meses	****	129	0	0
E-07/002.00489/2014	Trabalho Socioambiental e Realocação em UH - Pac 2 - 1ª etapa	Duque de Caxias	1600 famílias	MCMV	****	****	FASE DE PROJETO	R\$ 4.542.422,12	21 meses	*****	0	0	0
E-07/002.00475/2014	Trabalho Socioambiental e Realocação em UH - Pac 2 - 2ª etapa	Duque de Caxias	900 famílias	MCMV	****	****	FASE DE PROJETO	R\$ 3.831.663,99	21 meses	*****	0	0	0
E-07/002.01093/2014	Trabalho Social da Região Serrana (COMPLEMENTAÇÃO)	Teresópolis	4.500 famílias	Socioambiental - Meudon	****	****	FASE DE PROJETO	R\$ 699.900,01	15 meses	*****	0	0	0
	Trabalho Social da Região Serrana (COMPLEMENTAÇÃO)	Nova Friburgo	8704 famílias	Socioambiental - Complementação de NF	****	****	FASE DE PROJETO	R\$ 3.105.955,65	26 meses	*****	0	0	0
E-07/002.01091/2014	Trabalho Social da Região Serrana (COMPLEMENTAÇÃO)	Petrópolis	2250 famílias	Socioambiental - Túnel extravasor	****	****	FASE DE PROJETO	R\$ 2.990.999,98	27 meses	*****	0	0	0
xxxxxxxxxxxxxxxx	Trabalho Socioambiental de Xerém (SES)	Duque de Caxias	-	Socioambiental	****	****	FASE DE PROJETO	-	27meses	*****	não cabe	não cabe	não cabe

Tabela 36: Projetos de reassentamento familiar

1.5.3.7. Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Famílias com negociação de realocação concluídas – DIRAM (em nº)	1329	1500	1540
Volume de recursos Federais utilizados pela DIRAM	51.698.988,85	164.000.000,00	147.596.568,88
Volume de Recursos FECAM utilizados pela DIRAM	133.358.949,66	140.000.000,00	135.090.632,86
Aplicação de Recursos Federais - GEOB I (R\$)	44.301.729,41	30.000.000,00	30.987.894,51
Percentual do cumprimento do cronograma das obras no exercício - GEOB I (%)	100	80	94
Cumprimento do cronograma de obras no exercício – GEOB II (%)	100	80	78
Aplicação de Recursos Federais – GEOB II (R\$)	7.397.259,44	130.000.000,00	127.089.343,86
Aplicação de Recursos Federais - GEOIHS (R\$)	N.D	4.000.000,00	1.117.383,06
Cumprimento do cronograma de obras no exercício – GEOIHS (%)	100	80	70%
Número de atendimento aos Municípios – Programa Limpa Rio - GEOB Manutenção (em nº)	138	42	38
Volume de rios dragados - Programa Limpa Rio - GEOB Manutenção (em m³)	931.000	300.000	103.000
Percentual de Termos de Referência e respectivos orçamentos expedidos - GEPENG (em %)	100	90	110%

Tabela 37: Monitoramento dos indicadores de desempenho - DIRAM

1.5.3.8. Projeção de Resultados para o próximo exercício

Para o exercício de 2014 a DIRAM tem como meta a continuidade das obras em andamento e o início de outras já previstas no exercício de 2013 e cujas licitações se encontram em andamento.

A definição do volume e o período em que os recursos podem ser liberados pelo Governo Federal ou descentralizados pelo FECAM não são estabelecidos no INEA, portanto, definiu-se como meta da Diretoria utilizar 100% dos recursos que forem disponibilizados.

Quanto a meta que define o trabalho social, devido a etapa do processo, alterou-se a medição de famílias com negociação concluída para o cumprimento de cronograma do trabalho social planejado.

O quadro de indicadores abaixo retrata esta mudança:

QUADRO DE INDICADORES 2014

Indicador	Valor de Ref.	Meta
Cronograma dos trabalhos sociais no exercício cumprido (%)	N/D	80
Poder de gasto em relação aos recursos descentralizados pelo FECAM (%)	N/D	100
Poder de gasto em relação aos recursos do Governo Federal liberados (%)	N/D	80
Cronograma das obras no exercício cumprido - GEOB I (%)	94	80
Cronograma das obras no exercício cumprido - GEOB II (%)	78	80
Cronograma das obras no exercício cumprido - exercício - GEOIHS (%)	70	80
Volume de rios dragados - Programa Limpa Rio - GEOB Manutenção (em m³)	103.000	900.000
Percentual de Termos de Referência e respectivos orçamentos expedidos - GEPENG (em %)	110	90

Tabela 38: Quadro de indicadores 2014

1.6. Base Legal / Normatização

1.6.1. DILAM

A Diretoria apoiou a elaboração de 10 textos base para decretos e normas técnicas, com destaque para revisão do Decreto nº 42.159/09, que revisou e atualizou o Sistema de Licenciamento Ambiental no ERJ.

1.6.2. DIBAP

GEFAU:

- Resolução Inea nº 72/2013
- Acordo de Cooperação Técnica IBAMA e Inea nº 24/13

GESEF:

Durante o ano de 2013 a GESEF conduziu diversos processos e participou de grupos de trabalho visando à regulamentação de diferentes questões relacionadas à área florestal, conforme descrição abaixo.

1. Regulamentação do Manejo Florestal Sustentável

A atividade de manejo florestal, embora ainda não regularizada, já possui uma grande demanda em nosso estado, principalmente em relação a três produtos florestais: os frutos da palmeira juçara, os frutos da aroeira (Pimenta Rosa) e a caixeta. Com isso, optou-se como planejamento estratégico do serviço, a elaboração de normas para regular a execução destas atividades.

Seguindo essa estratégia, os técnicos da GESEF foram destacados para pesquisarem sobre a situação da atividade em outros estados da federação, principalmente naqueles abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, para observarem os procedimentos adotados por esses estados no controle do Manejo Florestal e buscar uma forma de aprender com as experiências já realizadas para aproveitamento na realidade do Rio de Janeiro.

Para o desenvolvimento desta proposta foram realizadas pesquisas às legislações federais e estaduais, visitas técnicas a outros órgãos públicos estaduais (SMA-SP e Fundação Florestal-SP), visitas técnicas a comunidades tradicionais (Quilombo do Campinho em Paraty-RJ e comunidades caiçaras em Ubatuba-SP) e diversas reuniões entre os próprios técnicos da GESEF e da SUPBIO da SEA.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, constatou-se a necessidade de se regular também o acesso aos recursos florestais previstos na lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006), como o uso

eventual dos recursos naturais e o enriquecimento ecológico da floresta. Desta forma, optou-se primeiramente em elaborar uma Resolução “guarda-chuva” que pudesse abranger de forma geral todas as modalidades de uso econômico sustentável da Mata Atlântica, ficando para um segundo momento a elaboração de resoluções complementares com as especificidades dos produtos florestais mais demandados no presente momento.

A proposta de resolução foi concluída em dezembro de 2012, tendo sido aberto o processo E-07/515068/2012 que foi encaminhado em janeiro de 2013 à Procuradoria do INEA para análise, incluindo os procedimentos e requisitos básicos para a obtenção de autorização ambiental para a prática do Manejo Florestal sustentável, prevendo procedimentos e requisitos distintos conforme o enquadramento dos proprietários: empresarial/individual ou comunitário/familiar. Além disso, a proposta tratou de itens previstos na lei da Mata Atlântica como a exploração eventual sem propósito comercial, enriquecimento ecológico da floresta e comunicação de plantio de espécies nativas.

O referido processo retornou à GESEF em dezembro de 2013 com a manifestação da Procuradoria e atualmente estão sendo efetuadas as adequações jurídicas sugeridas.

2. Regulamentação de Sistemas Agroflorestais e Pousio

Outra linha de trabalho do serviço foi a elaboração de resolução para a regulamentação de Sistemas Agroflorestais e Pousio, atividades previstas na Lei da Mata Atlântica e na Lei Federal nº 12.651/2012, amplamente praticadas em nosso estado e também carente de regulamentação específica, o que acaba por atrapalhar de sobremaneira os proprietários rurais, sobretudo os pequenos, provocando insegurança com relação à possibilidade de uso dos produtos florestais gerados no sistema de produção.

Para o desenvolvimento desta proposta de resolução, foram realizadas diversas reuniões com entidades de pesquisa, redes de agroecologia, universidades e com os próprios produtores rurais, resultando no evento ocorrido na sede da REBIO União em junho de 2012 intitulado “Seminário de Regulamentação de Práticas Agroflorestais e Pousio no Rio de Janeiro”, com participação de representantes da SEA e de instituições como EMATER, EMBRAPA Agrobiologia e Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, além de outras organizações como a Articulação de Agroecologia Serra Mar, Cooperativa Cedro, Associação Mico-Leão-Dourado e Consórcio Ambiental Lagos São João. Durante este seminário foram apresentadas experiência de implantação e regulamentação de SAF e Pousio nos Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além de terem sido discutidos aspectos gerais para a normatização da atividade.

A proposta de resolução foi concluída em dezembro de 2012, tendo sido aberto o processo E-07/515232/2012 que foi encaminhado em janeiro de 2013 à Procuradoria do INEA para análise, incluindo os procedimentos e requisitos básicos para a obtenção de autorização ambiental para a implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais, prevendo procedimentos e requisitos distintos

conforme o enquadramento da área onde será implantado o projeto. Além disso, a proposta tratou do Pousio, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica e na Lei Federal nº 12.651/2012.

Atualmente, conforme sugerido pela Procuradoria do INEA, o processo encontra-se na Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM para ciência e manifestação.

Regulamentação de procedimentos relativos à fixação de prazos para atendimento às exigências estabelecidas pelo INEA em processos de aprovação de área de Reserva Legal e de PRAD

Esta proposta de resolução visa estabelecer estes prazos e hierarquias para decisões sobre as notificações, nos mesmos moldes da resolução que já existe para os processos de licenciamento ambiental e também irá agilizar a tramitação de processos. Em 2012 foi aberto o processo E-07/501.387/2012 para fazer a tramitação da proposta dentro do INEA. Entretanto, por se tratar de prazos de notificações que podem envolver outros setores do INEA e com a necessidade de revisar a resolução que já existe para tratar dos processos de licenciamento, a minuta foi encaminhada à Vice-Presidência e atualmente encontra-se sob análise da Procuradoria do INEA.

Regulamentação para emissão de Autorização Ambiental para projetos de Recuperação de Áreas Degradadas com espécies florestais

Esta proposta de resolução estabelece que seja emitida Autorização Ambiental para aprovação de PRAD e ainda estabelecia valores de custos de análise de processos em 5 UFIR por hectare. Importante destacar que o Decreto nº 42.159/09, que estabeleceu o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM, inclui como atividade sujeita a licenciamento ambiental os projetos de silvicultura e reflorestamento. O processo E-07/501440/2012 foi aberto em fevereiro de 2012 para a tramitação da proposta, entretanto a Assessoria da DIBAP recomendou que a questão da Autorização Ambiental fosse tratada em processo separado do estabelecimento de valores de custo de análise. Assim, em maio de 2012 foi aberto do processo E-07/505384/2012 que foi encaminhado a Presidência do INEA para avaliação.

Após a análise jurídica da minuta pela Procuradoria do INEA, a Resolução que dispõe sobre a emissão de Autorização Ambiental para aprovação de PRAD foi aprovada no CONDIR e publicada no DOERJ em 30/12/2013 (Resolução INEA Nº 083/2013).

3. Resolução que estabelece parâmetros para monitoramento de áreas em processo de restauração florestal

Esta proposta de resolução visa não só agilizar o trabalho de campo, mas também buscar a uniformização de parâmetros para avaliação dos plantios, de forma que possam ser avaliados de forma equivalente por qualquer um dos técnicos da gerência. Esta resolução ainda está sendo discutida internamente na GESEF, com a colaboração de pesquisadores da Embrapa Agrobiologia. A principal dificuldade encontrada para a regulamentação do monitoramento é a definição da intensidade amostral, de forma que as informações coletadas em campo sejam representativas, entretanto, sem gerar uma demanda excessiva de coleta de dados. Desta forma, ao longo dos anos de 2012 e 2013, os

técnicos da GESEF testaram algumas metodologias de monitoramento verificando o tempo necessário para a coleta de dados, de forma a permitir avaliar o impacto que este monitoramento terá na rotina de vistorias realizadas nos projetos de reflorestamento. Os resultados destes testes estão sendo avaliados pela GESEF visando aprimorar a proposta de monitoramento.

Ressalta-se que os profissionais contratados no âmbito do convênio firmado entre o INEA/Petrobrás/Ecoatlântica terão como atribuição o desenvolvimento de um modelo de gestão para acompanhamento de grandes projetos de restauração, sendo um dos produtos a elaboração de norma voltada para o monitoramento de reflorestamentos, estabelecendo parâmetros, indicadores e metodologias de acompanhamento.

4. Proposta de decreto estadual para regulamentação de Reserva Legal no Estado do Rio de Janeiro

No ano de 2011 a GESEF participou do grupo de técnicos da SEA e do INEA que elaboraram uma proposta de Decreto Estadual para regulamentação da Reserva Legal no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, por conta da tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei de alteração do Código Florestal, optou-se por aguardar as alterações do Código Florestal para então avaliar a pertinência do Decreto Estadual.

Com a publicação da Lei Federal nº 12.651/2012, foi criado um Grupo de Trabalho por meio da Portaria INEA PRES nº 381, de 04 de outubro de 2012, publicada no D.O.E.R.J de 10 de outubro de 2012, com o objetivo de analisar e concluir a minuta de Decreto para regulamentar o uso da Cota de Reserva Ambiental e da Supressão de Vegetação. O referido Grupo de Trabalho se reuniu ao longo do último trimestre de 2012 e início de 2013 tendo finalizado a minuta em abril do corrente ano. Após tramitação da minuta de decreto na Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária (SEAPEC) e na Casa Civil foi publicado em 10/12/2013 o Decreto Estadual nº 44.512/2013.

GEFAU:

- Proposta de Resolução CONEMA relacionada à regulamentação da soltura de animais selvagens;
- Proposta de norma estadual regulamentando as categorias relacionadas à criação de animais selvagens em cativeiro.

1.6.3. DIGAT

A DIGAT, através de suas unidades e principalmente de seu gabinete, dá o apoio técnico as diversas normas editadas sobre os temas de sua competência, por vezes até auxiliando na elaboração da própria norma. Fazem parte do escopo das atividades desenvolvidas:

- Estabelecimento, através de resolução INEA, das atividades passíveis de serem licenciadas pelos municípios;
- Estruturação de marcos regulatórios;

- Estabelecimento, através de resoluções Inea, de procedimentos para contratação de bens, serviços e pessoal para as entidades delatárias com funções de agência de águas;
- Apoio na edição de todas as Resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Base legal elaborada:

- **Base legal para gestão das águas do Estado do Rio de Janeiro 1997-2013**, 2º edição
- **Resolução Inea nº 13/10** - para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos;
- **Resolução Inea nº 16/10** – para elaboração de termos de referência para subsidiar a contratação de obras, serviços e compras com emprego de recursos públicos;
- **Resolução Inea nº 44/11** – procedimentos para celebração e execução dos CGs;**Resolução Inea nº 45/11** – manual operativo de procedimentos e critérios de avaliação do cumprimento do programa de trabalho dos CGs;
- **Resolução Inea nº 82/13** – para a seleção de recrutamento de pessoal (revoga a Res. Inea nº 14/10).

1.6.4. DIMFIS

1.6.4.1. Trabalhos realizados

GEAR – Gerência de Qualidade do Ar

- Elaboração da minuta do **Decreto Estadual nº 44072/2013**, publicado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral em 18 de fevereiro de 2013, regulamentando os **Padrões de Qualidade do Ar** no Estado do Rio de Janeiro, tendo por base os Padrões Nacionais e as diretrizes e recomendações da Organização Mundial de Saúde;
- Edição da **Resolução INEA nº 67**, com o estabelecimento da **metodologia para elaboração de inventário de emissão atmosférica por veículos automotores** em escala regional para aplicação no estado do Rio de Janeiro;
- Edição da **Resolução CONEMA nº 57**, com o estabelecimento da **Política de Controle da Poluição Veicular** a ser aplicada no estado do Rio de Janeiro no ano de 2014;
- Edição da **Resolução CONEMA nº 58**, com a criação da **restrição de circulação** para veículos de transporte de carga ou passageiros, movidos a Diesel, caso os resultados dos testes de opacidades informados ao INEA em cumprimento ao **PROCON FUMAÇA PRETA** seja **reprovado**;

- Aprovação na reunião do Conselho Diretor do INEA realizada em 14.10.2013, de 3 Normas Operacionais, que regulamentam os procedimentos de inspeção veicular para os veículos do ciclo Diesel, do Ciclo OTTO (motos) e do Ciclo Otto (veículos de passeio).

1.6.4.2. Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

INDICADOR GEAR	UNIDADE MEDIDA	VALOR DE REFERÊNCIA	META	ALCANÇADO
Número de instrumentos normativos (normas e métodos) pertinentes às atividades da GEAR a serem implantados e/ou adequados e/ou revisados.	ano	N.D	6	7

Tabela 39: Monitoramento dos indicadores de desempenho - DIMFIS

COGEFIS – Coordenadoria Geral de Fiscalização

Elaboração dos procedimentos para lavratura de autos administrativos emitidos pelo INEA.

CIEM – Centro de Informação e Emergências Ambientais

Elaboração do Plano de Contingência Institucional para procedimentos ocorridos em desastres naturais no Estado do Rio de Janeiro.

1.7. Serviços Administrativos e Suporte

1.7.1. DIMFIS

GETEC – Atuação em Sistemas de Informação

PROJETO DA NOVA PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO INEA

O ano de 2013 foi intenso e diversificado no que se refere às ações da GETEC. O INEA por meio da GETEC realizou consistentes investimentos em ativos de TI, onde se destaca na área de infraestrutura de software e hardware, a implantação da **NOVA PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO INEA**. Esta plataforma suportará os novos sistemas do INEA baseados em arquitetura corporativa de Banco de Dados, em automação de processos, em gerenciamento eletrônico de documentos:

- Aquisição e instalação de 8 novos computadores servidores Sun baseados em arquitetura Intel, com processador Xeon de 4 núcleos, 128 Gb de memória;
- Aquisição e instalação de 80 Tb de discos para armazenamento de dados;
- Aquisição e instalação de um conjunto de softwares adquiridos junto à Oracle, tais como: Sistema Operacional Linux, software de Banco de Dados, de Gerenciamento de Conteúdo (documentos, imagens, vídeos e áudio), Automação de processos (BPM), Gerenciamento e controle de Acesso a sistemas, Gerenciamento de acesso via Web etc.

- Aquisição de equipamento e software de segurança e de administração de tráfego da rede de dados do INEA (*Firewall*).

Essa Nova Plataforma Tecnológica será responsável por receber, processar e assegurar o funcionamento dos novos sistemas de informações do INEA. Em 2013 foi concluído o desenvolvemos de um conjunto de 7 sistemas, entre principais e de apoio, para essa nova plataforma:

1. Sistema de Gestão de Processos de Licenciamento Ambiental;
2. Sistema de Gestão de processos de Fiscalização;
3. Portal da Internet;
4. Portal da Intranet;
5. Cadastros Corporativos;
6. Sistema de auditoria de dados e de processos;
7. Sistema de Gestão de Perfil de acesso de usuários.

Esses sistemas são a base para uma grande mudança na maneira de gerenciar informações e processos no INEA. O sistema de Gestão de Processos de Licenciamento e de Fiscalização incorporou, além das funcionalidades de um sistema de controle de dados e emissão de relatórios, a automação e tramitação dos processos administrativos (*workflow*) e o controle de seu conteúdo de forma digital, eliminando desta maneira o processo administrativo físico. Essas mudanças trarão um grande aumento de produtividade ao longo das atividades para esses tipos de processos.

O Portal da Internet e da intranet inaugura uma nova fase na forma como o INEA publica suas informações. As soluções implantadas com os novos portais permitem grande autonomia das áreas para produzir e publicar suas informações, sejam elas apresentadas em páginas, arquivos, vídeos ou áudios.

Já o sistema de auditoria desenvolvido passa a registrar todos os eventos de sistema onde uma mudança de dados em banco de dados tenha ocorrido. O sistema registrará a origem (equipamento), o usuário, a data e hora, o dado alterado e o dado antes da alteração. Os dados auditados poderão ser consultados por meio de relatórios.

A execução de todos esses projetos da NOVA PLATAFORMA TECNOLÓGICA exigiu a abertura e execução de 10 contratos por meio de processos administrativos, com elaboração dos respectivos Termos de Referência, cotações, adesões ou licitações. Foram abertos, preparados e executados os seguintes processos:

1	Contratação de suporte à Gestão de Projetos
2	Contratação de desenvolvimento de sistemas – Middleware
3	Padronização de Software e Hardware Oracle
4	Aquisição de Softwares Oracle com suporte técnico
5	Aquisição de Computadores servidores com suporte técnico <i>on-site</i>
6	Aquisição de <i>Storage</i> para armazenamento de dados
7	Aquisição de <i>Firewall</i>
8	Aquisição de cadastro de CEPs dos Correios
9	Contratação de serviço de diagnóstico de risco ambiente de Centro de Processamento de

	Dados (CPD)
10	Aquisição de switches para rede de dados do INEA
11	Ampliação da banda de 3 <i>links</i> para 100 Tb (aditivo ao contrato)

Quadro 1: Nova Plataforma Tecnológica

Os investimentos nesses projetos foram alocados segundo o quadro abaixo

Erro! Vínculo não válido.

Licenças corporativas do software ArcGis

A suíte de software ArcGis é formada por dezenas de softwares especializados no tratamento imagens e dados de geolocalização. Em 2013, após um grande levantamento de informações por meio de entrevistas com os usuários desse tipo de ferramenta, uma análise cuidadosa das necessidades e frequência de uso do software, foi formalizado pelo INEA um contrato de licença de software Corporativo, com garantia de atualização por 3 anos. Esse contrato permitiu atualizar e padronizar todas as versões em uso pelo Instituto; atender de maneira plena as necessidades dos usuários, seja do ponto de vista de licenças disponíveis, seja do ponto de vista do acesso às diversas ferramentas especializadas; e otimizar a quantidade de licenças adquiridas.

SISTEMAS ATUAIS DO INEA

Em paralelo ao desenvolvimento dos novos sistemas, as manutenções evolutivas e corretivas dos sistemas em produção do INEA se mantiveram em plena atividade. Em relação às manutenções evolutivas podem ser destacados:

Sistema de Manifesto:

As melhorias realizadas no Sistema de Manifesto que o tornou mais efetivo e amigável para o usuário, reduzindo drasticamente o número de registros de problemas dos usuários desse sistema, notadamente em relação às empresas que o utilizam.

Procon-água

Também foram criadas melhorias e correções diversas em relatórios no sistema Procon-água. Essas melhorias proporcionaram a GEAG um conjunto de ferramentas mais confiável e útil à gestão da qualidade da água.

Portal do Licenciamento

O Portal do Licenciamento por força de mudanças na legislação e resoluções foi objeto de desenvolvimento de 2 novas versões, todas desenvolvidas e implantadas em 2013.

Consulta Processo

Para dar pleno acesso às informações de processos administrativos armazenados e controlados pelo sistema INEA, atender à determinação do MP e garantir a segurança de nossos sistemas, foi implantada uma cópia do sistema INEA para acesso pela internet. Essa cópia é diariamente atualizada.

Sistema de licenciamento

O sistema atual de licenciamento recebeu diversas pequenas melhorias e correções;

1.7.1.1. Atuação em Infraestrutura

Infraestrutura de suporte à computação pessoal

- O parque de computação pessoal é composto de 1.518 computadores, sendo 1.117 alugados e 401 próprios.
- O Parque de impressão é composto de 268 impressoras e multifuncionais, sendo 122 alugadas e instaladas em ilhas e 146 próprias, sendo 139 de pequeno porte e 7 plotters.
- O Núcleo de Atendimento ao Usuário¹ (NAU) atende a uma grande variedade de solicitações de usuários no âmbito da computação pessoal. Os serviços incluem ajuda ao uso dos computadores, a instalação e configuração dos equipamentos e softwares, a substituição de peças e do computador em caso de avaria ou perda, o suporte ao acesso à internet, a configuração de *e-mail*, configuração de acesso a impressoras, o abastecimento de suprimentos das impressoras etc. A GETEC, por meio do NAU e da área de infraestrutura atende a 58 diferentes unidades do INEA espalhadas pelo estado, incluindo sedes, superintendências, parques e postos avançados. Em 2013 a GETEC manteve o SLA de atendimento em até 24 h em torno de 86% dos chamados, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Essa meta foi melhorada em relação a 2012.

Atendimento de suporte à computação pessoal

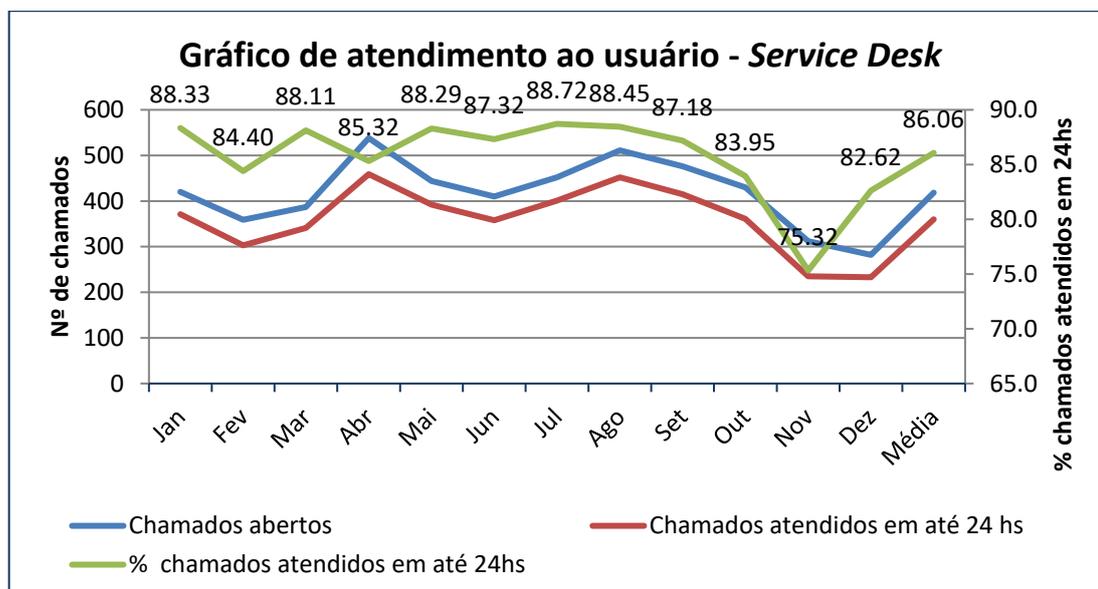


Gráfico 21: Atendimento ao usuário – Service Desk

Consumo de Impressões e cópias em equipamentos alugados

¹ Núcleo ainda não formalmente incluído no organograma da DIMFIS

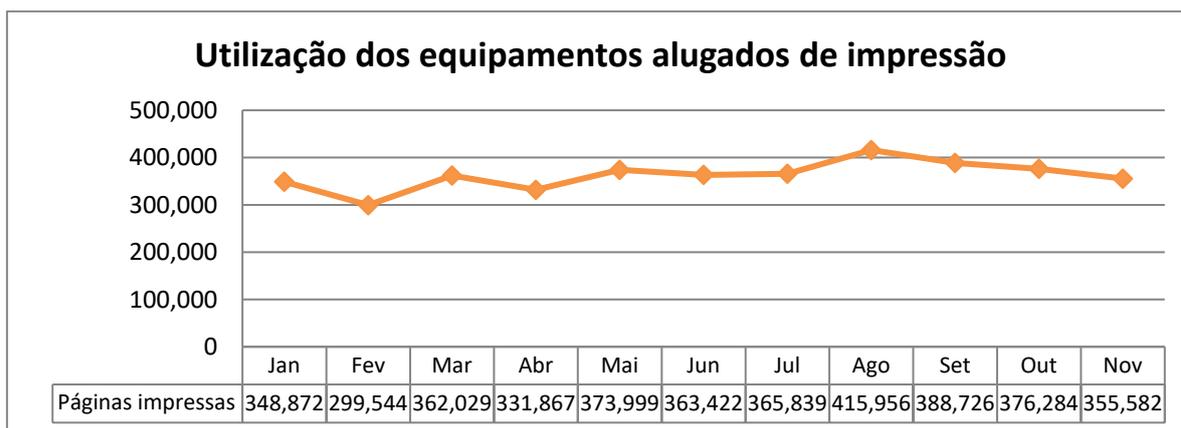


Gráfico 22: Utilização dos equipamentos alugados de impressão

Infraestrutura e Operação de TI (CPD)

O Serviço de infraestrutura é, de maneira sucinta, o serviço responsável pela manutenção da normalidade operacional do CPD, dos ambientes computacionais e dos sistemas do INEA, incluindo os hardwares (computadores servidores, switches, roteadores, equipamentos de armazenagem de dados, cabeamento lógico e elétrico), a infraestrutura de softwares (Banco de dados, softwares de conexão dos sistemas, serviços de *e-mails* etc), a rede INEA de comunicação de dados (*links*), o acesso à internet e a administração de *backups*, entre outros.

a) Rede de comunicação de dados do INEA (*Links* de Dados)

O serviço de comunicação de dados que constitui a rede INEA é composto de mais de 13 *links* interligando as sedes, superintendências e laboratórios e esses com o Proderj para acesso à internet. O serviço contratado por meio da empresa OI (consórcio do Governo do Estado) prevê um nível de disponibilidade dos *links* de 99,35%. Em 2013, a média obtida foi de 99,44%.

Com vistas ao aumento de demanda de banda de dados, a GETEC contratou a ampliação de 10 Mb para 100 Mb para os 3 principais *links* que interligam as sedes e estas para o Proderj. Essa ampliação melhorará a velocidade de acesso aos sistemas do INEA e à Internet para todas as unidades conectadas a rede INEA.

É meta em 2014 ampliar os *links* das superintendências e laboratório de 2 Mb para 10 Mb.

a) Cabeamento de pontos lógicos e elétricos

A GETEC, por meio de contrato de serviços de instalação de pontos lógicos e elétricos, realizou a instalação de mais de 900 pontos de computador, cada um composto de um ponto lógico e 2 elétricos. Foi executado o cabeamento de todo o prédio da Sacadura Cabral (780 pontos), além da superintendência de Friburgo, Macaé e Angra dos Reis.

b) Ampliação da capacidade de armazenamento de dados

Com vistas a aumento de demanda de armazenamento de dados decorrente da implantação do novo Portal da internet e da Intranet e dos novos sistemas do INEA baseado em processos digitais investiu-se na ampliação da capacidade de armazenamento em 80 Tb brutos, garantindo assim, a disponibilidade de disco de *storage* para os próximos anos.

c) Computadores servidores

A GETEC, por meio do serviço de infraestrutura, administra um total de 33 computadores servidores, 8 destes recém adquiridos da Oracle, para rodar os novos softwares e sistemas do INEA, a saber: Portal da Internet, Portal da Intranet, Licenciamento, Fiscalização, Gerenciamento de acesso de usuário, Sistema de Auditoria de sistemas, Cadastros corporativos, Processo Digital. Todos os 8 novos servidores possuem processadores Xeon de quatro núcleos e 128 Gb de memória. Eles foram inteiramente instalados e configurados pela própria Oracle para garantir que todo o complexo computacional seguiu as recomendações do fornecedor. Esses computadores estão dimensionados para suportar com o desempenho adequado os sistemas descritos acima e os novos sistemas requeridos pela instituição.

d) Infraestrutura de Software

O INEA adquiriu da Empresa Oracle um pacote de 12 diferentes softwares para cobrir todas as necessidades de suporte ao desenvolvimento da Infraestrutura do Instituto.

e) Gerenciamento e segurança da rede INEA

Para aprimorar e flexibilizar o uso da banda de dados, com segurança e desempenho, foi adquirido um conjunto de equipamentos (*Firewall*). Esses equipamentos, com software embarcado, serão instalados e configurados no primeiro trimestre de 2014. Isto permitirá a GETEC realizar uma gestão mais segura do ponto de vista de identificação e impedimento de ataques de *hacker* vindo da rede interna ou externa. Além disso, haverá uma grande capacidade de administrar a disponibilidade da banda de dados contratada de maneira a melhor atender aos acessos à internet e aos sistemas do INEA. Vale aqui salientar que os novos sistemas têm uma grande potencial de interesse de acesso pelo público e para tais acessos serem realizados com segurança são necessárias ferramentas adequadas de monitoramento do tráfego.

1.7.1.2. Atendimento ao usuário

Serviço de suporte aos sistemas do INEA

O serviço de suporte aos usuários de Sistemas do INEA é responsável pelo atendimento remoto e local às dúvidas no uso dos sistemas do INEA, pelas correções de problemas nos sistemas, pela análise e implementação de melhorias, pela formatação e publicação de conteúdos no *site* da internet e intranet, pela na criação, manutenção e exclusão de *logins* de acesso, entre outros.

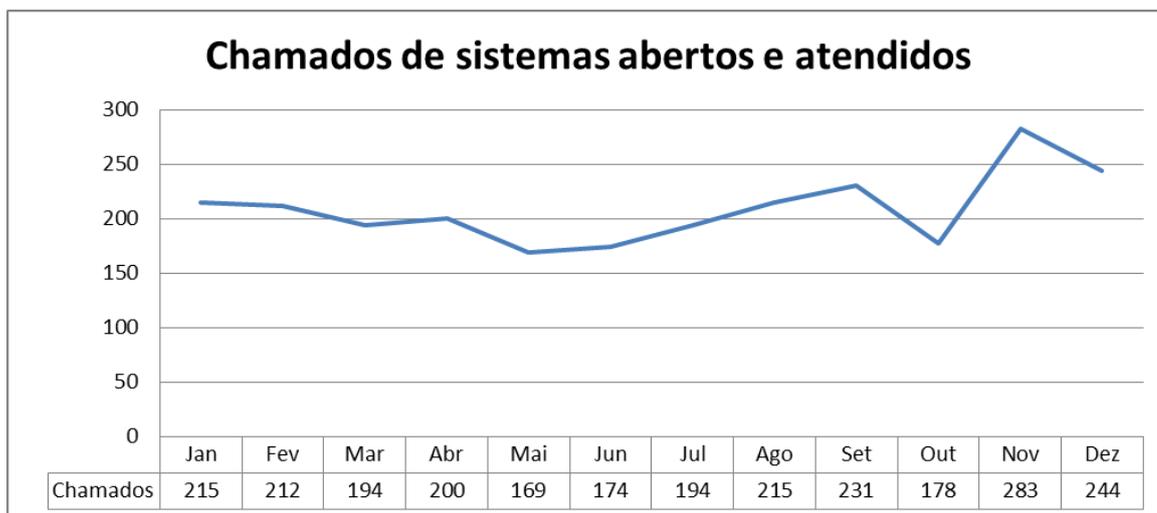


Gráfico 23: Sistemas abertos e atendidos

Obs.: Não há pendência de atendimento aos chamados abertos. Todos foram atendidos.

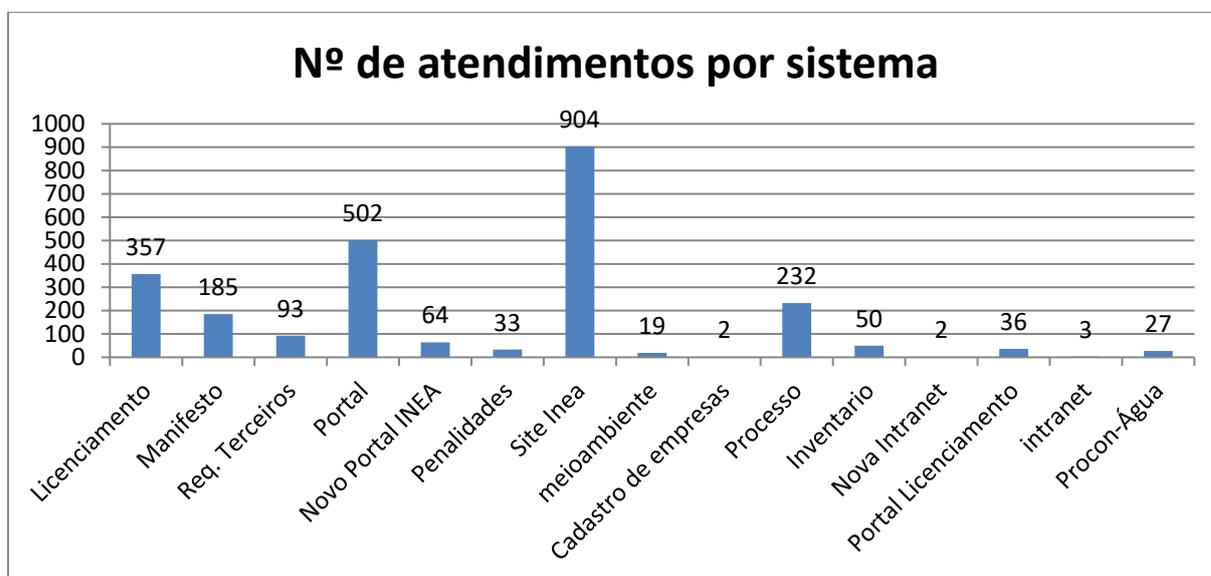


Gráfico 24: Nº de atendimentos por sistema

1.7.1.3. Monitoramento de acesso aos sistemas do INEA:

Os quadros abaixo apresentam o perfil de acesso de visitantes (internos e externos) aos sistemas instalados e gerenciados pela GETEC dentro do CPD do INEA. Entende-se como Sistemas INEA o conjunto de subsistemas integrados que compõe a principal base de dados do INEA. Em outro quadro, são detalhados os acessos a esses sistemas individualmente. Os demais sistemas operam sobre outras bases de dados, por exemplo: “Portal do Licenciamento” e “Intranet”, e têm suas próprias denominações.

Total de acessos por grupo de sistemas:

Sistema	Total de acessos no ano	Média de acessos por dia	Média de tempo por acesso
Outros Sistemas	264.020	723	08m30s
Intranet	549.885	1507	10m17s
Sistemas INEA	882.884	2.419	30m54s

Tabela 40: Total de acessos por grupo de sistemas

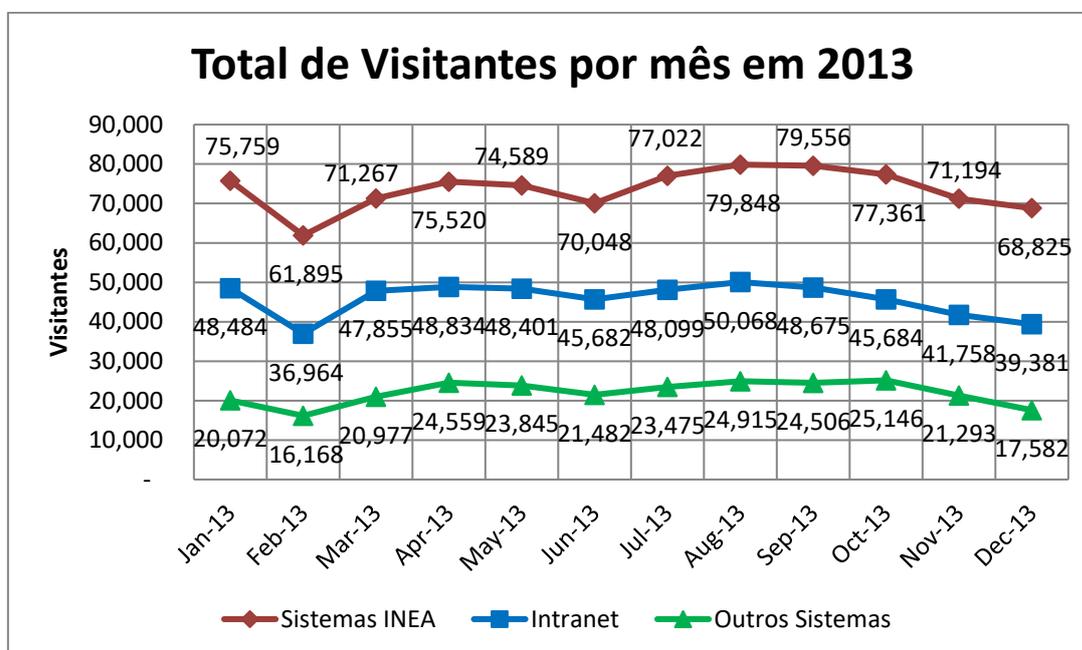


Gráfico 25: Total de visitantes por mês em 2013

Total de acessos por subsistemas do Sistema INEA

Subsistemas INEA	Total de acessos no ano	Média diária de acessos
Manifesto de Resíduos	194.294	532
Controle de Processos	129.010	353
Qualidade do ar e outros	82.292	225
Sistema de Licenciamento	69.899	191
Requisições de Terceiros	58.919	161
Procon Água	15.396	42

Tabela 41: Total de acessos por subsistemas do Sistema INEA

Total de acessos aos demais sistemas

Sistema	Total de acessos no ano	Média diária de acessos
Portal Licenciamento	124.059	339
Enquadramento INEA	2.879	7
Visualizar Processos	16.611	45
Consulta TCFA	4.631	12
Consulta Dados Água	3.424	9
Consulta Biblioteca	1.975	5

Tabela 42: Total de acessos aos demais sistemas

1.7.1.4. Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

INDICADOR	VALOR DE REFERÊNCIA	META	ALCANÇADO
Implantação de controle de emissão de cópias Xerox por usuário	0	100%	100%
Implantação de controle de impressão por usuário	0	100%	100%
Implantação de Módulo de sistema para carga de Arquivos EIA e RIMA	0	100%	100%
Implantação de nova versão do Procon Água	0	100%	100%
Implantação do novo portal do INEA	0	100%	100%
Novo sistema de Licenciamento – Desenvolvimento da Fase 1	0	100%	100%
Sistema de Gestão Cadastros Corporativos – Desenvolvimento	0	100%	100%
Sistema de Gestão de Fiscalização – Desenvolvimento da Fase 1	0	100%	100%

Tabela 43: Monitoramento dos indicadores de desempenho – DIMFIS

1.7.1.5. Projeção de Resultados para o próximo exercício

Para o próximo exercício estamos projetando as seguintes ações:

- Homologar e implantar a fase 1 do sistema de licenciamento ambiental;
- Homologar e implantar a fase 1 do sistema de fiscalização ambiental;
- Consolidar a implantação do Portal da Internet e da Intranet;
- Desenvolver a Fase 2 do sistema de Licenciamento;
- Desenvolver a fase 2 do sistema de fiscalização;
- Desenvolver o Termo de referência e contratar o sistema de cadastro de Ativos ambientais (CAR);
- Elaborar o Termo de referência do novo sistema da Qualidade da água;
- Contratar o desenvolvimento do Sistema de agrotóxico;
- Capacitar a equipe técnica de TI nos softwares da nova plataforma tecnológica;
- Implementar procedimento de *Backup* em fita com armazenamento externo;

1.7.2. DIAFI

1.7.2.1. Administração de Compras e Material

DEMANDA PROCESSUAL DE 2013

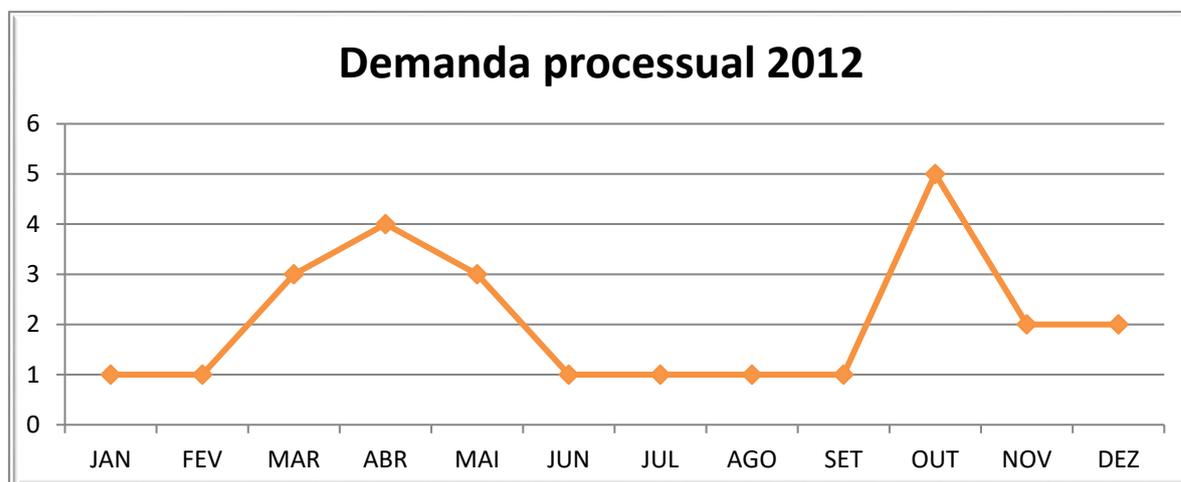


Gráfico 26: Demanda processual de 2013 – DIAFI

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº DE PROCESSOS	1	1	3	4	3	1	1	1	1	5	2	2	25

Nota: Quantitativo extraído do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições – SIGA

TOTAL DE EMPENHOS EMITIDOS EM 2013

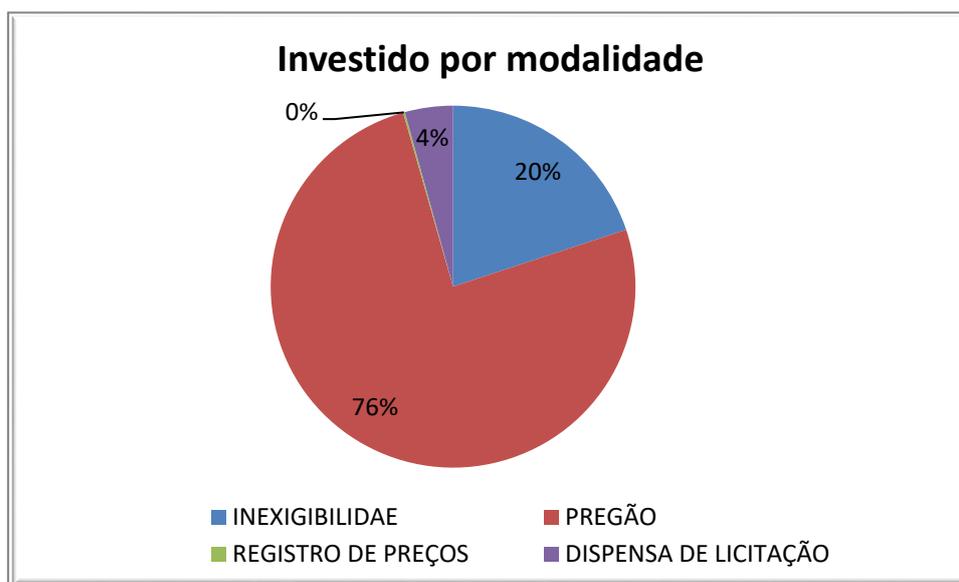


Gráfico 27: Investido por modalidade - DIAFI

EMPENHOS EMITIDOS		
MODALIDADE	PROCS	VALOR (R\$)
INEXIGIBILIDADE	5	900.017,14
PREGÃO	34	3.421.728,00
REGISTRO DE PREÇOS	1	7.114,24
DISPENSA DE LICITAÇÃO	39	192.760,50
TOTAL	79	4.521.619,88

Tabela 44: Empenhos emitidos

O número de empenhos emitidos abrange processos abertos anteriormente ao exercício de 2013.

1.8. Educação Ambiental e Gestão Participativa

1.8.1. DIBAP

1.8.1.1. Escopo das atividades envolvidas

GEPRO

Concepção de programa de educação ambiental em unidades de conservação estaduais em parceria com a Gerência de Educação Ambiental da Diretoria de Gestão de Águas e do Território do INEA; e Desenvolvimento de projetos estruturantes de educação ambiental e promoção de eventos comemorativos em datas significativas para a conservação e a proteção ambiental.

GEUSO

Programa de Fortalecimento de Conselhos do Serviço de Diálogo Social (SEDISO): promove a criação e a renovação dos conselhos gestores das unidades de conservação administradas pelo INEA. As ações previstas no programa, como a realização de diagnósticos rápidos participativos (DRP) e reuniões periódicas, vêm sendo desenvolvidas com bastante empenho objetivando o fortalecimento da gestão participativa em 28 unidades de conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável.

Para a formação dos conselhos gestores são utilizadas metodologias participativas adequadas ao perfil de cada conselho, dentre elas os DRPs. Até a publicação da Portaria que legitima cada Conselho são realizadas pelo menos oito reuniões. Os representantes das instituições manifestam seu interesse em participar dos conselhos por meio do documento denominado carta de intenção.

Tais conselhos reúnem órgãos públicos, instituições de pesquisa e entidades da sociedade civil interessadas na adequada implantação e gestão das unidades de conservação. São espaços de diálogo, consultivos ou deliberativos, compostos por diferentes atores sociais e o órgão ambiental estadual.

Além da legitimação dos conselhos por meio da publicação de suas respectivas portarias, o programa também atua na capacitação dos conselheiros por meio da realização de oficinas, elaboração de vídeos e cadernos temáticos. Após dois anos, a contar da posse dos conselhos, é iniciado o processo de renovação do mesmo.

No quadro a seguir, a lista do que ocorreu em 2013 em termos de formação/renovação de conselhos gestores das unidades de conservação estaduais de proteção integral e de uso sustentável:

UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UCS DE USO SUSTENTÁVEL
Conselho formado em 2013	Conselho formado em 2013
Parque Estadual da Lagoa do Açú	-
Conselhos em formação em 2013	Conselhos em formação em 2013
Parque Estadual da Pedra Selada	Apa do Alto Iguaçu
Parque Estadual do Mendanha	RESEX Marinha de Itaipu
Conselho renovado em 2013	Conselho renovado em 2013
Reserva Biológica de Araras	Apa de Tamoios
Conselho em fase de renovação em 2013	Conselho em fase de renovação em 2013
Parque Estadual do Cunhambebe	Apa da Bacia do Rio Macacu
	Apa de Mangaratiba
	Apa Gericinó Mendanha
Quadro 2: UCS de proteção integral	Quadro 3: UCS de uso sustentável

1.8.1.2. Projetos de Consciência Ambiental Coletiva

COMBIO

Realização de palestras no âmbito da Campanha de Mobilização Itinerante sobre RPPN para proprietários e instituições interessadas na pauta.

GESEF

Em função da promulgação da Lei Federal nº 12.651/2012 que alterou o Código Florestal a GESEF foi intensamente demandada por diversas instituições durante o ano de 2013 para ministrar palestras e efetuar cursos de capacitação sobre Adequação Ambiental de Propriedades Rurais e sobre o Cadastro Ambiental Rural – CAR. Os cursos e palestras ministradas pela GESEF em 2013 foram:

- 06/06/2013 - UFF/LAHVI/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Semana do Meio Ambiente 2013 - Assunto: Código Florestal/CAR/RAD – Local: UFF – Campus Praia Vermelha - Niterói;
- 20/06/2013 – EMATER/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Formação de Extensionistas – Módulo 2 – Assunto: Código Florestal/CAR – Local: SESC/ GRUSSAÍ;
- 21/06/2013 – EMATER/GESEF – Evento: Capacitação de técnicos da EMATER e Produtores Rurais – Assunto: Adequação Ambiental de Propriedades Rurais – Local: Escritório Local da Emater-Rio de Quatis;
- 27/06/2013 – EMATER/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Formação de Extensionistas – Módulo 2 – Assunto: Código Florestal/CAR – Local: SESC/ GRUSSAÍ;

- 02/07/2013 – ALERJ/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Grupo Parlamentar de Acompanhamento de Implantação do Código Florestal – Assunto: Código Florestal/CAR – Local: ALERJ;
- 19/07/2013 – Prefeitura Municipal de Macuco/GESEF – Evento: Conferência Regional do Meio Ambiente - Assunto: Novo Código Florestal/CAR. Local: Parque de Exposições de Macuco;
- 08/08/2013 – EMATER/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Formação de Extensionistas – Módulo 2 – Assunto: Código Florestal/CAR – Local: SESC/ GRUSSAÍ;
- 15/08/2013 – FIPERJ/GESEF – Evento: Curso de capacitação FIPERJ: Regularização Ambiental na Aquicultura – Assunto: Reserva Legal e CAR – Local: Niterói;
- 28/08/2013 – INEA/GESEF/SEADA/SMAV – Evento: 12º Curso de Capacitação dos Municípios Para a Gestão Ambiental – Assunto: Regularização Ambiental (Código Florestal/CAR) – Local: Vassouras;
- 12/09/2013 – EMBRAPA/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Feira Agropecuária de Gado de Leite – Assunto: Código Florestal/CAR – Local: Valença;
- 07 e 08/10/2013 – GESEF/MMA – Evento: Curso de Capacitação sobre Adequação Ambiental de Propriedades Rurais e o CAR – Assunto: Código Florestal e CAR – Local: CREA/RJ;
- 24/10/2013 – UFRRJ/GESEF – Evento: 7º Congresso de Agronomia – Assunto: Código Florestal e CAR – Local: UFRuralRJ;
- 31/10/2013 – INEA/GESEF/SEADA/SMA – Evento: 13º Curso de Capacitação dos Municípios Para a Gestão Ambiental – Assunto: Regularização Ambiental (Código Florestal/CAR) – Local: Hotel La Plage – Cabo Frio; (BRUNO)
- 01/11/2013 – ALERJ/INEA/GESEF/SEADA – Evento: Grupo Parlamentar de Acompanhamento de Implantação do Código Florestal – Assunto: Código Florestal/CAR – Local: ALERJ;
- 07/11/2013 – GESEF/EMBRAPA - Evento: II Seminário Estadual de Sementes e Mudanças Florestais – Assunto: Implicações do Novo Código Florestal para demanda de RAD – Local: UFRuralRJ;
- 26/11/2013 – INEA/GESEF/SEADA/SMA – Evento: Instituto CEDRUS – Assunto: Regularização Ambiental (Código Florestal/CAR) – Local: Sede da EMATER;
- 10/12/2013 – INEA/GESEF/SEADA/IVB – Evento: Regularização Ambiental de Propriedades Rurais – Assunto: Regularização Ambiental (Código Florestal/CAR) – Local: Fazenda Vital Brasil/Japuiba / Cachoeiras de Macacu.

1.8.1.3. Elaboração de Material Educativo

GEFAU

Criação e distribuição do folheto da Campanha de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres;

Criação e lançamento do banner da Campanha de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres e posterior distribuição do arquivo digital.

1.8.1.4. Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

INDICADOR	VALOR DE REF.	META	ALCANÇADO
GEPRO: Concepção de um programa de educação ambiental para UCs estaduais e início de sua aplicação	N.D.	100%	100%

Tabela 44: Monitoramento dos indicadores de desempenho - DIBAP

1.8.1.5. Projeção de Resultados para o próximo exercício

COMBIO

Realizar 05 palestras no âmbito da Campanha de Mobilização Itinerante sobre RPPN em municípios ainda não visitados.

GEPRO

Realização de eventos relativos à educação ambiental e capacitação em 03 (três) unidades de conservação estaduais abrangidas pelo projeto de “Fortalecimento das ações de educação ambiental em unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro”.

GEUSO

Elaboração de cartilhas voltadas para capacitação de conselheiros de unidades de conservação estaduais.

1.8.2. DIGAT

Três unidades da DIGAT têm estes temas como suas principais atribuições: a Gerência de Gestão Participativa das Águas (GEAGUA), a Gerência de Educação Ambiental (GEAM) e o Núcleo Especial da Agenda 21 (AGENDA21). Pode-se, portanto, afirmar que a DIGAT é o principal ponto focal do Instituto para a gestão participativa das águas e do meio ambiente bem como para a educação ambiental, pois envolve o apoio ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), aos comitês de bacia e suas agências de água delegatárias e aos fóruns locais de Agenda 21. Através da GEAM, a Diretoria é também a principal referência em educação ambiental.

1.8.2.1. Escopo das atividades envolvidas

- Promover a participação no processo de implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos

- Coordenar o apoio institucional, técnico, administrativo e jurídico aos colegiados participativos (Comitê de Bacias Hidrográficas e Conselho Estadual de Recursos Hídricos) do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos e promover sua capacitação para propiciar a gestão descentralizada das águas
- Coordenar a assinatura de convênios, descentralizações e contratos de serviço e de gestão com recursos do FUNDRHI e promover a gestão e execução desses recursos nas dez subcontas das Regiões Hidrográficas
- Acompanhar a eficácia e eficiência das entidades delegatárias no desempenho de suas funções, bem como a prezar pelo cumprimento das cláusulas dos contratos de gestão com as entidades delegatárias.

1.8.2.2. Apoio aos colegiados

As atividades realizadas por este serviço envolvem o apoio aos nove comitês de bacias, as agências de água e ao Conselho estadual nas questões relacionadas aos instrumentos de gestão e a implantação da política de recursos hídricos, articulando para o bom planejamento desses organismos colegiados, além de, exercer a secretaria do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI).

1.8.2.3. Contratos de gestão com entidades delegatárias e operacionalização do FUNDRHI

O Serviço de Apoio Administrativo aso comitês acompanha as atividades vinculadas ao funcionamento das Entidades Delegatárias e aos seus respectivos contratos de gestão para o desempenho de funções de agência de águas. Valores para custeio das Eds e valores para operacionalização de ações e investimentos pelos comitês são oriundos do Fundo estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI, que é constituído com recursos da cobrança pelo uso da água e da compensação financeira do setor elétrico.

A Lei nº 4.247/2003, alterada pela Lei nº 5.234/2008 determina que do montante arrecadado da cobrança pela outorga sobre o direito de uso dos recursos hídricos, 90% (noventa por cento) terão que ser aplicados pelos CBHs em ações na bacia hidrográfica, na proporção de sua arrecadação, e os outros 10% (dez por cento) serão aplicados no órgão gestor do Estado para que este promova ações na gestão de recursos hídricos.

Do montante arrecadado da cobrança pela outorga sobre o direito de uso dos recursos hídricos cobrados ao setor de saneamento, no mínimo, 70% (setenta por cento) devem ser obrigatoriamente aplicados em ações de coleta e tratamento de efluentes urbanos, até que a Região Hidrográfica (RH) atinja o percentual de 80% (oitenta por cento) do esgoto coletado e tratado. De forma complementar. A Resolução Cerhi-RJ nº 86/2012 recomenda que 5% (cinco por cento) deste valor sea aplicado em ações de saneamento rural.

Outros valores arrecadados com a compensação financeira dos aproveitamentos hidrelétricos, serão aplicados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nos contratos de gestão para custeio das entidades delegatárias de comitês de bacia hidrográfica com baixa arrecadação da cobrança ,e o restante aplicado pelo órgão gestor de recursos hídricos, em qualquer região hidrográfica, mediante proposta enviada pelo órgão gestor e aprovada pelo Cerhi-RJ.

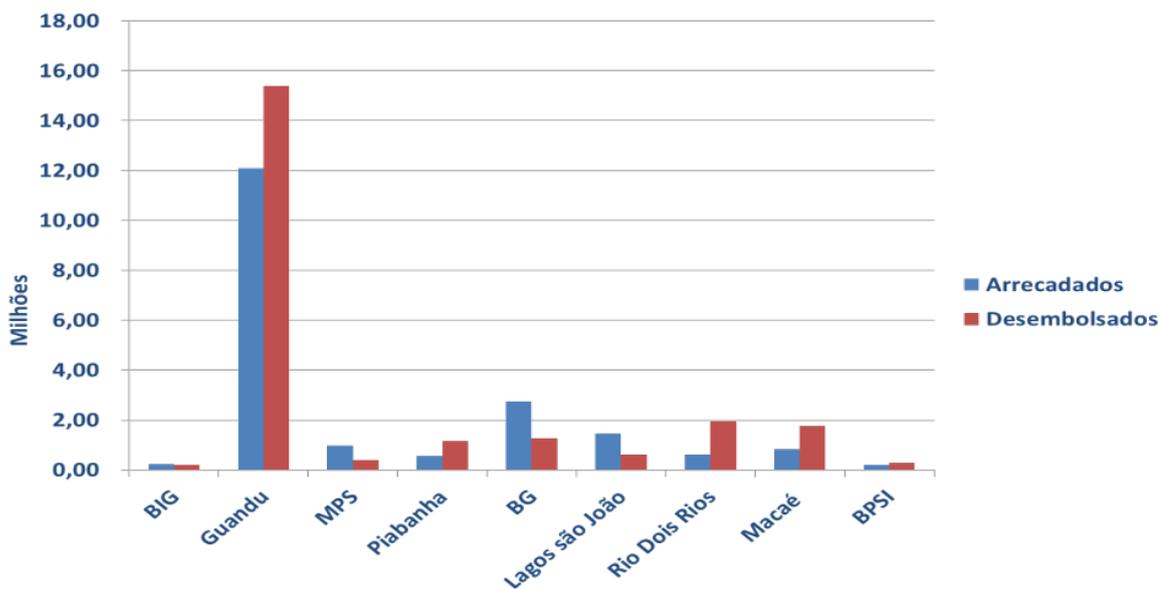


Gráfico 16: Execução Financeira Fundrhi/CBHs em 2013 - Arrecadação x Desembolso

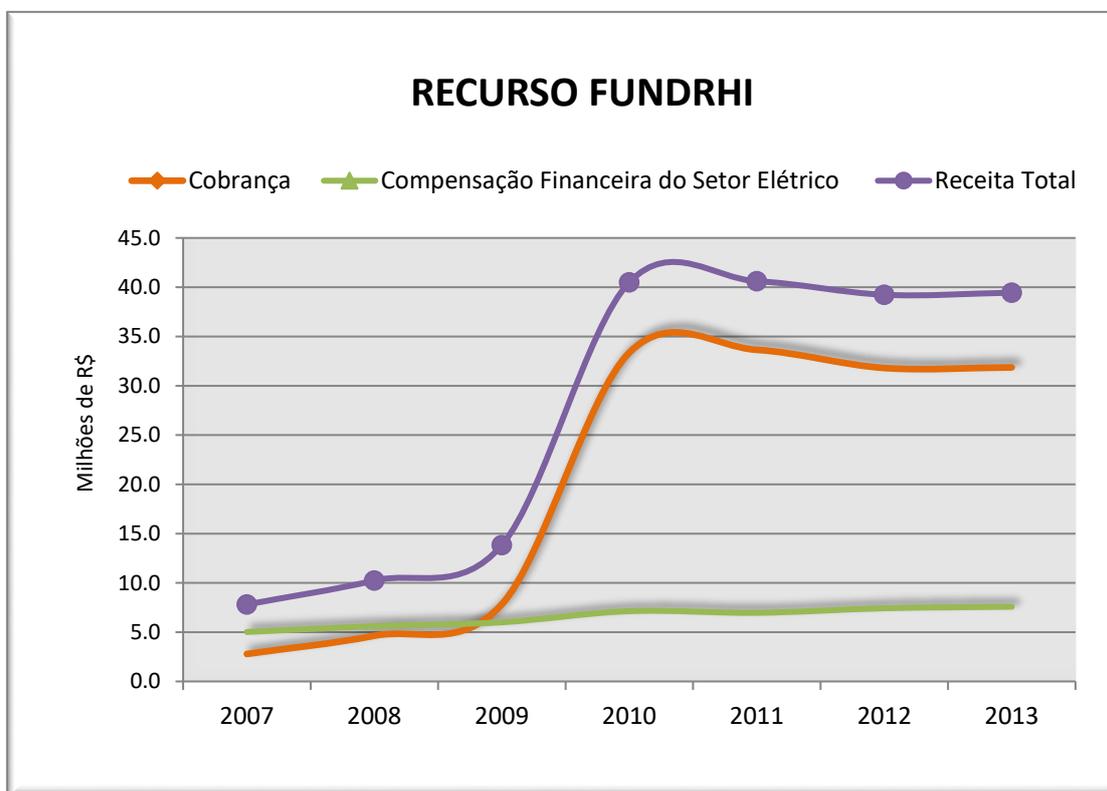


Gráfico 17: Execução Financeira Fundrhi/CBHs em 2013 –Composição da Receita do FUNDRHI

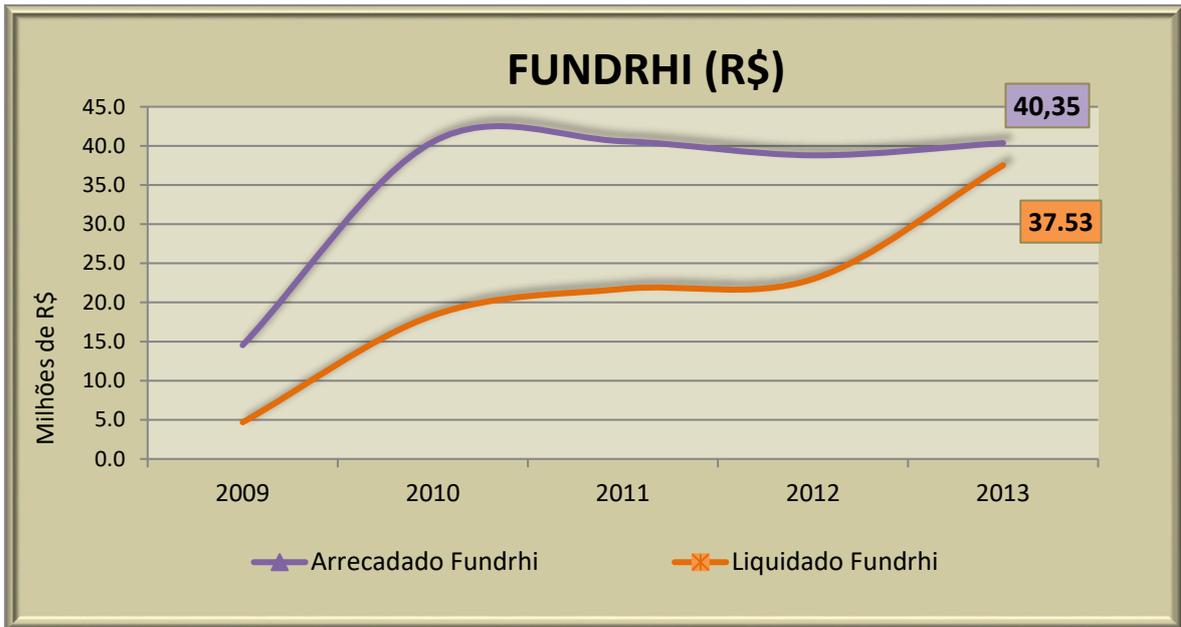


Gráfico 18: Execução Financeira Fundrhi/CBHs em 2013 - Arrecadação x Liquidação

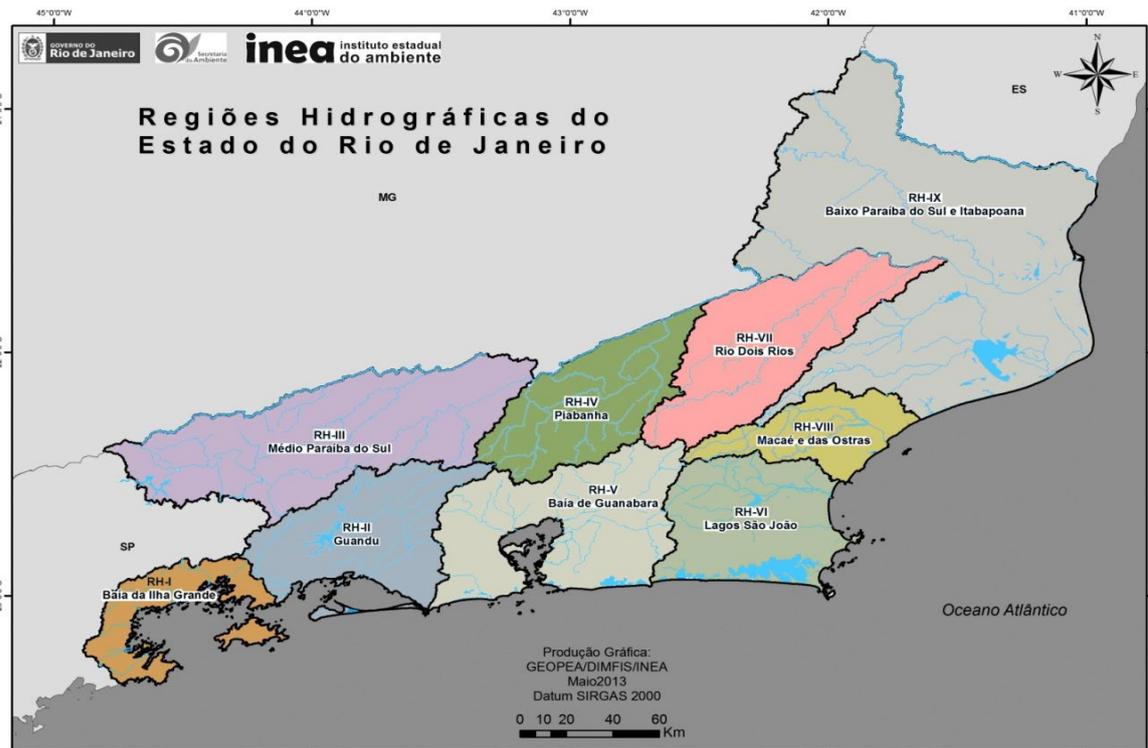


Gráfico 19: Regiões Hidrográficas do Rio de Janeiro

Entidade Delegatária	Contrato de Gestão Inea	Comitês de Bacia Hidrográfica
Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – (AGEVAP)	CG nº 01/2010 (5º ano) I Aditivo nº 81/10 e II Aditivo nº 01/13	Médio Paraíba do Sul Piabanha Rio Dois Rios Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
	CG nº 03/2010 I Aditivo nº 02/13	Guandu
Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira (CILSJ)	CG nº 02/2010 I Aditivo nº 73/10; II Aditivo nº 52/11 e III Aditivo nº 64/12	Lagos São João
	CG nº 01/2012	Macaé
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Deputado Último de Carvalho (FADUC)	CG nº 02/2012	Baía da Ilha Grande

Quadro 4: Contratos de gestão com entidades delegatárias e operacionalização do FUNDRHI

Comitê	Projeto	Aprovado Comitê	Gastos em 2013
Baía de Ilha Grande	Ações de Diretoria	50.000,00	50.000,00
	Ajuda de Custo e Reembolso	50.000,00	50.000,00
	Contrato de Gestão com Fundep (1º ano)	100.000,00	100.000,00
Guandu	Impressão livro Guandu	23.987,70	23.987,70
	Contrato de Gestão com a AGEVAP (3º ano)	840.280,62	840.280,62
	Contrato de Gestão com a AGEVAP (4º ano)	365.523,17	365.523,17
	Desenvolvimento Rural Sustentável da Microbacia do Rio São Pedro (descentralização Emater)	198.627,25	8.927,19
	Projetos de Esgotamento sanitário, tipo separador absoluto na Bacia do rio Guandu, referente aos municípios de Miguel Pereira, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu, Barra do Pirai, Pirai, Seropédica e Itaguaí (descentralização Cedae)	12.855.395,83	8.847.698,47
	Planos Municipais de Saneamento contemplando os municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Seropédica (Uepsan)	366.721,19	366.721,19
	Atualização do PRH	700.000,00	700.000,00
	Projeto Hidrogeologia dos Aquíferos (antigo "Avaliação de Águas Subterrâneas")	528.026,72	528.026,72
	Observatório de Bacia	2.620.000,00	2.620.000,00
	Produtor de Água	200.000,00	200.000,00
	Ações da Diretoria Colegiada	100.000,00	100.000,00
Educação Ambiental	435.001,00	435.001,00	
Sistema de Informação de Recursos Hídricos	350.000,00	350.000,00	

Tabela 45: Contratos de gestão com entidades delegatárias e operacionalização do FUNDRHI

Comitê	Projeto	Aprovado Comitê	Gastos em 2013
MPS	Ações de comunicação	120.000,00	120.000,00
	Ampliação da base de dados	100.000,00	100.000,00
	Ações do diretório do CBH - MPS	20.581,00	20.581,00
	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (3º ano)	53.374,88	53.374,88
	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (4º ano) contratação especialista para o CBH MPS	102.973,63	102.973,63
Piabanha	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (3º ano)	53.374,88	53.374,88
	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (4º ano)	22.973,63	22.973,63
	Análises Quali-Quantitativa das Águas do Rio Piabanha (descentralização Uerj)	30.000,00	25.840,00
	Aquisição de Micropipetas, Ponteiras e dispensadores (contrapartida projeto Quali-Quantitativo Rio Piabanha - execução Inea)	32.871,50	32.871,50
	Seminário de Saneamento	20.000,00	20.000,00
	Lançamento da campanha publicitária do CBH Piabanha	16.000,00	16.000,00
	Oficina de Comunicação Educação Ambiental e Mobilização	15.500,00	15.500,00
	Auxílio a Pesquisa para Estudos	50.000,00	50.000,00
	Elaboração de Projetos em Saneamento	400.000,00	400.000,00
	Mobilização e articulação com os Atores do CBH Piabanha	60.000,00	60.000,00
	Programa Prevenção de Eventos Naturais	100.000,00	100.000,00
	SIG Piabanha	100.000,00	100.000,00
	Monitoramento do Rio Preto	150.000,00	150.000,00
	Mapeamento de Áreas Prioritárias para Reflorestamento	50.000,00	50.000,00
	Atividades de Gestão do CBH	60.000,00	60.000,00
Baía de Guanabara	Elaboração dos planos municipais de saneamento – segmentos: água e esgoto, contemplando os municípios Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá (Uepsan)	1.069.402,72	1.069.402,72
	inscrição do servidor Fernando Matias, no XXIII Curso de Manejo de Áreas Protegidas	14.765,62	14.765,62
	I Encontro de Educação Ambiental Ouro Preto, Minas Gerais E XV Encob 2013	26.000,00	26.000,00
	Descentralização - Sistema de Informação BG	511.440,00	143.637,89
Lagos São João	Plano Municipal de saneamento - Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Iguaba, Araruama, Saquarema e Silva Jardim	1.039.013,11	558.332,14
	Contrato de Gestão com a CILSJ (3º ano)	63.100,00	63.100,00
Rio Dois Rios	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (3º ano)	53.374,88	53.374,88
	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (4º ano)	22.973,63	22.973,63
	Ferramentas de construção da gestão participativa	70.000,00	70.000,00
	Programa Comunitário Água e Esgoto São Sebastião do Alto	342.191,00	342.191,00
	Sistema de Coleta e Tratamento de Efluentes	1.453.206,00	1.453.206,00

Tabela 46: Contratos de gestão com entidades delegatárias e operacionalização do FUNDRHI

Comitê	Projeto	Aprovado Comitê	Gastos em 2013
Macaé e das Ostras	Monitoramento	144.772,00	144.772,00
	Reflorestamento	500.000,00	500.000,00
	Transição agroecológica nas cabeceiras do Rio Macaé	97.443,78	48.721,89
	Contratação de serviços para participação no XV Encob	100.000,00	100.000,00
	Divulgação de Mobilização da Terceira Consulta Popular do Plano de Recursos Hídricos da RH VIII	100.000,00	100.000,00
	Contrato de Gestão com Macaé e das Ostras (1º ano e 2º ano)	284.273,61	284.273,61
	Ações de Diretoria	70.000,00	70.000,00
	Programa de Boas Práticas/PSA	200.000,00	200.000,00
	Ações em Educação Ambiental	78.960,64	78.960,64
	Ações em Educação Ambiental	100.000,00	100.000,00
	Ajuda de Custo	33.000,00	33.000,00
	Programa de Monitoramento	100.000,00	100.000,00
BPSI	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (3º ano)	53.374,88	53.374,88
	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (4º ano)	22.973,63	22.973,63
	Contratação da assessoria de comunicação	30.000,00	30.000,00
	Plano de Saneamento do Município de Bom Jesus de Itabapoana	170.000,00	170.000,00
Compensação Financeira	Fórum dos CBHs	50.000,00	50.000,00
	Contrato de Gestão com Fundep (1º ano)	650.000,00	650.000,00
	Contrato de Gestão com Macaé e das Ostras (1º ano e 2º ano)	337.298,38	337.298,38
	Contrato de Gestão nº 01 com a AGEVAP (3º e 4º ano)	2.785.893,05	2.785.893,05
	Contrato de Gestão com a CILSJ (3º ano)	167.008,34	167.008,34
	Contrato de Gestão Guandu (CAR, Fortalecimento da Gestão e Inst de Gestão) 4º ano	300.000,00	300.000,00
	Complementação do PERHI	1.000.000,00	625.859,93
15% transposição	Saldo 2012	2.100.000,00	2.100.000,00
	Saldo 2013	3.100.000,00	2.000.000,00
TOTAL		38.581.678,27	31.382.915,88

Tabela 47: Contratos de gestão com entidades delegatárias e operacionalização do FUNDRHI

1.8.2.4. RESULTADOS ALCANÇADOS

- Melhorias das ações deliberativas implementadas pelos comitês;
- Atuação das Entidades Delegatárias como braço técnico e executivo dos comitês de bacias hidrográficas;
- Articulação desenvolvida pelo Fórum de Comitês de Bacias;

1.8.2.5. Problemas e Dificuldades Enfrentados

- Funcionamento deficitário portal Inea dificultando acesso a informações relevantes aos colegiados participativos;
- Quadro de funcionários deficitário;
- Pouca participação institucional em comitê;

- Dificuldade, por falta de pessoal, para desempenhar função de secretaria executiva do CBH BG e respectivos subcomites, até a implantação da Entidade Delagatária;
- Dificuldade de compreensão, por parte de setores do Inea, do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos preconizado na lei 3239/99.

1.8.2.6. Projetos de Consciência Ambiental Coletiva (GEAM)

O ano de 2013 na Gerência de Educação Ambiental foi marcado pela mudança na gestão e saída de alguns projetos da gerência. Os projetos “Coleta Coletiva Solidária” e “REAMAR” deixaram de compor a GEAM em 01 de julho de 2013 e novos projetos, cursos e eventos vieram compor o escopo da gerência a partir desta data. Segue lista dos projetos e sua descrição:

- a) Programa de formação de agentes ambientais;
- b) Agentes ambientais em ação;
- c) Projeto Mãos a Obra;
- d) Programa de Educação ambiental em unidades de conservação;
- e) Organização do I Encontro de Educação Ambiental e Agenda 21 na gestão por bacias hidrográficas;
- f) Realização de eventos ambientais.

a) Programa de formação de Agentes Ambientais

O programa de formação de Agentes Ambientais este ano iniciou mais uma turma com 96 alunos na localidade de Pedra de Guaratiba. O Curso de Educação Ambiental Básica para Formação de Agentes Ambientais de Pedra de Guaratiba teve 180 h em 24 aulas teóricas e práticas em temas atuais em meio ambiente, ministrados por especialistas do INEA e parceiros, além de 4 saídas de campo, tendo se iniciado em setembro de 2013 e concluído em fevereiro de 2014.

b) Agentes ambientais em ação

Os agentes ambientais formados nos anos anteriores em Jardim Guaratiba e Nova Sepetiba continuam, por meio do programa “Agentes Ambientais em Ação” levando suas oficinas de arte educação e exposições a diversos eventos, muitos deles contaram também com peças de teatro infantil. A tabela abaixo lista os eventos e a atuação dos agentes.

c) Projeto Mãos a Obra;

O Programa Mãos à Obra, concebido pela Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e pela Diretoria de Recuperação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), tem como foco a capacitação de gestores, técnicos e conselheiros municipais de meio ambiente em temas relacionados a Saneamento. A GEAM é parceira deste programa desde julho, ao assumir o componente de capacitação de diferentes grupos sociais para a atuação qualificada na gestão ambiental pública, por meio do “Programa de Educação Ambiental para Gestores, Técnicos e Conselheiros Municipais de Meio em Ambiente em obras de saneamento”. Neste programa, foi desenvolvido o escopo e funcionamento do curso de capacitação gestores, técnicos e conselheiros

municipais de meio ambiente e elaboradas duas publicações: Livro I – Capacitação de Gestores Municipais em Saneamento e Controle Social e o Livro II – Capacitação de Conselheiros Municipais em Saneamento e Controle Social.



Figura 40: Capa dos livros disponíveis online

d) Programa de Educação ambiental em unidades de conservação

Esta nova gestão da GEAM vem também com a missão de fortalecer a educação ambiental nas unidades de conservação do INEA. Em parceria com a DIBAP, teve aprovado na Câmara de Compensação Ambiental um projeto de R\$ 3.590.100 para apoiar a visitação escolar, instalar exposições permanentes, capacitar atores estratégicos para a educação ambiental na UC, publicar livros e cartilhas direcionado a estes atores e contribuir para a sinalização da UC. Como interação natural entre os programas da gerência, alguns parques do INEA não abrangidos pelo projeto piloto já tem recebido cursos e oficinas dos Agentes Ambientais em eventos do calendário da UC.

e) Organização do I Encontro de Educação Ambiental e Agenda 21 na gestão por bacias hidrográficas

A GEAM organizou, em parceria com a Gerência de Gestão Participativa das Águas e o Núcleo Especial da Agenda 21, o I Encontro de Educação Ambiental e Agenda 21 na gestão por bacias hidrográficas, realizado no dia 13 de novembro. Este evento foi um compromisso assumido no I Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio de Janeiro – I ECOB e trouxe experiências de destaque em educação ambiental de cada umas das regiões hidrográficas.

f) Realização de eventos ambientais

Como forma de promover a educação e a informação ambiental, foram realizados eventos em datas comemorativas do meio ambiente, em unidades de conservação ou sob demanda de parceiros. Foram mais de 30 eventos somando cerca de 20 mil participantes/visitantes ao longo de todo o ano.

Segue lista com eventos realizados no ano de 2013.

	EVENTO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	LOCAL	DATA	PÚBLICO (nº pessoas)
1	434 Anos de Guaratiba	Cinema, Exposição e Oficinas de Arte Educação	Pedra de Guaratiba	03/03/2013 e 05/03/2013	250
2	Semana da Água	Palestras, Exposição e Oficinas de Arte Educação	INEA	16/03/2013 a 22/03/2013	
3	6ª Ecofeira	Limpeza da Praça, Cinema, Exposição e Oficinas de Arte Educação	Nova Sepetiba	19/03/2013	200
4	6ª Ecofeira	Cinema, Exposição e Oficinas de Arte Educação	Jardim Guaratiba	26/03/2013	200
5	Semana do Meio Ambiente	Palestras, Exposição e Oficinas de Arte Educação	INEA	01/06/2013 a 07/06/2013	
6	Reamar	Oficinas de Arte Educação	Praia da Urca	06/06/2013	150
7	O Ambiente de portas abertas	Oficinas de Arte Educação	Aterro do Flamengo	08/06/2013	800
8	7ª Ecofeira	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Nova Sepetiba	09/06/2013	200
9	Festa Junina São João Carioca	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Parque Madureira	29/06/2013	800
10	XX Expo Itaguaí	Oficinas de Arte Educação	Itaguaí	03/07/2013 a 07/07/2013	1.000
11	São João Carioca	Oficinas de Arte Educação	Parque Madureira	28/07/2013	500
12	Exposição Itinerante da SOS Mata Atlântica	Teatro de bonecos da Mata Atlântica	Parque em Itaipava	29/08/2013 a 30/08/2013	500
13	Avistar Rio	Teatro infantil, Exposição e Oficinas de Arte Educação	Jardim Botânico	30/08/2013 a 01/09/2013	500
14	II Mostra CTC	Palestra sobre Consumo Consciente e Oficinas de Arte Educação	CE São Cristóvão	04/09/2013	200
15	Central Nuclear	Exposição e Oficinas de Arte Educação.	Angra dos Reis	10/09/2013 a 18/09/2013	700
16	Comemoração do dia da árvore	Cinema, Exposição e Oficinas de Arte Educação, plantio de mudas	Parque Estadual da Serra da Concórdia	19/09/2013	100
17	8ª Ecofeira	Cinema, Exposição e Oficinas de Arte Educação	Jardim Guaratiba	21/09/2013	200
18	Arte com pet	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Parque Estadual da Serra da Concórdia	26/09/2013	100
19	Semana de responsabilidade social	Exposição de Arte Educação		26/09/2013	100

20	Parada do Orgulho LGBT	Oficinas de Arte Educação	Av. Atlântica - Copacabana	03/10/2013	500
21	Evento Dia das Crianças	Oficinas de Arte Educação	Cidade das Crianças – Santa Cruz	12/10/2013	3.000
22	53ª Feira da Providência	Oficinas de Arte Educação	Feira da Providência	20/10/2013 a 24/10/2013	1.000
23	Brincadeira tem hora	Oficinas de Arte Educação	CRAS - Vila Olímpica da Pedra de Guaratiba	26/10/2013	150
24	Juntos pela paz	Exposição de Arte Educação	Câmara Comunitária da Barra	07/11/2013 a 11/11/2013	60
25	Dia Estadual de Repressão ao tráfico de animais silvestres	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Coroa Grande	29/11/2013	200
26	Chegada de Papai Noel	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Cidade das Crianças – Santa Cruz	07/12/2013	6.000
27	Feira de Artesanato Ação e Cidadania	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Centro da Cidade	08/12/2013	400
28	Ação Social de Palmares	Exposição e Oficinas de Arte Educação	Palmares – Campo Grande	12/12/2013	150
29	Confraternização dos Agentes Ambientais de Nova Sepetiba	Exposição de Arte Educação	Nova Sepetiba	12/12/2013	60
30	Evento de ação e cidadania	Exposição de Arte Educação	Jacarepaguá	15/12/2013	200
31	Confraternização dos Agentes Ambientais de Pedra de Guaratiba	Exposição de Arte Educação	Pedra de Guaratiba	17/12/2013	60
32	Natal dos Desejos	Oficinas de Arte Educação	Paquetá	20/12/2013	200

Tabela 46: Projetos de Consciência Ambiental Coletiva (GEAM)

1.8.2.7. AGENDA 21

A Agenda 21 se destaca como o mais importante compromisso pela sustentabilidade firmado por 179 Nações na Rio 92. Com mais de 2.500 recomendações práticas, a Agenda 21 estabeleceu o desafio do milênio seguinte como um instrumento de planejamento estratégico participativo que visa implementar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental em territórios. No Brasil, a Agenda 21 nacional se destaca por ter criado um programa de apoio à implementação de Agendas 21 Locais em municípios e estados. A história da Agenda 21 do Estado do Rio de Janeiro começou em 1999, sendo hoje implementada por meio do Núcleo Especial da Agenda 21 na Diretoria de Gestão das Águas e do Território - Digat/Inea.

Atualmente, o Núcleo tem um foco regional para o Programa Agenda 21 RJ, o que representa atuação nos territórios das bacias hidrográficas do estado, visando o fortalecimento das Agendas 21 locais e dos projetos que constam de seus Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLDS). Operacionalmente, tanto o Projeto Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM, quanto ações concretas em prol da sustentabilidade na administração pública municipal, onde os fóruns de Agenda 21 estão atuantes, são projetos estruturantes.

- **Inserção das Agendas 21 Locais no Fórum de Desenvolvimento da Área de Influência do Comperj**
No dia 13 de agosto de 2013 foi realizada a Reunião Geral do Fórum Comperj no Palácio Guanabara com a presença do governador Sérgio Cabral, do vice-governador e coordenador de Infraestrutura, Luiz Fernando Pezão, dos secretários estaduais Carlos Minc (Ambiente), Julio Bueno (Desenvolvimento Econômico) e Felipe Peixoto (Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca), entre outras autoridades. Foi assinado o decreto atualizado do Fórum Comperj, que inclui novos membros do Grupo Técnico Gestor do Fórum Comperj, dentre eles o Comitê das Agendas 21 Locais na Região do Conleste – ComArc. A entrada do ComArc neste Fórum representa o reconhecimento do trabalho continuado do Núcleo Especial da Agenda 21; do Programa Agenda 21 Comperj; dos Fóruns de Agenda 21 e dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, que se tornam referência concreta para a consolidação do plano de desenvolvimento e de investimentos na região.

- **Formação do Fórum da Agenda 21 de Iguaba Grande**

No dia 23 de setembro, foi implantado o Fórum da Agenda 21, com a participação de membros relevantes da sociedade e Poder Público, inclusive da prefeita de Iguaba Grande Grasiella Magalhães, o que demonstra o comprometimento com o processo de construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

- **Revisão da Agenda 21 (Plano Local de Desenvolvimento Sustentável) de Miracema**

No dia 10 de dezembro de 2013, com a presença de representantes do poder público, da sociedade civil, da Supbap e SEAN (Inea) e do Núcleo Especial da Agenda 21 (Digat/Inea), foi realizada uma

reunião do Fórum da Agenda 21 de Miracema para discutir a revisão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável – PLDS do município. A reunião foi resultado de um encaminhamento do Seminário Agenda 21 e da Oficina A3P em Miracema, realizados pelo Núcleo Especial da Agenda 21 no dia 07 de novembro de 2013. A revisão do documento também permitiu observar os avanços conquistados desde sua elaboração, em 2009, como a criação da própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Miracema.

- Integração do Núcleo Especial da Agenda 21 e Comitês de Bacia

Uma das ações da Coordenação do Núcleo Especial da Agenda 21 é o fortalecimento das Agendas 21 locais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, por meio da articulação com outros Colegiados que possam viabilizar a implementação de ações previstas nos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável de cada Agenda. Além disso, oferece apoio à consolidação de novas Agendas 21 locais através desses Colegiados. Para tanto, são realizadas apresentações sobre a Agenda 21 para os Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, estimulando o diálogo e a parceria entre os municípios que compõem cada Região Hidrográfica e seus Comitês para uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, aspecto fundamental para o desenvolvimento mais sustentável em âmbito local e regional. Essa atividade do Núcleo teve início em dezembro de 2012 e já foi realizada com os Comitês Guandu, Baía da Ilha Grande, Médio Paraíba do Sul, Baía de Guanabara, Lagos São João, Rio dois Rios e Macaé e das Ostras.

Lagos São João: Apresentação dessa perspectiva de articulação na reunião do Comitê Lagos São João, no dia 28 de junho em Araruama. Nessa ocasião, ficou acertado que haverá uma reunião de trabalho entre representantes do Comitê Lagos São João e membros dos Fóruns presentes, quando os Fóruns apresentarão seus PLDS ao Comitê e definirão as possibilidades de articulação e implantação de ações de interesse comum aos dois colegiados, a partir de documentos previamente discutidos entre os membros das Agendas 21 em questão.

ECOB – Encontro Estadual dos Comitês de Bacia: Ainda dentro da perspectiva de integração com os Comitês de Bacia, o Núcleo Especial da Agenda 21 participou do 1º Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro (ECOB-RJ), realizado nos dias 11 e 12 de julho de 2013. O Núcleo Especial de Agenda 21 tem um importante papel na cooperação para o uso sustentável dos recursos hídricos por meio da articulação e fortalecimento de Agendas 21 e Conselhos Municipais de Meio Ambiente junto aos Comitês de Bacia, ações relativas ao controle e prevenção de desastres naturais de origem hídrica, entre outras atividades.

I Encontro de Educação Ambiental e Agenda 21 na Gestão por Bacias Hidrográficas - Em parceria com a GEAM e a Geagua/Digat/Inea, o Encontro, realizado no dia 13 de novembro, foi um compromisso assumido no I ECOB e gerou resultados positivos de troca de informações entre membros de Comitês de Bacia do estado, Fóruns de Agenda 21 e membros de projetos de Educação Ambiental.

- Seminário do Fórum da Agenda 21 de Tanguá

Neste seminário, realizado no dia 03 de julho, foi apresentado pela coordenação do Núcleo um panorama das políticas públicas estaduais e a visão e trabalho do Núcleo com o fortalecimento das Agendas 21 locais e Conselhos de Meio Ambiente a partir de ações por bacia hidrográfica do estado, no âmbito do Projeto SIM. Este, por sua vez, articula, dentre outras ferramentas, a de implantação da A3P nos municípios, cujas bases e princípios são a adoção de critérios socioambientais, dos processos de licitação e compras públicas à construção de hábitos mais sustentáveis entre os funcionários e servidores de órgãos públicos.

- Conferência Livre das Agendas 21 Locais do Estado do Rio de Janeiro

Com a presença do prefeito de Itaboraí e presidente do Conleste, Helil Cardoso, da coordenadora do Núcleo Especial da Agenda 21, Digat/Inea, Karla Matos, da Gerente de Relacionamento Corporativo da Comunicação Institucional da Petrobras, Carmem Andrea Vianna, do ex-presidente do Conleste e ex-prefeito de Tanguá, Carlos Pereira e de coordenadores e membros de Agendas 21 Locais do estado, aconteceu, dia 05 de setembro, a Conferência Livre de Meio Ambiente das Agendas 21 Locais do Estado do Rio de Janeiro, uma iniciativa dos Fóruns das Agendas 21, no Clube Vera Gol em Itaboraí. O objetivo da Conferência foi discutir e encaminhar 20 propostas para a IV Conferência Nacional (CNMA).

- Representatividade das Agendas 21 Locais na comissão organizadora da CEMARJ

Com o apoio do Núcleo Especial da Agenda 21, as Agendas 21 locais teve representação na Comissão Organizadora Estadual (COE) da IV Conferência Estadual de Meio Ambiente (CEMA). As Agendas 21 de São Gonçalo, Magé, Paquetá, Paraty, Teresópolis e Arraial do Cabo foram candidatas e, por fim, a Sra. Rosayni Batalha, membro do Fórum da Agenda 21 de Teresópolis, foi eleita membro titular da COE e a Sra. Élide Maria Almendros, do Fórum da Agenda 21 de Paquetá, foi eleita suplente.

- Encontro de Meio Ambiente na UFF

A Universidade Federal Fluminense (UFF), a partir do Decreto Federal nº5.940/2006, criou o Programa Ações Sustentáveis na UFF para desenvolver atividades e promover debates sobre as questões ambientais relacionadas à comunidade acadêmica. O Programa está integrado à Coordenação de Difusão e Fomento à Extensão (CDEFEx) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Dentre suas atividades, o programa desenvolve ciclos de palestras que, no dia 31 de Julho de 2013, promoveu o tema “Agenda 21”, com os palestrantes André Bocchetti - Professor e Assessor de Ciências da Escola Parque sobre Agenda 21 Escolar; Armando Cypriano Pires - Professor do Departamento de Planejamento em Saúde da Universidade Federal Fluminense; Karla Matos - Coordenadora do Núcleo Especial da Agenda 21 - Digat/INEA e Sérgio Ricardo da Silveira Barros - Professor do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense.

- Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) constitui um programa para a construção de um novo modelo de cultura institucional que tem como premissa a economia de recursos naturais e financeiros com a inserção de critérios socioambientais na gestão da administração pública.

A implementação da A3P nos órgãos municipais e estaduais é uma das principais atribuições do Núcleo Especial da Agenda 21. A estratégia para alcançar esse resultado passa, principalmente, pela capacitação e sensibilização dos gestores públicos municipais e estaduais. Nesse sentido, a principal ação do Núcleo em relação à A3P é a realização de Oficinas e Seminários sobre esse tema. Além disso, realizamos reuniões com gestores onde são apresentados os procedimentos necessários para a implementação da A3P. Também é disponibilizado material alusivo ao tema sempre que solicitado.

A meta do Núcleo Especial da Agenda 21 para o ano de 2013 era de 20 municípios capacitados em Oficinas ou Seminários de A3P. Esse número foi superado, sendo 51 municípios capacitados nesse período. É importante ressaltar que alguns municípios participaram de mais de uma capacitação. Na tabela abaixo estão os números de municípios capacitados por evento e data:

Evento	Data	Participantes	Número de Municípios ²
1º Fórum do Plano Diretor Participativo de Paraíba do Sul e Agenda 21 Local	21/02/2013	Gestores municipais e membros dos Fóruns de Agenda 21 Local	1
Seminário para Vereadores (São Gonçalo)	12/03/2013	Vereadores e funcionários do Legislativo Municipal	1
Reunião Agenda 21 São Gonçalo	30/05/2013	Gestores municipais e membros dos Fóruns de Agenda 21 Local	1
Fórum de Compras Públicas Sustentáveis	12/06/2013	Gestores municipais	11
Seminário 1º Setor de Rio Bonito	05/06/2013	Gestores municipais	1
Seminário 1º Setor de Tanguá	03/07/2013	Gestores municipais	1
Oficina de A3P Duque de Caxias	14/08/2013	Gestores municipais	1
Oficina de A3P CEMARJ	15/09/2013	Gestores municipais e membros dos Fóruns de Agenda 21 Local	22
Oficina A3P Miracema	07/11/2013	Gestores municipais e estaduais e membros dos Fóruns de Agenda 21 Local	2
Oficina A3P Clin	29/11/2013	Gestores municipais	1
Seminário A3P e Políticas Ambientais para Municípios	12/12/2013	Gestores municipais e membros dos Fóruns de Agenda 21 Local	10
Oficina de Articulação entre Fóruns de Agenda 21 e Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande (BIG)	18/12/2013	Gestores municipais, membros do Comitê membros dos Fóruns de Agenda 21 Local	3

Tabela 47: Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

² Ressaltando que 4 municípios participaram de mais de uma oficina.

- Oficina A3P na CEMARJ

O Núcleo Especial da Agenda 21 realizou durante a CEMARJ a Oficina Sustentabilidade em Instituições e Municípios - Módulo A3P, no dia 15 de setembro, na Capela Ecumênica da UERJ e contou com a presença de cerca de 100 participantes, entre delegado(a)s, observadore(a)s, membros de Agendas 21 Locais, representantes do poder público, sociedade civil e do setor empresarial. A oficina foi encerrada com orientações e sugestões práticas para a implementação de pequenas ações em cada um dos eixos temáticos da A3P, desde adaptações simples no ambiente de trabalho à realização de compras públicas sustentáveis.

- Campanha de Consumo Sustentável

A Campanha Consumo Sustentável – Consumir sem Desperdício teve por objetivo apoiar a disseminação de produtos cuja fabricação requeira menor consumo energia e de recursos naturais e que possuam matriz limpa de produção, a partir da utilização de embalagens recicláveis. Até janeiro de 2013, a campanha será desenvolvida nos supermercados da rede Zona Sul, no Rio de Janeiro. Uma parceria da Secretaria de Estado Ambiente (SEA), Instituto Estadual do Ambiente (Inea), por meio do Núcleo Especial da Agenda 21/Digat, Unilever, Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), Conselho Brasileiro Empresarial para Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a rede de supermercados Zona Sul, a campanha tem como base cartilhas coloridas e instrutivas distribuídas a consumidores, com várias dicas de consumo sustentável, contra o desperdício e a favor da compra de produtos ecológicos.

Capítulo 4 da Agenda 21 Global, que prevê o desenvolvimento de políticas e estratégias de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo, e objetivo 1 “Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício” da Agenda 21 Brasileira, o consumo sustentável envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados.

- Implantar o Projeto Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM (Núcleo Especial da Agenda 21/Digat/Inea; Ceads/UERJ), financiado pelo FECAM

Idealizado e concebido pelo Núcleo Especial da Agenda 21, Digat/Inea, financiado pelo FECAM execução pelo Ceads/Uerj, o Projeto Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM tem como objetivo principal contribuir para o alcance de resultados efetivos e de cunho progressivo para as políticas ambientais e de sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro ao fortalecer ferramentas de planejamento participativo - como a Agenda 21 Local e a A3P - e ao realizar campanhas de incentivo ao consumo sustentável em instituições e municípios do estado. Foi aprovado pelo Fecam em junho, sendo que a primeira descentralização para o início do projeto aconteceu em novembro. Passada a fase de montagem e capacitação da equipe, em dezembro de 2013, as seguintes atividades foram realizadas junto aos parceiros, lideranças e membros dos fóruns de Agenda 21, conselhos municipais de meio ambiente e comitês de bacia hidrográfica:

▪ 1o Seminário Sustentabilidade em Instituições e Municípios

No dia 12 de dezembro de 2013, o Núcleo Especial da Agenda 21 realizou no Centro de Integração da Petrobras em São Gonçalo, a primeira atividade do Projeto Sustentabilidade em Instituições e Municípios – SIM, o “Seminário A3P e Políticas Ambientais para Municípios”. O evento teve como objetivo apresentar e discutir as políticas estaduais de apoio à gestão municipal sustentável e que estruturam os principais eixos de funcionamento da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P. O Seminário contou com a presença de membros dos fóruns de Agenda 21 Local dos 15 municípios da área do Conleste, dirigentes e representantes do poder público municipal durante o evento foram ministradas quatro palestras sobre os seguintes temas:

- ♦ Compras Públicas Sustentáveis, realizada pelo Representante da Seduc especialista em políticas e gestão governamental, Douglas Lima;
- ♦ ICMS Verde no Estado do Rio de Janeiro, com o assessor técnico da Suplan/SEA, Lucas Moura; Coleta Seletiva Solidária, com o assessor técnico do Programa Coleta Seletiva Solidária/Inea, Nilmar Magalhães e Programa Ambiente + para Municípios Sustentáveis com a especialista em políticas públicas e gestão governamental da Gegam (Digat/Inea), Ana Paula Vasconcelos.

▪ Oficina de Integração entre Fóruns de Agenda 21 e o Comitê de Bacia da BIG

A oficina de Articulação entre Fóruns de Agenda 21 e Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande (BIG) foi realizada em 18 de dezembro de 2013 no Auditório da Defesa Civil em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Foram convidados representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba e representantes do Comitê BIG. Compareceram ao evento 44 convidados entre representantes do poder público, sociedade civil e equipe vinculada ao Projeto SIM (Inea e UERJ). O objetivo desta parceria é a aproximação dos futuros fóruns e do Comitê por meio da gestão integrada de recursos hídricos. O encontro foram construídos documentos para a construção e o fortalecimento das Agendas 21, com ênfase no apoio aos Plano da Bacia.

1.8.2.8. Monitoramento dos indicadores de desempenho

Indicador	Valor de Ref.	Meta	Alcançado
Elaboração de programa de educação ambiental para gestores, técnicos e conselheiros municipais de meio ambiente em municípios onde se realizam obras de saneamento.	0%	100%	100%
Concepção de um programa de educação ambiental a ser aplicado em 03 Unidades de Conservação estaduais.	0%	100%	100%

Tabela 48: Monitoramento dos indicadores de desempenho – DIGAT

1.8.2.9. Projeção de resultados para o próximo exercício

Para o próximo exercício, são destaques duas novas publicações em educação ambiental e o início da execução do projeto de educação ambiental em unidades de conservação. Muitas outras ações da gerência têm continuidade no próximo exercício, com a realização de eventos, onde se destacam a semana da água e semana do ambiente, minicursos e oficinas de arte educação, com a participação dos agentes ambientais formados e o Curso de Formação dos Novos Servidores Concursados do INEA, realizado em janeiro e fevereiro de 2014.

1.1. Comunicação Institucional e Gestão da Informação

1.2. Outras Atividades Desenvolvidas

1.2.1. VPRES

1.2.1.1. Gabinete e Assessoria da Vice Presidência

- Despachos semanais com o Ouvidor para atendimento ao MP e outros órgãos de comando e controle;
- Coordenação dos Grupos de Trabalho sobre o Código Florestal Fluminense e Pagamento por Serviços Ambientais;
- Participação em Grupos de Trabalho: regularização do CAR – Cadastro Ambiental Rural e Espécies Exóticas Invasoras;
- Apoio à implementação do Projeto de Remoção do mico-leão-de-cara-dourada do Parque Estadual da Serra da Tiririca;
- Acompanhamento e prestação de informações ao MPF sobre o licenciamento ambiental da montadora de automóveis NISSAN, localizada no Município de Resende;
- Representação do INEA no CONAMA, ABEMA, CECA, CCA e nos Conselhos das Seguintes UCs: Reserva Biológica de Poço das Antas, Reserva Biológica União e Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado.

1.2.1.2. Superintendências

Apoio em projetos de engenharia

SUPBIG

- ETEs da Ilha Grande (Provetá, Araçatiba e Saco do Céu)
- Contenção de margem e desassoreamento do Rio Caputera.
- Contenção da margem do Rio Bracuhy.

SUPBG

- Acompanhamento em obras de desassoreamento na Lagoa de Piratininga

SUPBAP

- Manutenção dos canais da baixada campista. Monitoramento de comportas de adução no Rio Paraíba e de descarga no canal das Flechas, nos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã, São Francisco do Itabapoana.

Emergências Ambientais

SUPBIG

- Em junho/2013, a Superintendência atendeu ao acidente de vazamento de óleo no posto de combustíveis Marinas Pirata's, com escoamento para dársena do shopping.
- Em agosto/2013, chamado do CBMERJ, para atendimento de acidente com caminhão de combustível (diesel), em Muriqui/Mangaratiba. Em contato com a SOPEA, houve a informação e que ela já estava a caminho. Houve um acionamento para este acidente, também por parte do PAM da Costa Verde.

Atendimento a Acidentes

SUPSEP

- Rio dos Macacos em Paulo de Frontin, problema em relação à coloração do rio.
- Petromol do Brasil no Rio de Janeiro, atendimento de incêndio.

SUPMEP

- Atendimento ao vazamento de óleo diesel do oleoduto da Transpetro em São José do Barreiro/SP no dia 6 ao dia 12/06, com realização de vistorias diárias (RV's 347, 355, 356, 358, 359,362 e 419) em todo percurso dos rio Sesmarias e Rio Paraíba do Sul (até a barragem de Santa Cecília Barra do Pirai), vistorias essas realizadas com auxílio de viaturas do INEA e helicóptero fornecidos pela Petrobras.

Participação em Grupo de Trabalho

SUPBAP

- Grupo dos órgãos participantes do TAC extração/Pádua, em Santo Antônio de Pádua.

SUPMA

- Grupo de Trabalho do EIA Duplicação RJ 106
- Grupo de Trabalho do EIA Alphaville
- Grupo de Trabalho do EIA Tepor

SUPBG

- Grupo de Trabalho de Instrução Técnica da Barragem do Rio Guapiaçu
- Grupo de Trabalho da Construção da Rodovia Urbana – Corredor Transoceânica/BRT
- Grupo de Trabalho da Instrução Técnica para viabilidade ambiental do “Anel Viário de Campos Elíseos”

Ações desenvolvidas

SUPPIB

- Projeto Água de Areal – Parceria entre a Superintendência e a Prefeitura Municipal de Areal, que através de suas Secretaria de Meio Ambiente e de Educação, desenvolveu trabalho junto às crianças de ensino público fundamental e proporcionou a elas conhecimento e sensibilização para questão ambiental.

SUPBG

- Projeto Se Liga – Parceria da Superintendência com a Concessionária Águas de Niterói, com a finalidade de promover a conexão dos terminais dos imóveis à rede de esgotamento sanitário público.

1.2.1.3. Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão é uma das mais importantes peças no processo de fortalecimento e modernização do INEA, orientando a instituição para geração de resultados. Trata-se de um instrumento jurídico que pactua metas entre o INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente, com a interveniência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O principal objetivo é aumentar a capacidade deste Instituto para planejar, produzir, monitorar, avaliar e divulgar resultados da gestão ambiental alinhada às ações e aos objetivos estratégicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Com a implantação do Contrato de Gestão em 2012, a Vice Presidência se empenhou para que os resultados alcançados contribuíssem para o desenvolvimento das equipes e aprimoramento dos

indicadores para 2013. O estabelecimento de metas claras e de indicadores rastreáveis associados a um processo de avaliação funcional e pagamento de gratificação, resultaram em benefícios institucionais e funcionais perceptíveis já no primeiro ano do contrato tais como a motivação do corpo funcional, antecipação de problemas, apontamento de soluções preventivas e a busca incessante pelos resultados esperados.

Em 2013, foram estabelecidas 204 metas pelas equipes, dentre as quais 20 institucionais e estratégicas. Estas metas foram mais arrojadas e desafiadoras do que aquelas de 2012. Das 72 unidades administrativas existentes, 62 estabeleceram metas próprias, prevendo-se para o final do exercício a avaliação de desempenho de 1.472 servidores. Para o exercício de 2013, o INEA se comprometeu a atingir os resultados institucionais e estratégicos a seguir elencados:

- Realização de 5.900 vistorias de fiscalização pelas Superintendências Regionais;
- Emissão de 3.500 instrumentos SLAM;
- Capacitação de seis novos municípios para o licenciamento;
- Aplicação de R\$ 140 milhões provenientes de recursos FECAM;
- Aplicação de R\$ 164 milhões provenientes de recursos federais;
- Aplicação de 20 milhões de recursos provenientes de compensações ambientais;
- Realização de 1.500 negociações de realocação de famílias;
- Realização de um concurso público para preenchimento de 86 vagas.

1.2.1.4. Projetos Jogos Limpos



Como parte dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro na candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos 2016, está a compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE), que resultarão da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, por meio do plantio de árvores em áreas degradadas. Para cumprir este compromisso, foi criado o Programa Jogos Limpos – Compensação de Carbono.

A estratégia do Programa é marcada pelas parcerias públicas e privadas para as diversas ações de restauração florestal. Os principais parceiros são a PESAGRO, a Fundação SOS Mata Atlântica, Associação Mico-Leão-Dourado, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Casa Civil, Petrobrás/COMPERJ, EBX e diversas outras empresas privadas que tem compromissos de plantio de árvores em razão do licenciamento ambiental. Embora esses plantios resultem de obrigações de fazer, o estoque de carbono dessas florestas plantadas não está comprometido com nenhuma das obrigações existentes. Dessa forma, todas as empresas concordaram em doar o carbono para a compensação das emissões dos Jogos Olímpicos.

Além do apoio privado, o Programa Jogos Limpos conta com recursos financeiros do Fundo Estadual de Compensação Ambiental (FECAM) para algumas ações estruturantes como a criação de um banco de áreas degradadas aptas à restauração florestal, bem como a produção de clones de seringueira para plantio de agroflorestas e o levantamento preliminar das emissões de GEE.

Em 2009, quando o Rio de Janeiro foi anunciado como cidade-sede das Olimpíadas, o número de árvores necessárias para a compensação das emissões residuais foi estimado em 24 milhões. Com a conclusão desta estimativa *ex-ante*, este número caiu para 18,5 milhões de árvores, das quais 16 milhões são de espécies nativas da Mata Atlântica e 2,5 milhões de seringueiras. O inventário chegou à conclusão de que serão emitidas 3,5 milhões toneladas de CO₂e considerando a totalidade das emissões das construções e reformas dos locais de eventos, das operações e da participação e, ainda, emissões proporcionais das obras de infraestrutura de transporte urbano na cidade do Rio de Janeiro.

O Programa de Compensação, além de representar um compromisso ambiental do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) em mitigar os efeitos das mudanças climáticas, é, também, uma excelente oportunidade de estruturar a cadeia produtiva da restauração florestal, promovendo a criação de empregos florestais e geração de renda. Dentro dessa perspectiva, o Programa tem potencial para a criação de 1.200 empregos diretos em atividades como preparação das áreas de plantio, identificação e marcação de árvores matrizes produtoras de sementes, coleta e beneficiamento de sementes, produção de mudas, plantio e manutenção por três anos consecutivos a fim de garantir sucesso inicial da restauração.

Até dezembro de 2013, já tinham sido plantadas 5,5 milhões de árvores, com previsão de outras 26,5 milhões com plantios planejados para dezembro de 2015, quando se esgota o prazo para o cumprimento deste compromisso.

1.2.1.5. Gestão da Informação e Acervo Técnico – GEIAT

Núcleo de Publicações

Dedicamos tempo aos termos de referência para contratação dos serviços de organização arquivística e de montagem e desmontagem de arquivos deslizantes; elaboramos o projeto para adquirirmos junto ao Fecam os recursos necessários à contratação de tais serviços, essenciais à preservação do acervo do Inea; e realizamos o evento de reabertura da Biblioteca Central, produzindo folder, marcador de livros e as apresentações feitas na ocasião.

Com o intuito de difundir à sociedade o conhecimento técnico produzido pelo Inea por meio de publicações, licitamos e contratamos serviços de criação de projeto gráfico, diagramação e tratamento de imagens, entre outros, para retomar e lançar projetos como a Revista Ineana (que terá pelo menos um novo número em 2014) e o livro sobre o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, que segue em produção após a prestação dos serviços especializados de redação e fotografia contratados em 2013.

Dando suporte à implementação do novo portal do Inea, participamos das reuniões convocadas pelo seu comitê, assumimos a gestão e supervisão do conteúdo relacionado à Vice-Presidência, demos

treinamentos em edição de imagens aos gestores de conteúdo de cada área, elaboramos um manual de estilo e redação para auxiliar na produção dos textos a serem publicados e efetuamos uma revisão geral nas páginas do site para corrigir erros e uniformizar padrões.

No atendimento a outras demandas internas, trabalhamos na redação e projeto gráfico da cartilha sobre o Contrato de Gestão, adequando o texto às observações e mudanças da Presidência e do Núcleo de Monitoramento de Ações Estratégicas (Numae); revisamos e publicamos na internet o Relatório de Balneabilidade de Praias 2012; prestamos consultoria editorial à Dibap na padronização do pré-textual do Guia de Trilhas do Parque da Pedra Branca e do Checklist das Aves; elaboramos o layout e o texto do banner da Campanha de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres; prestamos consultoria editorial ao Coppe na revisão e padronização do livro “Projeto Iguaçu: Resumo Executivo”; e ajudamos a Geopea no layout do novo mapa das regiões hidrográficas.

Já em apoio aos setores do Inea que dão suporte à gestão ambiental municipal, criamos o folder do programa Ambiente+ e o layout do brinde distribuído na ocasião do seu lançamento; revisamos e coordenamos a impressão do folder sobre políticas e programas de apoio à gestão ambiental municipal; e coordenamos a produção editorial de mais cinco cartilhas da série Gestão Ambiental (uma delas lançada no fim de 2013 e as outras com lançamento em 2014).

Serviço de Biblioteca e Acervo Técnico

O ano de 2013 foi atípico para o Serviço de Biblioteca e Acervo Técnico, considerando que mudamos para a Ladeira do Faria, nº 2, Gamboa, no mês de abril. Nossas atividades rotineiras foram interrompidas, porque passamos dois meses e meio alocados na nossa Gerência, na Av. Venezuela, aguardando a finalização da obra das novas dependências. Após a mudança, levamos três meses para obter o link da Oi e conseguir conexão com o Sistema Inea. Com esforço, conseguimos cumprir nossa meta de seleção e catalogação de publicações realizando a entrada de dados no sistema na nossa gerência, GEIAT, situada na Av. Venezuela, de maio a outubro.

A seguir, as atividades desenvolvidas pela nossa unidade durante o ano de 2013:

Atividades	Total
Publicações selecionadas	5081
Publicações catalogadas	2628
Normalização de referências bibliográficas para as publicações Inea	166
Intercâmbio bibliográfico: publicações enviadas	276
Intercâmbio bibliográfico: Publicações recebidas	232
Documentos consultados na Biblioteca (Eia/Rima e relatórios de auditoria ambiental/livros/normas técnicas)	1112
Atendimento a processos pelo Arquivo Técnico	195

Quadro 5: Serviço de biblioteca e Acervo Técnico

1.2.1.6. Monitoramento dos Indicadores de Desempenho (Contrato de Gestão)

Indicador	Meta	Alcançado
Número de publicações do cervo da biblioteca, selecionadas e catalogadas.	2.000	2.054
Número de serviços editoriais	300	328

Tabela 48: Monitoramento dos indicadores de desempenho (Contrato de Gestão) – VPRES

1.2.1.7. Gerência de Comunicação Interna – GECOM

O desafio da Gerência de Comunicação Interna é desenvolver estratégias de ações visando informar, integrar e mobilizar o nossos servidores objetivando o fortalecimento da imagem do Inea e o sentido de pertencimento por parte do funcionário.

O nosso principal instrumento de divulgação interna, a intranet, foi reformulada em sua linguagem e, além das notícias diárias das nossas ações, foram criados temas da semana, informações e dicas com programações de interesse do nosso corpo técnico, estabelecendo um canal de diálogo entre a editoria e o nosso público. Foi consolidada como principal instrumento de diálogo com o servidor.

Mecanismo de mensuração: euleioaintranet@inea.rj.gov.br – Interação e diálogo com o servidor.

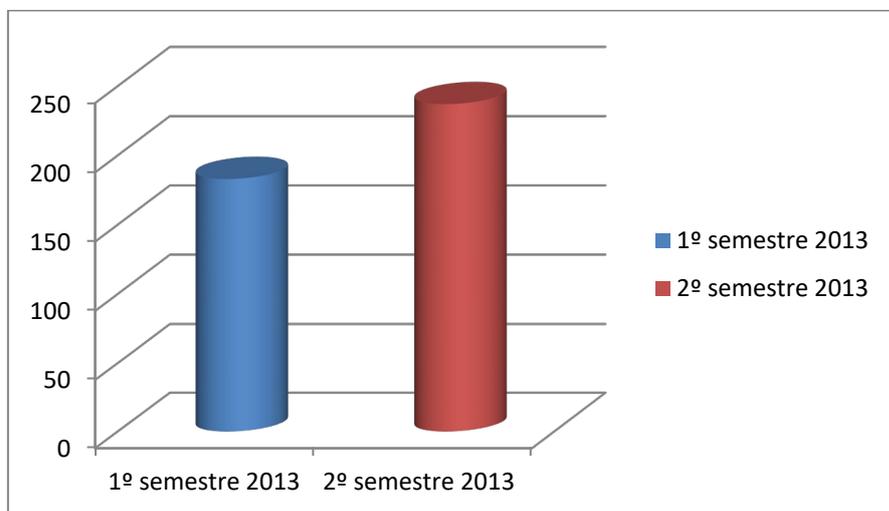


Gráfico 27: Gerência de Comunicação Interna - GECOM

Aumento da participação do corpo técnico na inserção de matérias (1º semestre – 183 e 2ª semestre 237).

Integração das unidades

Como o INEA tem várias sedes, foi planejada a realização de eventos na sede, nos outros prédios e nas superintendências para contar com a participação do maior número de servidores, além do planejamento e realização de eventos internos técnicos, sociais e culturais como novos instrumentos

para despertar o interesse de participação. Dessa forma mudamos a postura de mera provedora de informação para a posição de catalisadora, coordenadora e disseminadora de informações.

Valorização do servidor – Senso de pertencer

Os eventos sociais registraram o Dia das Mães, o Dia dos Pais, o lançamento da nossa árvore de Natal e o lançamento de publicações geradas pelo nosso corpo técnico, contando com o envolvimento das diversas áreas do INEA.

A organização das reuniões da diretoria com as gerências foi um dos principais instrumentos de mobilização deste ano e, como resultado, foram realizadas avaliações em cada setor que nos possibilitou subsidiar a equipe para aperfeiçoar essa importante iniciativa durante o próximo ano.

O INEA também se mobilizou para se fazer representar em eventos externos, além de estabelecer parcerias com as demais diretorias na divulgação pontual dos trabalhos realizados, através de visitas nas áreas e reuniões para estimular os nossos colaboradores.

Monitoramento dos Indicadores de Desempenho (Contrato de Gestão)

Indicador	Meta	Alcançado
Pesquisa de satisfação do usuário do Sistema de Licenciamento Ambiental, nas Superintendências, elaborada e implementada.	80%	100%
Número de eventos, para integrar o público interno, mobilizá-lo e fortalecer a imagem do INEA, realizados.	21	44

Tabela 49: Monitoramento dos indicadores de desempenho (Contrato de Gestão)

1.2.2. DIBAP

COMBIO

- Elaboração do Programa de Sustentabilidade Econômica das RPPNs;
- Desenvolvimento do Projeto de Promoção e fortalecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) com potencial de uso turístico e Parques selecionados no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL RIO DE JANEIRO – PRODETUR-RJ.
- Elaboração do Termo de Referência do projeto Ações prioritárias de apoio à gestão da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Bacchus: elaboração do Plano de Manejo e apoio à proteção.

- Organização e realização do IV Encontro entre Órgãos Ambientais de Meio Ambiente, ICMBio e Associações de proprietários de RPPN durante o Viva Mata na cidade de São Paulo; e
- Organização e realização do II Encontro de Observadores de Aves do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como AvistarRio, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

GEFAU

- Treinamento solicitado ao IBAMA para operação em sistema SISFAUNA e SISPASS.GEPRO:
Elaboração de projetos para a Câmara de Compensação Ambiental – Assessoria em Comunicação:
- Projeto para a produção e publicação do guia Trilhas – Parque Estadual da Serra da Tiririca;
- Projeto, em conjunto com a equipe da GEAM, “Fortalecimento das ações de educação ambiental em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro”;
- Supervisão do Projeto “Comunicação para o fortalecimento da imagem e incremento da visitação nos Parques Estaduais da Copa, RJ”.

GESEF

Durante o ano de 2013 a GESEF por meio do Serviço de Sementes e Mudanças Florestais – SESEM participou na organização de diversos eventos e cursos de capacitação, conforme descritos abaixo:

- Participação na organização do II Seminário sobre Sementes e Mudanças Florestais realizado na UFRRJ - projeto aprovado pela FAPERJ Edital Auxílios FAPERJ – Organização de eventos (APQ 2) e Participação em Reunião Científica (APQ 5);
- Organização e apoio ao primeiro curso de coleta e manejo de sementes para a produção de mudas de espécies florestais nativas no âmbito dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, instituídos pela Superintendência de Biodiversidade /SEA. As aulas teóricas foram realizadas no Centro de Treinamento, Desenvolvimento Rural, Turismo Rural e Meio Ambiente (Cetre), no Parque de Exposições de Santa Maria Madalena e as aulas práticas realizadas no Banco Estadual de Sementes Florestais - BESEF e no Horto Central Florestal Santos Lima - HCFSL localizados na Região Serrana. O módulo sobre manejo de sementes florestais foi ministrado pela pesquisadora Juliana Freire da Embrapa Agroecologia e o módulo de produção de mudas por professor Lucas Amaral da Universidade Federal Rural para os 15 municípios da região noroeste, participaram da capacitação agentes municipais das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Agricultura que desenvolvem atividades de coleta de sementes e produção de mudas da Mata Atlântica;
- Realização de cursos de capacitação no Horto Florestal de Trajano de Moraes, tendo como público alvo os nossos funcionários e colaboradores, trabalhadores rurais, comunidade civil. Esses cursos foram realizados em parceria com o Sindicato Rural Patronal de Trajano de Moraes através do SENAR, contamos com uma média de 17 (dezessete participantes) por curso, os cursos realizados foram: Operação e manutenção de roçadeira, operação e manutenção de motosserra, tratamento de madeira, viveiricultor, viverista, conservação de nascentes, os cursos tiveram uma duração de 24 horas, sendo que o de viveiricultor uma duração de 170 horas;

- Em 08/07/2013 foi realizada a 2º etapa do curso de capacitação em manejo de sementes e produção de mudas florestais. O curso ministrado pela pesquisadora da Embrapa, Juliana Freire, teve como objetivo principal apresentar aos funcionários do HFGUA importantes práticas a serem adotadas na rotina de trabalho, visando à adequação da produção às normas vigentes. Esta iniciativa faz parte de uma parceria do Serviço de Sementes e Mudas – SESEM, da GESEF com a Embrapa Agrobiologia e será ainda reproduzida nos outros hortos estaduais, localizados na Região Serrana do Estado.

Além da participação da GESEF na organização de eventos foram firmados termos de cooperação técnica e parcerias com instituições parceiras, conforme descrição abaixo:

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF (disponibilização de estagiários para o INEA);
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o INCRA, visando inserir os projetos de assentamento de reforma agrária do Estado do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural- CAR, bem como desenvolver ações conjuntas de recuperação do passivo ambiental destes projetos;
- Convênio firmado entre INEA/Petrobrás/Ecoatlântica para cooperação no desenvolvimento e implementação de modelo de gestão de grandes projetos de restauração florestal;
- Parceria com a Empresa Gomide Agro-georreferenciamento de Santo Antônio de Pádua - RJ, visando a realização de levantamento topográfico da área do Horto Florestal de Trajano de Moraes, doação dos serviços, sem ônus para o INEA;
- Parceria com DER, que propiciou o melhoramento do acesso ao Horto Florestal de Trajano de Moraes, com nivelamento e colocação de saibro na estrada de acesso a sede administrativa, drenagem da nova área que está sendo preparada para produção de mudas;
- Parceria com a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes visando melhoria da iluminação da área externa da sede administrativa do Horto Florestal de Trajano de Moraes;
- Parceria com a Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF na realização de pesquisa nos plantios existentes no Horto Florestal de Trajano de Moraes. Produção científica em 2013 de uma monografia apresentada ao Núcleo de Biociência e Biotecnologia da UENF por Laura de Melo Pereira. Título: Regeneração Natural em plantios puros de *Cordia trichotoma* (Vell.) em Trajano de Moraes - Horto Florestal de Trajano de Moraes;
- Parceria com a Secretaria Municipal de Defesa Civil para instalação de pluviômetro na área do Horto Florestal de Sebastião do Alto.

Além disso, a GESEF participou e representou o INEA em diversos eventos externos relacionados à questão ambiental, conforme descrição abaixo:

- Comissão Estadual de Sementes e Mudas e na Subcomissão de Sementes Florestais, cujo trabalho vem subsidiando a revisão do Decreto n° 5.153 de 23/07/2004 e das normas de produção de sementes e mudas de espécies florestais em especial a Instrução Normativa MAPA n° 056/2011;
- Membro do Arranjo Produtivo Local - APL Grande Rio instituído pela Rede fito Mata Atlântica/FIOCRUZ que resultou no apoio a elaboração do Projeto Arranjo Produtivo de Plantas

Medicinais e Fitoterápicos: A Farmácia Viva e Assistência Farmacêutica a Serviço dos Usuários do SUS do Município de Niterói aprovado pelo Ministério da Saúde;

- Participação na execução do projeto de Validação da eficiência agrônômica de rizóbios para a produção de inoculantes visando atender ao Plano ABC e a plantios de restauração florestal decorrentes do Novo Código Florestal (Projeto Aprovado no Macroprograma 2 – Edital interno Embrapa/MAPA - Chamada 08/2012 - Agricultura de baixa emissão de carbono);
- Participação com exposição de Sementes nativas e exóticas na 30ª Exposição Agropecuária de Santa Maria Madalena do dia 6 a 9 de junho de 2013 no Parque de exposições da cidade.
- Apoio técnico e doação de mudas ao projeto Comunidades Verdes desenvolvido pela STC/SEA nas comunidades pacificadas Batan, Formiga, Fogueteiro;
- Participação nos eventos Rio+ 20 Palácio da República , Semana do Meio Ambiente no INEA e Dia da Água em stand com apresentação de sementes e mudas;
- Audiência pública realizada pela Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena apresentação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, em 01/07/2013;
- IV Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente do CIEP273 Graciano Cariello Filho, palestra sobre a importância da conservação do meio;
- Participação dos responsáveis pelo Horto Central Florestal Santos Lima e pelo Horto Florestal de Trajano de Moraes na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho - “Fomento à produção de mudas nativas” oficina para sustentabilidade na Agenda 21 em Macaé RJ, com palestra sobre produção de mudas.

Outra atuação da GESEF refere-se à interação dos Hortos Florestais do INEA com a comunidade do entorno. Neste sentido, em 2013 foram realizadas as seguintes atividades:

- Visita de grupo de idosos do SESC de Campos dos Goytacazes no Horto Central Florestal Santos Lima por meio da realização de caminhada, visita ao bromeliário e atividades de educação ambiental;
- Visita guiada de alunos do Colégio Barroco Lopes – CEMAL de Macaé no Horto Central Florestal Santos Lima e no Banco Estadual de Sementes Florestais. Turma composta de futuros técnicos ambientais, que conheceram o sistema de produção de mudas e aprenderam práticas de produção de sementes, identificação de remanescentes florestais, marcação de matrizes, coleta, beneficiamento, análise e armazenamento;
- Visita de alunos e professores dos colégios CIEP 279 de Trajano de Moraes e Alfredo Lopes Martins ao Horto Florestal de Trajano de Moraes, na Semana do Meio Ambiente e Dia da Árvore.

1.2.3. DILAM

Outras atividades desenvolvidas pela Diretoria de Licenciamento Ambiental em 2013 que merecem destaque são:

- Atendimento a solicitações de terceiros: o INEA recebe diariamente diversas demandas relacionadas à área de meio ambiente, como denúncias originadas da população, do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, onde grande parcela é direcionada à área de licenciamento ambiental. Nos últimos 5 anos a Dilam atendeu a mais de 6.506 demandas, dentre os quais 2.230 apenas em 2013, sendo a distribuição temporal apresentada a seguir:

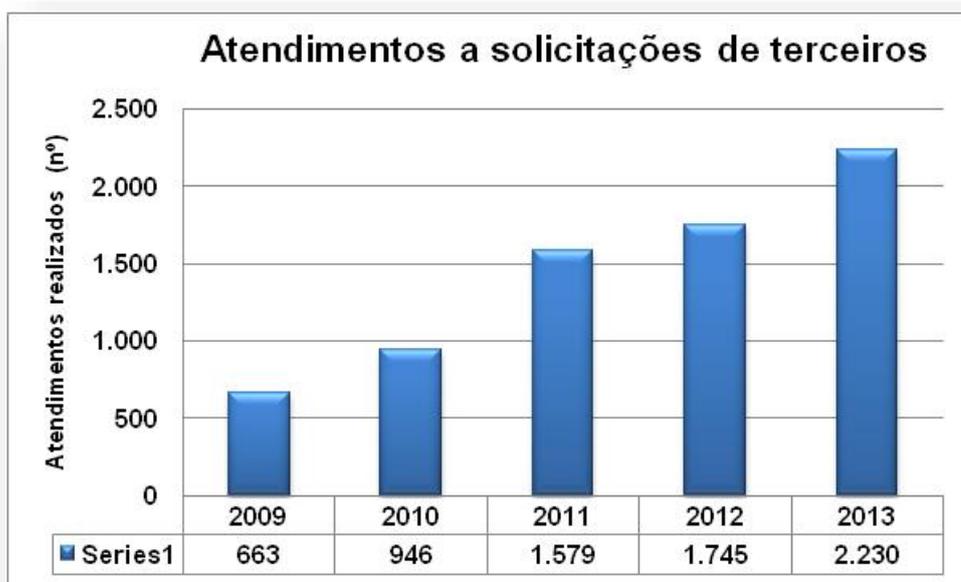


Gráfico 20: Evolução do número de notificações emitidas

- Implantação do Conselho de Gerências, Coordenadorias e Assessoria Técnica e Administrativa da Dilam (Conger/Dilam), que se reúne semanalmente, de forma a estimular a atuação conjunta e a colaboração entre as equipes e incentivar a otimização de recursos, de forma orientada a se alcançar as metas estabelecidas em Contrato de Gestão.
- Gestão dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (%);
- Realização de capacitação interna e externa;
- Avaliação de Estudos de Análise de Risco, apresentado por empresas que produzem, operam, armazenam, consomem, geram ou transportam, em quantidade expressiva, substâncias perigosas, especialmente as tóxicas e as inflamáveis. Entre janeiro de 2011 e setembro de 2013 foram realizadas 902 avaliações;
- Edição do Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas do Estado do Rio de Janeiro, disponível em www.inea.rj.gov.br/inea/areas_contaminadas.asp, juntamente com mapa e gráficos com a distribuição e classificação das regiões contaminadas e reabilitadas ao uso. Ao todo, são 160 áreas contaminadas afetadas por diversos tipos de poluentes. Os postos de serviço são os responsáveis por mais da metade dessas áreas, seguidos das atividades industriais, aterros de resíduos e as atividades de transporte;

- Avaliação de Estudos da Qualidade do Solo e Água Subterrânea, que abrange estudo de soluções para áreas contaminadas, no qual é contemplado um conjunto de medidas que assegurem o conhecimento de suas características e dos impactos por elas causados e a criação e aplicação de instrumentos e níveis de intervenção mais adequados.
- Celebração e acompanhamento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), com destaques para empreendimentos como Thyssenkrupp Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Refinaria Duque de Caxias (Reduc), para estabelecimento de ações e condições necessárias às adequações previstas em Planos de Ação integrantes do TAC;
- Avaliação de Relatórios de Auditoria Ambiental, para verificar as condições de operação, de manutenção dos sistemas de controle de poluição e de prevenção de acidentes e o cumprimento dos dispositivos legais de proteção e controle ambiental, bem como condicionantes e restrições de licenças ambientais e compromissos de recuperação, compensação e mitigação;
- Colaboração técnica, em conjunto com a Gerência de Apoio à Gestão Ambiental Municipal da Diretoria de Gestão das Águas e do Território (Gegam/Digat), para edição de cartilhas sobre licenciamento de postos de serviço e recursos hídricos e capacitação dos municípios;
- Avaliação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e participação em audiências públicas, para atividades capazes de causar significativa degradação ambiental, conforme determinado pela legislação.
- Análise dos requerimentos de manejo de fauna, incluindo levantamento, coleta, colheita, apanha, captura, resgate, transporte e monitoramento de fauna silvestre;
- Controle da comercialização e uso de agrotóxicos e produtos afins no Estado do Rio de Janeiro, com implantação de novas ferramentas de sustentação das bases responsáveis pelo monitoramento de todos os processos de estocagem, comercialização e uso dos agrotóxicos;
- Realização de parceria com o Departamento Nacional de Produção Minerária (DNPM), resultando em trabalho pioneiro, que adequou a área da poligonal do DNPM ao terreno onde o proprietário ou arrendante realiza a extração, permitindo a regularização e o licenciamento de 180 atividades de extração de areia em cava, nos municípios de Seropédica e Itaguaí. Outro importante produto dessa parceria foi o Manual de Procedimentos de Outorga Minerária e Licenciamento Ambiental, elaborado em conjunto com o DNPM para ajustar, padronizar e agilizar os trâmites necessários para emissão da Outorga Minerária e do licenciamento de atividades de extração no Estado do Rio de Janeiro;
- Implantação de Medidas Compensatórias na Bacia do rio Guandu, resultantes da intensificação das ações de fiscalização conjunta na área, exigindo a regularização de atividades clandestinas de extração de areia de cava;
- Demarcação de Faixas Marginais de Proteção (FMP), permitindo a proteção e melhoria da qualidade da água, a manutenção da vegetação ripária e da biota aquática, a minimização de processos erosivos nas margens do curso d'água e do assoreamento da calha fluvial, bem como a manutenção da capacidade hidráulica da calha fluvial para conduzir as águas superficiais, mesmo

em períodos de cheia. Alguns rios da Região Serrana, como Rio Imbuí, Rio do Príncipe, Rio Bengala, Rio Grande e Córrego Dantas tiveram suas faixas marginais contínuas demarcadas como parte do projeto de recuperação daquela região do Estado;

- Gerenciamento do Sistema de Manifesto e Inventário de Resíduos, que conta com cadastro com 12.249 e 1.368 empresas, respectivamente;
- Cobrança da regularização da Reserva Legal das propriedades rurais, através das condicionantes das autorizações ambientais e licenças;
- Monitoramento de emissões eletromagnéticas provenientes de Estações Rádio Base (ERB), tendo sido mapeadas áreas do Centro e Zona Sul do Rio de Janeiro, com previsão de estender essas medições de emissões das antenas de sinais para celulares a outras áreas da nossa cidade e também da Região Metropolitana onde ocorrer concentração destes equipamentos;
- Monitoramento dos depósitos de agrotóxicos estabelecidos no meio rural, que terá como base de dados o Cadastro Ambiental Rural (CAR) Estadual, feito em parceria com a Gerência de Serviços Florestais da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (Gesef/Dibap), objetivando a minimização dos riscos de contaminação ambiental, principalmente em momentos de grandes catástrofes naturais, como as últimas enchentes na Região Serrana;
- Desenvolvimento dos processos metodológicos para controle químico de organismos listados pelo Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras, em parceria com a Gerência de Fauna da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (Gefau/Dibap);
- Retirada de produtos agrotóxicos de uso impróprio e obsoletos no Estado do Rio de Janeiro, retirando do ambiente 15 toneladas desses produtos, três vezes mais do que as cinco toneladas previstas para o período;
- Fomento à destinação correta de embalagens vazias de agrotóxicos;
- Implantação de três novos postos de recolhimento de embalagens, localizados em áreas estratégicas nos municípios de Teresópolis, São José de Ubá e Itaocara. Os novos postos, somados aos outros dois existentes em Paty do Alferes e Nova Friburgo e à Central de Recolhimento em Campos dos Goytacazes, fortalecem e facilitam a logística reversa das embalagens que circulam no mercado;
- Verificação da qualidade ambiental dos reservatórios de água da rede hoteleira do município do Rio de Janeiro, sendo uma atividade que mereceu especial atenção em 2013, quando foram vistoriados 277 hotéis para avaliar o cumprimento da Lei nº 1893/1991, que determina a obrigatoriedade de limpeza semestral dos reservatórios de água. Desse total, apenas 37,9% (105) se encontravam de acordo com a legislação vigente e, em consequência, foram emitidas 172 notificações para os infratores.
- Fomento ao desenvolvimento de Consórcios Públicos de destinação de resíduos, que possibilitam o rateio dos custos de implantação e operação dos aterros sanitários e o encerramento e recuperação de diversos vazadouros municipais, alavancando a reversão do cenário da gestão de resíduos sólidos urbanos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Resultados: em 2007, 41% dos RSU gerados no Estado eram enviados para vazadouros por 76 municípios; em 2013, esse volume foi reduzido para 9%, e por apenas 26 municípios que ainda adotam essa prática. Hoje, temos 50 municípios do ERJ enviando seus resíduos para aterros sanitários, quando eram apenas 4, em 2007. Com isso, 83% dos resíduos sólidos passaram a ter destinação correta nos 19 aterros sanitários públicos e privados, licenciados pelo Inea até 2013;

- Licenciamento de Complexos de Tratamento e Destinação Final de Resíduos (CTDR), sendo que até 2014, serão licenciados mais cinco CTDR, totalizando 24. Hoje, apenas 3% dos RSU continuam sendo enviados para vazadouros e 14% para aterros controlados;
- Elaboração de Índice de Qualidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Rio de Janeiro (IQDR-RJ), baseado no modelo do Índice de Qualidade de Aterro (IQA), lançado em 1997 pela Cetesb, esse índice permitiu o diagnóstico constante da situação das áreas de destinação final de resíduos, principalmente no que concerne aos aspectos ambientais ligados aos vazadouros e aos aterros. O IQDR-RJ é uma ferramenta gerencial utilizada para comparar e aferir as ações de controle e remediação implementadas, produzindo subsídios para os programas da área de resíduos sólidos.
- Monitoramento dos Indicadores de Desempenho

Indicador	Unidade de medida	Valor de Ref.	Meta	Resultado
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	1.416 (em nº)	90	110,30
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90	111,11
Elaboração de projeto de desenvolvimento de procedimentos de análise para o licenciamento ambiental (PROSLAM)	em %	N.D	100	100,00
Quantidade de instrumentos SLAM/pareceres técnicos de indeferimento	em nº	2.203	2.000	2.324
Revisão e aprovação pelo Inea do Decreto de Licenciamento Ambiental	em %	N.D	100	100,00
ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA				
Gestão dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental	em %	N.D	90	111,11
Minutas de normas técnicas aprovadas pela diretoria	em nº	10	10	10
COORDENADORIA DE ESTUDOS AMBIENTAIS (CEAM)				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	70 (em nº)	90	85,02
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90	107,41
Elaboração de Instrução Técnica para elaboração de EIA/RIMA e RAS	em %	17 (em nº)	90	64,81
Pareceres técnicos	em nº	72	70	73
Vistorias realizadas	em nº	56	50	83
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (CLIAM)				
Quantidade de instrumentos SLAM/pareceres técnicos de indeferimento	em nº	2.203	2.000	2.324
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL (GELAF)				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	58 (em nº)	90	100,00
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90	101,01

Pareceres técnicos	em nº	192	192	241
Promover Capacitação	em nº	N.D	5	5
Vistorias realizadas	em nº	193	245	322
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES NÃO INDUSTRIAIS (GELANI)				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	166 (em nº)	234	267
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90	105,26
Executar 02 (dois) mapeamentos de emissões de campos eletromagnéticos das ERBs	em nº	N.D	2	2
Pareceres técnicos	em nº	226	230	237
Vistorias realizadas	em nº	267	370	386
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE AGROTÓXICOS, VETORES E HIGIENIZAÇÃO (GELAV)				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	23 (em nº)	90	101,85
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90	111,11
Cadastrar produtos agrotóxicos (desinfestantes domissanitários e de uso não agrícola)	em nº	N.D	90	56
Fomentar 08 (oito) campanhas de recolhimento de embalagens e fomentar implantação de 02 (dois) postos de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos	em nº	N.D	10	7
Pareceres técnicos	em nº	197	120	120
Promover Capacitação	em nº	N.D	5	6
Retirada de produtos agrotóxicos de uso impróprio e obsoletos no ERJ	em toneladas	N.D	5	15
Vistorias realizadas	em nº	695	750	826
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE INDÚSTRIAS (GELIN)				
Análise de Relatório de Auditoria Ambiental (ano base 2012)	em %	N.D	90,00	104,74
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	194 (em nº)	90,00	92,66
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90,00	108,40
Pareceres técnicos	em nº	254	300	305
Promover Capacitação	em nº	N.D	5	5
Vistorias realizadas	em nº	630	600	819
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (GELIRH)				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em nº	260 (em nº)	195	254
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em nº	N.D	65	113
Mínuta de termo de referência aprovada pela diretoria	em nº	N.D	2	2
Pareceres técnicos	em nº	934	700	846
Promover Capacitação	em nº	N.D	5	5
Vistorias realizadas	em nº	378	380	399
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE RISCO AMBIENTAL TECNOLÓGICO (GELRAM)				
Análise de Estudos de Análise de Risco, Planos de Emergências e Avaliação de Áreas Contaminadas	em nº	500	500	585
Análise de Relatório de Auditoria Ambiental (ano base 2012)	em %	N.D	90,00	111,11
Aprovação pela Diretoria do Projeto de Cadastro de Áreas Contaminadas	em %	N.D	100,00	100,00
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	293 (em nº)	90,00	103,70
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90,00	94,34
Pareceres técnicos	em nº	378	300	342
Promover Capacitação	em nº	N.D	5	5
Vistorias realizadas	em nº	602	350	355

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS (GELSAR)				
Atendimento às solicitações de Ministério Público e demandas judiciais	em %	139 (em n°)	90	103,49
Atendimento às solicitações de terceiros (exclusive Ministério Público e demandas judiciais)	em %	N.D	90	98,14
Pareceres técnicos	em n°	253	315	336
Proposta e aplicação de metodologia para a constituição do Índice de Qualidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Rio de Janeiro (IQDR - RJ)	em %	N.D	100	100,00
Vitorias realizadas	em n°	387	630	649

Tabela 35: Monitoramento dos indicadores de desempenho

1.2.4. DIMFIS

1.2.4.1. Oferecimento de treinamentos

GEOPEA

- Atividade Capacitação do INEA em Geotecnologia (indicador de desempenho)

Esta atividade está selecionada como uma das metas da GEOPEA e consiste no treinamento e capacitação de funcionários da instituição ou de parceiros em introdução a Geomática e Cartografia Digital, utilização de GPS e software SIG, mediante solicitação e da solução SIGWeb BDE-INEA de acordo com estabelecido no plano piloto para implantação da solução. Em 2013 foram capacitadas 353 pessoas sendo 295 técnicos da instituição, incluso 214 guarda-parques, e 58 técnicos/representantes de entidades parceiras (Comitê Guandu, Comitê Piabanha e UPAM). Para o plano piloto do BDE-INEA foram treinados 35 técnicos (já inclusos no montante de 295). A meta de atendimento de 100% das demandas de capacitação efetivadas no período de janeiro e fevereiro de 2013 foi atingida em plenitude.

GEAR

- Atividade Capacitação do corpo funcional do DETRAN envolvido nos testes de inspeção de gases do programa de Inspeção e Manutenção Veicular.
- De forma a garantir uma melhoria dos resultados do programa, foram intensificadas a frequência dos treinamentos oferecidos pelo INEA ao corpo funcional do DETRAN e terceirizados, envolvidos no teste de inspeção de gases: em 2011 não foi realizado nenhum treinamento; Em 2012, foram realizados 3 treinamentos com aprovação de 85 alunos e em 2013, foram realizados 6 treinamentos com aprovação de 154 alunos;
- Elaboração de Termos de Referência

GEOPEA

- Elaborar Termo de Referência do Projeto Módulo 4 do BDE-INEA referente à Biota e Pesquisa Científica até agosto de 2013 foi uma meta atendida plenamente dentro do prazo acordado (indicador de desempenho de 2013).
- Elaborar Termo de Referência do Projeto Monitoramento da Cobertura Vegetal e Uso da Terra do ERJ escala 1:25000 foi uma meta atendida plenamente dentro do prazo acordado (indicador de desempenho de 2013).

GEAR

- Termo de Referência para a Contratação dos Serviços de Operação, Manutenção e Adequação da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar e Meteorologia do INEA;
- Termo de Referência para a Contratação dos Serviços de Operação, Manutenção e Adequação da Rede Semiautomática de Monitoramento da Qualidade do Ar e Meteorologia do INEA;
- Termo de Referência para a Contratação Módulo Ar do BDE-INEA, de forma a automatizar processos, consolidar e integrar dados gerados pelo monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas;
- Termo de Referência para a Contratação do Desenvolvimento da Otimização do Sistema de Modelagem da Qualidade do Ar (WRF/CHIMERE) do INEA.

CIEM

- Termo de Referência para a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uma solução de software (desenvolvimento de um sistema integrado, treinamento, instalação, implantação, operação assistida e suporte técnico) contemplando a entrega de todos os programas-fonte para ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS (CIEM) DO INEA, visando atender às necessidades de gestão, controle e monitoramento de desastres ambientais, naturais e tecnológicos do INEA;
- Termo de Referência para a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de 4 (quatro) veículos terrestres fechados;
- Termo de Referência para a Contratação de Pessoa Jurídica para Customização das Vans Emergência (3) e Laboratório (1);
- Termo de Referência para a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de equipamentos de proteção individual e aparelhos de medição e detecção.

1.2.4.2. Projetos de Demandas Externas

GEOPEA

Atendimento das demandas de solicitações/pareceres efetuados via *e-mail*, verbal, BDE-INEA e processos efetivados no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2013 (indicador de desempenho 2013).

- Durante este período foram recebidas 643 demandas de solicitações/pareceres e foram atendidos nos mesmos em que foram solicitados o total de 590 demandas e 53 foram atendidas durante os meses subsequentes à solicitação.

Atividade de Ampliação e Criação de UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

- Apoio e atendimento da demanda da DIBAP na elaboração de propostas de criação, ampliação e redelimitação (considerando ampliação e redução do limite, e incorporação de outras UCs ao limite de uma UC) das seguintes UCs de proteção integral (incluso elaboração de memorial descritivo – md): Parque Estadual dos Três Picos (PETP) (2012/2013), Parque Estadual do Mendanha (2013) e APA Bacia do Rio Macacu (2013) e elaboração de md da APA Alto Iguaçu (2012/2013).

Apoio a Projetos do INEA

- Projetos Jogos Limpos – participação do processo licitatório (auxílio na elaboração do Termo de referencia e análise técnica das propostas), apoio técnico a VP na elaboração de mapas diversos e na avaliação dos produtos pela contratada. Estas atividades foram desenvolvidas em 2012 e 2013.
- Avaliação (análise e parecer) de produtos, no período de 2012 a 2013, dos seguintes projetos: Projeto Modelagem Hidrológica do Rio Muriaé; PDS Sepetiba (09); Plano Estadual de Recursos Hídricos (Mananciais – Bacia do Rio – Caracterização Ambiental e Revisão dos limites de RHs); Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Macaé e das Ostras e Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo de APA.
- Participação e apoio (instrução técnica e validação de dados produzidos) aos Projetos de Planos de Manejo de UCs – DIBAP: Parque Estadual da Pedra Branca; APA Macaé de Cima, Parque Estadual do Cunhambebe e APA Mangaratiba, Parque Costa do Sol, e Parque Estadual da Serra da Tiririca (incluso elaboração de mapeamento de uso e cobertura vegetal). Estas atividades foram desenvolvidas em 2012 e 2013.
- Estruturação de Base de Dados Geoespaciais para Suporte à Recuperação Ambiental: Enchentes 2013/região Xerém – organização dos dados geoespaciais base cartográfica 1:25000 (curvas de nível, drenagem, vias), base cartográfica 1:10K – PDBG, 2002, elaboração de layouts da área afetada com delimitação dos parques fluviais, áreas de barragens e cursos d'água a serem retificados e impressão formato A0; elaboração de memorial descritivo desapropriação parques fluviais Córrego Dantas. Estas atividades foram desenvolvidas em 2013 e DIRAM.

Apoio a Projetos da SEA

- Apoio técnico ao Projeto Delimitação de Unidades de Conservação Municipais – escala 1:25.000. Vinculado a este projeto estava a Restituição Base Topográfica escala 1:25000 IBGE/SEA (verba CCA – para restituição de 2/3 do ERJ e o 1/3 restante a cargo do IBGE (convenio SEA/IBGE)), elaboração da base topográfica do ERJ em ambiente SIG, constituída em um instrumento de fé pública, e apta a servir de base para geração de informações como APPs e UCs – ainda em realização pelo IBGE, e a espacialização de Unidades de Conservação (UCs) Municipais e de Áreas de Preservação Permanente (APP) ficou na responsabilidade de execução da GEOPEA (em andamento). Para a conclusão do trabalho a cargo da GEOPEA será necessária o uso da base topográfica integrada em ambiente SIG, principalmente para geração de APPs, e que de acordo com o IBGE tem entrega prevista para dezembro de 2014.

Em relação à espacialização de UCs municipais foram contabilizadas 316 UCs municipais e 197 apresentaram condições mínimas (memorial descritivo) especializadas. Alguns municípios enviaram as UCs já especializadas (65 *shapes*) e das 132 UCs restantes especializadas pela GEOPEA: 26 não apresentam inconsistência, 58 apresentam pequenas inconsistências e 19 inconsistências mais efetivas. As 119 UCS restantes não foram especializadas ou por falta de memorial descritivo (md) ou md com ausência de informações que subsidiem espacialização correta. Em dezembro/2013 a GEOPEA começou a efetuar agendamento de reunião técnica com as secretarias de meio ambientes municipais para validação da espacialização de suas UCs e capacitação técnica para elaboração de md e espacialização de UC. Essas reuniões com os municípios irão começar em janeiro de 2014 iniciando por aqueles que estão inseridos na área restituída pela contratada da SEA – sul do ERJ. Esta atividade durará cerca de 12 meses, com previsão de atendimento de 7 a 8 municípios por mês. Assim, somente no ano de 2015 que os dados do ICMS VERDE para UCs poderão ser calculados considerando todas UCs municipais e suas possíveis sobreposições. A atividade de espacialização das APPs só será realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2015.

No decorrer de 2013 a Geopea realizou algumas atividades em atendimento a solicitações da SEA que foram: validação material produzido pela Engefoto e IBGE (20 dias com geração de relatório); verificação, validação e correção topológica dos dados de hidrografia (poligonal e linear) (5 dias) e curvas de nível (5 dias) material produzido pela Engefoto e IBGE (produto: dados corrigidos e relatório), e acerto de delimitação do traçado referente aos limites municipais do ERJ 1:25.000 junto com a FCERJ.

- Análise de documentos apresentados pelos municípios em abril/2013 e elaboração dos cálculos de UCs por município e variáveis – parcela de áreas protegidas (PAP) componente do ICMS VERDE.

CIEM

- Participação quando do acionamento do Grupo Integrado de Ações Coordenadas da SESDEC, compondo com outros órgãos o SIEDEC, regulamentado pelo Decreto nº 43.599 de 17 de maio de

2012, com o intuito de melhor gerenciar situações de anormalidade relacionadas aos desastres naturais, que de maneira recorrente ainda nos atingem;

- Através do Sistema de Alerta de Cheias, estamos também validando a eficiência de outros serviços que o INEA presta. Exemplo, é a queda do número de alertas dados para a baixada fluminense no ano de 2012 em relação ao ano de 2011, período das intervenções do Projeto Iguaçu;
- Elaboração do Plano de Contingência Institucional do INEA, que prevê a articulação dos órgãos internos do Instituto, frente ao acionamento de recursos materiais e humanos, de acordo com a Matriz de Articulação Interinstitucional, elaborada pela SESDEC, que estrutura as ações do Grupo Integrado de Ações Coordenadas – GRAC. O plano é um apanhado atualizado do poder operacional que o INEA dispõe para atender às demandas do GRAC, de maneira articulada e coordenada pelo CIEM;
- Contratação da empresa MIBRA para fornecimento e implantação de um sistema de radiocomunicação que integrará todo o Estado do Rio de Janeiro com tecnologia VHF digital, mais confiável nas operações de emergência em todas as regiões, com a instalação de 9 (nove) repetidoras, 48 (quarenta e oito) estações fixas em sedes municipais de defesa civil e superintendências do INEA, 67 (sessenta e sete) estações móveis para veículos corporativos, 172 (cento e setenta e dois) rádios portáteis convencionais e 33 (trinta e três) IS para operação em locais com risco de explosão.

1.2.4.3. Projetos de Cooperação

GEAR

- Projeto FONTES: Atualização dos inventários de fontes móveis e fixas do Rio de Janeiro (Projeto PUC / PETROBRAS / USP / CETESB / SMAC) para o desenvolvimento de modelagem fotoquímica computacional (WRF CHEM), abrangendo toda a região sudeste do País;
- Termo de Cooperação Técnica com a PUC para análise complementar dos filtros de material particulado, a fim de determinar a assinatura das fontes de emissões atmosféricas.

CIEM

- Contratação, com recursos obtidos junto ao Banco Mundial, do Consórcio GITEC/IP/CODEX, com a finalidade de discutir em conjunto com o DRM, a Defesa Civil Estadual, e o SIMERJ, questões relacionadas à gestão de desastres no Estado do Rio de Janeiro, almejando propor um rearranjo institucional e operacional não só nas principais instituições participantes do processo, mas também propor avanços nas políticas públicas de redução de desastres no Estado do Rio de Janeiro;
- Termo de Cooperação Técnica com o CEMADEN para compartilhamento de dados, e integração das ações de alerta;
- Termo de Cooperação Técnica com a ANA para montagem da Sala de Situação no ERJ.

1.2.4.4. Participação em Congressos

GEAR

- Participação no evento do Community Modeling and Analysis System para aplicações do sistema de modelagem na América do Sul, realizado em SP em fevereiro de 2013, para integração dos usuários e apresentação do estado da arte do desenvolvimento dos modelos de previsão da qualidade do ar.

GEOPEA

- Palestrante no *Latin America Geospatial Forum 2013* – Banco de Dados Espaciais do INEA/RJ (BDE-INEA) – Sistema Informação Geográfica (SIG) cooperativo na área ambiental – Andréa Franco de Oliveira em 11/09/2013.